



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – MESTRADO**

TOMÉ COLETTI

**AGROINDÚSTRIA SUINÍCOLA E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA “CRÔNICA”
SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO OESTE CATARINENSE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FLORIANÓPOLIS - NOVEMBRO DE 2009

TOMÉ COLETTI

**AGROINDÚSTRIA SUINÍCOLA E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA “CRÔNICA”
SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO OESTE CATARINENSE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação
em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção do grau de mestre
em economia.

Orientador: Professor Dr. Hoyêdo Nunes Lins

FLORIANÓPOLIS - NOVEMBRO DE 2009

Coletti, Tomé.

Agroindústria suinícola e agricultura familiar: uma “crônica” sobre a trajetória histórica no oeste catarinense. Tomé Coletti. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – 2009.

Dissertação (Mestrado em Economia – UFSC – Centro Sócio Econômico – Programa de Pós-Graduação em Economia/PPGE – 2009).

Bibliografia.

Inclui Anexos.

Orientador: Professor Dr. Hoyêdo Nunes Lins

1. Desenvolvimento regional 2. Agricultura Familiar 3. Agroindústria

AGROINDÚSTRIA SUINÍCOLA E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA “CRÔNICA” SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO OESTE CATARINENSE

TOMÉ COLETTI

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM ECONOMIA do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Setembro de 2009.

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Coordenador do Curso

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
PPGE/UFSC (presidente)

Prof. Dr. Roberto Meurer
Coordenador do Curso PPGE/UFSC(membro)

Prof. Dr. Luiz Carlos Mior
Universidade Federal de Santa Catarina (membro)

APROVADA EM: 30 /09/2008

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida;

Aos familiares pela força;

Aos amigos e colegas pelo apoio;

Ao Professor Hoyêdo pela orientação;

Ao Professor Lauro pelo acompanhamento;

Aos Professores do PPGE pelo conhecimento apreendido;

Ao Mior e os Professores Sílvia e Roberto pelas contribuições;

Aos colegas de Mestrado pelas ideias, teorias e angústias partilhadas;

Aos que abriram suas casas para contribuindo para tornar possível este trabalho

É bom lutar. É bom chegar. É melhor ainda ter tanto e à tantos que agradecer. OBRIGADO.

A você Tiago Alfonso,
A você Marilei Neumann,
Vocês são os amores de minha vida.
Tenho certeza que este mundo é bom porque vocês existem.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo estudar a relação historicamente estabelecida entre a agroindústria suinícola e a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, apontar elementos de compreensão sobre como esse vínculo repercutiu no desenvolvimento econômico da região Oeste Catarinense. Partindo da trajetória das relações entre a agricultura familiar e as agroindústrias, com foco na suinocultura, e os reflexos sobre o desenvolvimento regional até a década de 1980, descreve as mudanças provocadas pelas políticas macroeconômicas nas relações entre a agricultura familiar e o capital agroindustrial a partir dessa década. Analisa as rupturas nos sistemas produtivos da agricultura familiar, com seus reflexos no desenvolvimento econômico regional, provocadas pela implantação do sistema de integração da suinocultura à agroindústria. Levando à criação e recriação das desigualdades sociais na região. A partir da pesquisa bibliográfica e de entrevistas com 30 pessoas entre agricultores, representantes de organizações e lideranças políticas, descreve-se a trajetória percorrida pela agricultura familiar da região na produção de suínos relacionada com as agroindústrias. Percorre-se pelas diferentes fases desse processo, que se iniciou com a produção de subsistência, tornou-se produção comercial, passou por uma fase de diferenciação de preços e produção, integrou-se a agroindústria, chegando no momento atual a sua completa internalização as empresas no sistema de parceria. Utilizando-se das teorias da globalização financeira, do desenvolvimento desequilibrado, dos conceitos de desenvolvimento endógeno e da agricultura familiar. Diante disso busca estabelecer a relação da trajetória da suinocultura e dos atores envolvidos com o desenvolvimento da região Oeste Catarinense.

Palavras – Chave: Desenvolvimento regional, Agricultura Familiar, Agroindústria, Suinocultura, Região Oeste Catarinense

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to study the historical relation established between the pig agribusiness and family farming and at the same time, to show understanding elements about how this link reverberated in the economic development of the Catarinense West region. Based on the trajectory of the relationship between family farming and agribusiness, focusing on pig farming, and reflections on regional development until the 1980s, describes the changes brought about by macroeconomic politics in the relationship between family farming and agribusiness capital from that decade. Analyzes the disruptions in the productive systems of family farming, with its impact on regional economic development, caused by the deployment of the integration of agro-industrial pig farming. Leading to the creation and recreation of social inequality in the region. From the literature review and the interviews with 30 people including farmers, representatives of organizations and political leaders, describes the trajectory made by family farms in the region in the pig production related to agribusiness. Going through the various stages of this process, which began with subsistence production became commercial production went through a stage of differentiation of prices and production, integrated with agribusiness, reaching in the present time its completely internalization to the business partnership system. Using the theories of financial globalization, uneven development, the concept of endogenous development and family farming. Given that seeks to establish the relationship between the trajectory of the pig and the actors involved in the development of the western Santa Catarina. Given that seeks to establish the relationship between the trajectory of the pig farming and the actors involved in the development of the western of Santa Catarina.

Keywords : Regional Development, Family Farming, Agribusiness, Aquaculture, Pig Farming, Western Region of Santa Catarina.

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO.....	166
II GLOBALIZAÇÃO, CAPITAL AGROINDUSTRIAL E POSSIBILIDADES DOS TERRITÓRIOS RURAIS: UM ESBOÇO DO DEBATE SOBRE OS TERMOS	26
2.1 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES.....	27
2.2 A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL PERANTE A GLOBALIZAÇÃO	32
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL.....	38
2.4 UM MARCO ANALÍTICO PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE A AGROINDÚSTRIA SUINÍCOLA E A AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE	44
III A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO OESTE CATARINENSE: UMA APROXIMAÇÃO À TRAJETÓRIA REGIONAL ATÉ A DÉCADA DE 1980	48
3.1 A REGIÃO OESTE E O PROBLEMA DA PERIODIZAÇÃO DA SUA FORMAÇÃO ECONÔMICA ATÉ A DÉCADA DE 1980	49
3.1.1 A região Oeste Catarinense	49
3.1.2 As fases da formação econômica regional até a década de 1980	50
3.2 I FASE: PRODUÇÃO EXTRATIVISTA, DE SUBSISTÊNCIA E FORMAÇÃO DO CAPITAL COMERCIAL.....	52
3.3 II FASE: FORMAÇÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL E TRANSFORMAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NUMA POLICULTURA SUBORDINADA A SUINOCULTURA	56
3.4 III FASE: MONOPOLIZAÇÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL, CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO REGIONAL E MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	59
3.5 IV FASE: DIVERSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL E, INTEGRAÇÃO E SELEÇÃO DOS PRODUTORES DE SUÍNOS	62
IV: IMPACTOS DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL E NA AGRICULTURA FAMILIAR DO OESTE CATARINENSE	68
4.1 AS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO, DE PREÇOS E DE APOIO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA	69
4.2 AS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES MACROECONÔMICAS INICIADAS NA DÉCADA DE 1980 ..	74
4.3 AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA AGROINDUSTRIAL DA REGIÃO OESTE CATARINENSE	79
4.4 A AGRICULTURA NA REGIÃO OESTE CATARINENSE DOS ANOS DE 1970 A 2000	84
4.4.1 Milho	85
4.4.2 Feijão	89
4.4.3 Fumo.....	91
4.4.4 Soja	93
4.4.5 Outros produtos agrícolas	95
4.4 RESUMO E CONCLUSÕES	99

V TRANSFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO DE SUÍNOS E AS MUDANÇAS NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA AGROINDÚSTRIA.....	101
5.1 A LÓGICA DO COMPORTAMENTO ECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	102
5.2 OS SISTEMAS PRODUTIVOS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR	103
5.2.1 Sistema produtivo de policultura subordinado à suinocultura: formação, desenvolvimento e crise.....	105
5.2.1.1 A avicultura	116
5.2.2 A formação do sistema produtivo de policultura associada à produção de leite.....	121
5.2.3 Outros sistemas e produções	126
5.3 TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES ENTRE AGROINDÚSTRIA E AGRICULTURA FAMILIAR	129
5.4 AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO ATUALMENTE: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DOS DADOS DAS ENTREVISTAS	131
5.5 RESUMO E CONCLUSÕES	138
VI AGROINDÚSTRIA E AGRICULTURA FAMILIAR: TRÊS DÉCADAS DE MUDANÇAS COM REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	141
6.1 O PROCESSO MIGRATÓRIO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE.....	142
6.2 O MOVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE	149
6.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS	153
6.3.1 Previdência Social	154
6.3.2 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.....	156
6.3.4 As políticas públicas municipais	160
6.4 OS INDICADORES SOCIAIS	162
6.4.1 Renda	162
6.4.2 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.....	164
6.4.3 Concentração de renda	166
6.4.4 Educação	168
VII CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	170
VIII REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180
ANEXOS	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número Total de Entrevistas	23
Tabela 2 – Estimativas de Saldos Migratórios da Colônia Velha Para a Região Oeste Catarinense	56
Tabela 3: Produção e Consumo Per Capita de Carnes de Frango, Suíno e Bovina no Brasil.....	63
Tabela 4: Participação dos Produtos no Faturamento do Grupo Sadia	64
Tabela 5: Evolução do Número Total de Suinocultores e de Integrados no Oeste Catarinense 1980/93.....	65
Tabela 6: Evolução do Crédito Rural Segundo as Modalidades (em milhões de US\$).....	70
Tabela 7: Financiamentos Concedidos por Fontes de Recursos – 1990 a 2000	71
Tabela 8: Taxas Médias Anuais de Crescimento das Quantidades Produzidas em Lavouras Seleccionadas no Brasil - 1961/1970 e 1971/1980	72
Tabela 9: Brasil – Produção Agrícola de Produtos Seleccionados – Década de 1990 (em milhões de toneladas)	76
Tabela 10: Evolução dos Índices de Preços Reais Recebidos Pelos Agricultores Brasileiros Durante 1989/99 (1989 = 100)	77
TABELA 11: Evolução dos Índices de Rendimento Físico da Agricultura Brasileira Durante 1989/99 (1989 = 100)	79
Tabela 12: Participação do Estado de Santa Catarina e da Região Oeste no Rebanho Nacional de Suínos.....	110
Tabela 13: Participação da Região Oeste e do Estado de Santa Catarina na Produção Brasileira de Aves -1990 a 2007.....	117
Tabela 14: Participação dos Avicultores e da Agroindústria nos Custos e Receitas na Produção de Aves	120
Tabela 15: Região Oeste: Participação na Produção Nacional e Estadual de Leite.....	124
Tabela 16: Distribuição Fundiária das Famílias Produtoras de Fumo na Região Sul	127
Tabela 17: Número Total de Famílias Por Propriedade	131
Tabela 18: Percentual de Associação a Cooperativas de Acordo Com Categoria	132
Tabela 19: Estrutura Fundiária das Por Tamanho de Área.....	132
Tabela 20: Ano de Acesso a Terra.....	
Tabela 21: Tamanho das Residências.....	
Tabela 22: Atividades Comerciais Desenvolvidas nas Propriedades.....	134
Tabela 23: Número e Percentual de Atividades Iniciadas por Década	134

Tabela 24: Origem dos Insumos Utilizados	134
Tabela 25: Trajetória das Propriedades em Relação às Principais Atividades.....	135
Tabela 26: Motivações Para a Entrada na Produção.....	135
Tabela 27: Motivos Para Abandono das Atividades.....	136
Tabela 28: Renda Média das 11 Propriedades de Agricultores Familiares Entrevistados.....	137
Tabela 29: População Total: Brasil, Santa Catarina, Região Oeste	142
Tabela Nº 30: Participação Relativa da População do Estado de Santa Catarina na População Nacional e da População da Região Oeste em Relação na População Estadual	143
Tabela 31: Taxa de Crescimento Anual da População - Brasil, Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões.....	144
Tabela 32: Taxas Anuais de Crescimento da População Urbana - Brasil, Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões.....	145
Tabela 33: Taxas de Crescimento da População Rural - Brasil, Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões.....	145
Tabela 34: Participação Relativa da População Rural do Oeste Catarinense em Relação o Estado de Santa Catarina e do Estado em Relação ao País	146
Tabela 35: População Total, Saldo Natural e Saldo Migratório: Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões (1996, 2000 e 2007).....	147
Tabela 36: Participação Relativa no Movimento Econômico Estadual dos Municípios do Oeste Catarinense em Nível de Associações dos Municípios.....	151
Tabela 37: Crescimento do Número de Benefícios, da Arrecadação e dos Pagamentos do INSS (2001 – 2005): Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões - %	154
TABELA 38: Pagamentos do INSS, Como Percentual do Movimento Econômico - Santa Catarina e Região Oeste	155
Tabela 39: Número de Contratos em Milhares – Brasil, Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões	157
Tabela 40: Participação Relativa da Região Oeste em Relação ao Estado no Número de Contratos e do Estado em Relação ao Brasil	157
Tabela 41: Montante de Recursos Liberados do PRONAF Entre os Anos de 2000 e 2008 em Valores do Ano de 2000 – Brasil, Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões (Milhões de Reais)	158
Tabela 42: Participação Relativa da Região Oeste em Relação ao Estado do Montante de Recursos Liberados do PRONAF e do Estado em Relação ao Brasil.....	158

Tabela 43: Percentual dos Recursos Liberados do PRONAF, Comparados ao Total do Movimento Econômico - Santa Catarina e Região Oeste	160
Tabela 44: Renda das Famílias: Participação das Parcelas Com Origem no Trabalho e das Transferências Governamentais	163
Tabela 45: Renda Per Capita: Média dos Municípios da Região em Reais	164
Tabela 46: IDH Municipal – Região Oeste, Microrregiões e Estado de Santa Catarina.....	165
Tabela 47: Variação dos IDH's Municipal Anos 1991 – 2000, Microrregiões, Região Oeste e Estado de Santa Catarina	165
Tabela 48: Índice de GINI – Microrregiões, Região Oeste e Estado de Santa Catarina.....	167
Tabela 49: Taxa Bruta de Frequência à Escola, Microrregiões, Região Oeste e Estado de Santa Catarina	169

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa das seis mesorregiões Catarinense.....	17
Figura 2: Mapa da mesorregião Oeste Catarinense, com suas cinco microrregiões	18
Figura 3: Mapa da mesorregião Oeste Catarinense, com seus 117 municípios	19
Figura 4: Evolução dos recursos aplicados pelo PRONAF (1999 a 2007).....	72
Figura 5: Região Oeste: Área Plantada de Milho em Hectares – 1973 a 2007.....	85
Figura 6: Região Oeste: Produtividade Média de Milho	86
Figura 7: Região Oeste: Preço Médio da Saca de 60 Kg de milho	87
Figura 8: Receita e Custos Produção de Milho Nível de Tecnologia Média.....	88
Figura 9: Área plantada de Feijão (1973 a 2007)	90
Figura 10: Área plantada de Fumo – 1973 a 2007	92
Figura 11: Área plantada de Soja – 1973 a 2007	94
Figura 12: Área plantada de Cana-de-açúcar – 1973 a 2007	96
Figura 13: Área plantada de Laranja – 1973 a 2007	97
Figura 14: Área plantada de Mandioca – 1973 a 2007	98
Figura 15: Preço e custos de produção de Suínos	112
Figura 16: Valores médios de bonificação pagos por suíno de 100 Kg	113
Figura 17: Preço e custos de produção de aves – Avicultor	118
Figura 18: Preço e custos de produção de aves – Agroindústria.....	118
Figura 19: Preço e custos de produção de aves – Total	119
Figura 20: Preço e custos de produção de Leite	125
Figura 21: Variação relativa do movimento econômico do Oeste Catarinense em relação ao estado de Santa Catarina	149
Figura 22: Movimento econômico do Oeste Catarinense em Reais de 2004.	150
Figura 23: Participação relativa da região no total do repasse de ICMS	152
Figura 24: Soma dos índices de participação no repasse do ICMS para os municípios, dos municípios da região Oeste Catarinense.	153
Figura 25: Valores médios dos contratos do PRONAF em reais do ano 2000. Deflacionados pelo IPCA.....	159
Figura 26: Mapa da renda per capita média dos municípios do estado de Santa Catarina – ano de 2000.....	164
Figura 27: Mapa do IDH municipal ano de 2000 – SC.....	166
Figura 28: Mapa do índice de GINI municipal ano 2000 – SC.....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fundação dos Principais Frigoríficos Suinícola Catarinenses	58
Quadro 2: Principais Acontecimentos Envolvendo as Agroindústrias de Carnes com Sede na Região Oeste Catarinense Durante a Década de 1980	79
Quadro 3: Principais Acontecimentos Envolvendo às Agroindústrias de Carnes com Sede na Região Oeste Catarinense Durante a Década de 1990	80
Quadro 4: Principais Acontecimentos Envolvendo às Agroindústrias de Carnes com Sede na Região Oeste Catarinense Durante a Década de 2000	81
Quadro 5: Evolução dos Sistemas de Produção de Suínos no Oeste de Santa Catarina	111

LISTA DE SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados;
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
ICEPA-Instituto Catarinense de Economia e Planejamento Agrícola;
DESER - Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais;
IPEA - Instituto Pesquisa e Economia Aplicada;
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social ;
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento;
CONSELEITE - Conselho Estadual do Leite de Santa Catarina;
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
SAA - Sistemas agro alimentares;
EMATER - Empresas Estaduais de Extensão Rural;
OMC - Organização Internacional do Comércio;
CUT - Central Única dos Trabalhadores;
CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura;
MPE's - Micro e Pequenas Empresas;
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural;
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural;
CFP - Comissão de Financiamento de Produção;
IAA - Instituto do Açúcar e Alcool;
IBC - Instituto Brasileiro do Café;
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador;
PGPM - Política Geral de Preços Mínimos;
PROAGRO - Programa de Seguro da Produção Agropecuária;
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
BF - Brasil Foods;
FDRI - Fórum Regional de Desenvolvimento Integrado;
AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste Catarinense;
APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense;
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano;

I INTRODUÇÃO

A globalização econômica aprofundou os desafios para diferentes setores produtivos, bem como para distintos países e regiões supranacionais, tendo em vista a mobilidade do capital e, sobretudo, o aumento da concorrência. A inserção das regiões em mercados cada vez mais interconectados globalmente passou a ocupar, e cada vez mais, o debate sobre o desenvolvimento regional. No âmbito dos estudos regionais, essa situação estimulou análises sobre os processos de mudanças produtivas, sobre reestruturação, desencadeados em reação ao aprofundamento dos desafios, ao nível das regiões.

Ao mesmo tempo, multiplicaram-se as tentativas de viabilizar possibilidades de promoção do desenvolvimento territorial, local e regional, sobretudo considerando os atributos próprios das regiões. A ênfase nessa perspectiva mais “endógena” do desenvolvimento tem caracterizado enfoques recentes sobre o assunto, inclusive na América Latina e no Brasil, ainda que a questão seja controversa.

Esse é o contexto histórico e temático desta dissertação, que se ocupa da região Oeste Catarinense. Seu conteúdo é uma análise das relações entre o capital agroindustrial ligado à suinocultura e a agricultura familiar, com realce para os desdobramentos dessa integração sobre o desenvolvimento regional. Encontra-se em estudo o modo como se formam, desenvolvem e transformam as relações entre agroindústrias e agricultura familiar ao longo do tempo, com diferentes impactos sobre cada parte desses dois atores envolvidos, e principalmente, sobre o desenvolvimento da região.

A área objeto do estudo compreende a mesorregião Oeste Catarinense, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A figura 1 apresenta a região Oeste e as demais cinco mesorregiões no mapa de Santa Catarina. Conforme pode ser visualizado na Figura 2, a mesorregião Oeste Catarinense se subdivide em cinco microrregiões - São Miguel do Oeste, Chapecó, Concórdia, Joaçaba e Xanxerê - Sendo composta por 117 municípios, de acordo com a apresentação no mapa ilustrativo da figura 3. (Lista dos 117 municípios no Anexo A).



Figura 1: Mapa das seis mesorregiões Catarinense. Oeste Catarinense em Azul. Baixada em: <http://www.turismocatarinense.tur.br/mapas/maparegiones.htm>

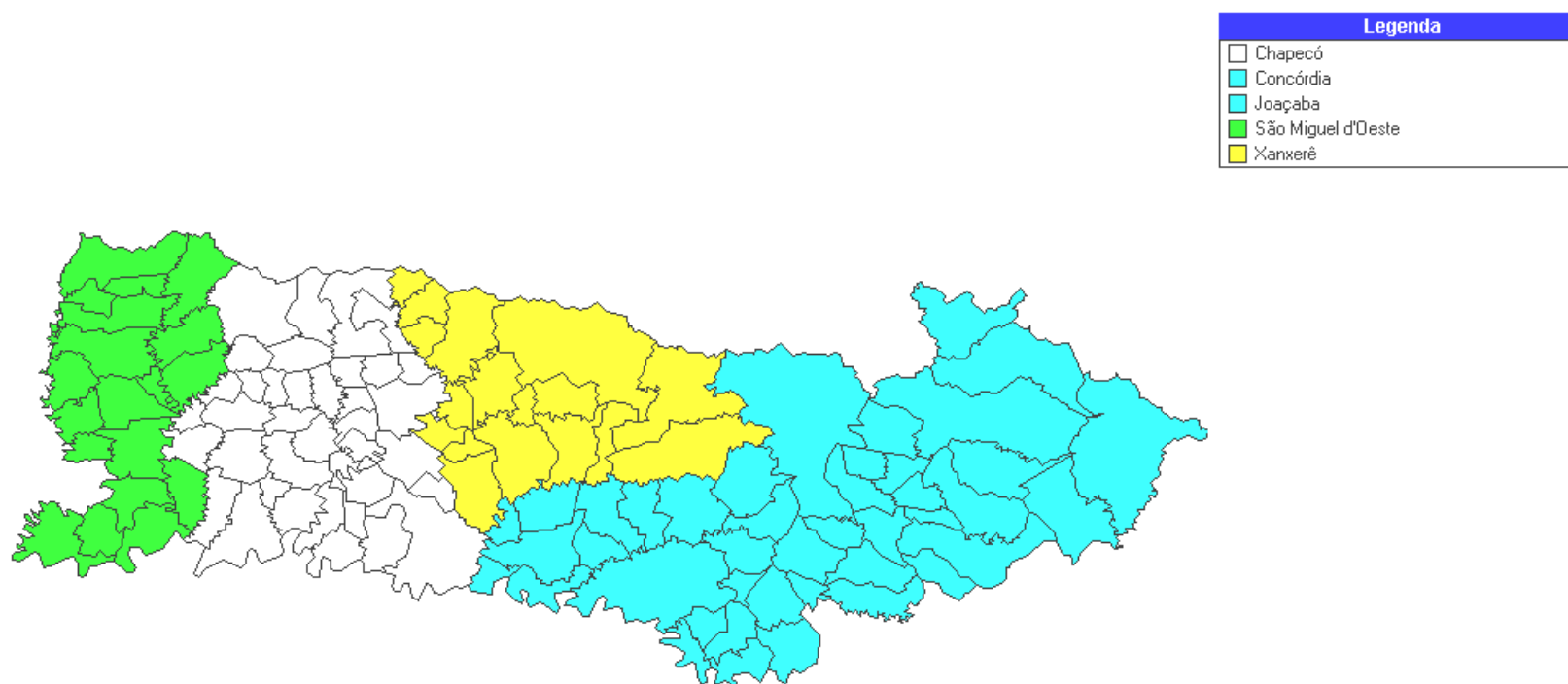


Figura 2: Mapa da mesorregião Oeste Catarinense, com suas cinco microrregiões. Fonte Atlas do Desenvolvimento Humano, PNUD – elaborado pelo autor.

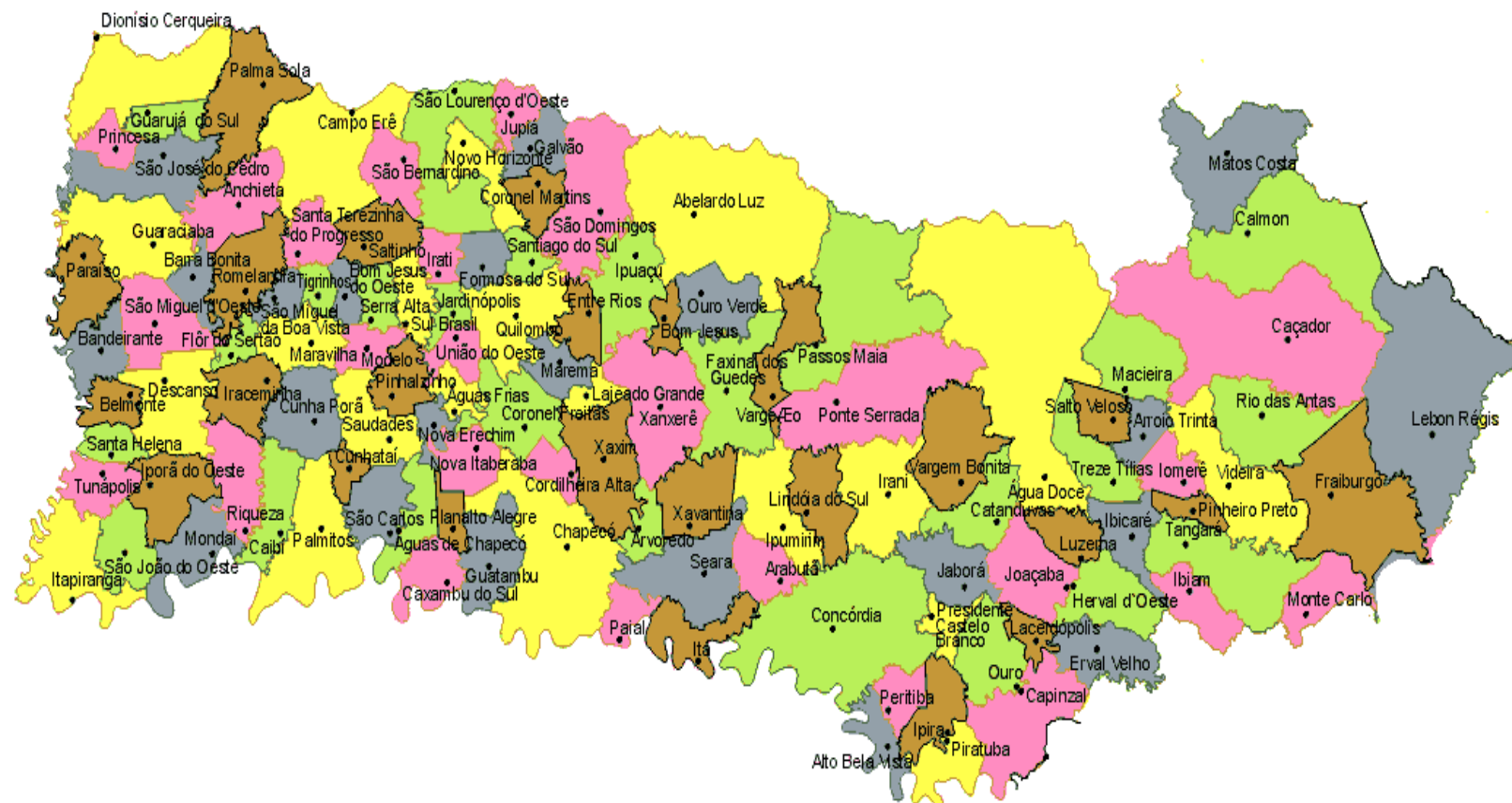


Figura 3: Mapa da mesorregião Oeste Catarinense, com seus 117 municípios. Baixada em: <http://www.turismocatarinense.tur.br/mapas/maparegioes.htm>

A agricultura familiar da região é apontada na literatura como setor que teve papel determinante na formação das condições para o desenvolvimento do parque agroindustrial. A agroindústria, principalmente a de carnes, é responsável pela dinâmica econômica regional e se constitui num dos pilares da economia catarinense. De acordo com Guilhoto *et al* (2007), em 2004 54,46% do PIB catarinense esteve ligado ao agronegócio, sendo que 22,57% do mesmo PIB estava ligado à agricultura familiar. Considerando que a região Oeste Catarinense produz cerca de 50% do valor bruto da produção agropecuária do estado (MIOR, 2003), depreende-se que a agroindústria instalada nesta região é de vital importância, tanto para a economia regional, como para a economia catarinense. Em 2007, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego –MTE, a agroindústria foi responsável por 20,21% dos empregos da região Oeste Catarinense, ou seja, de cada 5 pessoas empregadas com carteira assinada, uma trabalhava no setor da alimentação. Assim, parece não haver equívoco em afirmar que o desenvolvimento da região está diretamente ligado à agricultura familiar, quer dizer, a inserção desta na economia regional numa relação estabelecida com o sistema agroindustrial.

O problema de pesquisa colocado pode ser formulado na forma da seguinte pergunta: **como se articulam os processos, por um lado, de crescimento e reestruturação do capital agroindustrial suinícola, e, por outro lado, de produção e reprodução da agricultura familiar na região Oeste Catarinense a partir da década de 1980?** Esse problema de pesquisa envolve também a pergunta: **Quais os desdobramentos destas transformações sobre o desenvolvimento da região Oeste Catarinense?**

O fundamento dessa dupla indagação é que as relações entre agricultura familiar e agroindústria de carnes sofreram mudanças profundas nas últimas décadas, com milhares de agricultores abandonando a produção de suínos e partindo em busca de alternativas de produção. Como indicado nos estudos de Testa *et al* (1996), Mior (2005), Campos (1987), Ferrari (2003) entre outros, esse tipo de transformação tem impactos certos sobre o conjunto da sociedade regional e são os vetores principais desse processo que a presente pesquisa busca estudar, pretendendo dar uma contribuição para a compreensão da atual realidade econômica e social da região.

A literatura existente sobre o assunto indica que o desenvolvimento regional no Oeste Catarinense, até a década de 1980, foi dinamizado a partir do crescimento da produção de suínos, no âmbito da agricultura familiar e do respectivo processamento pela agroindústria suinícola. De fato, a expansão da produção suinícola e o consequente aumento da renda do

setor primário e agroindustrial geraram o aquecimento da demanda de bens e serviços, oportunizando o crescimento de outros setores produtivos e de serviços na região.

Nesse período, a agricultura familiar e a agroindústria foram conjuntamente os setores dinamizadores da economia regional. Na agroindústria, isso ocorreu a partir dos polos onde se instalou - Chapecó, Joaçaba, Concórdia e outras cidades menores - por meio da geração de trabalho e renda, o que atraiu investimentos e população para estes centros. Levando a um rápido crescimento urbano destas cidades. Na agricultura familiar, com uma distribuição bastante homogênea em todo o território, a vitalização ligada a uma demanda crescente de suínos que gerava renda em seu sistema de produção representava a dinamização das economias locais no conjunto da região.

A importância da agricultura familiar, relativamente à agroindústria, aumentava à medida que crescia a distância das cidades pólos onde estavam instaladas as plantas industriais. Assim, enquanto a agroindústria dinamizava a economia regional pela geração de empregos e pela demanda por serviços e matérias primas, a agricultura familiar fazia o mesmo por conta da sua capacidade de descentralizar a dinâmica econômica para as regiões mais remotas do território oeste.

Esta dissertação trabalha com duas hipóteses, elaboradas a partir da literatura regional sobre o tema, que orientam o caminho percorrido neste trabalho. Estas duas hipóteses serão testadas ao longo da pesquisa, que busca verificar a sua veracidade em relação ao tema em estudo. Estas duas hipóteses afirmam que:

- a) a integração dos produtores de suínos às agroindústrias, com as transformações que se desencadearam dessa relação de integração, concentração da produção e exclusão de milhares de famílias, provocaram a desarticulação e, conseqüentemente, a reestruturação dos sistemas de produção e reprodução da agricultura familiar regional;
- b) a diminuição do dinamismo econômico da agricultura familiar, provocado pela desestruturação de seu sistema produtivo predominante, desencadeou um processo de transformações na estrutura produtiva regional, com diferentes impactos (negativos e positivos) ao longo de duas décadas no desenvolvimento econômico e social da região.

O objetivo geral do trabalho é estudar a relação historicamente estabelecida entre o capital agroindustrial e a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, apontar elementos de compreensão sobre como esse vínculo repercutiu no desenvolvimento econômico da região Oeste Catarinense.

Os objetivos específicos são:

- a) apresentar um marco conceitual e analítico para o estudo das relações, no Oeste Catarinense, entre agricultura familiar e capital agroindustrial, e dos correspondentes reflexos para o desenvolvimento regional;
- b) recuperar a trajetória das relações entre a agricultura familiar e as agroindústrias, com foco na suinocultura, e dos seus reflexos sobre o desenvolvimento regional até a década de 1980;
- c) descrever as mudanças provocadas pelas políticas macroeconômicas nas relações entre a agricultura familiar e o capital agroindustrial a partir da década de 1980 e;
- d) descrever e analisar as rupturas nos sistemas produtivos da agricultura familiar, com seus reflexos no desenvolvimento econômico regional, provocadas pela implantação do sistema de integração da suinocultura à agroindústria, levando à criação e recriação das desigualdades sociais na região.

A metodologia utilizada segue, em linhas gerais, as três características dos estudos de formação econômica brasileira: (a) forte relação com o processo histórico, que é, determinante no estudo das características econômicas que motivam os diferentes processos de desenvolvimento, com suas formas de produzir e distribuir a produção; (b) observação do contexto externo aos ambientes em que esses processos ocorrem, com as influências exógenas exercidas, criando oportunidades ou impondo limites ao desenvolvimento da região; (c) consideração dos determinantes endógenos, já contidos na formação econômica e social local, capazes de dinamizar o processo de desenvolvimento regional.

Foi por esse tríplice prisma que se idealizou o estudo do desenvolvimento econômico da região Oeste Catarinense com foco nos desdobramentos do processo de integração entre a agroindústria suinícola e a agricultura familiar. O trabalho representa, portanto, um olhar analítico sobre a história recente da região, no que concerne ao papel das agroindústrias e da agricultura familiar, especialmente as relações entre ambas as esferas. Esse olhar perscruta os fatores endógenos e exógenos do processo de desenvolvimento econômico regional e foca, particularmente, o processo de criação e recriação das desigualdades sociais no interior da região.

De natureza qualitativa, o estudo utiliza-se de dados e informações bibliográficas, buscados junto a materiais de institutos de pesquisa e, principalmente, de informações junto a 30 pessoas entrevistadas. A tabela 1 informa sobre essas entrevistas. São: 13 agricultores; 6 representantes de organizações produtivas (agroindústria, cooperativas, associações); 6 representantes de entidades de representação (sindicatos e associações); 5 representantes de órgãos públicos (prefeitura, câmara de vereadores e associações de municípios). A tabela mostra também que as entrevistas ocorreram em 20 municípios das cinco microrregiões.

Tabela 1: Número Total de Entrevistas Com a Distribuição Por Categorias, Número de Municípios e Microrregiões Abrangidos

Caracterização dos Entrevistados	Nº de Entrevistas	Nº Municípios Envolvidos	Nº Microrregiões Envolvidas
Agricultores(as)	13	10	4
Organizações Econômicas	5	5	3
Entidades de Representação	6	6	4
Representantes Políticos	6	6	4
TOTAL	30	20	5

Elaboração autor

Em relação aos objetivos, a pesquisa classifica-se como uma análise descritiva e explicativa da relação entre às agroindústrias e a agricultura familiar, e de seus impactos no desenvolvimento econômico da região Oeste Catarinense. Descritiva, por buscar levantar informações e descrever as relações entre as partes e o seu desdobramento no conjunto. Explicativa, por buscar identificar os elementos que determinam as mudanças recentes ou contribuem para explicar o problema em questão: compreender o processo histórico da interrelação da reprodução da agricultura familiar a partir de sua integração com o setor agroindustrial e ao mercado regional, nacional e internacional.

Os procedimentos técnicos utilizados foram: a) pesquisa bibliográfica; b) pesquisa de campo na forma de entrevista. A pesquisa bibliográfica compreendeu duas partes. A primeira para a contextualização teórica do objeto de estudo, envolvendo os temas da formação econômica brasileira e catarinense, da agricultura familiar, das agroindústrias e das transformações na economia internacional no âmbito do processo de mundialização do capital. A segunda concentrou-se no estudo da região Oeste Catarinense, compreendendo a pesquisa em trabalhos já realizados sobre história, economia, agricultura familiar e agroindústria da região.

Já, a pesquisa de campo envolveu, como assinalado anteriormente, o levantamento de informações e dados recolhidos por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas junto a 30 pessoas entre agricultores, dirigentes sindicais, secretários de agricultura, associações de municípios, vereadores, cooperativas e agroindústrias, durante o período de janeiro a junho de 2009. O critério utilizado na escolha das entrevistas foi garantir a cobertura mais ampla possível de realidades produtivas das propriedades agrícolas da região. Assim, como das diferentes visões sobre o tema em estudo. Entre os 13 agricultores entrevistados, 11 são agricultores(as) familiares de acordo com o conceito do Programa Nacional de Fortalecimento

da Agricultura Familiar – PRONAF, correspondendo a 84,61% das entrevistas, e dois são agricultores empresariais. Sendo que os últimos são unidades produtivas com fortes características familiares, não se enquadrando como agricultura familiar somente pela quantidade de mão-de-obra contratada.

Foram realizados quatro roteiros de entrevista: um para as unidades produtivas da agricultura familiar; um segundo para as entidades de representação; o terceiro para as empresas e cooperativas; o quarto para as lideranças políticas (Ver roteiros nos anexos B, C, D e E). Além das anotações, as entrevistas foram gravadas para verificação das mesmas. Uma vez concluídas, estas foram sistematizadas, por meio de um roteiro, com os elementos centrais de interesse deste trabalho. Somente foram transcritas das entrevistas, as partes consideradas necessárias para os objetivos da pesquisa.

A pesquisa utilizou-se também de dados disponibilizados pelos seguintes órgãos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto Catarinense de Pesquisa Econômica Agrícola - ICEPA, Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais – DESER, Instituto Pesquisa e Economia Aplicada – IPEA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Ministério da Saúde, Secretária da Fazenda do Estado de Santa Catarina e Conselho Estadual do Leite de Santa Catarina - CONSELEITE. Além dessas fontes, foram também utilizados dados apurados por outros pesquisadores, em trabalhos anteriores.

Esta dissertação encontra-se estruturada em 7 capítulos, sendo o primeiro referente a introdução, que apresenta: o problema de pesquisa, o objetivo geral e os específicos, a hipótese de trabalho e a metodologia de pesquisa. No segundo capítulo, discorre-se sobre o processo de mundialização do capital e as transformações nas formas de inserção das regiões no desenvolvimento. Considerando-se o modo como as transformações do sistema agro alimentar reorientaram as relações entre as grandes agroindústrias e a agricultura familiar, com impacto no desenvolvimento da região Oeste Catarinense. No terceiro capítulo é revisada a literatura sobre a relação da agricultura familiar com as agroindústrias, e os respectivos desdobramentos na formação econômica da região Oeste Catarinense, até a década de 1980. O quarto capítulo descreve as transformações ocorridas na produção agropecuária brasileira, às mudanças no sistema agroindustrial da região Oeste Catarinense e o comportamento da agricultura regional a partir da década de 1980, relacionados com as transformações da política macroeconômica brasileira. No quinto capítulo são analisadas, a partir da lógica econômica da agricultura familiar, as mudanças ocorridas nos sistemas produtivos das

propriedades familiares na região Oeste Catarinense, bem como as transformações nas relações entre a agricultura familiar e as agroindústrias. O sexto capítulo trata dos reflexos das transformações ocorridas na relação entre a agricultura familiar e a agroindústria suinícola no desenvolvimento da região nas últimas três décadas. Em fim, no sétimo capítulo, apresentam-se as considerações finais, comentando-se os dados e informações coletados durante a pesquisa de campo. Os resultados obtidos e principalmente às mudanças ocorridas nas relações entre a agricultura familiar e a agroindústria suinícola. São também apresentadas sugestões de futuros programas de pesquisa sobre o tema.

II GLOBALIZAÇÃO, CAPITAL AGROINDUSTRIAL E POSSIBILIDADES DOS TERRITÓRIOS RURAIS: UM ESBOÇO DO DEBATE SOBRE OS TERMOS

O objetivo deste capítulo é o de contextualizar analiticamente o pretendido com o estudo sobre a região Oeste de Santa Catarina. Como indicado no título da dissertação, este estudo aborda as mudanças recentes nas relações entre o capital agroindustrial e a agricultura familiar, em torno de um importante segmento do sistema agroalimentar: a suinocultura. Procura também focalizar os reflexos dessas mudanças em termos de desenvolvimento regional no Oeste Catarinense.

Assim, a contextualização analítica contida neste capítulo abarca aspectos importantes do debate geral sobre o processo de globalização da economia, em especial no tocante ao envolvimento de estruturas produtivas regionais na dinâmica econômica global. Especificamente, considera-se o problema da reestruturação, no marco da globalização, dos sistemas agroalimentares, e a questão relativa aos reflexos desta reestruturação nos vínculos entre empresas agroindustriais e agricultura familiar, tendo-se em vista as características da base produtiva da região objeto da investigação. A contextualização analítica efetuada alcança ainda, embora somente em grandes traços, a problemática do desenvolvimento regional, em sintonia com o escopo dos objetivos da pesquisa.

O capítulo está organizado em 4 seções como segue. Na primeira fala-se sobre o processo de mundialização do capital e as transformações ocorridas na organização dos sistemas agroalimentares. Na segunda, focaliza-se o debate sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento rural na forma como tal debate evolui recentemente no Brasil. Já na terceira, trata-se da problemática do desenvolvimento regional frente à globalização em termos gerais. E a quarta e última seção “sintetiza” os conteúdos anteriores, procurando definir um enquadramento analítico sobre as relações entre a agroindústria suinícola e a agricultura familiar no Oeste Catarinense.

2.1 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

O termo globalização, nascido no início dos anos de 1980, nas grandes escolas americanas de administração, as famosas “*Business management*”, se popularizou a partir do discurso dominante. Ela é geralmente apresentada, pelos representantes dos grandes grupos econômicos, como uma situação “inevitável”, por estar ligada a uma “globalização da economia”, imposta pelo livre jogo do mercado, tornando-se nas últimas décadas um “*slogan*” das organizações internacionais (CHESNAIS, 1992).

Para Arrighi (1996), períodos de crise, reestruturação e reorganização são típicas da história da economia capitalista mundial. Portanto, a globalização seria mais uma etapa nesse processo constante de reorganização do capitalismo. As relações entre Estado, sociedade e mercado que se institucionalizaram na época do pós II guerra mundial, têm sido transformadas nas últimas décadas, com as políticas neoliberais de desregulamentação e privatização do Estado (BENAVIDES, 2005).

Este processo de transformação é decorrente de um novo regime mundial de acumulação, dependente do capital privado que é altamente concentrado, aplicado tanto na produção de bens e serviços como, principalmente, e de forma crescente, na esfera financeira. Este regime de acumulação é uma nova fase no processo de internacionalização, chamado por Chesnais de “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1992). Desta forma, representa uma nova etapa na evolução do capitalismo mundial, caracterizando-se pela mercantilização aprofundada de numerosas esferas da atividade econômica, social e cultural, assim como, pela integração de diversos segmentos da economia internacional, na constituição efetiva de um mercado mundial.

Esta nova etapa da evolução do capitalismo mundial provocou a reorganização espacial da produção, com efeitos no desenvolvimento econômico. De acordo com Harvey (2004), este não é um fato novo, pois, quando visto como processo, algo semelhante à “globalização” tem uma longa presença na história do capitalismo. Este não pode sobreviver sem ajustes espaciais e a territorialização e reterritorialização do capitalismo são, assim, processos incessantes.

Santos (1994), de sua parte, assinala que a história humana é a história da diminuição do número de sistemas técnicos, um processo que se revela acelerado pelo capitalismo.

Atualmente, há a predominância de um único sistema técnico, o que representa a base material da mundialização.

Como observado em diversos estudos (como por exemplo, Baumann (1996), Chesnais (1992), Benavides (2005)), entre as principais características da atual processo de internacionalização do capital, destacam-se: a) aumento do volume e na velocidade de circulação do capital financeiro, dominando a internacionalização, mais do que as trocas, moldando às estruturas que predominam na produção e no intercâmbio de bens e serviços; b) crescimento das trocas intra-firmas, que ganham cada vez mais peso no comércio internacional; c) globalização das instituições financeiras com o objetivo de facilitar as fusões e aquisições das empresas multinacionais; d) centralização e concentração do capital internacional, tornando o oligopólio mundial a forma mais característica da oferta; e) surgimento de novos tipos de empresas multinacionais com formas organizacionais do tipo “rede”; f) uma nova relação entre a sociedade, o Estado e o mercado, assim como novos conteúdos de valorização e qualificação dos bens e serviços; g) uma maior integração e interdependência em vários níveis (institucional, produtivo, comercial, entre outros), além de uma maior intensificação da governança privada (principalmente impulsionada pelas corporações transnacionais) face à governança pública da vida econômica.

A flexibilidade, tanto das relações de trabalho como da organização produtiva, facilitada pelo avanço nas tecnologias da informação e da comunicação que levaram a um novo paradigma na dinâmica tecnológica internacional, baseada em tecnologias intensivas em informação (CASSIOLATO *et al*, 1998; WILKINSON, 1999), estão na base do processo de internacionalização do capital. Nas relações de trabalho a desregulamentação e a “flexibilidade” dos contratos foram a tônica no ideário do capital internacional.

Desta forma, a globalização tornou-se um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre os diversos países (SINGER, 1998; POCHMANN, 2001). A flexibilização da organização produtiva, com a superação da rigidez do sistema fordista de produção com base no estado de bem estar social, dando lugar ao sistema toyotista, com a implementação do princípio de “produção enxuta” (*lean production*) caracterizado pela subcontratação e o *just-in-time*, serviu para que os grandes grupos repassassem às empresas subcontratadas os acasos da conjuntura. Isto representou à imposição de seus assalariados a precariedade nas relações de trabalho, tudo associado a níveis salariais baixos (CHESNAIS, 1992), que possibilitou a diminuição de custos e, conseqüentemente, o aumento das taxas de lucro.

A globalização também tem implicações no âmbito do funcionamento do Estado, Celso Furtado (1999 a) afirma: “quanto mais as empresas se globalizam, quanto mais escapam da ação reguladora do estado, mais tendem a se apoiar no mercado externo para crescer”. Para o mesmo autor (1999 b), a economia capitalista buscou desde cedo a frente externa para se expandir, num crescimento que, ancorado no mercado externo dos grupos multinacionais, provocou na era da globalização uma profunda reestruturação do Estado nação. Essas mudanças gerais na atuação do Estado relacionam-se com a passagem do modelo de regulação macroeconômica “fordista”, centrada no planejamento e na regulação, para a intensificação da sua “função empresarial” após a década de 1970 (GREEN E SANTOS, 1992).

Com a globalização, de fato o Estado nação parece mais esvaziado, sendo o seu poder transferido, por um lado, para o âmbito dos mecanismos de mercado, monopolizado pelas transnacionais, tornando-se os governos quase reféns das mesmas por terem que seduzi-las na competição encarniçada para atrair o grande capital (LINS, 2001). Por outro lado, grande parte de suas funções, seja de planejamento, seja sociais, são descentralizadas para esferas intermediárias de ação pública em termos territoriais, como esferas regionais e locais (LINS 2003).

No Brasil, a inserção no processo de globalização ocorreu de forma abrupta e sem a adoção de políticas de proteção, levando a economia brasileira a sofrer os reflexos do processo de internacionalização do capital de forma intensa. A abertura da economia brasileira à economia internacional, desde o final dos anos 1980, fez-se de fato, a um preço considerável. Ao invés de conceber um modelo de desenvolvimento a partir das peculiaridades nacionais, levando-se em conta os constrangimentos internacionais, o que se promoveu foi o desmantelamento do Estado e dos mecanismos construídos a partir da década de 1930 que permitira a inserção do país no processo de industrialização. Este processo ocorreu com a adoção acrítica de uma política econômica que beneficiou as empresas internacionais, em detrimento das de capital nacional (FURTADO, 1999 b).

As considerações anteriores sobre a globalização representam “preâmbulo” à abordagem do seguinte aspecto do funcionamento da economia mundial: no âmbito da organização das cadeias produtivas, os processos contemporâneos têm levado à concentração do poder nas mãos de poucos grandes conglomerados econômicos. Isso tem-se observado também na evolução das cadeias agroalimentares, que têm se concentrado em grandes empresas, nos âmbitos nacionais e internacional (MIOR, 2005), seguindo, portanto, as tendências gerais verificadas no processo de globalização. Neste sentido, a dinâmica

agroindustrial aponta para duas tendências convergentes: a) concentração e internacionalização da oferta produtiva e; b) consolidação da hegemonia da grande distribuição, com base em novas técnicas de gestão e na incorporação dos avanços na logística e da informática (WILKINSON, 2002).

A concentração e internacionalização da oferta produtiva têm ocorrido por meio de fusões e aquisições (WILKINSON, 1999), levando a: modificações na estrutura produtiva, sendo crescente e dominante a cota de mercado absorvido pelas grandes empresas e conglomerados econômicos; redução do nível de emprego; alteração na composição do capital, com a entrada cada vez mais frequente das empresas no mercado financeiro, e com investimento das entidades financeiras no setor agroalimentar, tornando-se, em alguns casos, os principais produtores; troca de orientação produtiva, com a busca incessante da absorção da maior cota de mercado possível, e incorporando aos produtos características em relação as quais a demanda é mais elástica (ZUNIGA, 1991).

Em relação aos mercados nacionais, esse processo levou à retirada dos governos dos controles de preços ou compras. Também ao desmantelamento dos serviços de pesquisa e extensão, bem como à eliminação de políticas ativas setoriais, acompanhadas da abertura para o comércio internacional. Este quadro provocou a fragilização da agricultura familiar e de suas organizações nesses mercados (WILKINSON, 2008). No Brasil, as Empresas Estaduais de Extensão Rural – EMATER, a CONAB, totalmente desmontadas ou sucateadas, são exemplos desta política. A exceção ficou por conta da manutenção da EMBRAPA.

Com a consolidação da hegemonia da grande distribuição, em um processo onde os critérios de quantidade e preço cedem lugar para os de qualidade e para as características desejadas pelos consumidores, tem levado o sistema agroalimentar a ser orientado por estratégias em torno da demanda. Com a massificação do consumo urbano, formou-se uma rede distribuição autônoma da indústria de alimentos que passou a concorrer e a se equiparar aos fabricantes de alimentos mais poderosos. Com a difusão da tecnologia da informação, os setores da distribuição vêm se tornando fator importante de mudança do sistema agroalimentar, em um processo de reestruturação de frente para trás a partir da dinâmica da demanda (WILKINSON, 1999; BELIK E SANTOS, 1997; GREEN E SANTOS, 1992; BELIK, 1995). Estas redes vêm substituindo os canais tradicionais de distribuição e também os fornecedores tradicionais, operando com um número limitado de fornecedores especializados e excluindo pequenos produtores individuais. Estes, somente de forma associativa podem encontrar formas de se viabilizarem (WILKINSON, 2008).

As tendências do sistema agroalimentar frente à globalização são as mesmas dos demais setores. Mas o estudo do sistema agroalimentar, entendido como o processo de produção de alimentos em um todo sistêmico, no qual as diferentes etapas de produção estão inter-relacionadas entre si (ZUNIGA, 1991), tem de estar atento à característica particular deste setor, que a indústria jamais conseguiu superar. Refere-se aqui ao fato de que o processo de industrialização de alimentos mantém a característica inicial do produto que está sendo industrializado, ou seja, a matéria prima da indústria de alimentos é também um alimento (WILKINSON, 1999).

Observa-se igualmente que os hábitos alimentares dos consumidores e às transformações nos mesmos, bem como, às necessidades que estão sendo geradas na vida social na atualidade têm ganhado cada vez mais peso na definição das estratégias adotadas pelas agroindústrias. Inclusive, influenciando a distribuição do poder de mercado entre os diferentes setores que compõem a cadeia agroindustrial. A segmentação de mercado (por idade, tamanho da família, consumo fora de casa), a incorporação de novas características (saúde, natureza, localidade, etc) e o caráter conservador dos consumidores são aspectos que influenciam o funcionamento do setor na atualidade. (WILKINSON, 2002).

Estas transformações nos sistemas agroalimentares vêm sendo influenciado também pelo processo de adesão dos países à Organização Internacional do Comércio – OMC. Tomemos como exemplo o ajuste promovido pelos países em desenvolvimento em seus sistemas de propriedade intelectual, principalmente através da legislação de patentes, abrangendo o setor de sementes e os produtos da biotecnologia, levando-se a uma rápida desnacionalização das empresas nacionais de sementes (WILKINSON, 2008). No Brasil, a última empresa de produção de sementes de milho, a AGROESTE¹, foi vendida no início de 2008, para a multinacional americana Monsanto.

Já o desenvolvimento da biotecnologia por seu turno, poderá levar à redução de custos de produção (pela substituição do uso de produtos químicos), à ampliação da produção e a oferta de produtos com as características desejadas pelos consumidores. Apesar dessa promessa, a biotecnologia sofre grande restrição por parte dos consumidores, inseguros sobre as conseqüências à saúde e ao meio ambiente destas tecnologias. Para os agricultores, além destas duas preocupações gerais, há apreensão em relação ao domínio dos setores de sementes sobre a produção (WILKINSON, 1999).

¹ A AGROESTE sementes, tinha sede no município de Xanxerê na região Oeste Catarinense.

O advento do uso dos biocombustíveis, em substituição às fontes de energias fósseis, trouxe uma nova característica à agricultura mundial, para além da função tradicional da produção de alimentos. É que a agricultura agora responderá também pelo fornecimento de matéria prima para a produção de combustíveis (ABRAMOVAY E MAGALHÃES, 2008). Com isto deverá ser aquecida a demanda por matéria prima agrícola, com impactos na demanda por insumos no conjunto dos setores a montante da produção agrícola.

2.2 A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL PERANTE A GLOBALIZAÇÃO

O estudo econômico de uma determinada região ou território é, geralmente, uma iniciativa complexa, pelas interrelações envolvidas e pelo esforço que exige na determinação do conjunto de elementos implicados. De acordo com Favareto (2007), os territórios ou regiões não são atores sociais, podendo ser vistos muito mais como um “campo”, no sentido dado por Pierre Bourdieu. Representam um todo estruturado de posições, cuja morfologia é dada pela distribuição desigual das diferentes formas de capital em seu interior. Portanto, os territórios não podem ser considerados “sujeitos coletivos”, autônomos, com capacidade de desenvolverem seu próprio futuro, nem as comunidades que habitam estes territórios podem ser a única responsável pelo seu próprio desenvolvimento.

Outro aspecto é que questões econômicas e políticas devem ser consideradas lado a lado. De fato, para Oliveira (2001) uma região é, em síntese, um espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e luta de classes. Onde o econômico e o político se fundem e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos de sua reprodução.

Sendo uma região um espaço, no sentido econômico, onde ocorrem relações de produção diferenciadas, mais ou menos integrados a outras regiões, impõe-se a questão de que referencial teórico pode amparar o estudo das contradições que normalmente desenvolvem-se dentro desses espaços, determinando as condições para o seu desenvolvimento. Para Lipietz (1988), estas contradições só podem ser abordadas por meio de uma análise concreta das estruturas sociais que conferem as regiões alguma individualidade.

O debate sobre o desenvolvimento regional se estruturou, em termos gerais, por pelo menos duas grandes matrizes conceituais, antagônicas e com distintas concepções sobre a natureza dos territórios. Uma que vê o espaço como “plataforma”, como “recipiente” a disputar inversões de capital a partir da propaganda de suas vantagens comparativas. Outra, que considera o território como construção social, resultante de conflitos na luta pelo espaço, ele próprio “construído” pela ação social em seu processo de produção e reprodução histórica (BRANDÃO, 2004).

Em relação à primeira matriz observa-se, por exemplo, o debate do crescimento equilibrado, que ocorre de forma sequencial e em etapas, considerando-se necessário o livre jogo das forças de mercado para possibilitar o desenvolvimento do conjunto das regiões. Nesta visão, as forças da oferta e da procura que regulam produção e preços, maximizando o bem estar social, operam no sentido de fazer com que o desenvolvimento regional ocorra de forma equilibrada. As diferenças regionais de desenvolvimento tendem a ser consideradas como relacionadas às carências ou à ausência de capacidades das regiões, tornando-as menos atrativas ao investimento do capital.

Já a segunda matriz, que privilegia aspectos mais estruturais e dinâmicos, vê a necessidade da investigação histórica e institucional das formas concretas pelas quais se processa a efetivação das leis capitalistas. Assim, no âmbito de tal matriz, defende-se a necessidade de análise minuciosa das reações em cadeia provocadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e dos efeitos de arrasto (*backward linkage*) e de propulsão (*forward linkages*) advindos da complexidade destas estruturas. A articulação destes efeitos geraria os impulsos transformadores no processo estrutural do desenvolvimento. Nesta visão, as livres forças de mercado não operam no sentido de tornar o desenvolvimento equilibrado. Ao contrário, considera-se que o desenvolvimento, a partir da livre atuação das forças de mercado, gera desequilíbrios espaciais.

Três importantes autores ligados a essa segunda matriz são, Hirschman (1961), Myrdal (1957) e Perroux (1966), cujos estudos explicitaram a geração de desequilíbrios do desenvolvimento, e não a tendência ao equilíbrio entre os diversos espaços.

Para Hirschman (1961), o processo de desenvolvimento gera necessariamente uma cadeia de desequilíbrios, portanto, não-equilibrado geograficamente falando:

...podemos admitir, como fato consumado, que o progresso econômico não se manifesta em toda parte ao mesmo tempo e que, uma vez que aquele surja, forças poderosas promovam a

concentração espacial do desenvolvimento, em volta dos pontos originários iniciais (HIRSCHMAN, 1961. p. 275).

Na sua visão forças poderosas promovem a concentração espacial do desenvolvimento em volta dos pontos mais dinâmicos, como cidades, não restando dúvida que, para atingir níveis de renda mais elevados, uma economia nacional, precisará promover vários centros regionais. Estes pontos ou polos de desenvolvimento indicam que a desigualdade internacional e inter-regional é aspecto integrante do próprio desenvolvimento. Nas palavras de Hirschman:

A necessidade da emergência de pontos de desequilíbrios ou polos de desenvolvimento, no curso do processo desenvolvimentista, indica que a desigualdade internacional e inter-regional do crescimento é condição concomitante e inevitável do próprio desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1961. p. 276).

Myrdal (1957), de sua parte, desenvolveu a teoria da causação circular cumulativa, argumentando que mudanças iniciais, sejam adversas ou favoráveis, desencadeiam uma sequência de efeitos que se acumulam à feição de um “círculo vicioso” ou “virtuoso”. Para o autor, o livre jogo das forças do mercado opera no sentido da desigualdade, sendo que a expansão em uma localidade pode provocar efeitos recessivos em outras: os movimentos de mão-de-obra, capital e bens de consumo que são formas pelas quais ocorre a drenagem dos recursos das localidades. Elevando-se os “efeitos recessivos da expansão”, reforçando o processo de acumulação das áreas centrais e ampliando a distância entre o centro e a periferia. De acordo com o autor:

... há uma tendência inerente no livre jogo das forças do mercado a criar desigualdades regionais e que estas tendências tanto mais se agrava quanto mais pobre for um país...(MYRDAL, 1957, p. 63).

A teoria dos polos de crescimentos, desenvolvida por Perroux (1966), parte da constatação de que “o crescimento não surge em todo lugar ao mesmo tempo, manifestando-

se com intensidades variadas em pontos ou polos de crescimento, propagando-se por diferentes vias, com efeitos finais variáveis no conjunto da economia”. Portanto, o desenvolvimento não se dá de forma homogênea, mas sim, heterogênea e desequilibradamente. A interação entre os polos e suas periferias é um importante elemento na construção de Perroux, e o elemento indutor dos efeitos de polarização, capaz de propagar o dinamismo econômico, vincula-se à "indústria motriz", associada a operação de empresas, setores, ou complexos industriais, tecnicamente avançadas, inovadoras e dominantes, que operam em grande escala, com a capacidade de difundir o crescimento a um vasto número de indústrias ou atividades “movidas”.

Nas perspectivas desses três autores, a questão do desenvolvimento é vista como desequilibrada, hierárquica e centralizada. Desequilibrada, pelo fato de o desenvolvimento em uma região provocar diferenças com as regiões que estão estagnadas, ou se desestruturam em suas economias em razão do desenvolvimento das primeiras. Hierárquica, porque o processo de desenvolvimento ocorre tendo-se indústrias motrizes e movidas, o que gera diferentes níveis de poder econômico, de determinação, de acordo com grau de importância na economia. Centralizada, por ocorrer de forma mais intensa nas regiões centrais, atraindo, para os polos, capital, trabalho e a produção de bens e serviços, notadamente os que representam maiores recompensas ou remuneração.

Nos últimos anos, a reflexão e o debate sobre o desenvolvimento em sua dimensão espacial assistiram à entronização de um novo tipo de enfoque analítico, o qual passou rapidamente a inspirar ações de política, tanto no plano internacional como no Brasil. Trata-se do enfoque em termos de aglomerações produtivas especializadas. É vasta a bibliografia recente, sobre a dinâmica produtiva territorializada em que é recorrente o uso de expressões como distrito industrial, aglomerações industriais, *clusters*, sistemas produtivos locais, sistemas agroalimentares localizados, entre outras.

Os estudos sobre distritos industriais têm seu ponto de partida nos trabalhos de Marshall (1920), relativamente aos motivos que levam à concentração de empresas em determinadas localidades. Na contribuição de autores contemporâneos, esses distritos são vistos como entidades sócio-territoriais caracterizadas pela presença de uma comunidade de pessoas ativas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico (BECATTINI, 1994). No tocante a população de empresas trata-se de concentrações geográficas de firmas setorialmente especializadas, principalmente de pequeno e médio porte (PMEs), em que a produção tende a ocorrer verticalmente desintegrada e em meio a vínculos a montante e a jusante, mercantis e não mercantis, ao mesmo tempo, cooperativas e competitivas.

Os *clusters* são definidos por Porter (1998) como concentrações geográficas interconectadas entre firmas e instituições numa particular forma de competição. Assim sendo, pode-se afirmar que um *cluster* é caracterizado pela concentração espacial e setorial de empresas, sendo o desempenho dessas, em grande parte, explicado pela interdependência existente entre elas. A interdependência existente entre as empresas de um *cluster* é decorrência, principalmente, da proximidade geográfica e setorial, apresentando-se geralmente relacionada às economias externas e a ação cooperativa (OLIVEIRA, 2007).

Distritos industriais e *clusters* seriam, portanto a mesma coisa? Para autores como Humphrey & Schmitz (1996) distritos industriais e *clusters* não são sinônimos. A diferença residiria no grau da cooperação presente na aglomeração. A marca distintiva de um distrito industrial na perspectiva desses autores, é a existência de formas implícitas e explícitas de efetiva e intensa cooperação entre os agentes econômicos locais. Desta forma, conforme afirmado por Schmitz (1997, p. 173), “embora um distrito industrial seja sempre um cluster, o inverso nem sempre é verdadeiro”.

O debate sobre os sistemas produtivos locais adquiriu relevância na literatura econômica, especialmente a de corte mais heterodoxa, incorporando contribuições da economia da inovação, industrial e da geografia econômica, nas últimas décadas. Este interesse, originado das mudanças ocorridas a partir da década de 1970 no ambiente competitivo das empresas, ocorreu simultaneamente à emergência de um novo paradigma tecnológico. A tendência é observada tanto em indústrias tradicionais como nas indústrias de alta tecnologia, onde a competição tem como base a contínua introdução de inovações (SANTOS *et al*, 2002).

Cassiolato *et al* (2003), citando Lemos (1997) apresenta os aspectos comuns das diferentes abordagens sobre as aglomerações produtivas territorializadas. O desafio aparece colocado em: a) localização por meio da proximidade ou concentração geográfica; b) atores organizados em micro e pequenas empresas (MPEs) ou de pequenas empresas nucleadas por grandes empresas, tendo em ambos os casos uma rede de apoio através de associações, instituições de suporte, serviços, ensino e pesquisa, fomento, financeira, etc e; c) intensa divisão de trabalho entre empresas, flexibilidade da produção e de organização, especialização, mão-de-obra qualificada, competição com base na inovação, estreita colaboração entre os agentes, fluxo intenso de informações, identidade cultural, relações de confiança e complementaridade e sinergia entre os agentes.

Já no âmbito do espaço rural, o debate nesses termos tem colocado em destaque os sistemas agroalimentares localizados – SAL, numa derivação rural das abordagens de

aglomerações produtivas que privilegia o meio urbano industrial. Os sistemas agroalimentares localizados que representam aglomerações de atividades de produção de alimentos em grande medida e em um mesmo território, realizam produção primária, industrialização e comercialização destas mesmas produções (LINS, 2006).

Na caracterização desses sistemas a existência de vários níveis de diálogo ao longo da cadeia é um importante atributo. Nos elos verticais, que envolvem a produção, comercialização e consumo, encontram-se os produtores, beneficiadores, fornecedores de insumos e equipamentos, bem como, a relação destes com os comerciantes, distribuidores e consumidores. Nos elos horizontais destacam-se as iniciativas de associativismo e cooperativismo, sendo importantes as características culturais e de identidade dos atores sociais, assim como, os saberes locais dos produtores ou beneficiadores. Cabe falar ainda de vínculos multilaterais, que transcendem a escala da cadeia produtiva, estritamente falando, alcançam instituições de diferentes naturezas e funções. De grande importância também, é a questão do acesso aos conhecimentos, que tendem a ser compartilhados entre os atores do mesmo território em que o sistema agroalimentar encontra-se instalado.

É importante assinalar que esse debate, seja mais voltado as realidades urbano-industriais, seja na derivação para realidades rurais, vincula-se à emergência e difusão da noção de desenvolvimento “endógeno”. De fato, num contexto, como o contemporâneo, de descentralização do Estado (BOISIER, 1996) e de competição econômica internacional, ganham força as idéias sobre desenvolvimento local, acompanhado por expressões como “desenvolvimento endógeno” e “industrialização difusa”. Isso significa o avanço de, praticamente, uma nova ortodoxia, perpassada pela crença nas condições locais para impulsionar o desenvolvimento.

As experiências em termos das dinâmicas de produção territorializada, em clusters ou distritos industriais, contribuíram para o fortalecimento das teorias “endogenistas”, tanto quanto a descentralização de varias funções do Estado. O desenvolvimento endógeno surge como resposta à globalização, destacando as capacidades, e os atributos locais como elementos centrais para a promoção do desenvolvimento. Conforme Barquero (2001), caracteriza-se por uma visão estratégica do desenvolvimento econômico, que se considera os atores locais com capacidade de influenciar no processo da reestruturação produtiva, melhorando o bem-estar das populações locais.

Essa capacidade dos atores locais de influenciarem no desenvolvimento é vista por Boisier (1996) a partir de três cenários interdependentes para a concepção de desenvolvimento regional no período contemporâneo. Um cenário contextual, um cenário

estratégico e um novo cenário político. O cenário contextual relaciona-se a de dois processos: um, de abertura externa, impulsionado pelas forças da globalização, o outro, de abertura interna impulsionado pela descentralização. O primeiro é um processo essencialmente econômico, enquanto o segundo tem um caráter, sobretudo político. O cenário estratégico, por sua vez, é constituído a partir da intersecção de novas modalidades de configurações territoriais e de gestão regional. O cenário político é construído sobre a intersecção de dois processos: a modernização do estado, de um lado, e as novas funções dos governos territoriais de outro lado. Neste contexto, o principal papel dos governos locais esta na articulação de processos de elaboração de projetos regionais, capazes de ser negociado e implementado promovendo a inserção da região de forma equitativa e participativa no âmbito nacional.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

Esta discussão refere-se – inclusive no título – à agricultura familiar no Oeste Catarinense no que esta se vincula à suinocultura. É desde logo necessário, portanto, esclarecer o sentido da expressão “agricultura familiar”.

Deve-se considerar que o debate sobre o rural brasileiro foi marcado, a partir do início dos anos 90, pela emergência da identidade “agricultura familiar”, vinculando este tema, ao desenvolvimento rural. Esses dois assuntos monopolizaram o debate sobre o rural durante todo este período. Esta influência nasceu da convergência entre academia e movimento social. Por um lado, a academia, através de projetos de pesquisas que se multiplicaram ao longo da década, contribuiu com a elaboração de análises e sugestões de políticas para a agricultura familiar e também para o desenvolvimento rural. Por outro lado, o da ação política dos diferentes atores sociais, os envolvidos com a problemática do rural brasileiro, criaram as condições políticas e exerceram pressão para que estes dois temas permanecessem na pauta da sociedade brasileira.

Até este período nos diferentes momentos históricos do país, a forma familiar de organização do trabalho e produção era referenciada por meio de expressões como: minifundiária, colono, pequeno produtor, trabalhador rural, campesinato, principalmente dentro dos marcos da análise marxista histórica (FERRARI, 2003).

O conceito, bem como a denominação de agricultura familiar, no Brasil, é assim, uma construção da década de 1990. Na tradição dos estudos acadêmicos rurais realizados desde a década de 1950, houve na maioria deles, concentração nas análises sobre as formas de produção, reproduzindo em grande parte os debates clássicos do marxismo sobre a questão agrária. No início da década de 1970, realizaram-se alguns estudos inspirados na teoria da economia camponesa de Chayanov, sendo que, na década seguinte, os estudos sobre os complexos agroindustriais retomaram a teoria marxista clássica (FERRARI, 2003).

Os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993) deram novos rumos analíticos aos estudos agrários brasileiros, demonstrando que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria das economias desenvolvidas (FERRARI, 2003). Um ano antes da publicação do trabalho de Veiga (1991), um artigo de Kageiama e Bergamasco (1990) já havia alcançado ampla divulgação, ao fornecer uma aproximação sobre o tamanho do universo dos estabelecimentos familiares no Brasil. Pouco depois foi publicado o intrigante relatório FAO/INCRA (1994). Intrigante por que, ao fornecer uma tipologia das formas sociais de produção no meio rural brasileiro, demonstrou a importância da agricultura familiar na produção agropecuária e o potencial econômico e social para o desenvolvimento do rural brasileiro. Este estudo, dois anos mais tarde, se tornou uma das bases do PRONAF (FAVARETO, 2007).

No que consistem estes novos contornos analíticos dos estudos agrários brasileiros? Veiga (1991) afirma que quando se adota uma perspectiva histórica para a produção agropecuária, duas formas sociais de produção coexistem: as formas familiares e as patronais. Para o autor, ao contrário do que pensavam os economistas do século XIX, o desenvolvimento capitalista acabou fortalecendo a forma familiar de produção na agricultura no século XX, pois é nítida a “mudança de comportamentos dos governos capitalistas com relação a agricultura familiar”. Se até o início do século XX esses governos haviam hesitado entre a difusão do modelo inglês, com base na grande propriedade com trabalho assalariado e o apoio à agricultura familiar existente, a partir de então colocaram à disposição da agricultura familiar todos os meios de que ela necessita para se desenvolver.

De acordo com Veiga (2003), a opção feita pela forma familiar de produção, observada nas sociedades de diferentes países, não caracterizou o Brasil ao longo de nossa história. De acordo com autor, “as vantagens de uma estratégia de desenvolvimento rural que priorize a promoção da agricultura familiar ainda não foram percebidas pela sociedade brasileira”. O mesmo autor, comentando o relançamento, no final de 2000, do livro *a Questão*

Agrária, de Caio Prado Jr.², enfatiza a atualidade da ênfase no caráter bimodal da agricultura brasileira. Ao longo dessas cinco décadas, foi mantido um modelo de produção agropecuária onde a agricultura empresarial em grande escala, voltada a exportação, foi priorizada. O modelo de produção de base familiar e de produção de alimentos para o mercado interno desenvolve-se as margens, na franja da agricultura de exportação (MEDEIROS, 1997), apesar da inversão ocorrida, de uma sociedade rural e agrícola nos anos de 1950 para uma sociedade urbana industrial no final do século XX.

Observa-se que, de acordo com Wanderley (1997), a agricultura familiar não é uma categoria recente, mas sua utilização no Brasil, com a abrangência e o significado observados a partir da década de 1990, toma ares de novidade e renovação. A autora tem como hipótese que a agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas necessitou se adaptar aos contextos próprios dessas sociedades, o que obrigou a mesma a realizar modificações em sua forma de produzir e em seu modo de vida tradicional. Essas transformações, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as tradições anteriores, gestando um agricultor, que é portador das tradições camponesas e permitindo-lhe a adaptação às novas exigências da sociedade.

A distinção entre os conceitos de agricultura familiar e campesinato é outro campo que gera uma série de polêmicas, para Wanderley (1997), a agricultura familiar é um conceito genérico, enquanto, o campesinato corresponde a uma destas formas particulares de agricultura familiar, constituído enquanto um modo de viver em sociedade específico.

Na literatura sobre o campesinato, entre as diversas correntes teóricas, destacam-se duas visões sobre o futuro da agricultura camponesa. Uma delas vê o desaparecimento da mesma no futuro, uma idéia compartilhada pelas duas perspectivas teóricas que tratam a inclusão e exclusão da agricultura familiar no sistema capitalista: tanto “a perspectiva marxista tradicional” (Lênin e Kautsky) como a “perspectiva liberal tradicional” (autores de distintas áreas: sociologia, antropologia, economia e geografia) não apresentam alternativas de viabilização da agricultura familiar. A outra é a “perspectiva chayanoviana”, em contraposição às duas perspectivas anteriores, que considera existirem distintas formas de exploração agrícola apesar do avanço do capitalismo na agricultura (BADALOTTI 2003).

Chayanov estudou as leis que regem o funcionamento interno das unidades de produção familiar, encontrando nelas as diferenças motivacionais em relação às unidades de

² O livro “A Questão Agrária” de Caio Prado Jr. foi publicado pela primeira vez em 1960;

produção capitalistas, que fazem das unidades familiares uma forma de produção específica. De acordo com Chayanov (apud, Badalotti, 2003, p. 31):

...los instrumentos de la economía “convencional” son incompatibles e insuficientes para una adecuada y profunda comprensión del comportamiento del sujeto económico de la unidad de explotación campesina, es decir, de la familia que la dirige: “la unidad de explotación familiar, al carecer de la categoría del salario, difiere en su comportamiento económico de la unidad económica basada en el trabajo asalariado, tanto al hacer sus estimaciones como en la motivación para el trabajo, y que la circulación del capital se producen en ella de manera diferente a la forma en que se da en la empresa capitalista.

Com base nos estudos da forma familiar de produção agropecuária, verifica-se, que a competitividade e a reprodução das unidades de produção da agricultura familiar são dadas: pela articulação, entre si, de três grandes combinações e de diferentes fatores as quais, ajustadas formam uma identidade única. Essas combinações, pelas suas necessidades, determinam o tipo de relação mantida com o mercado e a sociedade em que se inserem, elas envolvem:

- a) diferentes produções, vegetais e animais, articuladas entre si, adequadas ao tipo de solo, topografia e micro-clima, e a um determinado jeito de cultivo e manejo, formando um sistema de produção;
- b) uma determinada quantidade de mão-de-obra, composta por todos os membros da família, reunindo a capacidade e a disponibilidade que cada membro tem, e dispõe para cumprir às tarefas, que conformam e mantém o sistema de produção. Assim sendo, a força de trabalho das unidades familiares não é formada somente daqueles que no mercado de trabalho são considerados como ativos, mas também por aposentados, estudantes, mulheres, pessoas que têm outro emprego e fazem na propriedade uma segunda jornada de trabalho;
- c) um determinado patrimônio, com uma parte herdada e a outra formada no passado recente pelo grupo familiar, esse patrimônio é composto de bens materiais como terra, construções, plantações e maquinários, e por bens imateriais, como conhecimentos específicos, tradições e habilidades entre outros. Esse patrimônio é mais que um simples capital, é uma estrutura que se reproduz e que, por vezes, impõe uma série de barreiras às mudanças e ao desenvolvimento de novas atividades econômicas. E em outras vezes torna-se oportunidade e facilita a mudança e o desenvolvimento de novas iniciativas econômicas.

Historicamente, a produção agrícola em unidades familiares tem na combinação de diferentes culturas e criações de animais, com disponibilidade de mão-de-obra e terras, a sua

estratégia central de sobrevivência e reprodução. Conforme afirma Mendras (1984), toda a arte do bom camponês (conforme visto acima cabe aqui para a agricultura familiar), consiste em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e em integrá-los em um sistema que se utilize ao máximo dos subprodutos de cada produção para às outras culturas e criações.

Já para Jollivet (1974), são importantes a qualidade e a quantidade do trabalho associado ao sistema: é exigido, desta forma, um trabalho intensivo que só os membros da família se dispõem a aceitar, com uma multiplicidade de tarefas que requer muita leveza na organização do trabalho, da mesma forma que uma grande diversidade de competências. Jerzy Tepicht (1973), de sua parte, destaca dois fatores na organização do trabalho nas unidades familiares. Por um lado, as forças produtivas não transferíveis, ou seja, a capacidade de trabalho de pessoas ligadas entre si pelo laço do parentesco, as quais, mesmo sem estarem disponíveis no mercado de trabalho, se envolvem nas atividades produtivas do estabelecimento familiar. Por outro lado, o tempo do não trabalho, isto é, o tempo em que o desenvolvimento cultural, vegetal ou animal segue seu curso natural, biológico, prescindindo do trabalho humano. Trata-se, portanto, de estabelecer os ajustes necessários entre a força de trabalho disponível, ritmo e intensidade no trabalho exigido ao longo do ano.

A relação da agricultura familiar com o desenvolvimento econômico e social em seu entorno é outro tema em discussão que ganhou espaço a partir da década de 1990. Nesta perspectiva o projeto de pesquisa encomendado pela Central Única dos Trabalhadores - CUT e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, realizado nos anos de 1996 a 1998, coordenado por José Eli da Veiga, chegou à conclusão de que: as melhores configurações territoriais de desenvolvimento econômico, social, cultural e institucional encontradas eram as que combinavam uma agricultura familiar forte com um entorno socioeconômico diversificado (FAVARETO, 2007). Esta conclusão da pesquisa corrobora com a visão de Abramovay (1997a) de que, na perspectiva do desenvolvimento descentralizado e voltado para a ocupação equilibrada do território, as unidades familiares contribuem com a formação de uma sociedade civil no meio rural (FERRARI, 2003).

Conforme observado anteriormente a discussão sobre a agricultura familiar implicou diversos trabalhos e estudos sobre o tema, trazendo elucidação histórica e teórica. De acordo com Favareto (2007), o mesmo não ocorreu com a ideia de desenvolvimento territorial, sendo que os temas de desenvolvimento rural, capital social e território aparecem como termos incorporados por planejadores de políticas e até acadêmicos, mas sem os devidos cuidados e a consistência teórica necessária. Embora esta ressalva sobre a amplitude e os limites no

tratamento o tema tem ganhado espaço na atualidade entre os que estudam o desenvolvimento rural. A seguir trata-se dos principais conceitos sobre o tema.

Na atualidade o conceito de desenvolvimento rural, vem sendo, cada vez mais, separado de uma redução ao conceito de desenvolvimento agrícola (ABRAMOVAY, 2000). Para Navaro (2001) existe uma ausência de debates acadêmicos e políticos sobre o tema. Esse autor apresenta o conceito de desenvolvimento rural, distinguindo-o dos conceitos de desenvolvimento agrícola e agrário, os quais foram muitas vezes, por períodos históricos, vistos como sinônimos de desenvolvimento rural.

De acordo com Navaro (2001), o desenvolvimento agrícola compreende exclusivamente as condições da produção agrícola e/ou agropecuária, abrange suas características no sentido estritamente produtivo, referindo-se às suas tendências em um período de tempo dado. Para o autor, este foi o conceito predominante no período da modernização agrícola, nas décadas de 1960 e 1970.

O desenvolvimento agrário, como um conceito mais amplo do que desenvolvimento agrícola, refere-se às interpretações acerca do "mundo rural" em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, para além da estrutura produtiva agrícola, ao longo de um longo período de tempo. Este conceito foi predominante, nas décadas posteriores ao pós segunda guerra, no debate sobre o desenvolvimento rural.

O desenvolvimento rural diferencia-se dos conceitos anteriores por uma característica específica: tratar-se de uma ação previamente articulada que induz, ou pelo menos, pretende induzir, mudanças em um determinado ambiente rural. Com base nesse conceito, tem-se que o Estado está presente e à frente das propostas de desenvolvimento rural, como agente principal. Fundamentado na razão que o Estado é a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor e impor mecanismos amplos e deliberados no sentido da mudança social (NAVARO, 2001).

De acordo com Abramovay (2000), duas correntes de pensamento contemporâneo convergem em torno do tema do desenvolvimento rural. Por um lado, as que enfatizam a dimensão territorial, e por outro lado, as que realçam a dimensão do capital social, com base nos trabalhos de James Coleman (1990) e Robert Putnam (1993), que dizem respeito às “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Outros conceitos complementares do desenvolvimento rural, trabalhados a partir da década de 1990, tem sido os de desenvolvimento rural sustentável e solidário. Estes dois adjetivos foram incorporados para destacar, no caso do primeiro, a necessidade da

sustentabilidade ambiental e social do desenvolvimento, e, no segundo, a necessidade de acrescentar ao conceito de desenvolvimento as dimensões da cooperação e da solidariedade.

2.4 UM MARCO ANALÍTICO PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE A AGROINDÚSTRIA SUINÍCOLA E A AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE CATARINENSE

As relações entre a agricultura familiar e as agroindústrias na região Oeste Catarinense serão descritas e analisadas ao longo deste trabalho, a partir do contexto em que essas relações interagem com o desenvolvimento econômico e social da região. Para tanto, o marco analítico desta dissertação se assenta em quatro referências teóricas principais. Sendo as mesmas: a) as teorias sobre o processo de globalização da economia; b) as teorias dos desequilíbrios provocados pelo desenvolvimento quanto processo heterogêneo; c) as teorias que enfocam os aspectos endógenos do desenvolvimento e; d) a contribuição recente da literatura sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural. Destacam-se, detalhadamente, a seguir cada uma dessas quatro referências.

O conjunto de leituras e teorias sobre a globalização são o referencial teórico que nos permite descrever os processos econômicos regionais a partir do contexto em que os mesmos estão inseridos e com os quais interagem. Com possibilidade de olhar como esse processo externo influencia no desenvolvimento regional, bem como, a forma que os atores regionais reagem aos estímulos e ameaças externas. Para a descrição do processo de relação entre a agricultura familiar e as agroindústrias na região Oeste Catarinense torna-se fundamental entender as transformações vividas pelo sistema agroalimentar no processo de globalização, conforme visto na seção dois desse capítulo.

Neste contexto ficam as perguntas: como se relaciona o processo de integração da suinocultura às agroindústrias de carnes suínas, com o processo de reestruturação do sistema agroalimentar? Haveria outros caminhos a serem seguidos por agricultores e agroindústrias? Que aspectos negativos e positivos esse processo desencadeou no desenvolvimento regional? Estas questões estarão presentes ao longo desta dissertação como provocativas, por estarem no centro da discussão sobre a crise e a reestruturação do desenvolvimento do Oeste Catarinense.

Os trabalhos de Hirschman (1961), Myrdal (1957) e Perroux (1966) serão orientadores, na análise do processo de desenvolvimento da região Oeste Catarinense. De acordo com estes autores será descrito como o desenvolvimento da região Oeste Catarinense ocorreu de forma desequilibrada, hierárquica e centralizada. Desequilibrada, por ter ocorrido de forma diferente entre as diversas microrregiões e municípios. Hierárquica, pelo processo de desenvolvimento ter ocorrido com base na agroindústria exercendo a função de “indústria motriz” estando os demais setores produtivos subordinados a dinâmica da agroindústria, o que determinou diferentes níveis de poder econômico. Centralizada, por ocorrer de forma mais intensa nas regiões centrais, atraindo para os polos, capital, trabalho e produção de bens e serviços, notadamente os que representam maiores recompensas e remuneração, provocando nas demais regiões processos de esvaziamento econômico e populacional.

As teorias dos distritos industriais e dos clusters contribuirão na descrição das forças endógenas do desenvolvimento regional. Assim, conforme já descrito por Mior (2005) veremos como se forma o *cluster* agroindustrial de carnes da região. Do debate sobre os processos de desenvolvimento local, serão buscados os elementos para expor os processos de elaboração de propostas e construção de alternativas para o desenvolvimento a partir das organizações regionais.

A problemática do desenvolvimento regionalizado frente à globalização coloca-se frente a duas grandes questões: (i) como o desenvolvimento regional do Oeste Catarinense tem gerado desigualdades intra-regionais e se colocado como propulsor de transformações sociais e territoriais? (ii) como a formação do *cluster* agroindustrial de carnes na região tem contribuído com o desenvolvimento de novas capacidades econômicas, sociais e culturais? Serão estas potencialidades suficientes para suprir uma nova onda de desenvolvimento, capaz de superar as desigualdades criadas pelas rupturas com o processo de integração?

Na região Oeste Catarinense a temática do desenvolvimento rural esteve incorporada ao debate durante todo o período recente, tendo-se como pano de fundo a construção de alternativas de desenvolvimento. Frente às rupturas provocadas pelo processo que excluiu milhares de propriedades da suinocultura, pondo fim a praticamente meio século de desenvolvimento baseado neste sistema de produção. No capítulo III e, principalmente no V, será apresentado em detalhes todo este processo.

A agricultura familiar foi a categoria que se consolidou durante a década de 1990 como o grande potencial do desenvolvimento rural e regional no interior do Brasil. Na região Oeste Catarinense esta é a forma agrícola predominante desde a colonização. É na forma familiar de produção agrícola que a região teve a base de sua formação econômica e social.

Como a agricultura familiar vem se comportando e se relacionando com os processos de desenvolvimento regional no Oeste Catarinense? Quais os maiores desafios colocados? Quais os limites que tem demonstrado? O capítulo V tratará da lógica econômica do comportamento da agricultura familiar na região, busca analisar seus potenciais e a lógica na formação dos seus sistemas de produção em relação com os processos sociais e econômicos mais amplos.

Pretende-se descrever a agricultura familiar da região Oeste Catarinense em seu comportamento econômico, com o conjunto de transformações que a mesma passou neste período. A partir das motivações para o trabalho para a sua reprodução imediata e futura e, de sua forma de planejamento e gestão. Primeiro, parti-se do pressuposto Chanoviano que a motivação para o trabalho nas unidades familiares é diferente das unidades de produção capitalistas e, portanto, a sua organização e forma de ser compreendida também são diferenciadas. Segundo, busca-se analisar o comportamento econômico da agricultura familiar, conforme descrito por Wanderlei (1999), como sendo a expressão da capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares, a subsistência imediata e a reprodução da família pelas gerações subsequentes. Terceiro, analisar-se a agricultura familiar da região Oeste, a partir da característica comum e natural da agricultura familiar brasileira. Que é, a busca de produto ou produtos comercializáveis que se tornam o carro-chefe dos sistemas produtivos, somando-se a esta (s) atividade (s) as produções de auto consumo (WANDERLEY, 1999), já descritos em vários trabalhos sobre a agricultura familiar da região Oeste Catarinense (TESTA, *et al* 1996; MIOR, 2005; CAMPOS, 1988; FERRARI, 2003).

Sob esta concepção a agricultura familiar da região Oeste Catarinense pode ser vista como uma forma adaptada e inserida ao contexto da sociedade atual. Para tanto, esta em constante mudança, se recriando constantemente, mas mantendo tradições anteriores que lhe permite sempre adaptar-se as novas exigências, impostas pelas forças do mercado, expressas nas ações das agroindústrias integradoras. Entender como esta forma de organização da vida e da produção vai se modificando, bem como, o quanto estas alterações provocam mudanças na lógica do funcionamento desta organização social, é imprescindível para uma leitura desta dinâmica tão complexa.

A pesquisa de campo e bibliográfica desta dissertação não tem a ambição de dar resposta a este conjunto de questões, mas buscará, a partir da realidade e das informações coletadas, descrever esta realidade, dentro dos limite que a mesma impõe. “Todo ponto de vista é a vista de um ponto” (BOFF, 1997). A leitura da realidade da região Oeste Catarinense produzida nesta dissertação é vista do mote do estudo, que busca construir leituras e respostas

às questões formuladas pela agricultura familiar e pelos que vem sendo excluídos do processo de desenvolvimento implantado na região.

III A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO OESTE CATARINENSE: UMA APROXIMAÇÃO À TRAJETÓRIA REGIONAL ATÉ A DÉCADA DE 1980

Neste capítulo, focaliza-se a relação entre a agricultura familiar e as agroindústrias, em seus desdobramentos na formação econômica da região Oeste Catarinense, até a década de 1980. Este período compreende uma primeira grande fase do desenvolvimento regional. De fato, conforme afirmado por Testa *et al* (1996), existem duas grandes fases na integração entre as agroindústrias e a agricultura familiar, com reflexos no desenvolvimento regional.

A primeira fase foi caracterizada pela convergência de interesses entre agricultores familiares e setores agroindustriais. O destino da produção era principalmente o mercado interno brasileiro, sendo que a ampliação deste possibilitou o crescimento da produção de matéria prima, ocorrendo, desta forma, a expansão agroindustrial e do número de produtores agrícolas. Tal fase se estendeu até o início da década de 1980.

A segunda fase da integração caracteriza-se pela inflexão nas formas tradicionais de organização e obtenção da matéria prima pelas agroindústrias. Nessa fase, ocorre a diversificação do mercado consumidor, com aumento da importância do mercado externo, combinado com a mudança dos produtos ofertados no mercado nacional (TESTA *et al.* 1996).

Falar da trajetória das interações entre as agroindústrias e a agricultura familiar representa, assim, preparação para a abordagem que ocupa o centro desta pesquisa: as transformações mais recentes testemunhadas nesses vínculos. Essas transformações referem-se à aludida segunda fase da integração, observada desde os anos 1980.

Este capítulo está estruturado em quatro seções. A primeira trata da contextualização da região Oeste Catarinense e das fases da formação econômica da mesma; na segunda focaliza-se a produção de subsistência e a formação do capital comercial; já a terceira, da formação do capital agroindustrial e transformação da organização da produção agrícola em uma policultura hierarquicamente subordinada à suinocultura. A quarta debruça-se sobre a diversificação e ampliação da produção agroindustrial e a integração e seleção dos produtores de suínos.

3.1 A REGIÃO OESTE E O PROBLEMA DA PERIODIZAÇÃO DA SUA FORMAÇÃO ECONÔMICA ATÉ A DÉCADA DE 1980

Nesta seção caracteriza-se a região Oeste Catarinense e se dialoga sobre a problemática de sua periodização, busca construir um referencial de períodos históricos do desenvolvimento regional a partir da suinocultura.

3.1.1 A região Oeste Catarinense

A região Oeste Catarinense ocupa uma área de 25,3 mil km²(TESTA *et al*, 1996) com uma população em 2000 de 1.116.766 habitantes (IBGE, CENSO 2000), compreendendo 117 municípios, nas microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxere, Concórdia e Joaçaba (IBGE, CENSO DE 2000).

Esta área foi durante longo tempo disputada entre Portugal e Espanha e, após o período das “independências”, por Brasil e Argentina. Depois da solução deste contencioso em 1885, arbitrada pelo presidente americano Cleveland, a região passou a pertencer definitivamente ao Brasil, sendo reivindicada a partir de então pelos estados de Santa Catarina e Paraná (WERLANG, 2006).

Neste período a terra era disputada por índios, caboclos, fazendeiros e colonizadoras, sendo a expressão maior desse conflito a Guerra do Contestado, que envolveu, de um lado, os posseiros, e, do outro lado, a polícia particular da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul e o Exército brasileiro (op. cit.).

Mas a efetiva ocupação do Oeste Catarinense ocorreu a partir do norte, pelas fazendas de criação de gado bovino, uma atividade seguida pela extração de erva-mate e, no final do século XIX, pelo início da extração de madeira (WERLANG, 2006; BAVARESCO, 2003).

A colonização, de sua parte, se deu principalmente, na primeira metade do século passado. Entre suas características principais observam-se à recepção do excedente populacional da chamada “colônia velha” do Rio Grande do Sul, a presença de colonos de origem italiana e alemã, em sua maioria, com tradição na policultura e na criação de animais

domésticos e um “modelo” de colonização privada, em unidades chamadas colônias, com área de 24,2 hectares cada uma (Testa *et al*, 1996).

Os principais trabalhos de pesquisa sobre a região apontam a colonização em pequenas áreas como a característica principal que determinou o tipo de desenvolvimento econômico que ocorreu neste território. Fazendo parte do movimento geral e da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, durante o século XX, essa colonização constitui aspecto do processo de acumulação capitalista no país. Para Goularti (2007) a colonização da fronteira do Oeste Catarinense fez parte da ligação entre os capitais mercantil e industrial, que atuavam em comum acordo com os governos locais com o objetivo central de acumular capital por meio da venda da terra.

3.1.2 As fases da formação econômica regional até a década de 1980

É consenso na literatura sobre a região Oeste Catarinense, que o desenvolvimento regional ocorreu a partir da formação do complexo agroindustrial de carnes, primeiramente no segmento suinícola, depois no segmento de aves, e atualmente em diferentes setores agroalimentares, que exerceu, e ainda exerce, a função de atividade motriz regional. Dessa forma, a agroindústria suinícola, por um lado, e a agricultura familiar, por outro, acabaram dinamizando a economia regional em um período de mais de cinco décadas.

Não foi por acaso, de fato, que Campos (1987), tenha adotado o desenvolvimento da suinocultura para a periodização das relações entre as agroindústrias e os agricultores, desconsiderando a produção de fumo as margem do rio Uruguai e as extrações de madeira e erva mate, ocorridas anteriormente. Essas outras atividades não tinham possibilitado um maior desenvolvimento da região, ou pelo menos nada que se aproximasse da dinamização provocada pela suinocultura.

Campos (1987), identificou quatro fases na relação entre agroindústrias e agricultores:

I) produção de subsistência e gestão do pequeno capital comercial (até a década de 1930);

- II) crescimento do capital comercial e sua expansão em busca de excedente camponês³ (1935 – 1945);
- III) surgimento do grande capital agroindustrial e a mercantilização da produção camponesa (1945 – 1965) e;
- IV) processo de monopolização do capital agroindustrial e a modernização seletiva da pequena produção mercantilizada (1965 até a década de 1980)⁴.

Goularti (2007), defendendo a tese de que a formação econômica catarinense se apresenta como de “crescimento articulado” ao movimento geral da industrialização brasileira, crítica as periodizações apresentadas nos estudos de CEAG/SC (1980) e de Cunha (1982), e, partindo dos marcos da tese do capitalismo tardio de Cardoso de Mello (1988), Tavares (1998) e Cano (1985), propõe uma nova periodização para a economia estadual. As quatro fases elaboradas por Goularti (2007) para a economia catarinense são:

- 1) origem do capital industrial (1880 – 1945);
- 2) diversificação e ampliação da base produtiva (1945 – 1962);
- 3) integração e consolidação do capital Industrial (1962 – 1990) e;
- 4) desarticulação política e reestruturação econômica (pós 1990).

Com base nestas duas formulações sobre as etapas da relação entre às agroindústrias e os agricultores na região Oeste Catarinense, e sobre a formação econômica Catarinense, elaborou-se a seguinte periodização sobre a formação econômica da região Oeste tendo por base o desenvolvimento da suinocultura:

- 1) Produção extrativista e de subsistência e formação do capital comercial (1916 – 1945);
- 2) Formação do capital agroindustrial e transformação da produção agrícola em uma policultura hierarquicamente subordinada a suinocultura (1945 – 1965);
- 3) Monopolização do capital agroindustrial, consolidação do mercado de trabalho urbano industrial na região e modernização da produção agrícola (1965 – 1983) e;
- 4) Diversificação e ampliação da produção agroindustrial e, integração e seleção dos produtores de suínos (1983 a década de 1990);
- 5) Reestruturação produtiva e implantação da integração no sistema de parceria na suinocultura.

Essa periodização baseia-se nos elementos que constituem a formação econômica da região Oeste, levando-se em conta os momentos de inflexão relacionados a produção de

³ Campos (1987) trabalhou com a categoria camponês para designar os suinocultores. Nesta dissertação trabalhamos com o termo agricultura familiar. Sobre estas caracterização ver a seção 2.2. Optamos por manter nessa descrição os termos usados por Campos.

⁴ Campos descreve, esta etapa em 1987, como estando em pleno vigor.

suínos na região. Assim, a primeira fase é compreendida pelo período da constituição do município de Chapecó até a década de 1940, quando implantam-se na região os primeiros frigoríficos de suínos, que mais tarde tornam-se a indústria motriz do desenvolvimento regional. A segunda fase compreendida entre 1945 e 1965 é o período de constituição de vários frigoríficos na região e na agricultura familiar a constituição do sistema de policultura subordinado a suinocultura. É neste período que o suíno passa de apenas um produto da economia regional para a principal produção agrícola e industrial da região. A terceira fase, estendida do ano de 1965 a 1983, compreende o período de concentração dos frigoríficos em algumas grandes empresas, crescimento do mercado de trabalho urbano na região e de modernização da produção agrícola na suinocultura a marca desse período foi a diferenciação entre os produtores. A quarta fase é marcada pela intensificação e consolidação da integração dos suinocultores a agroindústria. E vai de 1983 a década de 1990. A quinta fase compreende o processo de reestruturação produtiva e a implantação do sistema de parceria na produção de suínos.

Na sequência, caracterizam-se cada uma das quatro primeiras fases. A quinta fase será tratada no capítulo 5. Esta caracterização ocupa o restante deste capítulo.

3.2 I FASE: PRODUÇÃO EXTRATIVISTA, DE SUBSISTÊNCIA E FORMAÇÃO DO CAPITAL COMERCIAL

A composição de interesses que levou à ocupação do território do Oeste Catarinense, em sua origem, buscou responder às necessidades de: reprodução dos agricultores das colônias do Rio Grande do Sul, valorização do capital acumulado por comerciantes gaúchos e colonização da região por parte do Estado de Santa Catarina (FERRARI, 2003).

A vinda de imigrantes europeus, e a implantação do sistema de colonização em pequenas propriedades no Rio Grande do Sul, no final do século XIX, instalou nessas localidades gaúchas um modo de vida e produção com base na produção para o auto consumo, com a comercialização do excedente. O que interessa aqui não é observar se trata-se do que Lipietz (1988) e Singer (1998) denominam como um modo de produção simples, mas sim, destacar as características predominantes nessas formas de formação social a partir da colonização.

Caracterizado como uma formação social centrado na reprodução material, social e cultural das famílias e comunidades locais, o modelo colonial é determinada por três variáveis: crescimento da população e consequentemente da mão-de-obra disponível, existência de terras para o surgimento de novas unidades, seja pela divisão de unidades antigas ou por aquisição de novas e, tecnológica, principalmente relacionada à capacidade de produção do solo. No caso do Rio Grande do Sul, a existência de famílias numerosas levou imediatamente ao fim da capacidade de criação de novas unidades locais, o que somado ao esgotamento do solo, forçou a busca de novos territórios para a reprodução das famílias.

De outra parte o processo de colonização européia no Estado do Rio Grande do Sul possibilitou a formação de capital a partir do comércio de terras e do excedente da produção das colônias. A necessidade de valorização destes capitais, que tinham na reprodução do modelo de pequenas propriedades a sua origem e a configuração mais lucrativa, combinada com a existência de terras baratas no Oeste Catarinense, contribuíram para o deslocamento rumo à região, formando-se novos empreendimentos na forma de empresas colonizadoras.

Por seu turno, a necessidade de ocupação do território da região Oeste pelo Estado de Santa Catarina se insere na estratégia do governo federal de demarcar estas áreas após o fim da questão de Palmas (HEINSFELD, 1996). Neste contexto, o interesse do Estado de Santa Catarina em consolidar de sua soberania na região do “Contestado” e ocupar as áreas vazias (FERRARI, 2003) levou à doação para as empresas colonizadoras, de grandes extensões de terra. A partir daí as terras foram demarcadas e vendidas aos colonos.

Realizadas as concessões das terras, pelo Estado, para as colonizadoras, e conformada uma situação de pressão por novas áreas de terras nas velhas colônias gaúchas, iniciou-se a migração para a região Oeste Catarinense. A região já era esparsamente ocupada por uma população cabocla e indígena (POLI, 1991; BELLANI, 1991), cujo direito à terra foi totalmente tirado no processo de colonização, por meio da legislação estadual que criou às condições para a sua expulsão (BELLANI 1991; WOLOSZYN, 2009).

Com o início da colonização por imigrantes “gaúchos”, implantou-se na região uma economia de subsistência, ocorrendo o desenvolvimento de algumas atividades comerciais e industriais extrativistas. Inicialmente, as empresas colonizadoras tinham duas atividades lucrativas na região: a exploração da madeira e a venda de terras para os “colonos”. Cabe assinalar que a formação social que se configura na região reúne quatro diferentes “categorias”: “colonos”, pequenos comerciantes, indústrias madeireiras e, um incipiente mercado de trabalho composto principalmente por caboclos.

A família rural foi a base fundamental a partir da qual emergiu o desenvolvimento da região Oeste Catarinense. O isolamento inicial vivido pelas famílias foi sendo aos poucos quebrado pela necessidade de acumulação de recursos, principalmente para compra de terras, estimulando um aumento da produção de alimentos básicos que eram comercializados no incipiente comércio local (FERRARI, 2003). A característica principal da produção dessas unidades familiares, neste período, era a produção para o auto consumo, com a comercialização dos excedentes de alguns produtos para os quais havia mercado comprador na região.

Destacaram-se neste período a extração de erva mate, da madeira e o cultivo comercial do fumo (CAMPOS, 1987; FERRARI, 2003). A cultura do fumo foi a primeira produção agrícola a oportunizar a entrada de recursos nas propriedades familiares, de uma forma ampla. A cultura do fumo já havia se desenvolvido nas “colônias velhas”⁵ no Rio Grande do Sul e com a vinda dos imigrantes dessas regiões, ocorreu a implantação desta cultura no Oeste Catarinense. Possivelmente, uma das causas do desenvolvimento da cultura do fumo nas novas regiões vincula-se à grande produtividade em pequenas áreas de terra, principalmente, na terra “nova” com alta capacidade produtiva.

O comércio regional se formou, principalmente, a partir da compra dos excedentes da produção das unidades familiares, e da venda, para estas, de produtos não produzidos nesse âmbito, embora fossem necessários para o seu sustento. As firmas comerciais envolvidas nesta operação tiveram diversas origens. Algumas surgiram vinculadas a moinhos de trigo, freteiros - que inicialmente com cargueiros, depois com carroças, e finalmente com veículos motorizados, compravam produtos dos “colonos” e depois os revendiam nas antigas colônias no Rio Grande do Sul - e algumas cooperativas de produção. A comercialização, principalmente no tocante a compra, era altamente lucrativa. No período de 1932 a 1943, até o transporte ferroviário era subsidiado, com o governo federal concedendo gratuitamente os vagões de trem (FONTANA, 1980).

A indústria madeireira foi a principal atividade industrial existente na região nessa primeira fase, mostrando-se voltada ao mercado externo à região. As demais atividades industriais (ferrarias, beneficiamento de cereais, fábricas de cerveja, marcenarias, selarias, etc) eram destinadas à produção de bens de subsistência (consumo e ferramentas) comercializados no pequeno mercado regional. As colonizadoras exploravam as madeiras mais nobres e depois vendiam as terras para os “colonos” (BAVARESCO, 2003; BELLANI, 1991), os quais

⁵ “Colônias velhas” é a denominação na literatura regional para as regiões do Estado do Rio Grande do Sul de onde eram originários os colonizadores da região Oeste Catarinense.

passavam a ter na venda da madeira uma primeira atividade capaz de gerar uma pequena poupança para enfrentar os primeiros anos na região (CAMPOS, 1987).

A madeira foi comercializada primeiramente em “toras”, transportada em “balsas” por meio do rio Uruguai até a Argentina (BELLANI, 1991). A industrialização da mesma iniciou-se com a chegada dos imigrantes, proporcionando a criação de um mercado regional para a construção de casas e demais benfeitorias nas propriedades, bem como das vilas e pequenas cidades. Somou também no aumento da demanda pela madeira já “serrada” a possibilidade de transporte pela estrada de ferro no Vale do Rio do Peixe. É importante destacar que, diferentemente das companhias colonizadoras, as empresas madeireiras, em sua maioria, eram formadas pelos pequenos capitais locais ou de pessoas que se deslocavam para a região, fazendo com que os capitais por elas acumuladas, se destinassem, posteriormente, a outras atividades na própria região. De acordo com Campos (1987), a maior transformação operada pela indústria madeireira residiu na implantação de relações de trabalho capitalistas, formando um mercado de trabalho paralelo às atividades eminentemente agrícolas que eram realizadas na região.

Se é com a indústria madeireira que surge um mercado de trabalho paralelo às atividades agrícolas, de acordo com Bellani (1991) e Woloszyn (2009), foi nas atividades de transporte da madeira por balsas no rio Uruguai, que se mobilizou, um grande número de trabalhadores. Assim, a atividade madeireira repercutia, quanto ao trabalho, por conta da tirada da madeira, do transporte até o rio, da confecção das balsas e, da descida pelo rio até a Argentina. Estes trabalhadores, cuja grande maioria era formada por “caboclos”, tinham uma relação de trabalho temporária e precária com os comerciantes de madeira. Com o surgimento da “indústria” madeireira na região, grande parte da mão-de-obra vai ser suprida também por caboclos, expropriados da terra pelo sistema de colonização da região (WOLOSZYN, 2009).

De acordo com Campos (1987), a indústria madeireira foi de grande importância, também, para a melhoria na infraestrutura comercial da região. As atividades das serrarias exigiram a melhoria das estradas, para o transporte da madeira, e promoveram uma certa acumulação de capital. Esta acumulação implicou engajamento em outras atividades, quando do esgotamento das reservas nativas, contribuindo, juntamente com os comerciantes já instalados, para a formação de uma importante malha comercial na região.

Em que pese a existência de uma indústria madeireira com relações capitalistas de trabalho e com um incipiente mercado de trabalho em formação, é de uma sociedade colonial de subsistência as principais características da sociedade regional até o final da década de 1930. É da comercialização de terras com os agricultores migrantes que vem a maior parte do

lucro das empresas colonizadoras. A atividade de compra e venda de madeira, das e para às unidades familiares, movimenta a indústria madeireira, e a compra dos excedentes da produção de subsistência e a venda de produtos complementares às unidades familiares viabilizam o processo de acumulação de capital no comércio.

3.3 II FASE: FORMAÇÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL E TRANSFORMAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NUMA POLICULTURA SUBORDINADA A SUINOCULTURA

O início dessa fase, durante a década de 1940, é marcado pela substituição da cultura do fumo pela suinocultura, como principal atividade das unidades familiares. A ascensão da suinocultura e o descenso da cultura do fumo foram motivados por vários fatores, destacando-se, entre eles, a crise vivida pela fumicultura na década de 1940 (CAMPOS, 1987), a dinâmica interna das pequenas propriedades e a integração da região ao mercado nacional. Esse período foi também marcado pelo crescimento da imigração para a região, com a decorrente multiplicação das unidades de produção agrícolas familiares (FERRARI, 2003). De acordo com a tabela 2, no período compreendido entre o ano de 1940 e o ano de 1960 a região recebeu 71.465 pessoas vindas do Rio Grande do Sul.

Tabela 2 – Estimativas de Saldos Migratórios da Colônia Velha Para a Região Oeste Catarinense

PERIODO	TOTAL	%
1920 a 1940	10.340	7,2
1940 a 1950	22.801	15,9
1950 a 1960	48.664	33,9
1960 a 1970	61.730	43,0
TOTAL	143.535	100,0

Fonte: Campos (1987)

De acordo com Campos (1987), a década de 1940 foi marcada por uma profunda crise na fumicultura, causada por queda de preços durante todo o período, com recuperação dos preços aos patamares de 1945 apenas no ano de 1960. Crises de preços, grandes distâncias

das indústrias, com estradas em péssimas condições de trafegabilidade, limitaram a expansão e, até mesmo, a continuidade da fumicultura na região. A mesma voltou a ser praticada em larga escala, na região, apenas na década de 1980, já em outras condições.

A integração da região ao mercado nacional foi propiciada por razões da dinâmica econômica nacional e, também, de avanços nas condições da sua estrutura econômica. O avanço na industrialização do país, desencadeado a partir do governo de Getúlio Vargas, com a implantação da política de substituição de importações (Tavares, 1998), criou uma forte demanda por produtos alimentícios. Esse crescimento da demanda concentrou-se, principalmente, na Região Sudeste, articulados à rápida expansão do mercado de trabalho e ao aumento das cidades, ambos ligados ao acelerado processo de industrialização.

O crescimento da demanda por produtos alimentícios representou um mercado em expansão, permitindo grandes lucros ao setor comercial implantado na região Oeste e, conseqüentemente, criou oportunidades para um tipo de atividade capaz de gerar a renda necessária para a reprodução econômica e social do modo de vida dos agricultores. O avanço na infraestrutura da região em muito contribuiu para a expansão econômica da mesma. Conforme visto na secção anterior, ocorreu, no período, a criação de uma malha rodoviária ampla, foi ligada à abertura da estrada entre Chapecó e Joaçaba e, também, a estrada de ferro, dando acesso aos produtos da região aos grandes centros consumidores no Sudeste do país (CAMPOS, 1987).

Essas condições externas e internas à região, combinadas com as necessidades de reprodução do modo de vida dos agricultores, possibilitou a consolidação da suinocultura, como principal atividade econômica das propriedades. De fato foi a partir dela, que se estruturaram todo o sistema produtivo das mesmas. Dessa forma a organização e a divisão do trabalho no seio da família passam a registrar modificações (FERRARRI, 2003).

A suinocultura tornou-se, com efeito, o motor do sistema de produção das propriedades familiares. O conjunto das atividades realizadas nas unidades é subordinado e movido pela produção de suínos, o que faz com que o sistema produtivo apresente-se como uma “policultura hierarquicamente subordinada à suinocultura” (TESTA *et al*, 1996). A diversidade existente no sistema de produção é combinada com a produção comercial de suínos, tendo como principal objetivo, a garantia de condições para a reprodução material e social da família rural. Assim, o sistema se organiza tendo na produção da matéria prima, na estrutura de armazenamento destes produtos, na estrutura de produção dos suínos e do seu manejo, os elementos básicos na conformação da paisagem que passou, a partir desse período, a marcar as propriedades do Oeste Catarinense. Sendo uma policultura

hierarquicamente subordinada à suinocultura, o sistema de produção das propriedades familiares e sua reprodução passam a ser determinados pelo ritmo dado pelo mercado de suínos. Como este se torna, cada vez mais, um oligopsônico, este ritmo vai sendo crescentemente determinado pelas agroindústrias, que dominam o conjunto da cadeia produtiva.

Como resultado destas transformações internas e externas, e com a consequente intensificação das relações entre agricultura e comércio, parte dos capitais comercial e industrial madeireiro existente na região, passaram a se estruturar e a se envolver na industrialização dos suínos na própria região. Assim, a agroindústria já nasce relacionada com os agricultores, sendo esta relação, não mais que uma sucessora da relação anteriormente existente entre estes e os comerciantes (FERRARI, 2003). A suinocultura e a sua industrialização foram as responsáveis pela metamorfose do capital comercial em capital industrial na região, transformando o processo de acumulação de capital até então observado em um processo muito mais intenso e centralizado.

Note-se que foi de um processo de concentração e do desdobramento do capital comercial e madeireiro que se originou a agroindústria de carnes, e com ela todo o complexo agroindustrial no Oeste Catarinense (GOULARTI, 2007). Nesse período surgiram vários frigoríficos na região, competindo entre si por suínos e dinamizando as economias nos locais onde estavam instalados, e provocando a dinamização também das demais regiões a partir do crescimento do mercado e da agricultura familiar. O quadro 1 ilustra esse aspecto, indicando o ano de formação dos principais frigoríficos no Estado de Santa Catarina.

Empresa	Região de Implantação	Ano de Fundação
Perdigão S/A Comércio e Ind.	Vale do Rio do Peixe	1940
Com. e Ind. Saulle Pagnoncelli	Vale do Rio do Peixe	1942
Sadia Concórdia S/A	Vale do Rio do Peixe	1944
S/A Ind. e Com. Chapecó - SAIC	Oeste	1952
Frigorífico Seara	Vale do Rio do Peixe	1956
S.A Frigorífico Itapiranga	Oeste	1962
Frigorífico Sul Catarinense	Sul	1963
Coop. Central Oeste Catarinense	Oeste	1969
Agro Indl. Eliane S.A	Sul	1970
Frigorífico Rio Sulense	Vale do Itajaí	1973
Frigorífico São Carlos- FRISCAR	Oeste	1975

Quadro 1: Fundação dos Principais Frigoríficos Suinícola Catarinenses

Fonte: Federação das Indústrias de Santa Catarina, FIESC, apud Borges, 1993

O início desta fase, que tem a suinocultura e sua industrialização como base principal, faz também nascer, um novo processo na formação do mercado de trabalho regional. Se a indústria madeireira, conforme visto anteriormente marcou o início das relações tipicamente capitalistas na região, a implantação das agroindústrias distingue-se por lançar os alicerces da formação efetiva de um mercado de trabalho e da organização de espaços urbanos onde tal mercado se enraizou (ALBA, 2002). É deste processo que vão se consolidar as cidades polos da região, passando as mesmas a exercer, movidas pela dinâmica agroindustrial, a efetiva “coordenação” da economia regional.

3.4 III FASE: MONOPOLIZAÇÃO DO CAPITAL AGROINDUSTRIAL, CONSOLIDAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO REGIONAL E MODERNIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Esta fase do desenvolvimento regional, compreendido pelas décadas de 1960 e 1970, é caracterizada pela monopolização do capital agroindustrial, o que determina o ritmo da produção regional a partir de sua dinâmica; pela consolidação do mercado de trabalho, aprofundando a urbanização dos centros agroindustriais; pela modernização da agricultura, alterando a base técnica e a organização produtiva nas áreas rurais; e pelo esgotamento da fronteira agrícola, iniciando-se processo de fragmentação das propriedades familiares. A monopolização do capital agroindustrial ocorreu a partir da centralização dos capitais de vários frigoríficos por meio de fusões e pela concentração da produção em alguns grandes grupos. A liderança desse processo coube principalmente, a Sadia e a Perdigão.

De acordo com Ferrari (2003), essa fase do desenvolvimento regional se deu, com base na expansão da agroindustrialização a partir do potencial de produção e do crescimento da agricultura familiar diversificada, de um lado, e da demanda provocada pela consolidação do modelo alimentar “fordista”, de outro lado. Para Testa *et al* (1996), nesta fase a relação de interrelação entre agricultura e agroindústria ocorreu com relativa convergência de interesses. As estratégias industriais buscavam alcançar e consolidar novos mercados internos e externos para seus produtos, o que possibilitava a incorporação de novos produtores familiares de suínos, respeitando os sistemas de produção dos mesmos. Desta forma, as estratégias das agroindústrias eram compatíveis com a produção diversificada da agricultura familiar.

Naquelas décadas, os antigos capitais comerciais, agora transformados em capital agroindustrial e multiplicados pela nova fase de acumulação, em conjunto com o Estado, passam a determinar novas relações com os agricultores. O processo de “modernização conservadora” conduzida pelo Estado brasileiro, alterando a base técnica da produção agrícola, constituindo e consolidando os complexos agroindustriais e as cadeias agroalimentares, mantendo o modelo agrícola concentrador de terra e renda voltado à produção de *commodities*, é o processo seguido pelas agroindústrias. Este processo foi viabilizado pelo Estado, combinando a política de crédito agrícola com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, e a política de pesquisa e extensão rural com a criação da EMBRAPA e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER. Em Santa Catarina, como parte deste processo foi instalada, no ano de 1975, o Centro Nacional de Suínos e Aves da EMBRAPA, no Município de Concórdia (FERRARI, 2003).

A monopolização do capital agroindustrial, na região Oeste Catarinense, ocorreu seguindo o movimento geral de centralização e concentração de capitais, determinando a formação de seis grandes conglomerados – Sadia, Perdigão, Aurora, Seara, Chapecó Alimentos e Ceval - que passaram a formar o parque agroindustrial do Oeste Catarinense. A concentração do capital agroindustrial na região ocorreu a partir de fusões e aquisições de frigoríficos, fábrica de rações e moinhos, processo este, também liderado pela Sadia e a Perdigão (ESPINDOLA, 1999). A Aurora, marca da central de cooperativas, iniciou seus trabalhos na industrialização frigorífica a partir do ano de 1973.

O rápido crescimento das agroindústrias foi beneficiado pelas alianças destas com o Estado, utilizando-se as primeiras de um conjunto de incentivos públicos para o seu desenvolvimento e da sua produção. As agroindústrias se aproveitaram fortemente das políticas de crédito do Estado, seja para o financiamento de sua estrutura industrial e comercial, seja para o financiamento da “modernização” da produção agrícola em novas bases técnicas. Para além das políticas de crédito, a política de estruturação pelo Estado de centros de pesquisa e extensão rural, nesse período, possibilitou às agroindústrias a apropriação dos resultados deste trabalho, com ganhos de produtividade e na organização da produção da matéria prima. Exemplo marcante dessa política foi a estreita relação estabelecida pelo Estado catarinense, através da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – ACARESC, com as agroindústrias no desenvolvimento e implantação de raças de suínos “tipo carne” que possibilitaram a substituição da raças “tipo banha” . Já durante a década de 1960, surgem iniciativas das agroindústrias no sentido de internalizarem na sua organização empresarial alguns destes serviços.

O fechamento da fronteira agrícola regional durante a década de 1970, que já havia dado sinais de esgotamento durante a década anterior, combinado com os limites impostos pelo relevo acidentado, criou grandes dificuldades para a expansão horizontal das propriedades. Iniciou-se ainda na década de 1960, intensificando-se na de 1970, processo de “minifundização”, por meio da divisão das propriedades para a formação de novas unidades. Este processo, já vivido nas “colônias velhas”, leva à busca de novas fronteiras, provocando a migração desde a região para o Estado do Paraná e para as regiões Centro Oeste e Norte do país. Uma parte, ainda que pequena, dessa migração ocorreu em direção para às cidades polos da região, onde estava em consolidação o essencial mercado regional de trabalho.

Neste período torna-se definitivamente consolidado na região um modo de vida e produção alicerçado na pequena propriedade, no trabalho da família, na produção diversificada, que combina diferentes culturas e criações, de forma integrada às agroindústrias e ao mercado, no marco da solidariedade e da vida comunitária. Este modo de vida e produção passa também a ter uma forte influência externa, principalmente através das políticas públicas, com a oferta de crédito subsidiado e com o estreitamento das relações de integração com as agroindústrias (FERRARI, 2003).

A característica principal deste período foi o início do processo de integração dos suinocultores. O primeiro passo nesse processo foi a diferenciação de preços entre os tipos de suínos, sendo que o valor pago aos agricultores que criavam suínos das novas raças introduzidas pelas agroindústrias recebiam um valor maior por Kg vivo do animal entregue a agroindústria. O segundo passo foi o estabelecimento de contratos entre os agricultores e as empresas, representados pelos comerciantes locais. Para se integrar o suinocultor precisava ter no mínimo três matrizes e assumir o compromisso de vender toda a sua produção para a empresa. Em contrapartida, a empresa assumia o compromisso de garantir assistência técnica e fornecer medicamentos e insumos a produção a ser pago pelo agricultor quando da comercialização da produção. Este processo foi liderado pela Sadia e a Perdigão, sendo seguidas pelas demais empresas.

3.5 IV FASE: DIVERSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL E, INTEGRAÇÃO E SELEÇÃO DOS PRODUTORES DE SUÍNOS

A quarta fase estende-se por toda a década de 1980 é marcada por três iniciativas empresariais das agroindústrias embora, de forma diferenciada, modificaram profundamente a relação com a agricultura familiar, com reflexos no desenvolvimento regional. A primeira foi a diversificação da produção das agroindústrias que buscou ocupar espaços nos mercados consumidores interno e externo, tornados mais exigentes em termos de qualidade, variedades de produtos e características dos mesmos. A segunda refere-se a intensificação do processo conhecido como de “integração” dos agricultores às agroindústrias, implantado por estas para aumentar o controle sobre o sistema produtivo. Este processo levou à seleção, exclusão e concentração de suinocultores, impactando profundamente na dinâmica de desenvolvimento da região. A terceira foi a internalização da pesquisa e da assistência técnica, reforçando o controle sobre todo o sistema produtivo.

Durante a década de 1980, o mercado nacional de carnes sofreu os efeitos da queda da renda *per capita* e das mudanças provocadas pelos novos hábitos alimentares, decorrentes das transformações na sociedade brasileira ligados à industrialização e urbanização (FLEXOR, 2002). Estes efeitos provocaram a substituição do consumo de carne bovina e de suínos por carnes de aves, conforme demonstrado na tabela 3. Enquanto cai, entre 1980 e 1989, o consumo per capita das carnes de bovinos 17,17% (16,3 kg em 1980 para 13,5 kg em 1989) e suínos 28,42% (9,5 kg em 1980 para 6,8 em 1989), durante o mesmo período o consumo de carnes de aves sobe 40,44% (8,9 kg em 1980 para 12,5 kg em 1989).

Com a mudança dos hábitos alimentares, as agroindústrias adotam estratégias de diversificação de produto e segmentação da demanda, garantindo margem de lucro e diminuindo a dependência da demanda agregada. Com isto passam a investir em outros itens de oferta, como produtos para lanches, empanados e congelados semi-prontos. A tabela 4 indica que, no faturamento do grupo Sadia, a diversificação de produto foi estratégia central durante essa década. O crescimento da participação no faturamento, dos produtos industrializados de 13% em 1981 para 34% em 1989 e, a queda no mesmo período de 9% para 3% da participação da carne suína, é ilustrativa desta trajetória.

Tabela 3: Produção e Consumo Per Capita de Carnes de Frango, Suíno e Bovina no Brasil 1980/91

	Frango		Suíno		Bovino	
	Produção (1.000 t)	Consumo (Kg)	Produção (1.000 t)	Consumo (Kg)	Produção (1.000 t)	Consumo (Kg)
1980	1.250	8,9	1.150	9,5	2.084	16,3
1981	1.440	9,1	1.183	9,5	2.115	16,8
1982	1.508	9,6	1.105	8,7	2.397	15,7
1983	1.489	9,3	1.040	8,0	2.364	15,4
1984	1.356	8,1	960	7,2	2.096	13,0
1985	1.501	9,0	966	7,1	2.223	12,1
1986	1.617	10,0	1.080	7,7	1.958	14,9
1987	1.970	12,1	1.200	8,3	2.261	14,2
1988	1.950	12,0	1.100	7,5	2.447	13,8
1989	2.080	12,5	950	6,8	2.660	13,5
1990	2.347	13,7	1.100	7,2	2.650	14,2
1991	2.627	15,5	1.200	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Mior (1992)

Nos mercados internacionais, por sua vez, que se mostravam cada vez mais exigentes e competitivos, às agroindústrias catarinenses competiam com grupos americanos e europeus em mercados chaves, resultando em mudanças nos processos de industrialização e produção por causa de imposição de cunho sanitário, social, cultural e ambiental, vinculados a estes mercados.

Tabela 4: Participação dos Produtos no Faturamento do Grupo Sadia (em %)

	198 1	198 2	198 3	198 4	198 5	198 6	198 7	198 8	198 9	199 0	199 1	199 2
Industrializados	13	14	16	16	17	18	17	26	34	31	31	33
Carnes Aves	26	23	23	26	25	27	25	31	31	30	29	29
Carnes Suínos	9	6	7	8	7	7	6	6	3	5	3	3
Carnes Bovinos	10	10	8	7	5	5	6	8	9	11	14	11
Rações	21	23	20	22	23	23	22	7	6	6	-	-
Soja	10	17	18	16	15	15	18	17	12	12	18	19
Trigo	2	2	1	1	1	2	2	2	3	2	1	1
Outros	9	3	5	9	7	3	4	3	3	3	4	4

Fonte: Relatórios anuais da Sadia (apud Espíndola)

Os sistemas de integração da agricultura familiar às agroindústrias instaladas na região Oeste Catarinense é um tema vastamente estudado no Estado de Santa Catarina, destacando-se os trabalhos de Paulillo (1990), Cairo (1987), Campos (1987), Mior (1992), Wilkinson (1998). Este conjunto de trabalhos descreve e analisa este processo de integração da agricultura familiar às agroindústrias. Note-se que sendo uma forma predominante nas produções de suínos, aves e de fumo, a trajetória de integração apresentou caminhos diversos. Enquanto, na produção de fumo a integração é uma forma antiga, remontando à década de 1920, na avicultura, ocorreu a partir de sua implantação na região, no final da década de 1960 e início da de 1970, já na suinocultura foi um processo implantado gradativamente a partir do final da década de 1970.

Embora iniciado na década de 1950, com a criação do departamento de fomento da Sadia, tendo esta sido seguida posteriormente pelas demais empresas, é na década de 1980 que o processo de integração na suinocultura se intensifica. De acordo com Campos (1987), este processo teve como origem a coincidência da crise cíclica da suinocultura iniciada, em 1981, com a profunda crise econômica vivida pelo país na primeira metade da década de 1980. Apesar da queda de produção e produtividade em nível nacional, em Santa Catarina observou-se estabilidade, passando o Estado a ser responsável por 30,2% da produção em 1985, contra os 22% no ano de 1980.

A produção e a produtividade se estabilizaram em Santa Catarina, ganhando espaço no mercado nacional, devido a uma profunda reestruturação do sistema de produção, traduzido na intensificação do processo de integração. A tabela 5 apresenta o crescimento do número de integrados, com diminuição do número total de produtores de suínos e com crescimento da produção. De 1980 a 1985, o crescimento no número de integrados foi de 372% enquanto o número total de suinocultores caiu mais de 32%. Campos (1987), explica que o processo de integração dos suinocultores possibilita aos novos integrados o acesso a assistência técnica, insumos, medicamentos e outros serviços prestados pela integradora, com o pagamento sendo feito quando da entrega dos suínos às agroindústrias. Desta forma a integração permite o aumento rápido da produtividade e a diminuição da necessidade de capital de giro pela propriedade.

Esse processo intenso na integração da produção de suínos foi também marcado por iniciativas na introdução de novas formas de organização da produção. As agroindústrias iniciaram processo de criação de leitões, com entrega para integrados para que estes fizessem apenas a terminação. Essas iniciativas estenderam-se logo em seguida para um regime onde

alguns agricultores integrados passaram a produzir leitões, transferindo para outros suinocultores a fase de terminação (CAMPOS, 1987). Trata-se da gestação do que seria o futuro sistema de produção conhecida como parceria, que viria a se consolidar no início dos anos 2000, ocorrendo já durante a década de 1980.

Tabela 5: Evolução do Número Total de Suinocultores e de Integrados no Oeste Catarinense 1980/93

ANOS	SUINOCULTORES		PRODUÇÃO DE CARNE SC (1.000T)
	Integrados	Total de produtores	
1980	3.860	67.000	
1981	4.045	-	
1982	5.242	-	
1983	9.396	-	
1984	12.639	-	960
1985	18.232	45.000	960
1986	26.176	-	1.080
1987	25.657	-	1.200
1988	24.056	-	1.100
1993	20.000*	30.000	1.215

Fonte: ICEPA, IBGE, Estimativa junto às agroindústrias e Coopercentral (apud. Testa & alii. 1996); (*Estimativas)

A internalização da pesquisa e da assistência técnica como caminho para a difusão da pesquisa e tecnologia também foi uma estratégia adotada pelas agroindústrias. Com o objetivo de garantir o crescimento da industrialização e o controle da qualidade da matéria prima, esse processo ocorreu de forma paralela e diferenciada entre as empresas. Na Sadia, a principal iniciativa foi o desenvolvimento do Projeto 21, que buscava a implementação de novos critérios técnicos e logísticos, aprofundando a lógica industrial, e também a instauração de uma relação com os agricultores com base na parceria. Na sua concepção inicial, o Projeto visava à integração, em uma mesma propriedade da suinocultura e da avicultura. Dava prioridade para os agricultores localizados próximo à agroindústria e com área mínima de 20 hectares, boa parte dos quais mecanizável, contemplava a especialização da produção de suínos, com a constituição de três sistemas de integração: criação, criação-terminação e terminação (MIOR, 1992; ESPINDOLA, 1999). Esse projeto, por uma série de problemas, foi reestruturado pela empresa, sendo esboçada uma nova estratégia de produção

agropecuária, com a reestruturação do sistema de integração (MIOR, 1992; ESPINDOLA, 1999).

De acordo com Espíndola (1999) entre as medidas adotadas pelas agroindústrias para o melhoramento da produtividade, destacam-se: treinamento intensivo da equipe técnica das empresas, visando à implantação de novas e mais eficientes tecnologias, também com objetivo de tornar o agricultor num empresário; alteração da política de remuneração aos agricultores, privilegiando a qualidade dos suínos e aves; fornecimento de material genético aos novos integrados, com construção de modernas granjas para testes e seleções das linhas puras de multiplicação e hibridação, com vistas à produção de reprodutores de excelente padrão; desenvolvimento permanente de pesquisas em várias áreas do setor agropecuário.

Para além, dessas transformações na relação entre as agroindústrias e a agricultura familiar, aquele período foi também marcado pelo: a) esgotamento da fronteira agrícola e da possibilidade de maior parcelamento das propriedades, levando ao que Vianna de Souza (1992) chamou de “bloqueio fundiário”; b) diminuição do volume de recursos disponíveis para o crédito agrícola e o aumento das taxas de juros; c) esgotamento do principal recurso, o solo, pelo tipo inadequado e a forma intensiva de seu uso; d) redução da rentabilidade dos principais produtos tradicionais da região, como milho, feijão e suínos (TESTA *et al*, 1996).

*

*

*

Neste capítulo descreveu-se a trajetória das transformações na produção suinícola na região Oeste Catarinense até a década de 1980. Apontou-se também para uma periodização da formação econômica da região tendo-se por base a suinocultura.

Nesse período a região Oeste Catarinense passou de uma sociedade agrícola colonial para uma sociedade altamente integrada a economia catarinense e brasileira através da agroindústria de carnes, principalmente a suinícola. Esta transformação foi possibilitada pela demanda existente e pelo mercado consumidor brasileiro em expansão no auge do processo de industrialização, também pela existência de uma capacidade produtiva existente na região que foi rapidamente desenvolvida a partir da articulação das agroindústrias. É nesse período que a ação das agroindústrias operando como “indústria motriz” regional localizou os polos do desenvolvimento regional, bem como, criou o mercado de trabalho.

Na agricultura familiar, o suíno se torna o produto soberano, a partir do qual é organizado o sistema produtivo das propriedades. Seguindo a trajetória da agricultura familiar

brasileira de ter em um produto principal a sua estratégia de reprodução, conforme descrito por Wanderley: “sempre foi uma orientação comum e natural destes agricultores, a busca de produto ou produtos comercializáveis, que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado” (VANDERLEY, 1999, p.22)

Concomitantemente, ao processo descrito neste capítulo, ocorreu uma série de transformações técnicas e institucionais na produção agrícola, que afetaram a produção regional. Também, na última década desse período, a crise da dívida externa brasileira provocou uma série de mudanças macroeconômicas, estes aspectos são tratados no próximo capítulo.

As mudanças promovidas pelas agroindústrias na produção de suínos, para além de assumirem o controle da produção e ampliarem os lucros, objetivavam também, adequar a matéria prima às necessidades da indústria. Estas alterações buscavam responder as transformações na demanda provocadas pelas mudanças dos hábitos alimentares e de vida dos consumidores provocadas pelas novas necessidades que vem sendo geradas na vida social atual, conforme pode ser visto na primeira seção do capítulo 2.

As características e desdobramentos do desenvolvimento regional referentes à 5ª fase, que se apontou nesse capítulo, serão tratados nos capítulos 4 e 5.

IV: IMPACTOS DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL E NA AGRICULTURA FAMILIAR DO OESTE CATARINENSE

As políticas macroeconômicas no Brasil mudaram no início da década de 1980 em decorrência da crise da dívida externa. As condições de financiamento e de continuidade do padrão de crescimento industrial do pós-guerra se romperam. Como consequência da crise da dívida, em suas diversas formas de manifestação (restrição de acesso ao mercado de crédito internacional, elevação dos juros, profunda crise institucional e financeira do Estado e aceleração do processo inflacionário), a política macroeconômica ficou refém da viabilização do pagamento dos serviços da mesma.

Impedir que o agravamento do endividamento público e o aumento dos preços conduzissem a economia à hiperinflação passou a ser objetivo principal da política macroeconômica. A passagem abrupta de uma política que a utilizava instrumentos desenvolvimentistas para uma, outra, centrada na administração macroeconômica da crise provocou mudanças profundas em toda economia brasileira, afetando a organização dos diversos agentes econômicos, entre eles o conjunto da estrutura produtiva agroindustrial.

O processo de abertura da economia colocou a questão do desenvolvimento nacional como problema a ser resolvido pela maior inserção do Brasil na economia internacional. Esse processo de abertura iniciou-se no final dos anos 80, tendo-se intensificado no começo da década de 1990 com o governo Collor, e foi completado com a estabilização, através do Plano Real, no governo Itamar Franco e depois no de Fernando Henrique Cardoso.

Considerando-se esse contexto de administração macroeconômica na década de 1980 e de abertura econômica na década de 1990, este capítulo descreverá as mudanças provocadas pelas políticas macroeconômicas tanto sobre a agricultura familiar brasileira em termos econômicos e sociais, como sobre a estrutura agroindustrial. O que se pretende é entender como as mudanças macroeconômicas afetaram as relações entre a agricultura familiar e o capital agroindustrial a partir do início da década de 1980.

A primeira seção deste capítulo tratará das mudanças profundas ocorridas nas políticas de financiamento, de preços e de apoio à produção agrícola a partir da década de 1980. Discorre-se sobre as mudanças nos financiamentos agrícolas e na política de preços mínimos, com a redução dos recursos e o fim dos subsídios.

A segunda seção discorrerá sobre as mudanças provocadas pelas transformações macroeconômicas na produção agropecuária a partir da década de 1980 na economia brasileira. Observando-se que no dualismo da agricultura brasileira, a agricultura patronal tem se fortalecido sempre que ocorre expansão do mercado de exportação, enquanto a agricultura familiar tem se expandido e ganhado força com o reforço do mercado interno. Isto está determinado pela característica principal de cada um destes diferentes setores da produção agrícola nacional, ou seja, a monocultura na produção patronal e a policultura na agricultura familiar. Os anos de 1980 foram anos, aparentemente, em que a agricultura familiar brasileira ganhou espaço na produção agrícola, tendo encontrado na década de 1990 grandes dificuldades de expansão e reprodução.

Na terceira seção observará as mudanças ocorridas na estrutura agroindustrial da região Oeste Catarinense nas últimas três décadas. As mudanças ocorridas a partir das fusões, aquisições das empresas, bem como, a ampliações da área de atuação das mesmas ocupando espaço no mercado nacional e internacional, é a trajetória que será analisada.

A quarta seção apresentará o comportamento da produção agrícola na região Oeste Catarinense nos últimos decênios. As transformações foram profundas, com o aumento da produtividade média, queda dos preços médios, diminuição da renda média por área cultivada nas produções tradicionais da região. Estas são características que levaram a reestruturação da agropecuária regional, com a concentração da produção, redesenho das áreas de produção de cada produto de acordo com as características técnicas econômicas e a localização das agroindústrias

4.1 AS MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO, DE PREÇOS E DE APOIO A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

As mudanças institucionais ocorridas na economia brasileira nas décadas de 1980 e 1990 afetaram a produção agrícola, tanto pelas políticas fiscais, como pela política monetária contracionista. Estas levaram à restrição do crédito agrícola, ao abandono da política de preços mínimos e ao sucateamento da política pública de assistência técnica. Apresentam-se a seguir os comportamentos das políticas de crédito, preços e apoio a produção agrícola entre as décadas de 1980 e 2000.

O crédito agrícola foi o principal instrumento utilizado pelo Estado para promover a modernização da agricultura brasileira ao longo das décadas de 1960 e 1970. A crise da dívida externa, no início dos anos de 1980, com a consequente diminuição da capacidade de financiamento do Estado, provocou mudanças profundas nas políticas de financiamento agrícola naquela década, com o abandono dos altos subsídios nos financiamentos. Esta nova realidade levou à redução drástica nos volumes do crédito tomado pelo setor agrícola ao longo da década de 1980, conforme pode ser visto na tabela 6. No ano de 1990 o volume de recursos utilizados no crédito agrícola foi de apenas 23,92% do montante utilizado em 1980, uma redução da ordem de 76,08%. No custeio, esta redução foi de 68,40%, nos investimentos, foi de 85,91% e para comercialização, foi de 86,28%.

Tabela 6: Evolução do Crédito Rural Segundo as Modalidades (em milhões de US\$)

	Custeio	Investimento	Comercialização	Total	Variação anual
1980	18.894,40	6.205,82	8.241,07	33.346,64	-
1981	16.981,52	4.427,70	7.521,19	28.939,20	(13,26)
1982	18.008,15	3.699,15	6.333,40	28.023,88	(3,16)
1983	13.147,47	3.575,10	4.421,27	21.154,41	(24,51)
1984	9.092,73	1.550,56	2.274,15	12.921,32	(38,92)
1985	13.100,86	2.388,00	2.935,26	18.425,96	42,60
1986	15.370,28	8.806,17	3.299,91	27.476,36	49,12
1987	15.196,42	3.703,80	2.761,61	21.659,67	(21,17)
1988	10.396,31	2.448,51	2.439,36	15.284,20	(29,43)
1989	11.161,74	1.466,74	1.325,79	13.955,66	(8,69)
1990	5.969,12	873,92	1.130,67	7.973,71	(42,86)
1991	6.763,92	699,26	764,25	8.226,61	3,17
1992	5.746,56	1.090,02	2.284,03	9.121,52	10,88
1993	4.355,35	1.610,54	1.868,26	7.833,37	(14,12)

Fonte: Bacen (apud, Leite, 1998, 65)

De 1983 a 1984, como mostra a Tabela 7, ocorreu uma redução na concessão de crédito, principalmente de investimento. De acordo com Goldin e Resende (1993), em 1984 a taxa real de juros do crédito rural tornou-se positiva, algo que não ocorria desde o ano de 1965, oficializando o esgotamento desse instrumento de política agrícola. Durante o governo Sarney houve uma retomada do crédito rural, com o aumento dos recursos da ordem de 42%

em 1985 e de 49,12% em 1986, porém nos anos seguintes registraram-se diminuições devido à restrição provocada pela crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. No governo Collor houve uma forte redução dos recursos para o financiamento agrícola, da ordem de 42,86%. Também neste período, de acordo com Silva (1996), foi desmontada a maioria das instituições de apoio à agricultura, com destaque para a Comissão de Financiamento de Produção – CFP, a CIBRAZEM e a COBAL fundida à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Além disto, ocorreu a extinção do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), do Instituto Brasileiro do Café (IBC), da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) e do Banco Nacional de crédito Cooperativo.

A partir da edição do Plano Real, às medidas implantadas no governo Collor foram aprofundadas, passando o crédito rural, cada vez mais, a ser suprido através do mercado, ocorrendo a implantação de novos mecanismos de captação de recursos. De acordo com Gasques e Villa Verde (1996), as fontes introduzidas a partir de meados dos anos 80 são de caráter privado. Nessas novas fontes, embora representem iniciativas do governo federal, os recursos são captados no mercado. “Deste modo, são fontes indexadas e com taxas de juros mais elevadas do que as fontes tradicionais, como o Tesouro e as exigibilidades, para as quais o governo fixa as taxas de juros máximas, que podem ser cobrado pelo sistema bancário oficial e privado” (GASQUES E VILLA VERDE, 1996). A tabela 7 mostra que durante a década de 1990 as fontes de recursos tradicionais passaram de uma participação de 74%, em 1990, para 60,94% em 2000. Dentre as novas fontes destacam-se a Poupança Rural, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o BNDS/FINAME e os Fundos Constitucionais.

Em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, fruto da reivindicação e da pressão exercida pelas organizações da agricultura familiar brasileira. O PRONAF foi concebido como resposta a uma demanda de promoção do desenvolvimento rural, e o crédito foi o alicerce sobre o qual se construiu. Como política pública, para um setor com dificuldades de acesso a financiamento direto no mercado e com necessidade de atenção especial das estruturas do Estado, acabou centralizando a maior parte dos recursos oriundos do Tesouro. O gráfico da figura 4 apresenta a evolução dos recursos aplicados pelo PRONAF no período de 1999 a 2007, tendo ocorrido neste período um crescimento do total de recursos liberados da ordem de 319%. No mesmo período, o crédito total cresceu 334%.

Tabela 7: Financiamentos Concedidos por Fontes de Recursos – 1990 a 2000

Fontes de recursos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Fontes Tradicionais											
Recursos do Tesouro	26,7	24,18	22,97	26,67	27,11	19,70	3,48	1,5	1,66	0,11	0,02
Recursos Obrigatório	27,4	22,38	18,71	11,04	11,60	13,14	16,88	44,89	40,73	41,68	55,93
Recursos Livres	19,9	10,32	6,76	11,74	15,93	16,3	8,07	6,01	4,67	5,06	4,97
Novas fontes											
Poupança Rural	20,0	32,29	45,53	43,22	34,9	36,07	9,13	8,42	13,02	19,47	12,18
Fundos constitucionais	4,5	3,22	3,15	5,52	4,99	9,01	14,9	5,64	7,04	5,75	5,43
Recursos dos Governos Estaduais	0,1	0,12	0,07	0,10	0,26	0,36	0,26	0,18	0,18	0,13	0,10
Fundo de amparo ao Trabalhador – FAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,99	18,43	15,86	15,92	11,29
Fundo Extra-Mercado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,93	6,66	1,11	0,00	0,00
Recursos Funcafe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,6	5,54	5,00	1,66
Fundos de Commodities	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,05	0,06	0,07
BNDS/FINAME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,38	4,06	4,67	6,26
INCRA/PROCERA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,46	1,14	0,3	0,05
Outras Fontes	1,40	7,47	2,81	1,72	5,21	5,43	11,37	0,7	2,07	0,38	0,89
C3 Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,86	1,46	1,12
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Gasques: Conceição, 2001.

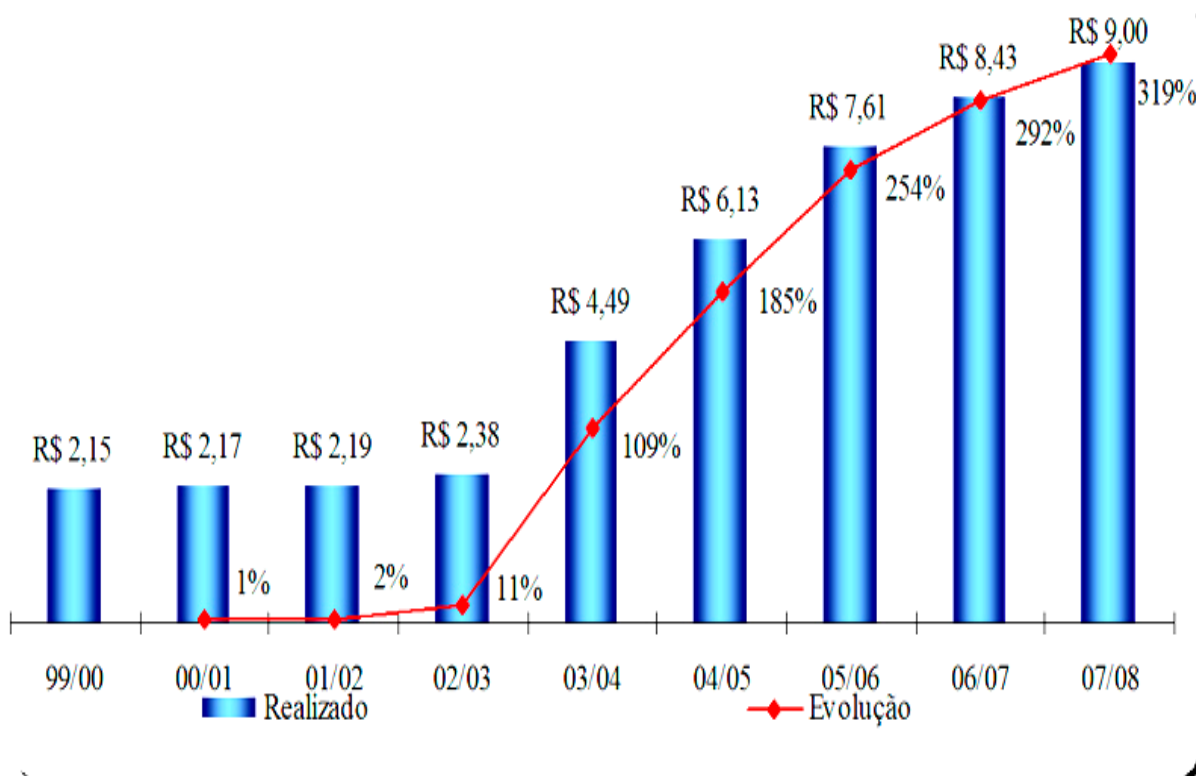


Figura 4: Evolução dos recursos aplicados pelo PRONAF (1999 a 2007). Fonte: MDA

Conforme visto, o crédito teve uma redução drástica nos volumes ofertados durante as décadas de 1980 e 1990. Nesse período se alteraram também as formas e as fontes de financiamento. Os preços dos produtos agropecuários, outra variável importante na determinação do comportamento da produção, teve tratamento diferenciado entre as duas décadas. Durante os anos de 1980, o fortalecimento da Política Geral de Preços Mínimos – PGPM foi a estratégia central do Estado para incentivar a produção agrícola. Ainda nesta década o câmbio esteve desvalorizado em relação à década de 1970, beneficiando também o setor de exportação, tendo estas duas políticas, o objetivo de fazer frente aos problemas do abastecimento do mercado interno e da geração de divisas através das exportações. Já a década de 1990 foi marcada pela abertura comercial, pelo câmbio valorizado e pela desregulamentação dos instrumentos de política agrícola.

As taxas de câmbio exerceram um papel determinante na queda dos preços agrícolas na década de 1990. A taxa de câmbio afeta a produção agrícola de duas formas. A desvalorização cambial aumenta a competitividade dos produtos no mercado internacional e, ao mesmo tempo, eleva o preço dos produtos importados, fazendo crescer o custo dos insumos que utilizam matéria prima importada. O inverso ocorre quando o processo é de

valorização cambial. De acordo com os estudos de Melo (1999), os preços agrícolas tiveram perdas significativas nessa década, tendo havido na maioria dos produtos aumento de produtividade, provavelmente vinculado à redução dos preços dos insumos importados.

Em fim, a década de 1990 marcou também o desmonte de outros instrumentos da estrutura institucional de apoio à agricultura, com destaque para a privatização do setor petroquímico da PETROBRÁS, a extinção da EMBRATER, abandono do Programa de Seguro da Produção Agropecuária - PROAGRO.

4.2 AS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES MACROECONÔMICAS INICIADAS NA DÉCADA DE 1980

A década de 1970 foi marcada na agricultura brasileira pelo processo de modernização conservadora, que ao invés da reforma agrária, implementou uma política de modernização da agricultura, com o objetivo de transformar o latifúndio em grande empresa capitalista. Essa política teve no crédito agrícola subsidiado o seu principal instrumento de implantação, sendo priorizados os grandes produtores e alguns médios, bem como os produtos de exportação. A modernização da agricultura esteve associada à onda de internalização do complexo agroindustrial a montante e a jusante. Neste período, a indústria a jusante à agricultura, responsável pela produção de máquinas e equipamentos agrícolas se implantou no país, bem como a indústria a montante, compreendida pela agroindústria processadora de alimentos. Este processo foi liderado por empresas multinacionais, tendo ocorrido em uma conjuntura internacional favorável, tanto pela demanda por produtos agrícolas quanto pela oferta de crédito (DELGADO, 2009).

Na década de 1980, o desempenho agrícola foi determinado pela decisão de priorizar a agricultura tomada no ano de 1979, frente à expectativa de uma crise de abastecimento de alimentos devido ao fraco desempenho do setor nos anos de 1970. A modernização ocorrida na década de 1970 esteve diretamente associada à produção para exportação, sendo que a produção para o mercado interno ficou aquém do crescimento da demanda. Fato que fez surgir no final da década de 1970 uma forte expectativa de desabastecimento de alimentos. Isto se desdobrou em uma mudança no âmbito da política agrícola, resultando no fortalecimento da política de garantia de preços mínimos. Também pesou no desempenho da agricultura, neste período, a política de desvalorização da moeda nacional compensando a

perda de receita decorrente da redução dos preços no mercado internacional, pelo ganho na relação entre moedas. De acordo com Delgado (2009), estes dois fatores viabilizaram o crescimento agrícola em ambientes externo e interno desfavoráveis durante os anos de 1980.

A década de 1990 foi marcada na agricultura, em primeiro lugar, por uma enorme redução do volume de recursos aplicados nas políticas agrícolas, pela liquidação da política de estoques públicos e pelo esvaziamento da política de preços mínimos, com a queda das tarifas de importações da maioria dos produtos agrícolas. Em segundo lugar, caracterizou-se pela perda de renda do setor agropecuário com a implantação do Plano Real, provocado pelo aumento dos custos financeiros (aumento das taxas de juros) e pelo impacto depressivo na formação dos principais preços agrícolas. Em terceiro lugar, observaram-se os efeitos da valorização cambial, que estimulou as importações e desestimulou as exportações (DELGADO, 2009).

A desvalorização do Real ocorrida em 1999 possibilitou a retomada da agricultura para a exportação, buscando reverter o saldo negativo da balança comercial e de pagamentos. Conforme afirma Delgado (2005) tratou-se de um “relançamento” do agronegócio a partir de algumas medidas importantes: investimento em infraestrutura (eixos de desenvolvimento); reorganização da EMBRAPA para operar em parceria com outras empresas internacionais de pesquisa; não intervenção na regulação do mercado de terras e a não entrada da reforma agrária na agenda do Estado; desvalorização da taxa de câmbio real, tornando o agronegócio novamente competitivo no mercado internacional.

Ainda, é importante destacar, na década de 1990, o início da implantação de uma política específica para a agricultura familiar em âmbito de país. O PRONAF combinado com a existência de um Ministério específico para o desenvolvimento rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA representou, pela primeira vez, a afirmação e a construção de políticas diferenciadas para a agricultura empresarial e para a agricultura familiar.

Nesse período de mais de 30 anos, desde a década de 1970 até o início dos anos 2000, a agricultura brasileira teve diferentes funções em sua trajetória, sendo marcante o papel cumprido pelo agronegócio como fonte de divisas internacionais. Os anos 70 foram marcados pela modernização agrícola em um ambiente externo de preços favoráveis combinado com o câmbio desvalorizado, o que beneficiou a ampliação do negócio agrícola para exportação. É desse período o início da grande expansão da soja como *commodity* agrícola. Os anos 80 e 90 caracterizaram-se por trajetória semelhante dos anos 70, apesar de alguns momentos de interrupção (Plano Cruzado e Real), com períodos de crescimento do PIB agrícola em níveis

superiores ao crescimento dos PIB geral e industrial. Isso é indicativo do protagonismo que assumiu o agronegócio nestas duas décadas na economia nacional.

Quanto ao desempenho da agricultura familiar brasileira neste período, Delgado (2008), considerando a produção para o mercado interno como sendo realizada pela agricultura familiar e a produção de exportação como vinculada ao agronegócio, caracterizou como segue entre a década de 1970 ao final da década de 1990⁶.

A década de 1970, marcada pela modernização conservadora, foi desfavorável para a agricultura familiar. Isto ocorreu, principalmente, pelo desempenho favorável do mercado externo, tendo a política de crédito subsidiado, em sua maior parcela, sido canalizada para os grandes produtores voltados a exportação. Estes rapidamente se modernizaram, o que ampliou o rendimento destes produtos em relação aos produzidos para o mercado interno. Em consequência, nesse período a produção para o mercado interno foi deficitária, apesar das altas taxas de crescimento do PIB, de cerca de 6% a.a. Os dados da tabela 8 demonstram a diferença entre o desempenho dos produtos de exportação e dos produzidos para o mercado interno na década de 1970.

Tabela 8: Taxas Médias Anuais de Crescimento das Quantidades Produzidas em Lavouras Seleccionadas no Brasil - 1961/1970 e 1971/1980

LAVOURAS SELECIONADAS	QUANTIDADES PRODUZIDAS – 1961 A 1970	QUANTIDADES PRODUZIDAS – 1971 A 1980
Produtos de exportação		
Soja	17,9	18,6
Laranja	6,1	11,8
Açúcar	3,2	7,0
Fumo	4,2	6,8
Cacau	3,6	5,6
Café	-9,1	-3,1
Algodão	0,8	-4,8
Produtos de consumo doméstico		
Trigo	11,8	6,9
Milho	4,8	2,6
Arroz	2,8	2,7
Mandioca	5,5	-2,2
Feijão	3,5	-2,7

Fonte: Goldin & Rezende (1993), Tabela 2.1, p. 16. Extraída de Delgado (2008)

⁶ Ressalte-se que essa caracterização não se utiliza dos conceitos de cadeia produtiva, onde a agricultura familiar tem papel relevante em alguns produtos de exportação, como é o caso do Oeste Catarinense com a produção de carnes. Apesar desta restrição, essa caracterização tem sido muito habitual na bibliografia (ver FAO/INCRA 1994; MELO, 2001 entre outros) .

Os dados da tabela 8 indicam que o crescimento da produção para o mercado interno na década de 1970 foi inferior a que ocorreu na década anterior, e que o oposto ocorreu em relação à produção para exportação. Conclui-se que essa década, foi caracterizada pela mudança na composição da produção agrícola, sendo beneficiada a produção de exportação, em detrimento daquela orientada para o mercado interno, realizada principalmente pela agricultura familiar.

Já nos anos de 1980, os desempenhos da agricultura familiar e patronal ocorreram de forma mais equilibrada, em função, principalmente, do estímulo à produção para o mercado interno. As rentabilidades dos produtos caíram, sendo que na produção para o mercado interno a queda foi menor. Assim sendo, aparentemente a década de 1980 foi melhor para a produção da agricultura familiar brasileira que a década anterior.

O processo de abertura econômica nos anos de 1990, conforme demonstrado por Melo (1999) foi bastante adverso para a produção agrícola brasileira. Este autor, estudando o comportamento da agricultura no período da abertura econômica destacou a grande perda de renda do setor com a política de queda das tarifas de importação, taxas de juros elevadas e de câmbio valorizado, tudo acompanhado por um baixo crescimento do PIB. O crescimento da produção agrícola, calculado a partir dos dados da tabela 9 foi pequena neste período, na faixa de 1,4% a.a., além de apresentar uma ampliação bastante grande da produção para exportação.

Os dados da tabela 9 representam, em todo o período, 98% a 99 % da produção de grão no país. Chama a atenção a diminuição da produção de grãos para alimento, que cai de cerca de 68% no biênio 1987/1988 para 65% em 1994/1995, reduzindo-se para 58% em 1998/1999, uma redução explicada principalmente pela elevação da produção da soja.

Tabela 9: Brasil – Produção Agrícola de Produtos Seleccionados – Década de 1990 (em milhões de toneladas)

PRODUTOS	1987/88*	1990/91*	1992/93*	1994/95*	1996/97	1998/99*
Algodão (Caroço)	1,4	1,3	1,1	1,0	0,7	0,9
Arroz	11,2	9,0	10,0	10,9	9,8	10,0
Feijão	2,4	2,6	2,7	3,2	3,0	2,6
Milho	25,5	23,2	30,0	35,3	34,1	31,3
Soja	17,6	17,8	21,2	25,5	24,7	31,1
Trigo	6,0	3,2	2,4	1,8	2,8	2,3
Total Grãos	65,6	58,1	68,4	78,6	76,0	79,5

Observação: * Média Bianual

Fonte: CONAB. Extraída de Delgado (2008)

A tabela 10 apresenta a evolução dos preços recebidos pelos agricultores durante o período de 1989 a 1999. A redução de preços dos produtos é a marca do período, sendo que aquela registrada junto aos agricultores familiares (-4,74% a.a) é bem maior do que a apresentada pela agricultura patronal (-2,56% a.a).

Tabela 10: Evolução dos Índices de Preços Reais Recebidos Pelos Agricultores Brasileiros Durante 1989/99 (1989 = 100)

ANOS	TOTAL	TOTAL VEGETAL	TOTAL ANIMAL	FAMILIAR	PATRONAL
1989	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1990	82,7	80,4	82,9	81,2	83,3
1991	82,2	83,8	76,1	76,6	85,1
1992	78,2	80,7	70,7	70,1	82,1
1993	80,1	81,3	74,2	74,7	82,4
1994	79,5	83,2	70,4	72,8	83,1
1995	69,2	71,6	61,3	67,5	69,9
1996	66,4	72,8	53,6	61,4	69,1
1997	66,2	73,8	51,8	57,8	71,0
1998	68,1	77,0	51,9	61,7	70,8
1999	64,9	70,7	52,9	55,7	69,6
TAXA ANUAL MÉDIA (%)^a	- 3,24	- 2,13	- 5,48	- 4,74	- 2,56

Fonte:- Dados básicos de FGV – Agroanalysis; Elaboração Melo (2001).

^(a) Os coeficientes foram considerados como significativamente diferentes de zero ao nível de 15% de probabilidade.

O reduzido crescimento da economia brasileira nos anos 1990 foi profundamente prejudicial à agricultura familiar, pelo crescimento pífio do emprego urbano e, conseqüentemente, pelo pequeno aumento da demanda por alimentos. Esse quadro foi agravado pela facilidade de importação de alimentos, que impactou ainda mais nos preços dos produtos e na renda dos agricultores.

A tabela 11 mostra a evolução dos índices de rendimento físico da agricultura brasileira durante o período, chamando a atenção o maior aumento da agricultura familiar comparativamente a agricultura patronal, em que pese ter sido a primeira a que sofreu a maior redução de preços médios dos produtos. De acordo com Melo (2001), no mesmo período a agricultura familiar teve uma redução na área cultivada da ordem de 2% ao ano, em média, portanto, o aumento nas quantidades produzidas explica-se pelo aumento do rendimento físico

da produção, que compensou a diminuição da área cultivada. O aumento do rendimento físico da produção, para aquele autor, pode estar associado à diminuição do custo de alguns insumos importados e ao acesso as tecnologias disponibilizadas pelo sistema público, base da redução dos custos de produção de alguns produtos.

TABELA 11: Evolução dos Índices de Rendimento Físico da Agricultura Brasileira Durante 1989/99 (1989 = 100)

ANOS	TOTAL FAMILIAR	TOTAL PATRONAL
1989	100,0	100,0
1990	110,8	101,5
1991	104,3	105,8
1992	116,6	113,0
1993	142,2	118,4
1994	124,3	115,9
1995	136,0	113,1
1996	137,6	125,4
1997	155,8	128,8
1998	183,5	136,0
1999	177,5	140,2
TAXA ANUAL MÉDIA (%)	5,80	3,29

Fonte:- Dados básicos do IBGE; Elaboração Melo (2001).

4.3 AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA AGROINDUSTRIAL DA REGIÃO OESTE CATARINENSE

A constituição das empresas do complexo agroindustrial de carnes do Oeste Catarinense ocorreu a partir da formação de empresas familiares, que posteriormente foram crescendo, principalmente a partir de aquisições de outras empresas, tornaram-se grandes grupos agroindustriais. O quadro 2 indica o vigor dessa estratégia na década de 1980, quando ocorreu igualmente expansão das empresas para fora da região Oeste Catarinense, com a exceção da Aurora. No mesmo período também se fortaleceu a estratégia de atuação nas áreas de industrialização de grãos, rações e de abate de bovinos. Foi ainda destaque, nessa década, a busca do mercado internacional, principalmente pelas empresas líderes Sadia e Perdigão, e a

iniciativa da Perdigão na área de lançamentos de produtos diferenciados: Chesters, massas congeladas, produtos com baixos níveis de condimentos, entre outros.

ANO	FATOS	EMPRESA
1980	Criação da Sadia Trading para centralizar as operações comerciais no exterior;	Sadia
1980	Aquisição da indústria de suínos Reunidas Ouro em Capinzal-SC	Perdigão
1981	Abertura do capital da <i>holding</i> Perdigão S.A	Perdigão
1982	Criação do SIC - Serviço de Informação ao Consumidor Sadia	Sadia
1982	Aquisição do Frigorífico de suínos Pepery - São Miguel do Oeste – SC	Aurora
1983	Lançamento da linha Chester®	Perdigão
1984	Aquisição das indústrias de ração da Suely em Orleans, Içara, Jaguaruna e Taió –SC; Aquisição da empresa de aves Canta Galo em Criciúma –SC	Perdigão
1985	Aquisição da cooperativa de grãos Taparese com unidades em Gaurama, Severiano de Almeida e Aratiba – RS; Aquisição da indústria de aves e grãos Borela em Marau – RS; Aquisição do Frigorífico de Bovinos Frigoplan – Lages –SC	Perdigão
1985	Aquisição do Frigorífico de Suínos Três Passo – RS; Aquisição da Indústria de Ração e Soja Concovado de Três Passo – RS; Aquisição do Frigorífico de Bovinos Sudanista em Barra do Garça – MT	Sadia
1986	Entrada no abate de bovinos e na fabricação de massas para a produção de pratos prontos congelados e da industrialização de carne bovina e de aves para a produção de quibes e almôndegas.	Perdigão
1986	Início do abate de aves e abertura de unidade de vendas em São Paulo	Aurora
1986	Saída da área de produção frutífera, supermercado, postos de combustível e da indústria madeireira	Perdigão
1987	Início da produção de pintinhos	Aurora
1989	Aquisição dos Frigoríficos de Bovinos Mouran em Andradina e Araçatuba – SP; Aquisição da unidade de Aves da Chapecó Alimentos em Francisco Beltrão – PR	Sadia
1989	Lançamento da linha a Turma da Mônica, entrada no segmento de produtos industrializados de carne de baixa condimentação; Aquisição das unidades industriais de aves da Arisco em Ipê e Rio Claro -SP	Perdigão
1989	Estabelecimento de parceria com a Mitsuishi Corporation do Japão visando fortalecer a presença da empresa no mercado internacional	Perdigão

Quadro 2: Principais Acontecimentos Envolvendo as Agroindústrias de Carnes com Sede na Região Oeste Catarinense Durante a Década de 1980

Fontes: Goularti (2001), Site das empresas: Perdigão, Sadia, Aurora, Seara e Bunge. Elaborado pelo Autor

A década de 1990 foi marcada por um amplo processo de reestruturação das agroindústrias da região Oeste Catarinense. As duas empresas líderes, Sadia e Perdigão, efetuaram reestruturação societária, com conclusão nos anos de 1998 e 1997, respectivamente. O conjunto dos grupos buscou com agressividade se instalar junto aos grandes mercados consumidores do país, bem como a inserção no mercado internacional. Outra característica presente nessa década foi a diversificação de produtos, que buscava

atender um mercado consumidor cada vez mais exigente. Esta estratégia fez com que as agroindústrias ampliassem sua área de atuação para além dos segmentos de carnes, buscando também outros setores na produção de alimentos. O quadro 3 apresenta a trajetória das agroindústrias nos anos de 1990.

ANO	FATOS	EMPRESA
1991	Implantação do sistema de gestão e operação TQS - Total Qualidade Sadia. Ingresso no segmento de margarinas, com a margarina Qualy. Inauguração de filiais comerciais em Tóquio, Milão e Buenos Aires. Aquisição da Indústria de Soja Copaza em Campo Grande -MS	Sadia
1992	Aquisição dos Frigoríficos Comabras de suínos em Ponta Grossa – PR e Industrializados em São Paulo –SP Aquisição dos Frigoríficos Wilson de suínos em Ponta Grossa – PR e Bovinos em Maringá – PR	Sadia
1994	Inauguração da Churrascaria Beijing Brasil, em Pequim, em associação com a empresa chinesa Sky Dragon.	Sadia
1994	Controle acionário é assumido por um grupo de Fundos de Pensões	Perdigão
1997	Saída das atividades com bovinos e soja	Sadia
1996	Aquisição do Frigorífico de suínos São Gabriel em São Gabriel do Oeste – MS	Aurora
1996	Inauguração do centro de distribuição em Belo Horizonte – MG	Perdigão
1996	Inauguração de central de armazenagem e distribuição em Garin, na Grande Buenos Aires	Sadia
1997	Conclusão da reestruturação societária que resultou em uma única empresa de Capital aberto	Perdigão
1997	Aquisição da Ceval Alimentos pela Bunge	Bunge
1997	Inaugurado centros de abastecimento e distribuição em Porto Alegre – RS, Rio de Janeiro - RJ e São Paulo – SP Lançamento da linha de vegetais congelados	Perdigão
1997	Criação da Seara Alimentos a partir da cisão da Divisão Carnes da Ceval	Seara
1998	Entrada na produção de pizzas prontas congeladas e de massas frescas refrigeradas	Sadia
1998	Inaugurado centros de abastecimento e distribuição em Videira – SC, Fortaleza – CE, Cubatão – SP e Salvador – BA	Perdigão
1998	Conclusão da reestruturação societária que resultou em uma única empresa de Capital aberto	Sadia
1999	Ingresso no ramo de sobremesas prontas congeladas Aquisição do Frigorífico de suínos e bovinos Rezende em Uberlândia – MG	Sadia
1999	Abertura de escritórios em Buenos Aires (Argentina), Amsterdã (Holanda), Cingapura (Ásia), Tóquio (Japão) e Dubai (Oriente Médio)	Seara
1999	Ingresso no ramo de massas prontas congeladas	Perdigão
1998	Lançamento de 257 novos itens e ingresso em novos segmentos alimentícios até o ano de 2001	Sadia

Quadro 3: Principais Acontecimentos Envolvendo as Agroindústrias de Carnes com Sede na Região Oeste Catarinense Durante a Década de 1990

Fontes: Goularti (2001), Site das empresas: Perdigão, Sadia, Aurora, Seara e Bunge. Elaborado pelo Autor

A década de 2000 é marcada pela ampliação dos grandes grupos da produção de alimentos, fica cada vez mais distante o tempo em que a atuação destas empresas se concentrava na produção de carnes de suínos e aves. Em que pese esta nova característica da região Oeste Catarinense, ainda é na produção de carnes que está centrada a atuação desses grupos. É importante destacar, também, que nesta década ocorre a entrada do grupo Perdigão na produção de lácteos a partir de diversas aquisições, com destaque para a Batávia. A Aurora também inicia atividades na industrialização de lácteos. Com o crescimento da bacia leiteira no Oeste Catarinense, a industrialização de lácteos pode rapidamente se tornar uma nova característica das grandes agroindústrias de alimentos com sede, ou com atuação forte na região. O quadro 4 descreve estes acontecimentos.

Ao longo dessas três décadas, as agroindústrias do Oeste Catarinense se concentraram em poucos grandes grupos, com forte atuação no mercado de alimentos no país e em nível internacional. Com parte das agroindústrias já operando como empresas de capital externo, Bunge e Cargil, e com a fusão, de Sadia e Perdigão, formando a Brasil Foods - BF, o cenário é de somente quatro grandes empresas, atuando neste setor: Bunge, Cargil, BF e Aurora.

ANO	FATOS	EMPRESA
2000	Inauguração da indústria de Sucos em Pinhalzinho - SC	Aurora
2000	Início do abate de aves e suínos em Rio Verde – GO; Abertura do primeiro escritório no exterior; Atuação na Bolsa de Valores de Nova York e Adesão ao nível I de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo; Lançamento da marca mundial Perdix	Perdigão
2001	Passa a operar na Bolsa de Nova York. Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo; Inauguração do Centro Logístico de Distribuição em Jundiá - SP	Sadia
2001	Criação da BRF Trading	Sadia/Perdigão
2001	Entrada na fabricação de alimentos com baixo teor de sódio; Incorporação da Batavia a Perdigão S.A.	Perdigão
2002	Abertura de escritório em Dubai nos Emirados Árabes; Entrada no segmento de sobremesas prontas; Lançamento de duas novas linhas de produtos: Tortas e folhados; Passa a exportar camarão congelado para terceiros	Perdigão
2002	Dissolvida a sociedade com a Sadia na BRF Trading	Sadia/Perdigão
2002	Reformulação visual de todas as embalagens de produtos Sadia	Sadia
2002	Inauguração de unidade de abate de suínos em Joaçaba; Incorporação do Frigorífico da Coperjacuí – Sarandi - RS	Aurora
2004	Aluguel da unidade da antiga Chapecó Alimentos em Chapecó- SC; Lançamento da linha Red Sauce, de produtos lácteos Aurolat e de pizzas Aurora	Aurora

ANO	FATOS	EMPRESA
2004	Abertura de dois novos Centros de Distribuição, em Chapecó (SC) e em Ponta Grossa (PR); Negociação de ações preferenciais no Latibex ; Aquisição da Só Frango Produtos Alimentícios; Criação do Instituto Sadia de Sustentabilidade.	Sadia
2005	Construção da segunda fábrica de margarinas; Retorno ao abate de bovinos; Ingresso no segmento de produtos à base de proteína vegetal;	Sadia
2005	A Cargil adquire a Seara	Cargil
2005	Entrada na industrialização de bovinos e margarinas; Instalação do Centro de Serviços Perdigão em Itajaí – SC	Perdigão
2007	Lançamento do Churrasco Fácil, Blesser e Tender; Aquisição da marca Nobre da Cotrel Erechim – RS	Aurora
2006	Aquisição de 51% das ações da Batávia S.A Indústria de Alimentos, entrada no mercado de Lácteos	Perdigão
2007	Entrada no mercado de Pet Food; Aquisição das marcas de margarina Dorian, Delicata e Claybom; Passa a deter o controle total da empresa Batávia S.A	Perdigão
2008	Aquisição da Eleva envolvendo em torno de 1,7 bilhão; Aquisição da Cotochês – tradicional indústria de leite de Minas Gerais, leva a perdigão a liderança na produção de leite UHT	Perdigão
2009	Formação da Brasil Foods – BF, nascida da fusão da Perdigão/Sadia	

Quadro 4: Principais Acontecimentos Envolvendo as Agroindústrias de Carnes com Sede na Região Oeste Catarinense Durante a Década de 2000

Fontes: Goularti (2001), Site das empresas: Perdigão, Sadia, Aurora, Seara e Bunge. Elaborado pelo Autor

Por fim, é importante destacar que à margem desta organização produtiva centralizada ocorre um processo de constituição de médios frigoríficos que atuam na industrialização de suínos e aves. Conforme demonstrado por Mior (2005) ocorre na região a formação de um *cluster* de carnes e de alimentos, tornando possível o surgimento de muitas empresas de médio e pequeno porte atuando no setor.

*

* *

Descreveu-se nas três primeiras seções deste capítulo o quadro geral envolvendo a trajetória macroeconômica do país, principalmente, nos aspectos relacionados com a agricultura no período de 1970 e 2000. Destacou-se como as transformações nas políticas públicas, sobretudo, as mudanças na estrutura agroindustrial afetaram a produção agropecuária e a produção da agricultura familiar brasileira no período. É neste contexto que apresenta-se a seguir o comportamento da produção agrícola na região Oeste Catarinense a partir da década de 1970.

Observa-se nesta trajetória como o processo de globalização de economia, descrito no capítulo 2, impactou na economia brasileira. A crise da dívida externa e a reestruturação do papel do Estado levaram a mudanças nas políticas públicas para a agricultura, sobretudo as relacionadas ao crédito agrícola e a política de preços mínimos.

As agroindústrias da região Oeste Catarinense, conforme visto na terceira seção deste capítulo se inseriram e foram envolvidas nesse processo de forma intensa. A implantação de sistemas de qualidade total, abertura de capital assumindo novos níveis de governanças corporativas nas Bolsas de Valores, com lançamentos de novos produtos sistematicamente, aquisições, fusões e mudanças do controle acionário, com parte do parque agroindustrial da região sendo assumido por grandes grupos internacionais ilustram estas características.

Esse processo de transformação das políticas macroeconômicas e de reestruturação produtiva no âmbito da globalização teve reflexo sobre o desenvolvimento econômico e social no Oeste Catarinense, conforme será visto no capítulo 6. Trata-se na próxima seção do desempenho da agricultura na região Oeste Catarinense durante as últimas três décadas.

4.4 A AGRICULTURA NA REGIÃO OESTE CATARINENSE DOS ANOS DE 1970 A 2000

Descreve-se a seguir o comportamento da agricultura na região Oeste Catarinense ao longo de 35 anos, compreendidos entre 1973 e 2007. É apresentado o comportamento dos principais produtos em termos de quantidade produzida, preço médio, renda por hectare e produtividade. Os dados utilizados foram tabulados pelo IPEA a partir de diversas fontes.

Precedendo a exposição dos dados, é apresentado um rápido histórico da produção na agricultura familiar, principalmente, nos seus aspectos relacionados à integração na formação dos sistemas produtivos das propriedades. Ao final da apresentação de cada produto é apresentado também, o comportamento dos custos de produção, a partir de dados sistematizados pelo DESER, da pesquisa de campo e de outras fontes oficiais.

4.4.1 Milho

A produção de milho é tradicional na agricultura familiar da região, sendo este produto, insumo básico para a criação de animais e também para o consumo humano. Cultura produzida no passado, praticamente, sem custos externos à propriedade, hoje é um produto de alto custo. Devido, principalmente, às sementes, os fertilizantes, herbicidas e inseticidas usados, intensamente, no modelo de produção atual.

A produção de milho cumpriu ao longo dos anos diferentes funções nos sistemas produtivos da agricultura familiar na região. No período da colonização regional era um dos insumos básicos para a alimentação animal, e tornou-se fundamental na produção de diversos itens de produtos de auto consumo das famílias. Com o crescimento da produção de suínos, e a consequente formação do já mencionado sistema de policultura subordinado à suinocultura, o milho tornou-se o principal insumo.

Nesse período, também, foi um produto comercial muito importante, com muitas unidades pequenas e desestruturadas se reproduzindo com base no cultivo desta cultura, produzida de forma consorciada com o feijão e, mais tarde, a soja. O produto comercializado era destinado ao próprio mercado local e utilizado, principalmente, para alimentação de suínos nas propriedades com déficit de produção do produto. Com a ampliação da produção mecanizada e em grande escala, as transformações ocorridas no sistema de criação de suínos, a produção de milho com a finalidade comercial perdeu espaço nas pequenas propriedades, na maioria dos casos tendo se tornado praticamente inviável. Recentemente com a formação do sistema de produção articulado ao leite, o milho tem sido utilizado nas pequenas propriedades, principalmente, para transformação em “silagem”⁷.

O gráfico da figura 5 ilustra esta realidade, demonstrando que a área total de milho plantada na região Oeste Catarinense vem sofrendo uma diminuição ao longo do período analisado. Observa-se que a maior área foi cultivada no ano de 1981, com 832.250 hectares, e a menor no ano de 2007, com 448.531 hectares. Esta redução entre a maior e a menor área plantada foi da ordem de 46,10%. Considerando-se a média dos primeiros 5 anos analisados e dos últimos 5, esta redução foi da ordem de 25,76%.

⁷ A Silagem é fabricada com o milho em uma fase avançada de desenvolvimento, quando o grão está em fase de início de secagem, período anterior a colheita. É fabricada através da moagem da planta toda do milho, caule, folhas e espigas, sendo armazenado em montes pilados e protegidos por plásticos. É utilizado na complementação da alimentação dos animais, principalmente as vacas, sobretudo no período de inverno ou de escassez de pastagens.

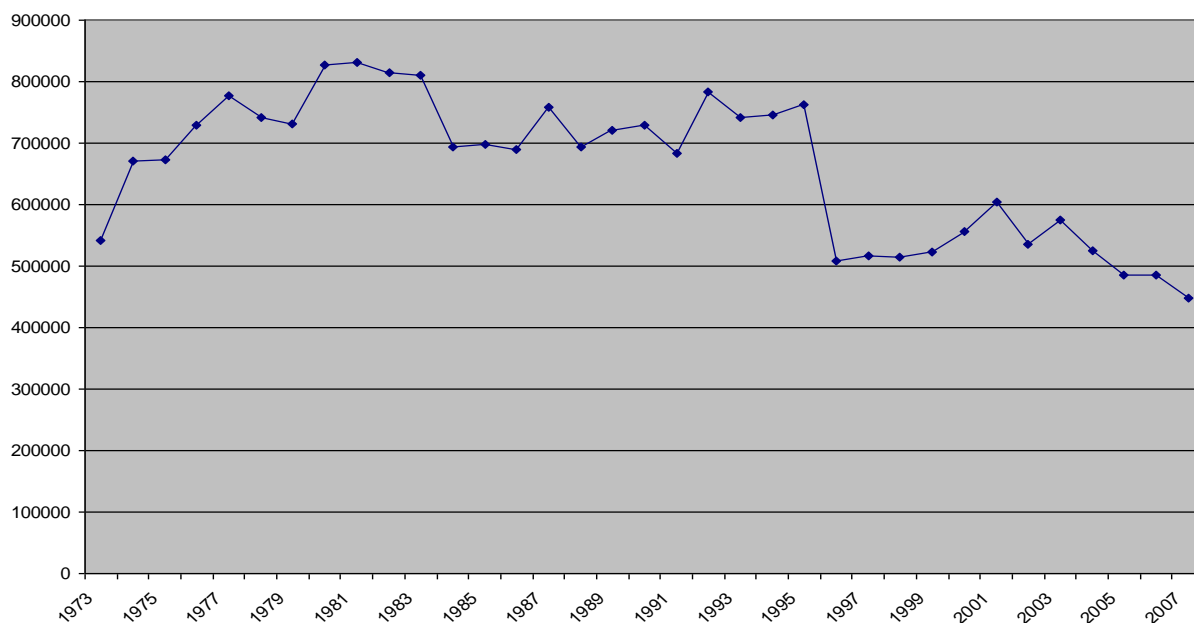


Figura 5: Região Oeste: Área Plantada de Milho em Hectares – 1973 a 2007

Fonte: IPEADATA. Elaborada pelo autor

Quanto à produção total, considerando-se a média do período de 1973 a 1977 com a média do final do período de 2003 a 2007, o crescimento foi da ordem de 28,5%. O gráfico da figura 6 ilustra o aumento da produtividade média no período, que, considerando-se a média dos primeiros 5 anos comparativamente à do final do período é da ordem de 74,6%.

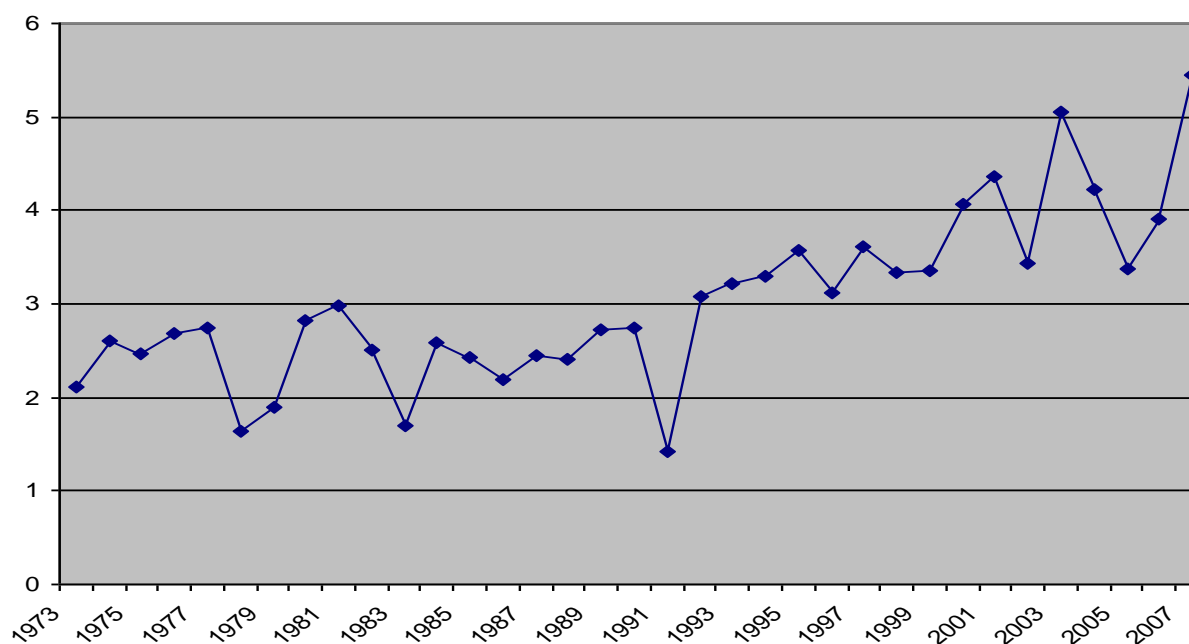


Figura 6: Região Oeste: Produtividade Média de Milho (toneladas hectare)

Fonte: IPEADATA. Elaborada pelo autor

Embora o aumento da produtividade a receita bruta média por hectare, neste período, caiu 6,5%. Isso deveu-se a queda do preço médio da saca de 60 Kg, que sofreu uma redução de 46,62%, conforme é ilustrado pelo gráfico da figura 7.

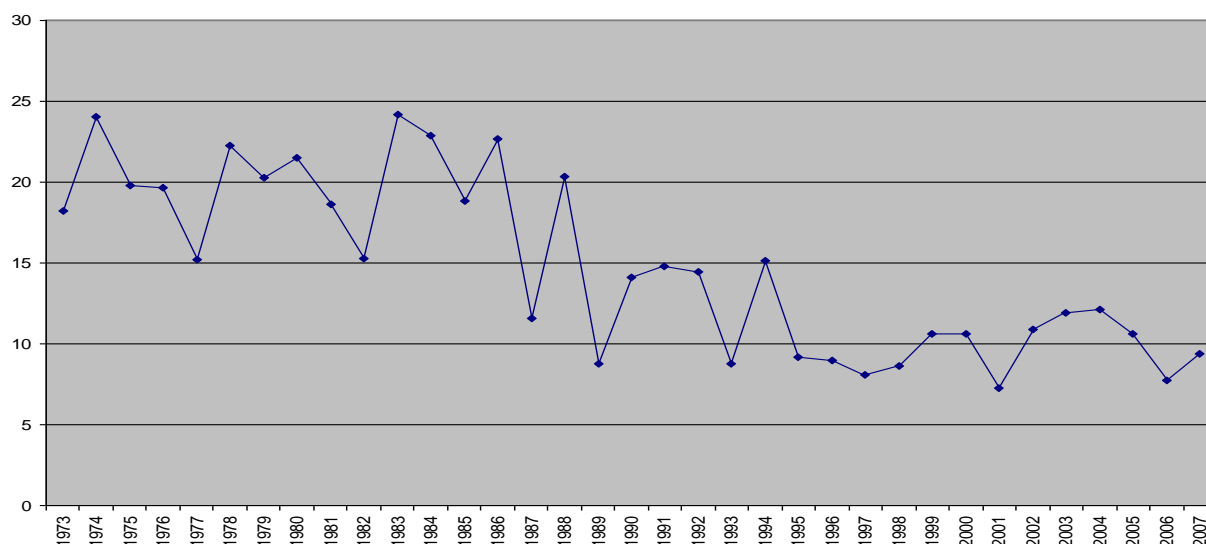


Figura 7: Região Oeste: Preço Médio da Saca de 60 Kg de milho (R\$ 2000)

Fonte: IPEADATA. Elaborada pelo autor

Ao analisar-se alguns itens dos custos de produção, percebe-se que a redução dos custos não foi tão significativa como a redução dos preços. Comparando-se os preços médios pagos no período de 1991 a 1995 com os de 2003 a 2007, encontra-se o seguinte resultado: adubo: redução de preço de 8,4%; uréia: aumento de 0,09%, ou seja, inalterado; gramazone: redução de 8,2%; semente: aumento de 14,78; preço do milho: redução de 21,25%. É possível deduzir facilmente destes dados que existe uma diminuição da receita líquida final por área plantada do produto.

O gráfico da figura 8 apresenta o comportamento trimestral do preço e dos custos de produção entre o ano de 2006 e o primeiro trimestre de 2009. Destaca-se que em apenas três trimestres os preços estiveram acima dos custos de produção total, e que em outros três trimestres estiveram iguais. Em outros três trimestres os preços estiveram abaixo dos custos variáveis, permanecendo nos demais trimestres, entre os custos variáveis e os custos totais.

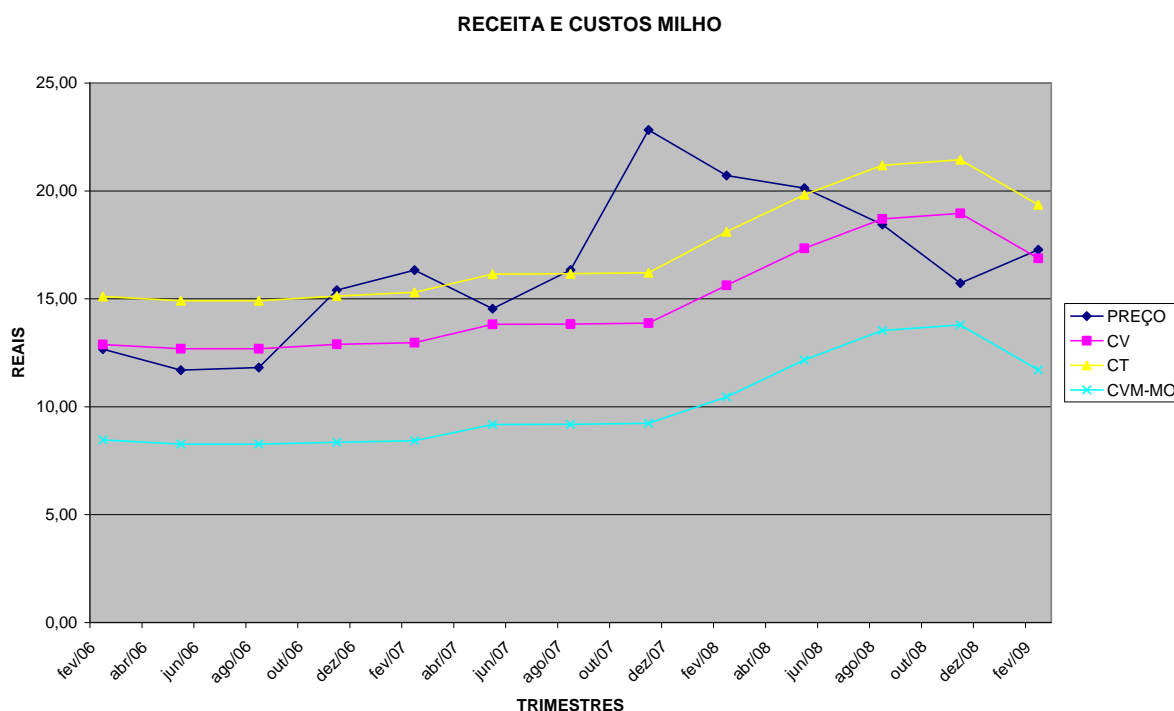


Figura 8: Receita e Custos Produção de Milho Nível de Tecnologia Média.
 Fonte: Dados de preços DESER. Elaborado pelo autor

Pode-se concluir, a partir das informações ilustradas nos diversos gráficos, que: (1) o aumento da produção de milho na região Oeste Catarinense deveu-se ao ganho de produtividade; (2) o aumento da produtividade por área cultivada não implicou em aumento da renda aos produtores, pelo contrário, a receita líquida por área plantada sofreu redução devido à queda dos preços de forma superior a: queda dos custos e aos ganhos de produtividade; (3) para compensar a perda de renda líquida por hectare plantado, a área cultivada por produtor teve que ser ampliada consideravelmente, levando a inviabilização econômica na produção comercial do produto, pela maioria das pequenas propriedades.

Na relação com a produção de suínos, a cultura do milho foi ao longo das últimas décadas sofrendo um processo de desintegração. A passagem da suinocultura da produção em ciclo completo para o sistema de parceria⁸, fez com que o milho passa-se a ser apenas uma *commodity*. Na produção suinícola em ciclo completo, o milho representava um dos principais diferenciais de custo de produção, sendo este insumo produzido na própria propriedade. Como no sistema de parceria, a ração passa a ser fornecida pela agroindústria, o milho no sistema de produção das propriedades se desvincula da produção de suínos, passando a sua produção a ser avaliada, economicamente, a partir do preço de mercado. Como consequência desse processo, a produção em áreas pequenas e não mecanizáveis tornou-se,

⁸ Os diversos sistemas de produção de suínos serão descritos no próximo capítulo.

economicamente, inviável. Consequentemente levou a diminuição da área cultivada na região, sendo parte da produção de milho necessária para o abastecimento da região vinda de outros estados, principalmente da região centro oeste.

4.4.2 Feijão

O cultivo do feijão é tradicional nas unidades da agricultura familiar, sendo um dos produtos básicos no suprimento da alimentação da família. No período de colonização da região, foi um dos produtos importantes pela facilidade de comercialização, já que se trata de alimento, beneficiando-se neste período, principalmente, da fertilidade natural do solo da região, e de uma boa produção no sistema de “queimadas”⁹. Outro fator que beneficiou o seu cultivo na região foi o período curto de seu ciclo de produção, em média três meses, o que representava uma possibilidade de receita quase imediata para as famílias recém instaladas.

Ao longo dos anos, na maioria das propriedades familiares, o feijão foi uma produção complementar nos sistemas produtivos. Diminuindo sua importância à medida que a fertilidade natural do solo foi sendo reduzida, passando a exigir adubação intensa para manter os mesmos níveis de produtividade anterior. Em poucas propriedades o feijão se tornou o principal produto de comercialização. Três fatores, segundo as pessoas entrevistadas na pesquisa de campo que embasou este estudo, não fizeram do feijão uma das culturas principais: (1) exigências de solo com boa fertilidade; (2) grandes riscos de perdas de safras em função do clima, bem como, de prejuízos com as grandes variações de preço de mercado; (3) avanço da produção em novas regiões, principalmente, na Bahia.

Estes três fatores estão diretamente ligados a drástica redução da área plantada a partir do início da década de 1990. Do ano de 1990 até 1995 a redução foi de 10,28%, de 1990 para o ano de 2000 a redução foi de 55,35%. Já do ano de 1990 para o ano de 2007, a redução atingiu o montante de 83,62%. Essa redução ocorreu, principalmente, nas microrregiões de São Miguel do Oeste e de Chapecó. Comparando-se as médias plantadas nos períodos de 1973 a 1977 e o de 2003 a 2007, a redução da área plantada foi de 71,37%. Esta trajetória é ilustrada pelo gráfico da figura 9.

⁹ Prática de queimar a mata ou outros materiais existente na área a ser cultivada. A cultura do feijão tem bom desempenho com esse tipo de manejo. Essa prática cultural foi sendo abandonada devido a rápida degradação do solo que provoca com a eliminação da matéria orgânica.

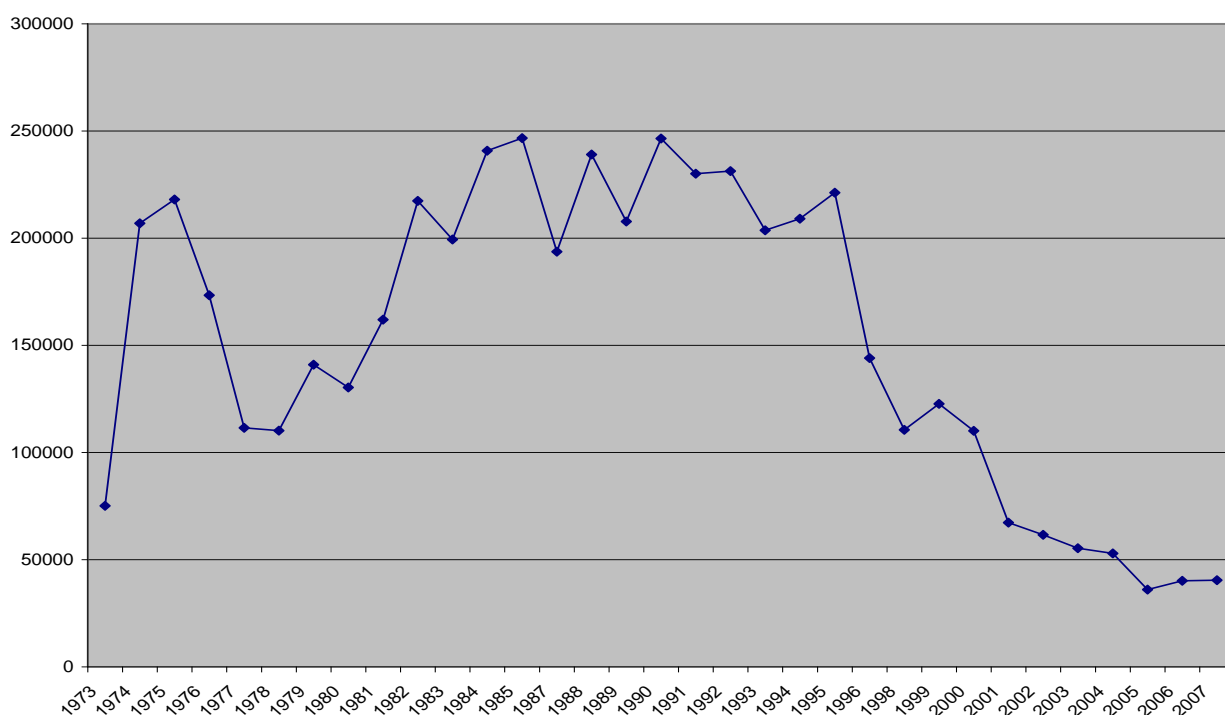


Figura 9: Área plantada de Feijão em hectares (1973 a 2007)

Fonte: IPEADATA. Elaborada pelo autor

Quanto à produtividade, o feijão teve um ganho significativo de produção por área cultivada, sendo a mesma da ordem de 55,77%, quando comparada a média do período de 1973 a 1977 com a de 2003 a 2007. Comparando-se os mesmos períodos, a produção total teve uma redução de 56,13%, o preço médio, de 43%, e a receita média por hectare, 12,27%. A redução menor da receita média por hectare, do que a redução do preço é resultado do ganho de produtividade, o que, mesmo assim, não conseguiu manter o mesmo patamar de receita por área.

Conclui-se que, no cultivo de feijão, por suas características de ser uma cultura exigente em clima e solo, e pela mecanização não ter sido viabilizada na fase da colheita¹⁰, exigindo bastante mão-de-obra, o avanço tecnológico teve um impacto modesto no aumento da produtividade. Em relação ao ganho de produtividade, de 56%, deve-se considerar pelo menos dois fatores: (1) o ganho pelo aumento da tecnologia aplicada na adubação e no trato de doenças e pragas; (2) o impacto sobre os dados decorrentes da diminuição da produção, já que esta se inviabilizou nas regiões de clima e solo menos próprios para tal cultura; como essas regiões tinham níveis de produtividade menores, acabavam influenciando nos níveis de produtividade geral, para baixo. Também ajuda a explicar porque, embora os dados

¹⁰ A mecanização nessa fase já é possível, apenas a mesma não foi utilizada ainda em larga escala na região Oeste Catarinense.

apresentem aumento de produtividade significativo, a área cultivada tem diminuído drasticamente.

Entre as razões para o abandono do cultivo por muitos agricultores, de acordo com os dados coletados na pesquisa de campo, foram determinantes: a) a redução da mão-de-obra disponível, com a saída de população das propriedades; b) o aumento do custo de produção, principalmente, pela redução da fertilidade natural do solo; c) as constantes perdas de safra devido ao clima, estiagem ou chuvas em excesso; d) a insegurança quanto aos preços, que têm alta variação de uma safra para a outra.

4.4.3 Fumo

O cultivo do fumo remonta ao período da colonização da região Oeste Catarinense, tendo sido um dos primeiros produtos comerciais das propriedades, conforme visto no capítulo III. Com o advento da suinocultura e, tendo em vista, a queda de preço combinada com problemas de comercialização, esta cultura teve sua área plantada, consideravelmente, reduzida na região (CAMPOS, 1987). A crise do sistema de policultura subordinado à suinocultura provocou a busca por novos produtos, de modo a manter minimamente a ocupação da mão-de-obra e a renda das propriedades, esta cultura voltou, nesse novo contexto, a ser ampliada significativamente na década de 1990.

A área plantada de fumo teve uma ampliação de 237,38%, na comparação entre o período de 1973 a 1977 e o de 2003 a 2007. Este aumento, de acordo com os depoimentos colhidos na pesquisa de campo, deve-se principalmente à inviabilização da produção de grãos e à exclusão da suinocultura, levando-os a buscar no fumo uma espécie de “tabua de salvação”. Conforme descrito por um fumicultor entrevistado:

...antes do leite, o que segurou o pequeno agricultor na propriedade foi o fumo...ele dava uma boa renda na propriedade, plantando um hectare um hectare e pouco de fumo, em torno de 20 a 25 mil pés, dava uma boa renda... em quantidade de área que você plantava, o retorno dele era excelente.

Por ser uma cultura com exigência de pouca área de terra, com grande utilização de mão-de-obra, com necessidades de poucos recursos para o investimento e com os custos de custeio sendo financiado pelas fumageiras, o crescimento do seu plantio foi amplamente facilitado na região.

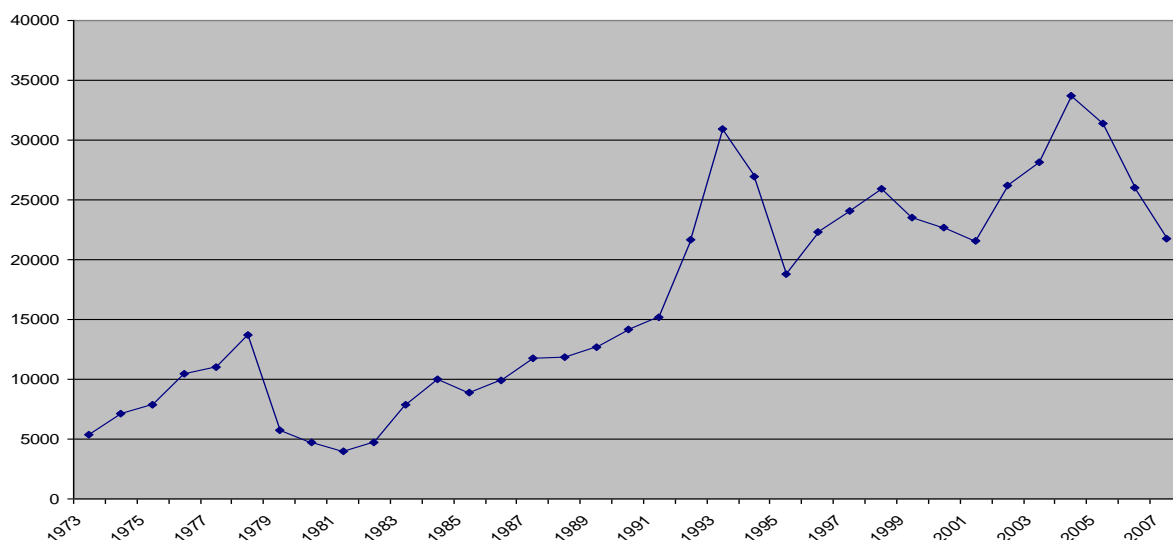


Figura 10: Área Plantada de Fumo em Hectares – 1973 a 2007

Fonte: IPEADATA. Elaborada pelo autor

Este grande crescimento da produção de fumo na região Oeste Catarinense também pode ser explicado por outros dados que espelham o comportamento do mercado para esse produto. O aumento da produtividade nesse período foi de 40,66%, enquanto o aumento de receita por hectare foi de 38,55%, o que indica que a maior parte da produtividade foi repassada para o produtor, sendo que o preço teve uma redução de apenas 1,22%.

Recentemente, após o ano de 2004, o número de produtores de fumo vem diminuindo, bem como a área plantada. Pelas informações levantadas na pesquisa de campo, isso está diretamente ligado à diminuição da mão-de-obra nas propriedades e ao alto índice de utilização de agrotóxicos. Se isso for verdadeiro, então por que esta cultura se implantou na região? Sendo que a mesma sempre necessitou de muita mão-de-obra e de grande utilização de agrotóxicos?

Duas mudanças recentes ajudam explicar essas indagações. Em primeiro lugar a diminuição da mão-de-obra é um fenômeno que vem ocorrendo na área rural ao longo dos anos. Assim, o fator que no final dos anos de 1980 era determinante para o desenvolvimento da fumicultura, hoje já não é mais realidade na maioria das propriedades. Em segundo lugar, a preocupação com a utilização de agrotóxicos no fumo sempre existiu, o que acontece

recentemente é que a maioria das famílias tem encontrado no leite uma alternativa de renda, com isso em muitos casos abandonando a produção de fumo.

Relacionado com a suinocultura esta atividade teve as condições criadas para o seu desenvolvimento com a reestruturação da produção de suínos ocorrida a partir da década de 1980. Na ampla maioria das propriedades e das localidades estas são produções excludentes, a presença maciça de uma atividade significa ausência da outra.

4.4.4 Soja

A soja foi uma cultura incorporada na região a partir do final da década de 1960. Inicialmente cultivado em consórcio com a cultura do milho¹¹, e com necessidade de muita mão-de-obra no seu cultivo, esse produto se adaptou bem nas pequenas propriedades. Outro fator que contribuiu para sua rápida expansão foi o bom preço pago, o que representava uma ótima oportunidade de renda para os agricultores da região. A sua utilização como insumo na alimentação dos suínos também esteve ligado a esse rápido crescimento, conforme um agricultor entrevistado:

...uma das finalidades da produção de soja era a alimentação do próprio rebanho suíno. A soja naquela época servia para a engorda dos suínos. Nós usávamos naquele tempo ainda o sistema de “lavagem”, cozinhava a soja, abóbora, misturava depois um pouco de milho moído, e fazia uma espécie de “sopa”, que chamávamos de “lavagem. E a soja então era um dos produtos, inclusive com um grande aproveitamento pelos suínos.

A mecanização da agricultura diminuiu drasticamente a necessidade de mão-de-obra no cultivo da soja. Com isto, ampliou-se a necessidade de terras nobres e de áreas maiores, além de comprometer a viabilidade do plantio consorciado com a cultura do milho. Nesse

¹¹ O consórcio da produção do milho com a soja possibilitava maior intensidade no uso da área e o ganho da produtividade pela utilização pela cultura do milho do oxigênio fixado ao solo pela cultura da soja.

quadro, a produção diminuiu já durante a década de 1980, caindo fortemente a partir do início dos anos de 1990, conforme ilustrado no gráfico da figura 11.

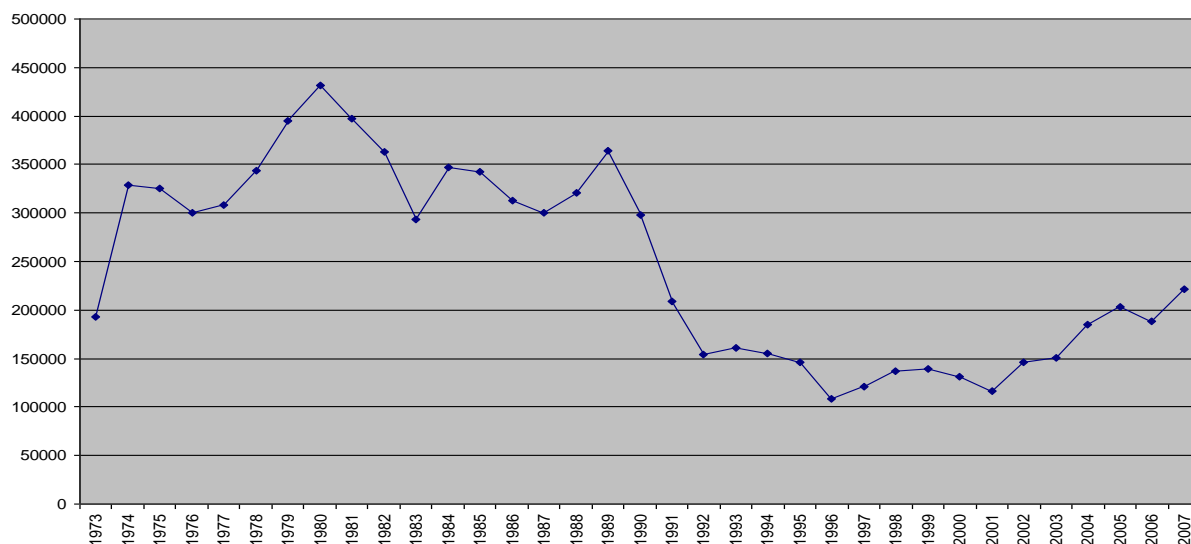


Figura 11: Área Plantada de Soja em Hectares – 1973 a 2007

Fonte: IPEADATA. Elaborada pelo autor

Durante a os anos de 1990 ocorreu uma redução acentuada dos preços pagos pela saca de soja, o que se mostra combinado com a redução de mais de 200 mil hectares cultivados na região. Esta diminuição da área cultivada de soja é parte do processo de uma saída das pequenas propriedades dessa atividade. Os agricultores relembram deste cultivo como tendo sido muito trabalhoso e sofrido, embora tenha gerado renda para as propriedades. Conforme relatado por uma agricultora entrevistada:

...os primeiros anos era soja e milho, tinha só umas três criadeiras (matrizes de suínos), daí a gente podia vender o milho ainda, mas isto foi um ano só ou dois. E daí era o soja, e daí compramos um monte de coisa, que era o carretão, e essas coisas, tudo com soja. Botamos a luz com o dinheiro da soja; aquela época tinha que pagar isto; sei que (respira fundo) foi sofrido, mas foi divertido...

A soja, comparativamente, entre os anos de 1973 a 1977 e o período de 2003 a 2007, sofreu uma redução dos preços médios pagos na região da ordem de 50%; a área média plantada diminuiu em 34,9%; a produção colhida teve uma ampliação de 19,96%; tendo por

base estas informações a produtividade teve um ganho médio de 85,87% e a receita bruta por hectare uma diminuição de 8,13%. Quando se compara à maior média de área plantada, no período de 1978 a 1982, a redução dessa área chega a 49,12%. Pelos dados, é possível perceber que o ganho de produtividade quase conseguiu manter a receita média por hectare, apesar da grande redução de preços. Pela redução da área plantada, e pelas informações da pesquisa de campo, é possível afirmar que esse ganho de produtividade não incidiu nos sistemas de produção das pequenas propriedades, mas sim nos sistemas de produção mecanizados instalados nas terras mais nobres. Neste último sistema, quando excluído o item mão-de-obra tem um custo de produção bem mais elevado, portanto uma receita líquida por hectare bem menor, o que torna a produção viável apenas em áreas maiores, obtendo ganho de renda devido ao aumento da escala de produção.

Com a suinocultura esta atividade tem uma trajetória semelhante a do milho, apenas tendo se desvinculado mais rapidamente, pelo fato de, tecnicamente, o melhor derivado da soja para o trato dos suínos ser o farelo de soja¹² e não o grão na forma integral. A política das agroindústrias de diferenciação de preços e mais tarde da integração, possibilitou que rapidamente esta desvinculação entre a suinocultura e a produção de soja ocorresse nos sistemas de produção das propriedades.

4.4.5 Outros produtos agrícolas

Outros três produtos importantes nos sistemas de produção da agricultura familiar na região são a mandioca, a laranja e a cana-de-açúcar. A presença destes produtos nas propriedades para a subsistência e/ou insumo para alimentação animal esteve presente desde o período da colonização, recentemente, durante o período analisado foram objetos de iniciativas de exploração comercial como alternativa de produção. Embora marginais estes três produtos têm uma área cultivada maior que a área de fumo. Os plantios de cana-de-açúcar e a mandioca sempre estiveram relacionadas à produção para o auto consumo, como matéria prima para a produção do açúcar, melado¹³, rapadura, marmeladas, cachaça, farinha de mandioca e polvilho, entre outros.

¹² O farelo de soja é o derivado de soja em grãos após a extração do óleo.

¹³ Melado batido: produto fabricado do caldo de cana-de-açúcar utilizado no consumo humano, principalmente, com pão. Produto culturalmente muito valorizado, principalmente, pelos descendentes de alemães.

A mandioca e a cana-de-açúcar, também são amplamente utilizados como insumos alimentares de animais criados nas propriedades, tanto para o auto consumo como para o comércio. Já a laranja é uma das principais frutas produzidas nas propriedades para o auto consumo desde a colonização, sobretudo para o consumo in natura ou mesmo na forma de suco.

A cultura da cana-de-açúcar apresenta redução na área plantada durante a década de 1970, mostra retomada durante a década de 1980, sofre uma redução no início dos anos de 1990 e tem um crescimento consistente a partir do ano de 1996. Conforme pode ser visto no gráfico da figura 12. Essa retomada da produção ocorre nas microrregiões de Concórdia, Chapecó e, mais recentemente, de São Miguel do Oeste. A retomada ocorrida recentemente parece estar diretamente ligada à produção de matéria prima para pequenas agroindústrias de açúcar mascavo, melado e cachaça.

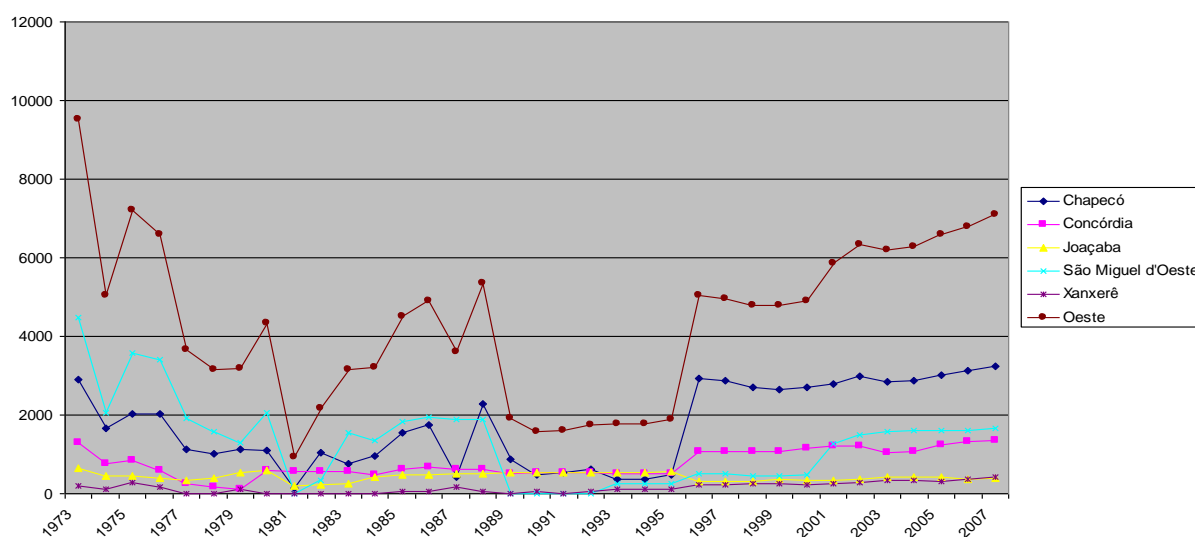


Figura 12: Área Plantada de Cana-de-Açúcar em Hectares Por Microrregiões – 1973 a 2007
Fonte: IPEADATA. Elaborada pelo autor

A área plantada de laranja teve um crescimento bastante grande na região durante a década de 1990. Quando se compara a média dos primeiros cinco anos da série com a dos últimos cinco anos, este crescimento mostra-se de 201,45%. Essa expansão ocorreu puxada pelas microrregiões de Chapecó e de São Miguel do Oeste. O gráfico da figura 13 ilustra este crescimento da área cultivada.

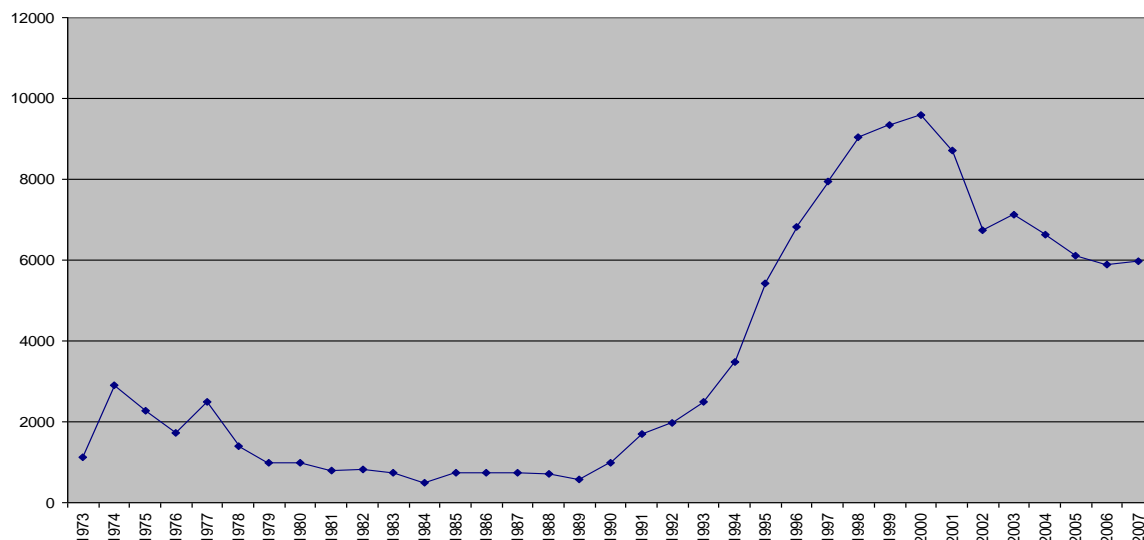


Figura 13: Área Plantada de Laranja em Hectares – 1973 a 2007

Fonte: IPEADATA. Elaborada pelo autor

Curiosamente os dados apresentam para a cultura da laranja perda de produtividade na ordem de 26,65%. Apresentam também uma redução de preço da ordem de 82,90%, sendo que estes dois fatores somados levaram a uma redução da receita média por hectare de 87,41%. O grande crescimento da área plantada, na década de 1990, pode ser explicada pela implantação da indústria de sucos da Aurora na cidade de Pinhalzinho. A queda de produtividade provavelmente se vinculou a dois fatores: (1) com a implantação da indústria de sucos, houve o plantio de variedades apropriadas para esta finalidade, enquanto anteriormente a produção era da laranja “comum”, para o auto consumo e que tinha uma produção bem mais elevada por área plantada; (2) com a frustração da expectativa de alternativa de renda ligada com a laranja, a maioria dos produtores não investiu nos pomares, com o abandono, a queda de produtividade foi inevitável. A queda dos preços praticados na região parece estar diretamente ligada ao fato de que o aumento da produção ocorreu sem que existissem alternativas de mercado para o escoamento.

A área plantada de mandioca sofreu uma grande queda durante a década de 1970, da ordem de 75%. Este fato pode ser explicado pela substituição deste produto na alimentação dos suínos, com as alterações promovidas com a integração e a adoção da soja como componente básico na fabricação da ração para a alimentação dos suínos. A área permanece estabilizada a partir dos anos de 1980, na faixa de 10 mil hectares plantados anualmente, conforme ilustrado pelo gráfico da figura 14.

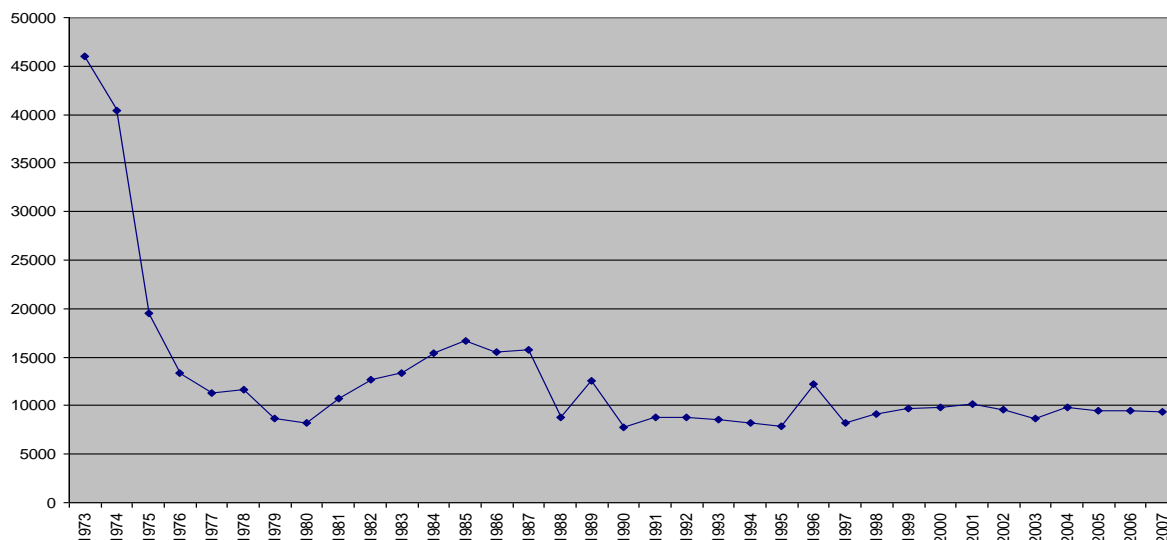


Figura 14: Área Plantada de Mandioca em Hectares – 1973 a 2007

Fonte: IPEADATA. Elaborada pelo autor

Os três produtos analisados apresentam comportamentos relacionados com o cultivo da soja no que concerne à sua área plantada. No período em que a soja foi muito importante para a renda das propriedades familiares na região, muitos outros produtos foram abandonados ou tiveram sua área reduzida para dar lugar ao plantio da soja. Assim, a cana-de-açúcar tem sua área plantada reduzida, no período de crescimento da produção de soja, e é retomada no final dos anos de 1990. Essa retomada é possibilitada pelas iniciativas de busca de alternativas de renda, através da criação de agroindústrias familiares. A cultura da mandioca foi reduzida no período em que a soja foi incorporada como um dos principais componentes da ração para a alimentação animal, principalmente para os suínos. E a produção da laranja foi ampliada, na busca de uma alternativa para as pequenas propriedades, após a redução drástica da produção de soja no âmbito da agricultura familiar e da exclusão de milhares de propriedades da suinocultura.

*

*

*

Os sete produtos, cujo desempenho produtivo foi descrito nesta seção, demonstram o quanto é dinâmico os sistemas de produção da agricultura familiar da região Oeste Catarinense. Por um lado, fica evidente, o quanto os sistemas de produção são influenciados por fatores externos, como a demanda e preço dos produtos, oferta de novos insumos e maquinários e, pela organização da produção agroindustrial. Por outro lado, percebe-se também que uma série de fatores endógenos aos sistemas, como mão-de-obra disponível, tipo

de solo e topografia da propriedade, entre outros, acabam determinando as escolhas de tipo de produto a ser cultivado, bem como, a quantidade plantada e produzida.

Nota-se também que um mesmo produto é cultivado com diferentes finalidades dependendo da função, exercido pelo mesmo, no sistema de produção da propriedade, da demanda de mercado, e das próprias necessidades de subsistência da família. Assim, um mesmo produto pode ser:

- a) uma mercadoria, sendo produzida com a finalidade de comercialização. Sendo determinante para a sua produção a expectativa de preço para a safra e os custos de produção no período de plantio, bem como as outras oportunidades de ocupação dos fatores de produção da propriedade;
- b) um insumo, sendo produzido com a finalidade de servir como matéria prima na produção de outro bem, dentro do sistema da unidade produtiva. Neste caso a sua produção é determinada pela necessidade deste insumo no sistema da propriedade, ou seja, do tamanho da(s) atividade(s) a qual está integrado. Também influenciam na produção as possibilidades de substituição do insumo por outros produzidos na própria propriedade, dependendo assim, dos custos de produção do mesmo, dos custos dos possíveis substitutos, dentro do sistema de produção da propriedade;
- c) um alimento, sendo produzido com a finalidade de suprir as necessidades da própria família.

Muitas vezes, um mesmo produto é produzido com as três finalidades. Um exemplo clássico é a produção de milho, que em muitas propriedades ao longo dos anos, por vezes mais outras menos, tem sido cultivado como mercadoria (ser comercializado), insumo (servir no trato dos animais, suínos, gado, galinhas, etc) e como alimento (farinha, canjica, etc).

4.4 RESUMO E CONCLUSÕES

As mudanças no sistema de produção de suínos na região Oeste Catarinense estão inseridas, em um contexto de mudanças nas políticas de financiamento, de preço e de apoio a produção agrícola, derivada das transformações macroeconômicas, no processo descrito por Chesnais (1992) como de mundialização do capital.

Neste cenário de globalização econômica, viu-se na seção 3 deste capítulo como ocorreu o movimento de reestruturação com fusões e aquisições nas empresas agroindustriais

da região Oeste Catarinense, concentradas hoje em 4 grandes grupos, dois deles sob domínio de grandes grupos internacionais.

Considerar este contexto pressupõe aceitar, que pelo menos, parte dessa trajetória de reestruturação da produção de suínos é fruto desse processo de movimento do capital, buscando ampliar sempre mais a sua valorização. O processo de reestruturação permanente realizado nos sistemas de produção da agricultura familiar são consequências desse processo de transformação na produção de suínos ocorrido na região e da “modernização” agrícola conservadora, promovida, a partir da década de 1960 em todo o país.

As unidades produtivas da agricultura familiar têm demonstrado reagir de forma dinâmica em seus sistemas de produção. Sendo os mesmos, adequados, reestruturados, ou mesmo modificados profundamente de acordo com a intensidade em sua relação com o mercado, da organização do sistema agroindustrial, com as tecnologias disponíveis, bem como, com as necessidades de reprodução imediata e de médio prazo do sistema de produção da propriedade e da(s) família(s) nela residente.

V TRANSFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO DE SUÍNOS E AS MUDANÇAS NOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA AGROINDÚSTRIA

Este capítulo tem como objetivo descrever a lógica econômica da agricultura familiar, com as principais características dos sistemas de produção, apresentados por este tipo de agricultura, na região Oeste Catarinense. Também busca identificar as mudanças na relação entre a agricultura familiar e a agroindústria suinícola regional.

O texto se estrutura em cinco seções. A primeira trata da lógica econômica e da estratégia reprodutiva da agricultura familiar, sendo analisando como a mesma se relaciona com o mercado diretamente ou através das agroindústrias.

A segunda seção abordará a formação dos sistemas de produção da agricultura familiar da região a partir das transformações na produção de suínos. Para tanto, observa-se como são formados os sistemas produtivos na agricultura familiar, concentrando a análise:

- a) no sistema de policultura subordinado à produção de suínos;
- b) na formação do sistema produtivo de policultura articulado à produção de leite e;
- c) nos diversos sistemas complementares articulados em torno de outros produtos com valor comercial.

A terceira seção versa sobre as mudanças nas relações entre a agricultura familiar e as agroindústrias. Estas mudanças são descritas a partir das transformações que ocorreram na estrutura agroindustrial da região, frente aos processos de ocupação do mercado nacional, de disputa de espaço no mercado internacional e pela reestruturação dos sistemas de produção da agricultura familiar.

A quarta seção apresenta um conjunto de dados referentes às 13 propriedades que participaram da pesquisa de campo, que busca ilustrar o conteúdo tratado nas seções anteriores; em fim, na quinta seção é realizado um rápido resumo dos principais pontos tratados nas primeiras quatro seções.

5.1 A LÓGICA DO COMPORTAMENTO ECONÔMICO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Conforme visto na seção dois do segundo capítulo, é na articulação entre a combinação de um conjunto de produções vegetais e animais, com uma determinada quantidade de mão-de-obra e com um determinado patrimônio que se assenta a organização dos sistemas de produção nas propriedades familiares. É na formação de sistemas de produção eficientes e adaptado a realidade de cada unidade, combinando as necessidades de reprodução econômica, social e cultural da família, bem como, do conjunto de seus membros, com os recursos materiais e culturais disponíveis, que se encontra a lógica do comportamento econômico da agricultura familiar. Esta lógica econômica se difere da baseada na avaliação a partir do lucro.

Ela está fundamentada na avaliação de resultado no atendimento das diferentes necessidades do grupo familiar. Conforme afirmado por Chayanov que ao não ter na categoria salário como a principal motivação para a realização do trabalho, difere em seu comportamento econômico ao fazer o seu planejamento, sendo ainda, diferente a forma de circulação do capital nas mesmas (apud, BADALOTTI, 2003).

Que estratégia a agricultura familiar se utiliza para concretizar a combinação desses três fatores descritos anteriormente? Esta é uma questão central para compreender-se a lógica econômica da agricultura familiar e o seu processo de reprodução. Se tomarmos por base os produtos analisados na seção quatro, do capítulo anterior, encontramos a adaptação a diferentes realidades como uma característica central da implantação e evolução da organização produtiva nas propriedades familiares. É inserindo novos elementos técnicos, organizacionais e culturais que vai fortalecendo sua capacidade de produção e reprodução econômica, social, técnica e ambiental que as unidades familiares vão se adequando e se reproduzindo socialmente.

É com uma tática de muitas pequenas tentativas, com acertos e erros que essas experiências geram que vai se apreendendo e evoluindo na formação de novas combinações de produtos, trabalho e patrimônio, organizando a produção e avançando em termos de garantia da reprodução do sistema de vida destas famílias. É assim, em relação à formação da melhor combinação de culturas e animais, que formam o seu sistema produtivo. O mesmo vale para a evolução técnica das produções comerciais, com a formação e utilização do

patrimônio, com a alocação da mão-de-obra e com as diferentes táticas e estratégia de se relacionar com o mercado.

Na próxima seção, que tratará dos sistemas de produção das unidades familiares na região Oeste Catarinense, se observará que a capacidade de se adaptar é a estratégia central de reprodução da agricultura familiar ao longo do tempo. Seja em termos de produções comerciais, de melhorias tecnológicas ou de desenvolvimentos de novas combinações produtivas, ou mesmo, do abandono de determinadas atividades e práticas de cultivo e manejo, aumentando a eficiência de seus sistemas produtivos.

Nessa estratégia reprodutiva encontra-se a forma com que a agricultura familiar busca preservar em seu domínio o conhecimento tácito de gerações, e também agregar novos conhecimentos que passam a fazer parte de seu patrimônio cultural. Na combinação eficiente de culturas e criações com os meios de produção de que dispõe - terra e instalações -, e na intensidade da utilização da mão-de-obra disponível, em um regime de gestão altamente flexível, parecem estar as explicações para um resultado sistêmico que possibilita a sobrevivência e reprodução das unidades familiares da região Oeste Catarinense.

Denominamos esta combinação de diferentes fatores de “sistema de produção nas propriedades da agricultura familiar”. A ideia de sistema busca caracterizar a interdependência existente entre estes diferentes elementos, além de trazer outra leitura sobre custos de produção e sobre a relação das unidades produtivas com o mercado. A maior ou menor dependência em relação aos insumos externos ao sistema da propriedade, relacionados com a entrada de recursos e com a saída de produtos, acaba determinando a capacidade de reprodução destas unidades. Apresentam-se a seguir os principais sistemas e sua evolução na agricultura familiar da região Oeste Catarinense.

5.2 OS SISTEMAS PRODUTIVOS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Buscando evidenciar o caráter adaptativo da estratégia reprodutiva da agricultura familiar, esta seção apresenta a maneira como se formaram os principais sistemas produtivos da agricultura familiar na região Oeste Catarinense. Além disso, aborda o comportamento da produção pecuária dentro destes sistemas e também, com maior profundidade, o problema referente aos custos de produção. Para tanto olha para a história da formação do sistema de policultura subordinado à produção de suínos, para o processo de ruptura neste sistema de

produção causada pela integração à agroindústria, que leva a transição para um novo sistema produtivo de policultura articulado à produção de leite. Enfim, considera-se também, o comportamento de outros sistemas, entendidos como complementares, que estão organizados em torno de outros produtos com valor comercial.

Conforme visto na seção anterior, o ganho de eficiência por meio da combinação de fatores (terra, trabalho e recursos financeiros e culturais), formando sistemas produtivos específicos a cada unidade, é uma das características principais da agricultura familiar. Sendo assim, os custos de produção e o resultado obtido de cada produto devem ser analisados no âmbito do sistema como um todo, e não apenas, em relação ao produto em si.

Como exemplo, pode-se considerar as diversas produções analisadas no capítulo anterior. Quando vistas individualmente, quanto a seus custos médios e à média da receita, apresentam custos totais superiores às possibilidades de receitas na maioria dos períodos analisados. Esse comportamento indica que, quando analisadas desta forma, a maioria das unidades estaria inviabilizada nestas atividades. Mas será que é isto mesmo? Se é assim, por que motivos então, um grande número de propriedades continua produzindo, mesmo com a constante reestruturação observada na região deste a década de 1980, sendo que o mesmo tipo de comportamento das curvas de custos persistem?

Ora, o enfoque não privilegia o resultado monetário por produto, mas sim o do sistema de produção da unidade toda. Nesta escala, os diferentes produtos formam apenas subsistemas de produção, que se complementam e geram externalidades positivas para os demais subsistemas. Mas o comportamento dos custos, conforme visto anteriormente está de acordo com a metodologia de apuração, em que as diferentes culturas são vistas como monoculturas, quer dizer, não integradas a sistemas mais amplos nas unidades de produção, de onde recebem e emitem externalidades positivas de, e para, outros subsistemas. Gerando conseqüentemente diminuição de seu custo de produção quando avaliado no conjunto da propriedade.

O que se nota de fato é que a análise de custos de produção na maioria das metodologias utilizadas não se aplica à realidade das unidades familiares. Estas análises são boas referências, mas devem ser olhadas com restrições quando se busca analisar os fatores da competitividade da agricultura familiar. Tais fatores encontram-se no sistema como um todo e são específicos a cada unidade, variando de acordo com cada formação.

A partir desta visão, são apresentados a seguir os principais aspectos da formação dos principais sistemas produtivos na agricultura familiar da região Oeste Catarinense. Discorre-se sobre o processo de formação do sistema, o seu desenvolvimento e o

comportamento dos produtos principais ao longo das últimas décadas. Parte-se do sistema de produção, conhecido como, “policultura subordinado a suinocultura”, já mencionado neste trabalho, passando pelas transformações que levaram ao fim do seu predomínio, e, com isto, afetando os demais sistemas que se combinavam com o primeiro, abrindo espaço para a conformação de novos sistemas de produção. O resultado tem sido uma reestruturação geoproductiva, quase que completa dos sistemas produtivos das unidades familiares.

5.2.1 Sistema produtivo de policultura subordinado à suinocultura: formação, desenvolvimento e crise

A formação e o desenvolvimento do sistema de produção de policultura subordinado à suinocultura, denominação cunhada por Testa et al (1996), na região Oeste Catarinense, conforme indicam os inúmeros relatos presentes na historiografia, muitos deles já citados neste trabalho, iniciou-se com a existência de demanda de mercado para a comercialização do excedente de suínos nas propriedades. O sistema se ampliou na medida em que, crescendo a demanda, o suíno se tornou o produto principal a ser comercializado pelas unidades familiares, passando a ser a base para a sua reprodução física e social. Com isto, formou-se um sistema produtivo em que toda a produção, em nível de propriedade familiar se organizou a partir da criação de suínos. O crescimento deste sistema se generalizou na maioria das propriedades, e mesmo as que não tinham na suinocultura a sua fonte de renda dependiam do mercado desta atividade para sua reprodução social e econômica. Conforme assinalado por Campos (1987), as crises cíclicas da suinocultura tornavam-se por conta disso, crises da economia regional, já que a suinocultura era a atividade central de articulação da economia regional neste período.

A produção de suínos, até a década de 1980, era organizada na forma hoje conhecida como de “ciclo completo”. Neste sistema, o processo de produção é todo controlado pelo agricultor, que é o proprietário dos meios de produção, o conhecimento, a terra, as instalações, os equipamentos e os insumos. O produtor tem uma relação comercial, de compra e venda, com as agroindústrias, adquirindo medicamentos e alguns insumos, comercializando os suínos, com a empresa quando prontos para o abate. A produção de milho e outros insumos na própria propriedade sempre foram a principal estratégia de diminuição de custos e de aumento da margem de “lucro” a ser apropriado pelo produtor.

Foi este o sistema que as agroindústrias passaram a integrar a partir da década de 1960, com a intensificação na década de 1980. O processo de integração dos suinocultores às agroindústrias era inicialmente realizado através de um contrato entre ambos. Nesse contrato, as segundas se responsabilizavam pelo fornecimento de alguns insumos, medicamentos e assistência técnica, e garantiam a compra da produção. O agricultor, por sua vez, assumia o compromisso de seguir as orientações técnicas e de fazer o pagamento dos insumos e medicamentos quando da venda da produção, garantindo a entrega da mesma à agroindústria.

A estratégia das agroindústrias a partir da década de 1980 passou a ser a concentração da produção e para tanto começou a selecionar os suinocultores a serem integrados. Paralelamente, as agroindústrias passaram a exigir o aumento da produção destas propriedades. A exigência inicial era que o agricultor, ao se integrar, deveria ter no mínimo 3 matrizes. Ao longo do tempo este número mínimo foi sendo gradativamente aumentado.

Na formação e desenvolvimento deste sistema, o conhecimento, a capacidade produtiva e a organização da produção pertenciam aos agricultores. A ampliação da produção ocorreu, primeiramente, a partir do aumento da quantidade produzida. Em um segundo momento, o aumento de produtividade através da incorporação de novas técnicas, raças e estruturas, foram a estratégia adotada. Nesse período, é importante assinalar, cumpriu papel fundamental o serviço de extensão rural, por meio da ACARESC, principalmente, no desenvolvimento do projeto suinocultura coordenado por esta empresa. No obstante, as transformações que iam ocorrendo, a incorporação de novas técnicas, raças e estruturas eram realizadas pelos agricultores a partir da base existente na propriedade desenvolvida ao longo dos anos. Conforme pode ser ilustrado com alguns trechos extraídos da entrevista com um suinocultor:

Me lembro sempre, o falecido pai, ele engordava porco, tinha uma mangueira, ... ele engordava esses porco e vendia e levava pra casa o dinheiro porque nem banco acho que não tinha na época (década de 1950)... Nesta época o porco era vendido com um ano, um ano e pouco, mais de ano... ali em Xaxim (década de 1970) já era produção em chiqueiro, mas não era ainda integração, lá não tinha integração... ... o falecido Angelim (comerciante representante da Sadia), veio ele e um outro, lá da Sadia, passaram ali prá fazer os papéis (ano de 1984, integração)... nós tínhamos umas 10 porcas... entramos no

sistema atual em 2000 (parceria na criação de leitões). Antes de entra prá criação de leitão, eu tinha 80 porcas no regime de ciclo completo.

Percebe-se que ao longo do tempo foram ocorrendo de forma gradual incorporações técnicas. Essas alterações mudam o tipo de necessidades existentes em termos de instalações e equipamentos, de relação com o mercado e com as agroindústrias e de relação com o sistema de produção da propriedade, bem como da ampliação da quantidade produzida na atividade explorada comercialmente.

Na citação acima, podem ser percebidos em quatro diferentes momentos as transformações ocorridas. O primeiro momento é o da comercialização do excedente em uma produção rústica e de tipo tradicional.

No segundo momento o sistema já tem alterações significativas, não sendo mais o sistema de criação dos animais soltos e sim o de criação em instalações fechadas, denominadas “chiqueiros”; essa mudança ocorreu devida, principalmente, a incorporação de raças importadas de suínos, primeiramente o “Duroc” e posteriormente o “Landrace” e o “Large White” que não se desenvolviam no sistema tradicional de produção, exigindo, portanto, a mudança para sistemas fechados de criação. A implantação dessas novas raças estava de acordo com a estratégia de mercado de substituir a banha, como principal produto, pelo aumento da produção de carne.

O terceiro momento é o da integração, que leva ao aumento da produção na propriedade: inicia-se com 10 matrizes e, 16 anos depois se encontra com 80, um aumento de 12,93% ao ano no número de matrizes. Como o crescimento da produção total não ocorreu na mesma taxa, e levando-se em conta o ganho de produtividade por matriz, que também foi grande no período, percebe-se facilmente que ocorreu um processo intenso de concentração da produção. Por fim, aparece no relato a indicação de mudança para o sistema de parceria, cujos detalhes são tratados a seguir.

As alterações ocorridas nas estratégias das agroindústrias a partir da década de 1980, com a intensificação da integração e o aumento e concentração da produção, provocando a exclusão da suinocultura de grande massa de agricultores, provocaram uma profunda crise no sistema de produção predominante das unidades familiares. Conforme visto no capítulo III, a maioria das propriedades da região tinha no sistema de policultura subordinado à suinocultura o seu regime de produção, e grande parte das demais propriedades era dependente das primeiras, seja no tocante a produção de milho ou através do fornecimento de mão-de-obra

temporária. Assim, a exclusão de milhares de agricultores da produção de suínos representou crise do sistema de policultura subordinado à suinocultura, que teve impactos encadeados, a partir das propriedades agrícolas, sobre toda a economia regional. Mesmo os agricultores que permaneceram na suinocultura tiveram os seus sistemas totalmente transformados, sendo que hoje não seria mais possível falar em sistema de policultura subordinado à suinocultura nas propriedades agrícolas do Oeste Catarinense.

O sistema de produção em ciclo completo passa a ser reduzido drasticamente a partir da década de 1990, dando lugar ao sistema conhecido como de parceria. A rigor este novo sistema teve a sua implantação iniciada na década de 1980, conforme relatado por Campos (1986). Primeiramente, às agroindústrias desenvolveram a produção própria de leitões, entregando os mesmos a agricultores integrados que ficavam responsáveis pela terminação (engorda). Em seguida, principalmente no início da década de 1990, às agroindústrias passaram a integrar produtores que se restringiram a produzir leitões, comercializando-os com às empresas, que os repassavam para os chamados terminadores, responsáveis pela engorda. Recentemente, no início da década de 2000, uma nova modalidade vem sendo incorporada nos vínculos, entre os criadores de leitões e os terminadores: trata-se da chamada creche, referente ao período de crescimento dos leitões já desmamados que anteriormente ficavam nas instalações dos produtores de leitões.

Atualmente, o sistema de compra e venda vem sendo abandonado, tornando-se predominante o sistema de parceria. Neste sistema, o produtor recebe da agroindústria os animais em comodato, recebendo também todos os insumos, medicamentos e assistência técnica. Ficam sob sua responsabilidade o manejo (mão-de-obra), as instalações e os equipamentos, sendo a remuneração efetuada pela empresa de acordo com a produtividade. Observa-se que os critérios de cálculo da produtividade não são conhecidos pelos agricultores, de acordo com depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas. Estes têm apenas uma noção vaga sobre os critérios e sua utilização. Observa-se ainda que existem percepções contraditórias entre os agricultores sobre estes critérios. Mas é consenso entre os suinocultores entrevistados que as agroindústrias “fazem o que bem querem”.

As transformações ocorridas ao longo dos últimos 30 anos tornaram a produção de suínos um modelo idêntico ao observado na integração envolvendo a avicultura, implantada na região durante a década de 1970. No modelo de parceria, o sistema de produção da propriedade não apresenta mais o encadeamento que caracterizava o sistema de ciclo completo. Neste modelo, predominante atualmente, o sistema de produção da propriedade não se organiza mais a partir da suinocultura, que passou a ser mais uma atividade econômica em

nível de propriedade, embora muitas vezes, a atividade principal. A suinocultura já não depende mais de insumos e de outras atividades realizadas na propriedade, pois o fornecimento da alimentação e dos demais insumos é realizado pela agroindústria. No modelo de parceria, a integração da suinocultura ao sistema da propriedade se dá, eminentemente, pela utilização da mão-de-obra e pelo fornecimento do adubo às demais culturas. Nas propriedades que entraram neste sistema de produção nos últimos anos, a utilização do estrume como adubo tem sido a motivação principal para implantar a parceria. Nas palavras de um agricultor entrevistado, integrado da Sadia, sobre o que o motivou a entrar no sistema de parceria:

...o meu pensamento maior foi o de reformar a terra, renovar a terra, porque não tinha mais, não produzia mais...

Aqui, “renovar” e “reformar a terra” tem o sentido de recuperar o solo com matéria orgânica, restabelecendo a capacidade produtiva do mesmo. Em seguida, este mesmo agricultor exemplifica sobre o resultado altamente positivo alcançado na produção de milho como insumo para a produção de leite:

...no segundo ano de esterco ali, o mesmo pedacinho que a gente cortava e não tinha pasto pras vaca, deu 8 carretões de silagem.

E conclui com uma frase corrente entre os agricultores sobre a produção de suínos:

...que na verdade, diz que o colono trabalha pela merda...

No depoimento acima, “8 carretão de silagem” é uma produção significativa para uma pequena área de terra recuperada pelo esterco de suínos. Assim, a estratégia das agroindústrias, adotada na produção de suínos, transformou este sistema de produção de um modelo onde a suinocultura desenvolvia o papel de agregar valor a outros produtos, utilizados como insumos, em um modelo em que funciona como fornecedora de adubo às demais produções.

O sistema de produção implantado na região Oeste Catarinense tem provocado ainda mais concentração na produção de suínos. A tabela 12 mostra o crescimento da participação

do Estado de Santa Catarina e da Região Oeste na quantidade de animais em nível de país: entre 1990 e 2007 a participação do rebanho estadual no rebanho nacional evoluiu de 9,9% para 19,9% e a respectiva participação do regional passou de 6,6% para 15,3%. Em números absolutos o estado de Santa Catarina teve um crescimento do rebanho de 3.825.497 cabeças nesse período, sendo, destas, 3.282.404 cabeças na região Oeste e 543.093 cabeças nas demais regiões do Estado.

Os dados mostram como vem ocorrendo a concentração da produção de suínos na região Oeste Catarinense. Com base na relação do número de suínos com a população da região, nesse mesmo período, obtém-se 2,07 suínos por habitante em 1991, um número que cresce para 4,77 em 2007. Esse quadro de concentração da produção ocorre juntamente com uma drástica redução do número de produtores.

Tabela 12: Participação do Estado de Santa Catarina e da Região Oeste no Rebanho Nacional de Suínos

Ano	REBANHO SUINOS Nº CABEÇAS				PARTICIPAÇÃO REBANHO NACIONAL		
	Brasil	SC	Reg. Oeste	Demais reg. – SC	SC (%)	Reg. Oeste - SC (%)	Demais reg. – SC (%)
1990	33.623.186	3.330.516	2.217.430	456.501	9,91	6,59	3,31
1991	34.290.275	3.275.024	2.179.577	448.258	9,55	6,36	3,19
1992	34.532.168	3.417.586	2.306.330	437.304	9,90	6,68	3,22
1993	34.184.187	3.727.711	2.581.987	441.955	10,90	7,55	3,35
1994	35.141.839	4.088.621	2.775.439	446.075	11,63	7,90	3,74
1995	36.062.103	4.404.480	3.056.931	503.679	12,21	8,48	3,74
1996	29.202.182	4.532.654	3.408.102	505.526	15,52	11,67	3,85
1997	29.637.109	4.558.963	3.405.166	499.514	15,38	11,49	3,89
1998	30.006.946	4.704.545	3.524.854	488.230	15,68	11,75	3,93
1999	30.838.616	4.814.297	3.618.279	474.631	15,61	11,73	3,88
2000	31.562.111	5.093.888	3.788.836	507.390	16,14	12,00	4,13
2001	32.605.112	5.516.818	4.184.431	632.872	16,92	12,83	4,09
2002	31.918.749	5.354.113	4.110.065	504.387	16,77	12,88	3,90
2003	32.304.905	5.432.143	4.152.966	471.380	16,82	12,86	3,96
2004	33.085.299	5.775.890	4.456.242	475.206	17,46	13,47	3,99
2005	34.063.934	6.309.041	4.868.346	595.039	18,52	14,29	4,23
2006	35.173.824	7.158.596	5.491.599	591.404	20,35	15,61	4,74
2007	35.945.015	7.156.013	5.499.834	705.768	19,91	15,30	4,61

Fonte: IBGE, Elaborado pelo autor.

O quadro 5 sintetiza a descrição dos sistemas de produção de suínos na região Oeste Catarinense, comentados nesta seção, para o período a partir da década de 1980.

SISTEMA	1980	1990	2000
CICLO COMPLETO INTEGRADO	Intensifica-se e torna-se o principal sistema	Começa a ser gradativamente substituído pelo sistema de parceria	Poucos produtores permanecem neste sistema
CICLO COMPLETO INDEPENDENTE	Predominante até esta década	Concentra-se em grandes produtores; na produção associativa de pequenas agroindústrias e na produção de subsistência	Poucos grandes produtores, produção associativa de pequenas agroindústrias e produção de subsistência
PRODUTOR DE LEITÕES (PARCERIA)	Inicia-se, sendo o sistema implantado o de compra e venda	Desenvolve-se; inicia-se o processo de parceria em que o agricultor recebe as matrizes e os reprodutores em comodato, e entra com a mão-de-obra, as instalações e os equipamentos, sendo os demais insumos também fornecidos pelas agroindústrias	O sistema de compra e venda está sendo abandonado, tornando-se predominante o sistema de parceria
CRESCHE (PARCERIA)		Iniciam-se as primeiras experiências	Está se expandindo rapidamente
TERMINADOR (PARCERIA)	Inicia-se, sendo o sistema implantado o de compra e venda	O sistema é mudado, passando o contrato a ser de parceira; O agricultor entra com a mão-de-obra, as instalações e os equipamentos, recebendo remuneração de acordo com a produtividade.	Torna-se o sistema predominante
PARCERIA INDEPENDENTE		Passa a ser adotado por alguns grandes produtores	Torna-se o principal sistema dos grandes suinocultores independentes

Quadro 5: Evolução dos Sistemas de Produção de Suínos no Oeste de Santa Catarina - Elaborado pelo autor

Observa-se nesta trajetória que a integração dos suinocultores com produção em ciclo completo foi a característica principal da década de 1980. Já a década de 1990 é caracterizada por processos de transição entre os diversos sistemas, fruto do processo de reestruturação

econômica vivido na região. Esse processo de transição também é resultado das transformações macroeconômicas que comentamos no capítulo quatro e da reestruturação produtiva dos sistemas agroalimentares no processo de globalização. A década de 2000 é marcada pela consolidação do sistema de parceria na relação entre as agroindústrias e os suinocultores.

São descritos a seguir elementos relacionados aos custos de produção e a renda dos suinocultores. Os dados de custos de produção apurados pela EMBRAPA e pela CONAB para um período de 36 meses são apresentados no gráfico da figura 15. São mostrados o comportamento dos preços e dos custos totais (CT), assim como o do custo variável médio (CVM) e do custo variável médio menos o custo de mão-de-obra (CVM-MO), para a produção de suínos em ciclo completo, no período, de janeiro de 2006 a dezembro de 2008. O gráfico revela que em apenas 15 destes 36 meses o preço esteve acima dos custos de produção. Em 26 meses o preço manteve-se acima do CMV e em 33 meses esteve acima do CVM-MO.

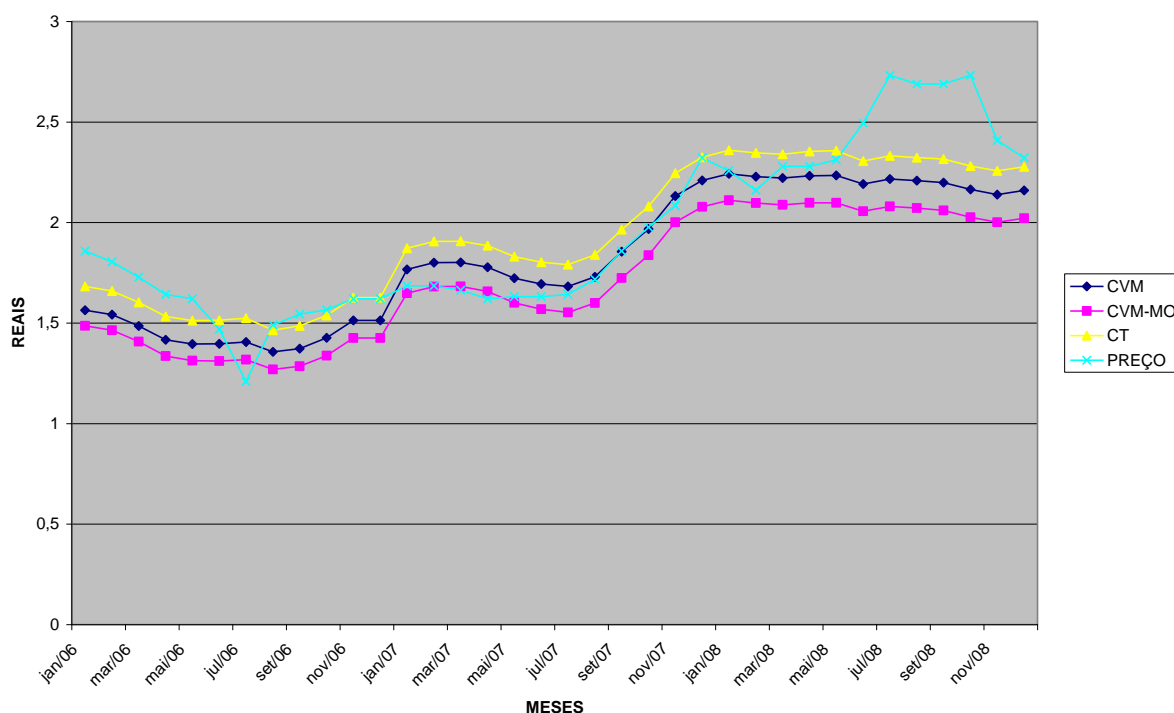


Figura 15: Preço e custos de produção de Suínos Em Reais – Janeiro de 2006 a Novembro de 2008

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de custo de produção da EMBRAPA e CONAB

Infelizmente a EMBRAPA e as agroindústrias não fornecem os custos de produção dos suínos no sistema de parceria, o que inviabiliza a análise do comportamento dos custos deste sistema. No sistema de parceria, pela forma de pagamento realizado de acordo com a produtividade, não tem ocorrido desembolso de recursos financeiros na entrega dos lotes,

mesmo nos períodos de crise. A questão que fica em aberto diz respeito aos custos do capital investido e da remuneração da mão-de-obra. A pergunta é se quando apurados corretamente dariam resultado positivo ou negativo.

Sobre o valor recebido por suíno terminado no sistema de parceria, os agricultores entrevistados informaram que os valores recebidos estão na faixa de R\$ 8,00 a R\$ 20,00. Este dado chama a atenção, pois em média as indústrias pagavam de bonificação um valor médio de 8% no sistema de integração em ciclo completo¹⁴. A bonificação representava uma gratificação pela qualidade do produto entregue. O gráfico da figura 16 apresenta os valores que seriam recebidos de gratificação de 8% sobre o preço para um suíno de 100 Kg, no sistema de ciclo completo, no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2008. Chama atenção como estes valores estão muito próximos e um pouco superior aos recebidos pelos agricultores no sistema de parceria.

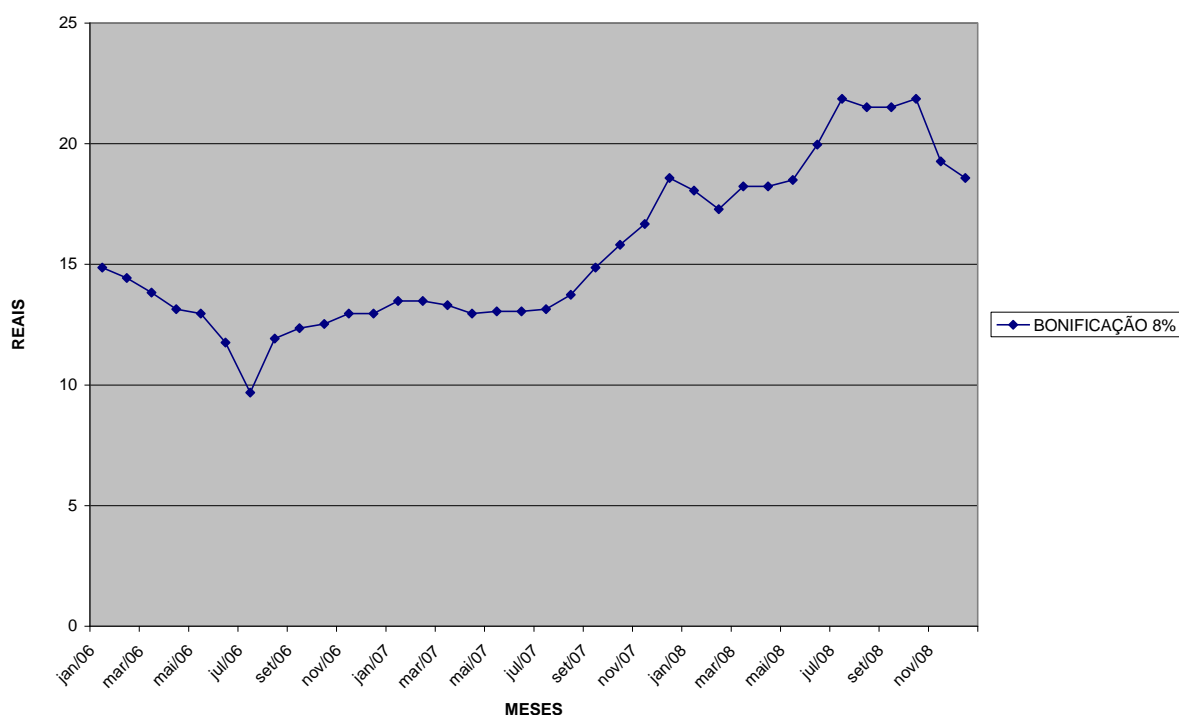


Figura 16: Valores médios de bonificação pagos por suíno de 100 Kg

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de produção da EMBRAPA e CONAB

Com os dados apresentados por um agricultor entrevistado na pesquisa de campo deste trabalho, suinocultor integrado no sistema de ciclo completo, com 12 matrizes, o mesmo comparando com os dados do “cunhado” integrado no sistema de parceria, apontou para o seguinte resultado: no período de um ano a média de receita, descontados as despesas com

¹⁴ 8% é o valor médio de bonificação considerado pela EMBRAPA e CONAB no cálculo do custo de produção de suínos.

rações e milho no sistema de ciclo completo foi de R\$ 66,00 por suíno, enquanto “cunhado” no sistema de parceria recebeu em média R\$19,00 por suíno terminado. Considerando-se que o suinocultor, produtor de leitões entrevistado nesta pesquisa trabalhou com um resultado de R\$ 24,00 por leitão no mesmo ano, chegamos a um valor de R\$ 42,00 por suíno no sistema de ciclo completo ($R\$66,00$ sobra por suíno – $R\$ 24,00$ resultado da produção do leitão = $R\$ 42,00$). Portanto, mais do dobro do valor recebido no sistema de parceria. Calculado com os mesmos critérios nos custos de produção apurados pela EMBRAPA e CONAB, para o mesmo ano, chegou-se ao valor de R\$ 63,07 por suíno de 110 Kg.

Estes dados evidenciam que as agroindústrias transformaram a produção de suínos em um sistema onde o agricultor recebe de 6% a 8% sobre o resultado final para a remuneração da mão-de-obra, custos de água e energia, depreciação e remuneração do capital. Com isso a agroindústria se apropria de mais uma faixa do resultado da produção, que antes ficava com o suinocultor. A contrapartida oferecida pela agroindústria é o fim do risco com as oscilações de preços, mas que na média final resulta em um lucro considerável que é apropriado pelas agroindústrias.

Recentemente, utilizando-se do argumento de que é necessário equacionar a questão ambiental, as empresas vêm promovendo um novo processo de concentração e exclusão de suinocultores. Este movimento inicia-se com o desenvolvimento de uma nova técnica de tratamento dos dejetos de suínos, a compostagem. Com a adoção de um modelo de planta e de máquinas que se viabiliza em produções de grande escala, esta técnica passa a exigir a concentração ainda maior do número de suínos por unidade.

Com isto, o número mínimo de suínos por parceiros está passando para não menos do que 1.000 cabeças. Atualmente esse número mínimo encontra-se na faixa de 350 por parceiro. Vincula-se a esta ampliação a exigência da construção de “composteiras”¹⁵. Tal mudança está levando à implantação de “mega-projetos” com capacidade de alojamento de 4.000 porcos, com necessidade de grande quantidade de água, o que resulta em implantações próximas a grandes reservatórios ou na perfuração de poços profundos, provavelmente no aquífero guarani.

Estes projetos têm um custo médio de um milhão de reais, o que tem inviabilizado a continuidade da maioria dos agricultores na atividade. O movimento que começa a se perceber é o da adesão de muitos empresários na implantação destes projetos, o que fornece indicações sobre uma mudança do perfil dos produtores de suínos no futuro: tais produtores

¹⁵ Sistema de compostagem do esterco de suínos com maravalha, que, após fermentado, se transforma em adubo.

deixariam de ser caracterizados como agricultores familiares e adquiririam cada vez mais o perfil de agentes que protagonizam uma atividade empresarial.

Pelos dados coletados nesta pesquisa a cada novo projeto de terminação de 4.000 suínos a ser implantado, ocorrerá a exclusão de mais de 5 propriedades da produção. Considerando que estas novas empresas geraram em torno de 3 empregos, e que as cinco propriedades no sistema atual, ocupam a mão-de-obra de 2 pessoas cada uma, tem-se o desaparecimento de 7 empregos em cada projeto implantado. Em um projeto que está sendo implantado em Xavantina, para a produção de leitões com 4.000 matrizes, serão ocupadas 20 pessoas. Considerando que a propriedade entrevistada neste trabalho com produção de leitões ocupava 5 pessoas, observa-se que a cada projeto implantado ocorrerá a exclusão de 9 propriedades e o desaparecimento da ocupação de 30 pessoas. Se efetivada esta nova tendência a grandes projetos a exclusão será inevitável. Mesmo se ocorresse um crescimento considerável da demanda por suínos a mesma não conseguiria compensar um movimento desta magnitude. Parece ser a característica principal deste novo momento, a gestão empresarial da suinocultura.

Com a transformação do esterco em adubo orgânico seco, apto a comercialização em embalagens ou mesmo para o transporte a granel, o ciclo positivo para os sistemas familiares de produção deve diminuir ou mesmo acabar. Na base deste movimento, figura a crescente concentração da produção de suínos, e a transformação do esterco em produto comercializável por estes agricultores com empresas do ramo, que colocariam este produto no mercado. Ainda, de forma simples e embrionária, já ocorrem, na região, processos deste tipo, como observado na comercialização da cama de aviário.

Como resultado desta transformação nos sistemas de produção de suínos, a suinocultura deixou de ser a atividade organizadora do trabalho e da produção agrícola na ampla maioria das propriedades da região. Simultaneamente deixa de determinar as possibilidades dos sistemas de produção nas propriedades em que não está presente, mas que antes afetava. Num futuro próximo, a tendência é da diminuição ainda maior da sua participação nos sistemas de produção das unidades familiares, pelo novo ciclo de concentração da produção que vem sendo implantado de forma acelerada pelas agroindústrias.

Na formação dos sistemas de produção das unidades familiares, a suinocultura já ocupou pelo menos dois grandes momentos:

1) como produto principal, formando o sistema conhecido como de policultura subordinado à suinocultura. Neste sistema, conforme já frisado, o suíno era o principal produto a ser

comercializado pelas propriedades. Era a partir da sua produção que se organizava a vida e as demais atividades a serem desenvolvidas na propriedade;

2) no atual sistema de parceria, a suinocultura deixou de ter a mesma importância nos sistemas de produção das propriedades, passa a exercer com as demais atividades um tipo de relação com dois traços principais: por um lado, ocupando a mão-de-obra que, remunera de forma precária; por outro lado, disponibilizando o esterco, utilizado como adubo nas demais culturas, o que acaba diminuindo o custo de produção e proporcionando renda nestas unidades.

5.2.1.1 A avicultura

Associada ao sistema de policultura subordinado à suinocultura ocorreu a implantação, na região Oeste Catarinense, da avicultura, que já nasceu integrada à agroindústria. Desde o início de sua implantação, na década de 1970, o sistema utilizado pelas agroindústrias foi o de fornecer aos produtores os pintinhos, a ração, os medicamentos e a assistência técnica, cabendo aos agricultores entrar com as instalações, os equipamentos, a água, a energia e o manejo (mão-de-obra), recebendo pela produtividade alcançada em cada lote.

O nível de integração da avicultura às demais atividades da propriedade sempre foi bastante baixo. No que concerne aos insumos da propriedade, ocupa apenas a lenha para o aquecimento, a água e a mão-de-obra. Quanto às entradas, acrescenta o adubo tirado dos aviários e a renda que gera.

A tabela 13 apresenta o rebanho efetivo de galos, frangos, frangas e pintos no período de 1990 a 2007. Pelos dados percebe-se que o crescimento do rebanho efetivo da região cresceu, praticamente, as mesmas taxas do efetivo em nível de país, e com menor intensidade que nas demais regiões catarinenses. Observa-se, portanto, um movimento diferente do que o ocorrido na suinocultura em que a produção se concentrou na região Oeste, na avicultura existe uma expansão para outras regiões do Estado catarinense. Na região Oeste Catarinense, o crescimento percentual neste período foi de 162%, ou seja, uma taxa média de 5,49% ao ano. Quando relacionado à população regional, o rebanho efetivo passou de 44 aves por habitante, em 1991, para 102 em 2007.

Tabela 13: Participação da Região Oeste e do Estado de Santa Catarina na Produção Brasileira de Aves -1990 a 2007

Ano	GALOS, FRANGAS, FRANGOS E PINTOS				PARTICIPAÇÃO NO REBANHO NACIONAL		
	Brasil	SC	Região Oeste-SC	Demais Regiões - SC	SC (%)	Região Oeste – SC (%)	Demais Regiões –SC (%)
1.990	371.727.150	56.020.939	45.111.276	10.909.663	15,07	12,14	2,93
1.991	393.848.481	57.792.900	46.022.023	11.770.877	14,67	11,69	2,99
1.992	435.464.988	65.740.556	52.784.978	12.955.578	15,10	12,12	2,98
1.993	452.382.206	70.420.257	56.905.419	13.514.838	15,57	12,58	2,99
1.994	473.548.803	70.385.542	53.413.492	16.972.050	14,86	11,28	3,58
1.995	541.163.942	73.718.164	55.567.789	18.150.375	13,62	10,27	3,35
1.996	549.558.943	76.708.062	56.284.695	20.423.367	13,96	10,24	3,72
1.997	580.992.997	78.603.960	57.109.702	21.494.258	13,53	9,83	3,70
1.998	589.370.346	91.648.271	69.001.049	22.647.222	15,55	11,71	3,84
1.999	624.381.496	104.191.808	78.795.286	25.396.522	16,69	12,62	4,07
2.000	659.245.547	111.561.860	83.204.454	28.357.406	16,92	12,62	4,30
2.001	692.654.775	111.061.485	82.752.507	28.308.978	16,03	11,95	4,09
2.002	703.718.166	128.438.176	93.635.684	34.802.492	18,25	13,31	4,95
2.003	737.523.096	133.025.935	97.011.008	36.014.927	18,04	13,15	4,88
2.004	759.512.029	132.070.500	97.463.234	34.607.266	17,39	12,83	4,56
2.005	812.467.900	142.411.820	106.370.091	36.041.729	17,53	13,09	4,44
2.006	819.893.591	138.008.720	103.478.743	34.529.977	16,83	12,62	4,21
2.007	930.040.524	157.392.562	118.082.735	39.309.827	16,92	12,70	4,23

Fonte: IBGE, elaborada pelo autor

O gráfico da figura 17 apresenta o comportamento dos custos médios dos avicultores e os valores médios por eles recebidos nos anos de 2006 a 2008. Chama atenção como em nenhum momento os preços estiveram iguais ou acima dos custos totais de produção, sendo que em quase metade do período as receitas estiveram muito próximos dos custos variáveis. É importante explicar que na produção de aves o cálculo dos custos de produção envolve duas partes: por um lado os custos fixos e variáveis dos agricultores, por outro lado os custos da agroindústria.

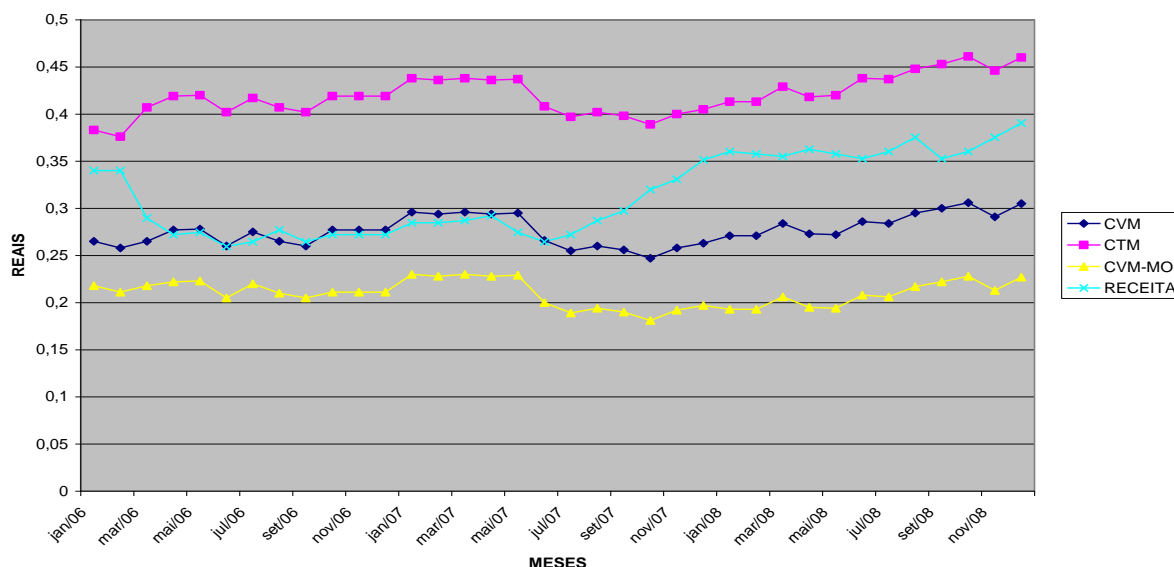


Figura 17: Preço e custos de produção de aves - Avicultor

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de custo de produção da EMBRAPA e CONAB

O gráfico da figura 18 mostra o comportamento dos custos de produção arcados pelas agroindústrias. A receita inferior aos custos médios de produção é a principal característica, quando se juntam os custos dos produtores integrados com os da indústria, na produção de frangos para o abate, conforme demonstrado no gráfico da figura 19.

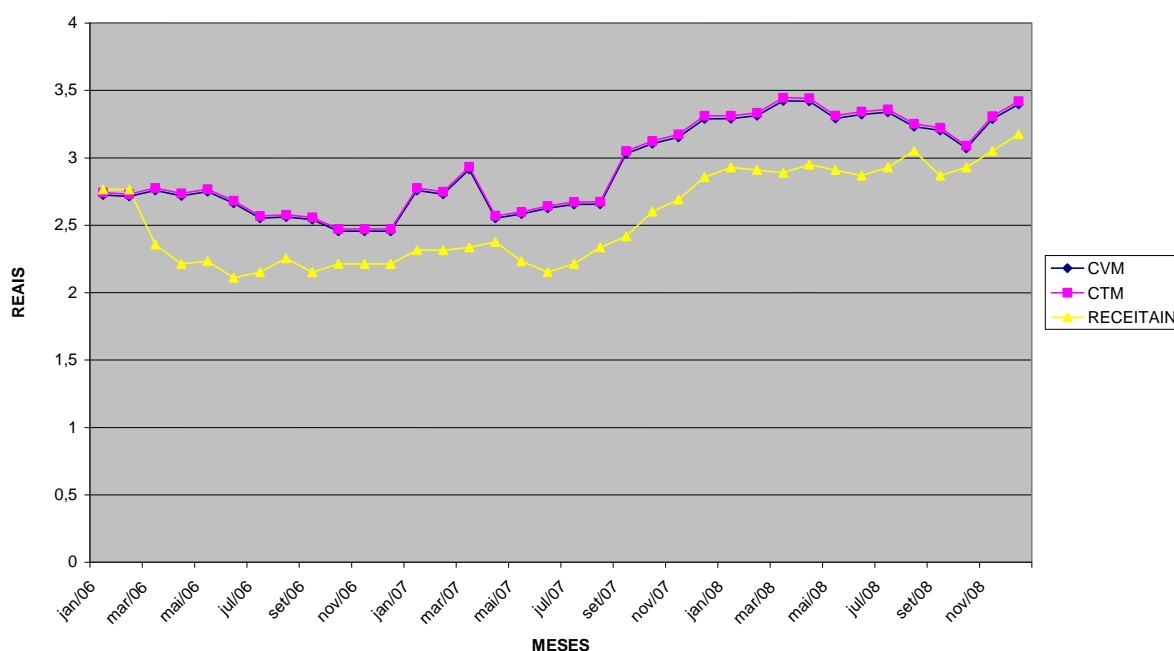


Figura 18: Preço e custos de produção de aves – Agroindústria

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de custo de produção da EMBRAPA e CONAB

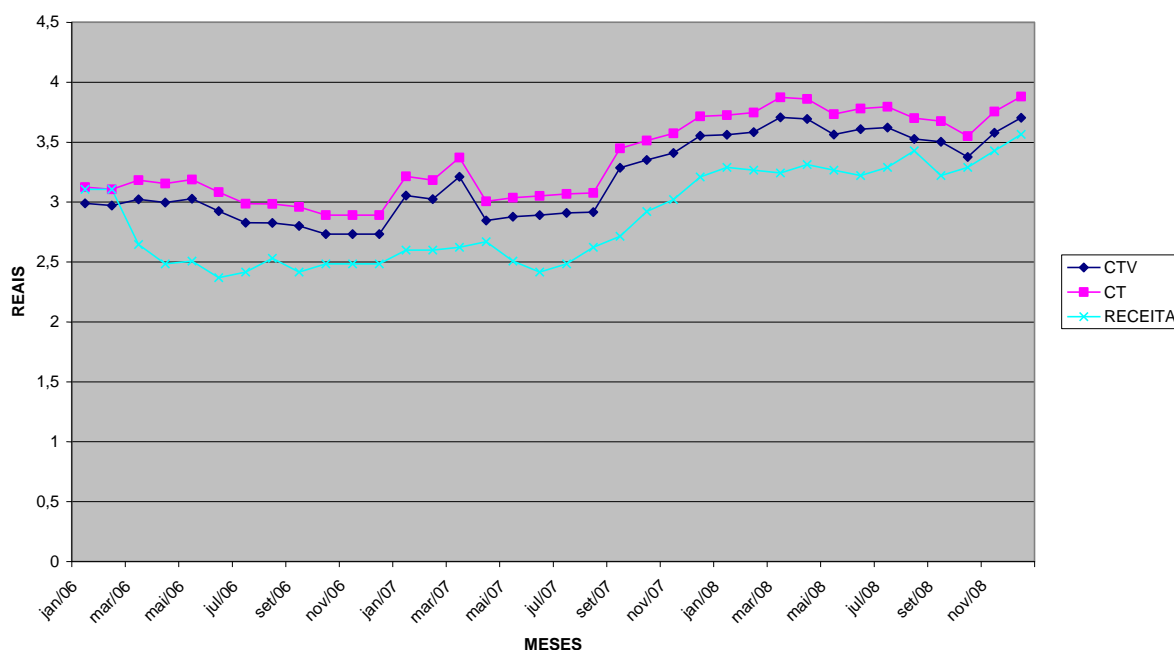


Figura 19: Preço e custos de produção de aves – Total

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de custo de produção da EMBRAPA e CONAB

Como um produto é produzido permanentemente com resultado a baixo de seu custo total de produção? Economicamente falando, somente com alguém subsidiando esta diferença. No caso da avicultura no Oeste Catarinense, parece haver dois fatores capazes de explicar este fato:

- 1) grande parte da diferença é bancada pelo avicultor através de: a) uma remuneração da mão-de-obra inferior à que é utilizada no levantamento do custo de produção; b) remuneração pelo capital a baixo das taxas de juros do mercado. Contribui com isto dois elementos: i) o fato dos recursos para o financiamento dos investimentos serem subsidiados e serem emprestados a taxas que correspondem a menos de 50% da taxa SELIC; ii) nas demais necessidades da propriedade, geralmente serem utilizados recursos do PRONAF em que as taxas de juros correspondem a menos de um terço da taxa SELIC. Com isso estaria ocorrendo uma transferência de renda de outras atividades para a avicultura, o que na análise global de sistemas de produção é racionalmente aceitável; c) como os aviários, geralmente, são financiados os avicultores têm nesta atividade uma possibilidade de aumentar o patrimônio da propriedade, sendo as parcelas do financiamento pago com a receita do próprio aviário. Sendo as despesas da família bancada pelas outras atividades da propriedade.
- 2) possivelmente parte desta diferença é “bancada” pela agroindústria. Para manter um preço menor em nível de mercado, que implica em uma menor remuneração dos integrados, a

agroindústria trabalharia com “prejuízo” nessa etapa da produção, já que teria lucro na etapa industrial. Aqui a questão é sobre como se formam os preços dentro do grupo empresarial para cada etapa. Como o grupo opera na produção da ração, na produção das aves e depois na industrialização das mesmas, a diferença entre custo total e receita na produção é uma questão de estratégia na formação dos preços internos ao grupo empresarial. O que a indústria pode estar “perdendo” na fase de produção das aves pode estar ganhando na fabricação da ração e na industrialização do produto.

A tabela nº 14 mostra como grande parte desta diferença negativa entre a receita e os custos totais pode estar sendo assumida pelos agricultores. Os avicultores assumem 12,51% dos custos totais, sendo 88,5% dos custos fixos e 8,66% dos custos variáveis, mas ficam com apenas 10,95% da receita. Quanto a participação nos custos percebe-se que grande parcela é de custos variáveis, correspondendo estes por 95,18% dos custos totais.

Tabela 14: Participação dos Avicultores e da Agroindústria nos Custos e Receitas na Produção de Aves

ITENS	% PRODUTOR	% AGROINDÚSTRIA	% CUSTOS POR ITENS
Custos Fixos	88,50	11,50	4,82
Custos Variáveis	8,66	91,34	95,18
Custos Total	12,51	87,49	100
Receita	10,95	89,05	100

Fonte: Embrapa e CONAB, Valores Médios no Período de Janeiro de 2006 a Dezembro de 2008 – Elaboração do Autor

*

* *

Como a avicultura foi uma atividade implantada a partir da agroindústria, é com a introdução do sistema de parceria na suinocultura, durante a década de 1990, que a estratégia das agroindústrias se modifica, afetando profundamente o modo de atuação da agricultura familiar. De fato, a transferência, em definitivo, do domínio sobre a produção e o conhecimento sobre esta do agricultor para a agroindústria ocorre neste processo.

Na pesquisa de campo foi possível identificar as seguintes estratégias das agroindústrias nesta passagem de um sistema para o outro:

- a) na produção de leitões, foram escolhidos os agricultores considerados pelas empresas como os “melhores” e mais estruturados, nas regiões distantes das plantas industriais, iniciando-se um processo de parceria conhecido como de compra e venda, ou seja, o agricultor produz os leitões, conforme as determinações da empresa e os vende em seguida para esta. Num segundo momento, passa-se a um processo de contrato de comodato, cabendo ao agricultor a atribuição de fornecer apenas as instalações e a mão-de-obra, recebendo da empresa um determinado valor de acordo com a produtividade;
- b) as creches, termo que remete à fase de crescimento dos leitões, é uma etapa ainda em implantação pelas agroindústrias, modificando o sistema até então vigente, com os próprios produtores de leitões encarregando-se da fase de crescimento. Essa etapa, desde o seu início, vem sendo realizada por meio de contratos em que os leitões e os insumos são fornecidos pela agroindústria. Cabe ao agricultor todo o investimento fixo, o fornecimento da mão-de-obra e os custos de manutenção;
- c) na terminação, a maioria dos agricultores é formada por ex suinocultores em ciclo completo que pararam esta atividade por um determinado período, de dois a três anos em média, e passaram a “terminar” suínos no sistema de parceria. O retorno ocorre com a modificação total das estruturas físicas e com a alteração completa do sistema de produção. Esta estratégia não foi implantada de forma homogênea em toda a região. Nas regiões próximas aos frigoríficos não ocorreu período de parada, ou esta foi de um tempo menor que nas regiões mais distantes. Tudo indica que a estratégia das agroindústrias com essa parada tenha sido romper o conhecimento histórico, as habilidades existentes nestas propriedades forçando a implantação de um novo sistema com o controle total das agroindústrias.

5.2.2 A formação do sistema produtivo de policultura associada à produção de leite

O leite esteve presente nas propriedades agrícolas, como produto de subsistência, desde o início da colonização da região Oeste Catarinense. Campos (1987), a partir de vários relatos, assim descreveu, essas propriedades no período da colonização:

Em torno da casa era comum existirem um pequeno pomar e uma horta, bem como galinhas e outros pequenos animais. As plantações de milho destinavam-se à alimentação de suínos e do

gado. Havia, portanto, um potreiro destinado à criação. Lá estava presente uma, talvez mais vacas de leite, e, quiçá, cabeças de gado, cavalos ou cargueiros (Campos, 1987. Grifado pelo autor).

A exclusão da suinocultura fez com que milhares de famílias fossem em busca de alternativas para a sua sobrevivência e reprodução. Essa busca de produtos comercializáveis que substituíssem o papel exercido anteriormente pela suinocultura obrigou-as a tomar diferentes tipos de iniciativas visando a constituição de novos sistemas de produção. O leite se tornou o principal produto a ocupar este espaço, constituindo-se a nova atividade representada pela sua produção em “âncora” da reestruturação observada na maioria dos sistemas produtivos das unidades familiares da região a partir da década de 1980. Este processo foi assim resumido por um agricultor entrevistado:

Antes nós criávamos porco. Daí o porco não deu mais, começou a quebrar todo mundo, daí nós desistimos. Daí foi que começamos com o leite

Na produção de leite o processo é muito parecido com o ocorrido na suinocultura. A maioria dos agricultores inicia esta produção utilizando os animais já existentes nas propriedades e com as técnicas de manejo que já aplicavam no sistema de produção para o auto consumo. Com o início da produção para o comércio, amplia-se o número de animais, inicia-se a melhoria genética, buscam-se novas técnicas de manejo e investe-se na melhoria das pastagens, com a incorporação de novos métodos e culturas. Também, passa a ocorrer investimento na estrutura física de ordenha e resfriamento. Este processo leva anos para se desenvolver, ocorrendo de forma diferenciada e de acordo com as combinações de fatores elencadas anteriormente.

O leite, produção de subsistência, converte-se em atividade comercial devido, principalmente, há duas condições básicas: necessidade de um produto que substitua os suínos nos sistemas produtivos da agricultura familiar e, disponibilidade de tecnologia da industrialização do leite longa vida, que possibilitou o acesso da produção regional aos grandes centros consumidores. Entre as características da produção de leite que viabilizaram esta ascensão destacam-se: alta absorção de mão-de-obra; alta capacidade de agregar valor na

propriedade; fácil descentralização de unidades industriais; grande alcance social; uso de terras não-nobres e ingresso mensal de receitas (TESTA *et al*, 1996; 2003; MELLO, 1998).

Quatro das seis características elencadas acima são pontos positivos na formação dos sistemas produtivos das propriedades. A absorção da mão-de-obra de forma distribuída ao longo do ano e o ingresso mensal de receitas resolvem um dos gargalos da produção familiar, com base nos sistemas de safras e de rendas anuais. A alta capacidade de agregar valor na propriedade com o uso de terras não-nobres torna esta produção altamente viável e competitiva, possibilitando o seu rápido desenvolvimento.

A forma de utilização da mão-de-obra pela atividade leiteira, sendo empregadas algumas horas de trabalho diário, principalmente nos extremos do dia - no início da manhã e no final da tarde - possibilita a ocupação das mesmas pessoas nas demais atividades da propriedade durante a jornada. Em muitos casos, a atividade leiteira é combinada com atividades não agrícolas, tornando-se fonte externa de receitas das propriedades. Outro fator importante é a ocupação do trabalho de aposentados, estudantes e mulheres, por exemplo, que em outros sistemas não teriam utilização em atividades comerciais, em sintonia com o que Jerzy Tepicht (1973) denominou de forças produtivas não transferíveis.

Observa-se que a entrada de receitas mensais nas propriedades, por meio da produção leiteira, tornou-se um alívio para a gestão financeira da maioria das famílias. Mesmo na produção de suínos não havia esta regularidade, embora, sempre fosse corrente entre os agricultores a frase “*quem tem porco, tem dinheiro*”, numa referência ao fato de haver entradas distribuídas ao longo do ano. Na realidade, o leite como atividade comercial, preencheu uma lacuna na organização financeira das propriedades, pela garantia de uma receita mensal. Com a sua consolidação, a maior parcela das receitas passou a exibir entradas desta forma, distribuída ao longo do ano. Por sinal, como pode ver-se nos dados apresentados na tabela 26, 17,5% dos entrevistados no trabalho de campo desta dissertação, responderam ser essa a motivação para entrar na atividade.

Ao se utilizar de terras não-nobres para pastagens e plantio de milho para silagem, a produção de leite possibilitou a agregação de valor. Em muitos casos, esta é a produção mais adequada, devido ao tipo de solo existente nas propriedades, sendo no sistema anterior menos eficiente que no sistema atual. Esta complementaridade trazida pelo leite aos sistemas das propriedades, substituindo atividades não rentáveis ou menos rentáveis nas áreas não-nobres, sem deslocar atividades das áreas nobres, e sim, ocupando-as com pastagens temporárias na parte do ano em que não são utilizadas, agregou valor ao conjunto do sistema de produção dessas propriedades.

Assim, a produção de leite outorgou eficiência à utilização da mão-de-obra, racionalizou a utilização do solo e gerou fluxo de caixa nos sistemas de produção das propriedades, tornando-se desta forma, a produção “âncora” da organização dos sistemas na maioria das propriedades familiares da região Oeste Catarinense na atualidade.

A tabela 15 apresenta a evolução da quantidade de produção de leite no Oeste Catarinense comparando-a com as demais regiões catarinenses, com a produção total do Estado e com o total produzido no país, no período de 1990 a 2007.

Ao longo destes 18 anos, a produção de leite cresceu na região Oeste Catarinense a uma taxa média anual de 9,24% a.a., enquanto no mesmo período a taxa para a produção brasileira foi de 3,33% a.a, e para as demais regiões catarinenses, de 1,79%. Isso levou a participação da produção regional de 1,90% em 1990 para 5,16% em 2007, em relação à produção nacional e de 42,25% para 72,27% em relação a produção estadual.

Tabela 15: Região Oeste: Participação na Produção Nacional e Estadual de Leite

Ano	PRODUÇÃO DE LEITE (1000 LITROS)				PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO NACIONAL		
	Brasil	SC	Região Oeste -SC	Demais Regiões – SC	SC(%)	Região Oeste -SC	Demais Regiões - SC
1.990	14.484.414	650.409	274.798	375.611,00	4,49	1,90	2,59
1.991	15.079.187	661.036	283.461	377.575,00	4,38	1,88	2,50
1.992	15.784.011	707.888	339.286	368.602,00	4,48	2,15	2,34
1.993	15.590.882	735.867	355.663	380.204,00	4,72	2,28	2,44
1.994	15.783.557	780.122	381.108	399.014,00	4,94	2,41	2,53
1.995	16.474.365	815.379	411.738	403.641,00	4,95	2,50	2,45
1.996	18.515.391	866.065	482.252	383.813,00	4,68	2,60	2,07
1.997	18.666.011	852.170	472.996	379.174,00	4,57	2,53	2,03
1.998	18.693.915	870.810	484.595	386.215,00	4,66	2,59	2,07
1.999	19.070.048	906.540	516.907	389.633,00	4,75	2,71	2,04
2.000	19.767.206	1.003.098	602.808	400.290,00	5,07	3,05	2,03
2.001	20.509.953	1.076.084	665.910	410.174,00	5,25	3,25	2,00
2.002	21.642.780	1.192.690	790.821	401.869,00	5,51	3,65	1,86
2.003	22.253.863	1.332.277	909.602	422.675,00	5,99	4,09	1,90
2.004	23.474.694	1.486.662	1.047.004	439.658,00	6,33	4,46	1,87
2.005	24.620.859	1.555.622	1.107.954	447.668,00	6,32	4,50	1,82
2.006	25.398.219	1.709.812	1.241.172	468.640,00	6,73	4,89	1,85
2.007	26.133.913	1.865.568	1.348.291	517.277,00	7,14	5,16	1,98

Fonte: IBGE. Elaborada pelo autor.

O leite corresponde a uma produção que se desenvolveu dentro do próprio sistema de produção das propriedades na região, a partir das condições do mercado que passaram a ser favoráveis à sua comercialização.

O gráfico da figura 20 mostra que no período de julho de 2007 a fevereiro de 2009, a receita da atividade esteve acima dos custos totais de produção em apenas dois meses, sendo que também em apenas 2 meses esteve a baixo dos custos variáveis. A partir de setembro de 2008 os preços se aproximaram rapidamente dos custos variáveis de produção.

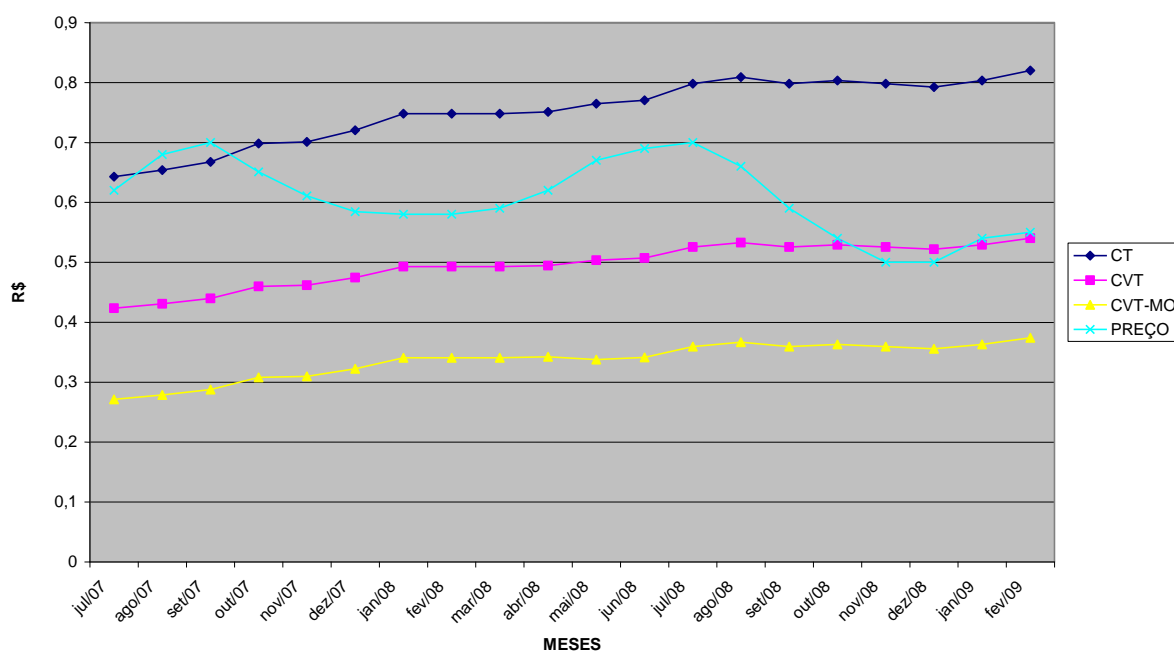


Figura 20: Preço e Custos de Produção de Leite em Reais – Julho 2007 a Março 2009

Fonte: CONSELEITE, Elaborado Pelo Autor

Para concluir, pode-se afirmar que a produção de leite, vem substituindo o papel exercido no passado pela suinocultura, na dinamização da agricultura familiar regional. Embora em outros patamares, têm apresentado semelhanças até o momento as duas primeiras fases da suinocultura descritas no capítulo 3 desse trabalho. Houve um período inicial em que o leite era apenas um produto que complementava a renda. No momento atual é o principal produto com valor comercial, sendo a característica principal com a fase 3 da suinocultura o processo de diferenciação de preço.

5.2.3 Outros sistemas e produções

Para além do sistema de policultura associada à produção de leite, uma série de outros sistemas, embora com capilaridade muito menor, continuou existindo ou se formou na região, após as transformações ocorridas no modelo de produção suinícola. Estes sistemas ou produções, estão relacionados, por um lado, com atividades já existentes, que se reestruturaram ou ampliaram sua produção, como as ligadas ao fumo e aos grãos, por outro lado, a produções e atividades, incentivadas e desenvolvidas por organizações regionais, em respostas à crise, provocada pela reestruturação da produção suinícola.

Entre as produções já existentes e que se reestruturaram ou ampliaram, as de grãos e a de fumo se destacam como indicado no capítulo 4. A produção de grãos, que compôs os sistemas de produção das propriedades desde os primórdios era a principal fonte de renda em muitas unidades. Especial realce merece ser dado a três produtos: milho, feijão e soja.

Na produção de milho, as práticas de cultivo evoluíram de acordo com a necessidade de ampliação da quantidade produzida, vinculada principalmente ao aumento da produção de suínos. Inicialmente a cultura era realizada nas terras recém desmatadas, chamadas de “coivaras”, com sementes “crioulas” reproduzidas pelos próprios agricultores, sem a utilização de adubos, “venenos” ou outros cuidados culturais. Geralmente, a produção de milho era consorciada com o cultivo do feijão.

O aumento da demanda do produto, integrada à produção de suínos, levou, num primeiro momento ao aumento da área produzida e das instalações necessárias para o seu armazenamento nas propriedades. Num segundo momento, gerou aumento da produtividade, sendo inicialmente incorporadas novas variedades de sementes (híbridas) e, em seguida, a utilização de adubos químicos. Num terceiro momento, veio a utilização de maquinários (tratores e ceifadeiras) onde a declividade do solo permitia, bem como a utilização de herbicidas e de controles de sementes, diminuindo a necessidade de mão-de-obra no cultivo.

Nesta última fase, a produção de milho para a comercialização se concentra nas propriedades maiores e com solos planos que permitem a mecanização, desvinculando-se rapidamente do sistema de produção de suínos. Apesar dessa concentração nas propriedades maiores, nas demais propriedades, o milho continua sendo produzido, porém, para a utilização como insumo interno, ganhando espaço o cultivo para transformação em “silagem”, utilizado no trato dos animais, principalmente na produção de leite.

As mudanças tecnológicas, combinadas com a expansão da fronteira agrícola na região Centro Oeste do país, inviabilizaram a produção consorciada do milho e da soja em pequena escala com destino ao mercado. Isso fez com que estes dois produtos se tornassem viáveis apenas nas propriedades familiares de maior extensão e com terras mais planas e mecanizáveis. Nas demais propriedades ambos os cultivos se viram inviabilizados, pelo menos enquanto produtos representando a principal fonte de renda. Já a produção de feijão, por sua dificuldade de mecanização, principalmente na colheita, e pela necessidade intensa de mão-de-obra nesta fase, continuou sendo uma atividade complementar em milhares de propriedades. Em algumas regiões em que o clima favorece, esta atividade é a principal fonte de renda de muitas famílias.

O cultivo do fumo, plantado desde o período da colonização, tornado marginal com o crescimento da suinocultura, transformou-se em prática viável para milhares de propriedades, principalmente as mais afetadas negativamente nessa nova fase. Por suas características de alta utilização de mão-de-obra em pequenas áreas de terra, esse cultivo possibilitou uma renda anual para milhares de famílias alijadas da produção suinícola em virtude das transformações nesta observada. Nas palavras de um agricultor entrevistado, “*o fumo é o que dá mais renda em pouca terra*”.

A tabela 16 mostra a distribuição do número de propriedades por extrato de área, possibilitando conhecer a concentração em termos fundiários as famílias produtoras de fumo na região Sul do Brasil. É perceptível a concentração da produção de fumo entre os produtores menores: as áreas com até 30 hectares somam 94,4% dos produtores.

Tabela 16: Distribuição Fundiária das Famílias Produtoras de Fumo na Região Sul - 2005

Estratos de área	Famílias	%
Arrendatários e Parceiros	39.350	20,4
Até 10 hectares	70.230	36,3
De 10 a 20 hectares	51.840	26,8
De 20 a 30 hectares	21.162	10,9
De 30 a 50 hectares	8.044	4,2
Mais de 50 hectares	2.684	1,4

Fonte: AFUBRA, Extraído de DESER (2007)

Esta importância da fumicultura para a agricultura familiar deveu-se, principalmente, à alta utilização de mão-de-obra, a pouca necessidade de área de terra, financiamento dos investimentos e custos pela agroindústria e, ao rápido retorno financeiro, realizado em período

inferior a um ano após o início das atividades. Famílias excluídas da suinocultura e sem possibilidades para a produção de grãos por motivos de viabilidade, com pouca terra e dotadas de mão-de-obra numerosa, encontraram na fomicultura uma espécie de “tábua de salvação” imediata.

Entre as novas produções e atividades que foram incentivadas, na busca de alternativas de produção que viabilizassem as propriedades agrícolas que sofriam com o processo de exclusão da suinocultura, estão: a produção orgânica e agroecológica, a agroindustrialização, o associativismo, a horticultura e a fruticultura. Essas iniciativas tiveram três origens distintas: a) movimentos sociais e Organizações Não Governamentais – ONG’s; b) poderes públicos; c) empresas privadas e cooperativas. Apresentam-se a seguir as principais iniciativas tomadas em cada setor e os principais desdobramentos sobre os sistemas de produção da agricultura familiar regional.

As iniciativas dos movimentos sociais se concentraram em ações que visavam dar concretude à crítica ao modelo capitalista de exclusão e representassem o exercício de um novo modelo de organização econômica e social. No campo tecnológico, essas iniciativas priorizaram as formas de produção orgânica e ecológica. Na organização da produção, a ênfase incidiu na organização de grupos de produção, associações e cooperativas, em suas diferentes formas (produção, comercialização, crédito e consumo), visa principalmente a agroindustrialização e a comercialização. Na comercialização, a frente principal foram as formas associativas e cooperativas, principalmente através da organização de feiras livres.

A produção agroecológica e orgânica levou muitos agricultores a realizar experiências e buscar a conversão das propriedades a este modelo produtivo. Apesar do grande apelo social exercido por essa atividade, vários obstáculos foram enfrentados pelos que buscaram trilhar este caminho: o longo tempo à reconversão de sistema, elevando o custo deste processo; a falta de assessoria e de pesquisa para contribuir na solução dos problemas que surgiram; problemas ligados ao acesso ao mercado, que é pequeno e restrito na região, e onde há concorrência de forma igualitária com os produtos convencionais, faz com que esta forma de produção fique restrita a alguns nichos de mercado; a maioria das atividades orgânicas e agroecológicas da região firmaram-se na horticultura e fruticultura, tendo como principal espaço de comercialização as feiras livres.

A organização da cooperação agrícola, por meio de grupos de produção, associações e cooperativas, ganhou espaço como forma de se contrapor ao modelo de integração com a agroindústria. A cooperação buscou como meta final agregar valor à produção através da agroindustrialização e da comercialização, principalmente, por meio de formas alternativas, às

existentes, que envolvem grandes redes de distribuição. Outra área em que essas experiências se desenvolveram foi a da exploração do turismo rural, como forma de comercialização dos produtos agroecológicos e agroindustrializados.

Os poderes públicos na escala estadual e municipal, objetivando oferecer alternativas de renda aos agricultores, também protagonizaram diferentes tipos de iniciativas. Entre essas figuraram diferentes formas organizativas, condomínios, agroindústrias, feiras, e elaboração de projetos de desenvolvimento local e microrregional, entre outras. Essas iniciativas, em seu caráter econômico, pouco se diferenciaram das iniciativas dos movimentos sociais, estando a sua diferença maior centrada no caráter político, na visão técnica e nas redes sociais e de mercado às quais as mesmas estão ligadas.

As iniciativas empresariais estiveram relacionadas a projetos industriais, principalmente do incentivo à fruticultura (produção de sucos) ou da implantação de novas culturas (seda, escargot, cogumelo, fécula, entre outras). O maior projeto, entre tais iniciativas, coube às cooperativas, através da Aurora, na implantação da cultura da laranja e na construção da indústria de sucos na cidade de Pinhalzinho. Essas iniciativas, em sua maioria, não tiveram sucesso. Poucas sobrevivem e com abrangência bastante restrita. O exemplo mais claro é o da Aurora que acabou transformando a sua planta de sucos em uma planta de industrialização de leite.

De outra parte uma atividade que ganhou espaço e viabilizou muitas propriedades familiares na região, e que não se encontra entre as iniciativas até aqui descritas, é a bovinocultura de corte. De uma atividade praticamente inexistente na agricultura familiar, a criação de gado bovino de corte ganhou espaço a partir da inviabilização de muitas propriedades, principalmente em regiões mais distantes dos centros urbanos. Da anexação destas propriedades a outras, originaram-se propriedades de tamanho maior, em que a produção mais rentável, pelas condições da área e pela mão-de-obra disponível, foi a de gado de corte

5.3 TRANSFORMAÇÕES NAS RELAÇÕES ENTRE AGROINDÚSTRIA E AGRICULTURA FAMILIAR

As agroindústrias de carnes, durante a década de 1980, intensificaram o processo de integração dos suinocultores e concentram a produção nestes integrados. Com o processo de

integração, os suinocultores envolvidos no sistema passaram a ter algumas vantagens que lhes permitiam garantir um mínimo de renda, mesmo com as crises da suinocultura. Nesses períodos, os demais suinocultores iam abandonando a produção, o que ficou caracterizado na literatura sobre a região como o processo de exclusão de grandes massas de produtores de suínos a partir daquela década.

O processo de integração, para às agroindústrias, representava uma estratégia para organizar a produção de matérias primas para os frigoríficos, de forma a garantir quantidade, regularidade e qualidade do produto ofertado, de acordo com as necessidades dos frigoríficos orientados pelos setores de *marketing*, de olho no mercado consumidor.

A garantia da quantidade e regularidade na produção era um dos primeiros objetivos. A dependência em relação a um “mercado aberto”, como era agido até então, não permitia à agroindústria operar com regularidade, o que consequentemente significava perda em eficiência industrial. A oferta do produto estava concentrada em determinados períodos do ano, em combinação com a safra do milho. Neste sistema, o agricultor praticamente ditava o ritmo da produção, de acordo com o sistema de produção da sua propriedade, geralmente determinado pelo ritmo da natureza na produção dos insumos para alimentação dos suínos. Com a integração, o ritmo de produção passa a ser controlado, e depois determinado, pela agroindústria, passando o planejamento industrial a ser efetuado com maior exatidão e eficiência. No lado do agricultor, o ritmo vai sendo alterado pela necessidade de organizar a propriedade de acordo com o ritmo da agroindústria, e não em função do ciclo natural de seu sistema produtivo.

Melhorar a qualidade da matéria prima era o segundo objetivo da agroindústria com o processo de integração. Vincula-se a isso o investimento na melhoria genética, e também o esforço de padronização no processo do manejo e da alimentação, observados recorrentemente. Isto se torna especialmente possível no sistema de integração, em que o agricultor necessita seguir as respectivas normas, sob pena de ter que parar a produção.

Um terceiro objetivo das agroindústrias, derivado destes dois primeiros, foi o da formação de outro ramo de operação das mesmas, no âmbito empresarial: a implantação da indústria de ração. Isso ocorreu como forma de dar suporte às alterações para garantir quantidade, regularidade e qualidade, para o que foi necessária, além da assistência técnica, a oferta de insumos que complementassem e suprissem as necessidades que as propriedades dos suinocultores não atendiam. Com isto, às agroindústrias, a partir das necessidades criadas por seu sistema industrial, criam a oportunidade e organizam um novo setor, responsável atualmente por grande parte dos lucros dos grupos agroindustriais.

Frente a esses processos desencadeados pelo complexo agroindustrial de carnes, combinado com as alterações tecnológicas, as unidades familiares viram-se forçadas:

- 1) a buscar na integração a sua viabilidade, portanto, submeter-se aos objetivos traçados pela agroindústria;
- 2) buscar novos produtos capazes de gerar renda monetária e em condições de preencher o espaço deixado pelas alterações na produção de suínos em seus sistemas produtivos;
- 3) liberar parte da força de trabalho.

Estes três processos, combinados, enfeixam-se na reestruturação dos sistemas produtivos da agricultura familiar na região, bem como, da própria estrutura fundiária e produtiva do Oeste Catarinense.

5.4 AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO ATUALMENTE: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DOS DADOS DAS ENTREVISTAS

Esta seção apresenta um conjunto de dados sistematizados a partir dos questionários aplicados na pesquisa de campo deste trabalho, a 13 agricultores entrevistados. Estes dados contribuíram para ilustrar muitas das informações e análises apresentadas ao longo deste trabalho.

A tabela 17 apresenta o número total de famílias, bem como, o número total e médio de pessoas residentes nas propriedades das 13 pessoas entrevistadas.

Tabela 17: Número Total de Famílias Por Propriedade

	TOTAL	MÉDIA DE FAMILIAS E PESSOAS POR PROPRIEDADE
Famílias	16	1,23
Pessoas	63	4,85

Fonte: Pesquisa de Campo – Elaborado Pelo Autor

A composição da força de trabalho nas 13 propriedades é de 80,40% da própria família e, 19,60 de terceiros. Quando analisadas as 11 propriedades de agricultores familiares, este percentual é de 94,5% de mão-de-obra familiar e de 5,5% de terceiros. A taxa de sindicalização nestas 13 propriedades é de 36,58%.

Das 13 propriedades, 11 são associadas à pelo menos uma cooperativa, que representa 84,61%. A tabela 18 apresenta a que cooperativas estas propriedades estão ligadas. É grande o peso das cooperativas tradicionais¹⁶ 61,53%, embora as alternativas¹⁷ já alcancem 38,46%, um peso significativo para um movimento surgido na década de 1990. Destaca-se ainda o grande percentual de famílias ligadas aos dois tipos de cooperativas.

Nas 13 propriedades estão estudando 16 pessoas, sendo que 25% cursando o nível superior e 75% o ensino fundamental e médio. Dos que estudam no ensino fundamental e médio, 91,66% tem perspectiva de cursar o nível superior.

Tabela 18: Percentual de Associação a Cooperativas de Acordo Com Categoria

CATEGORIA	% DOS ENTREVISTADOS
Tradicional	61,53
Só tradicional	46,15
Alternativa	38,46
Só alternativa	15,38
TOTAL	84,61

Fonte: Pesquisa de Campo – Elaborado Pelo Autor

A tabela 19 mostra a estrutura fundiária destas 13 propriedades, sendo que 46,15% têm até 10 hectares de terra e outros 30,77% entre 11 e 20 hectares, retratando uma realidade de pequenas propriedades, característica da região Oeste Catarinense.

Tabela 19: Estrutura Fundiária das Por Tamanho de Área

AREA	PROPRIEDADES	%
Até 10 hectares	6	46,15
11 a 20 hectares	4	30,77
21 a 30 hectares	1	7,69
31 a 50 hectares	1	7,69
Mais de 50 hectares	1	7,69
TOTAL	13	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo – Elaborado Pelo Autor

A tabela 20 apresenta a década em que a propriedade foi adquirida. Destaca-se o grande número de propriedades adquiridas nas décadas de 1980 e 1990. A aquisição destas

¹⁶ Cooperativas tradicionais: Cooperativas integrantes do sistema da Organização da Cooperativas do Brasil - OCB

¹⁷ Cooperativas Alternativas: Cooperativas criadas por agricultores familiares não seguindo as normas e nem ligando-se politicamente ao sistema OCB.

propriedades 53,85% é resultado de herança, 23,08% adquirida com recursos próprios, 15,38% com financiamento de programas de crédito fundiário e, 7,69% de assentamentos da reforma agrária.

Tabela 20: Ano de Acesso a Terra

ANO	PROPRIEDADES	%
Década 1950	1	7,69
Década 1960	1	7,69
Década 1970	1	7,69
Década 1980	6	46,15
Década 1990	3	23,08
Década 2000	1	7,69
TOTAL	13	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo – Elaborado Pelo Autor

As residências, conforme mostrados na tabela 21, em sua ampla maioria, são de tamanhos grandes, conforme pode ser observado na tabela 21, 50% dessas casas são de alvenaria, 28% de madeira e as outras mistas. 72% das mesmas foram construídas com recursos próprios, 22% com financiamento público e 6% foram recebidas de herança.

Tabela 21: Tamanho das Residências

M²	PROPRIEDADES	%
até 50	2	11,11
50 a 70	2	11,11
70 a 100	5	27,78
mais de 100	9	50,00
TOTAL	18	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo – Elaborado Pelo Autor

A tabela 22 apresenta que são 39 atividades comerciais desenvolvidas nestas 13 propriedades. Destacam-se as produções de milho, leite, suínos e aves. 26% destas atividades são integradas as agroindústrias.

A tabela 23 mostra que o início destas atividades nas propriedades ocorreu de forma distribuída ao longo dos anos. 38,46% se implantaram até a década de 1970. A década de 1990 apresenta um dado bastante alto, 28,21%, o que pode ser explicado pela busca de alternativas ocorridas nessa década conforme visto na seção anterior deste capítulo.

Tabela 22: Atividades Comerciais Desenvolvidas nas Propriedades

PRODUÇÃO	PROPRIEDADES	%
Suínos	6	15,38
Aves	4	10,26
Leite	8	20,51
Fumo	2	5,13
Milho	10	25,64
Feijão	3	7,69
Soja	1	2,56
Gado de corte	3	7,69
Cana-de-açúcar	1	2,56
Horti-Frutigranjeiros	1	2,56
TOTAL	39	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo – Elaborado Pelo Autor

Tabela 23: Número e Percentual de Atividades Iniciadas por Década

ATÉ A DÉCADA DE 1970	15	38,46
Década de 1980	8	20,51
Década de 1990	11	28,21
Década de 2000	5	12,82
TOTAL	39	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo – Elaborado Pelo Autor

A tabela 24 apresenta a origem dos insumos utilizados nas propriedades. Percebe-se o alto percentual de insumos ainda produzidos nas propriedades, superior a 54%. 15% das atividades realizadas estão integradas no sistema de parceria de suínos e aves, os mesmos recebem todos os insumos das agroindústrias, representando este número pouco mais de 50% do total das atividades integradas.

Tabela 24: Origem dos Insumos Utilizados - %

DESCRIÇÃO	%
Propriedade	54,17
Comprada	45,83
Fornecida Empresa (Integração de Parceria)	15,00

Fonte: Pesquisa de Campo – Elaborado Pelo Autor

A tabela 25 mostra o comportamento destas 13 propriedades em relação às principais atividades. A segunda coluna apresenta a quantidade de propriedades que já atuaram em cada

atividade. A terceira coluna as propriedades que continuam realizando esta atividade produtiva. As três últimas colunas apresentam o percentual de saída de cada atividade em cada uma das últimas 3 décadas. É importante destacar a saída em massa da produção de soja na década de 1980, do feijão e fumo na década de 1990 e da suinocultura durante as duas décadas. Na atual década fumo e aves apresentaram propriedades em que estas atividades deixaram de serem realizadas.

Tabela 25: Trajetória das Propriedades em Relação às Principais Atividades

ATIVIDADE	PROPRIEDADES	CONTINUA NA ATIVIDADE	%	DÉCADA QUE SAIU		
				1980	1990	2000
Feijão	10	3	30,00		70,00	
Soja	11	1	9,09	81,82	9,09	
Suínos	12	6	50,00	25,00	25,00	
Fumo	5	2	40,00		40,00	20,00
Leite	10	8	80,00		20,00	
Aves	5	4	80,00			20,00

Fonte: Pesquisa de Campo – Elaborado Pelo Autor

A tabela 26 mostra os motivos para a entrada e continuidade da atividade na propriedade, destacando-se a oportunidade de renda, a tradição da família e a viabilização de renda mensal.

Tabela 26: Motivações Para a Entrada na Produção

MOTIVO	Nº PROPRIEDADES	%
Oportunidade de Renda	10	25,00
Tradição de família	8	20,00
Renda mensal	7	17,50
Crise na suinocultura	3	7,50
Ocupar mão-de-obra	3	7,50
Produção de Insumo	3	7,50
Renda em pouca área	3	7,50
Outros	3	7,50
Total Respostas	40	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo – Elaborado Pelo Autor

Já a tabela 27 mostra os motivos por que algumas atividades deixaram de ser exploradas nestas 13 propriedades. Da mesma forma, que nos motivos para iniciar a atividade,

a renda vem em primeiro lugar no número de resposta, seguida pela questão de atividades em que os custos são superiores às receitas. A falta de mão-de-obra se apresenta em 13,79% das respostas dadas, mostrando um problema que recentemente vem se manifestando na agricultura familiar da região.

Tabela 27: Motivos Para Abandono das Atividades

MOTIVO	Nº PROPRIEDADES	%
Renda baixa	8	27,59
Dava prejuízo (crise)	7	24,14
Faltou mão-de-obra	4	13,79
Muito investimento e mudanças	3	10,34
Muito Trabalho	3	10,34
Outros	4	13,79
Total de Respostas	29	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo – Elaborado Pelo Autor

A tabela 28 apresenta o percentual de renda de acordo com a sua origem para as 11 propriedades entrevistadas da agricultura familiar. Destaca-se que a renda agrícola representa apenas 62,76% da renda destas propriedades, sendo que as atividades não agrícolas com 14,42% e a Previdência Social com 10,23% assumem papel determinante na composição da renda destas famílias. As atividades de produção para o auto consumo também demonstram uma parcela importante na composição da renda, sendo na média superior que a participação da Previdência Social. Quando calculada a participação das atividades não agrícolas na composição da renda apenas das propriedades em que elas se fazem presentes, estas representam um quarto da renda destas famílias. Já a aposentadoria passa a representar mais de 16%. A renda média das 11 propriedades entrevistadas é de R\$ 1.405,00 por pessoa economicamente ativa. Sendo que a menor é de R\$ 589,79 e a maior de R\$ 2.074,71. É importante destacar que a renda foi calculada de acordo com a lógica dos agricultores. Geralmente, os mesmos não consideram a depreciação e o custo de oportunidade do capital nas respostas. A renda do auto consumo varia de 7,3% a 29% sendo a média, conforme mostrado na tabela 28 de 12,59%

Tabela 28: Renda Média das 11 Propriedades de Agricultores Familiares Entrevistados

ORIGEM	PROPRIEDADES	% SOBRE O TOTAL	% SOBRE A RENDA DAS PROPRIEDADES QUE TEM NESTA ATIVIDADE FONTE DE RENDA
Agrícola	11	62,76	62,76
Aposentadoria	7	10,23	16,09
Não agrícolas	7	14,42	24,52
Auto-consumo	11	12,59	12,59

Fonte: Pesquisa de Campo – Elaborado Pelo Autor

*

* *

O conjunto de dados apresentados nesta seção demonstra o quanto é dinâmica a agricultura familiar da região. Os dados das tabelas 23 e 25 mostram esta dinâmica no tempo, como novas atividades vão sendo incorporadas e outras sendo deixadas de lado. Comprovando o que foi dito ao longo deste capítulo sobre a dinâmica dos sistemas de produção da agricultura familiar regional.

A renda das famílias apresentada na tabela 28 mostra o peso que vem sendo assumido pelas atividades não agrícolas na composição da renda das propriedades. Chama atenção também o peso que tem a aposentadoria e a produção utilizada para o auto consumo.

Outro dado importante refere-se a origem dos insumos utilizados, apresentado na tabela 24, nota-se que segundo os entrevistados 54,17% dos insumos utilizados na produção são oriundos da própria propriedade. Isso representa a existência de uma internalização da produção ainda bastante grande às propriedades.

Enfim, a produção de auto consumo apresenta um percentual grande quando computada na composição da renda da propriedade. É importante destacar que parece não se confirmar a crítica muitas vezes feita de que a agricultura familiar vem perdendo esta característica. O que foi possível perceber nas entrevistas é que a mesma continua existindo e com uma importância significativa para as famílias. O que está ocorrendo é uma adequação bastante grande as atividades comerciais desenvolvidas na propriedade. Ou seja, a produção de subsistência está diretamente ligada a culturas e produtos que se combinam facilmente as principais atividades que compõe o sistema de produção das propriedades, sendo os demais itens adquiridos no mercado.

5.5 RESUMO E CONCLUSÕES

Diante do exposto ao longo deste capítulo, conclui-se que a passagem da produção suinícola descentralizada em milhares de propriedades, para uma estrutura de produção concentrada e integrada às agroindústrias de carnes, provocou os seguintes impactos sobre os sistemas produtivos das pequenas propriedades da região:

- (i) inviabilização dos sistemas produtivos de milhares de propriedades familiares, que se viram excluídas da produção comercial de suínos, sendo obrigadas a buscar saídas para a sobrevivência no meio rural. Estas famílias, com seus sistemas de produção inviabilizados, percorreram diferentes trajetórias. De forma resumida, viram-se frente às seguintes opções:
 - (a) busca de novos produtos com valor comercial, capazes de gerar renda para a sustentação da família, criando-se novas combinações de plantações e criações de animais, desenvolvendo-se, portanto, novos sistemas de produção nessas propriedades;
 - (b) permanecerem nos sistemas tradicionais, empobrecendo rapidamente e vivendo praticamente em sistemas de subsistência, em muitos casos à espera da aposentadoria;
 - (c) desfazerem-se do patrimônio restante e migrarem para as cidades polos da região (Chapecó, Concórdia, Joaçaba, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Seara, São Lourenço) ou mesmo para grandes centros urbanos fora da região (Norte Catarinense e Vale do Itajaí, Vale dos Sinos – RS);
 - (d) saírem em massa, os jovens, para cidades da região e, principalmente, para grandes centros urbanos fora do Oeste Catarinense, destacando-se São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Joinville. Ficaram nas propriedades as pessoas de mais idade, para quem a facilidade para sair e encontrar empregos era menor. A saída dos mais jovens foi adotada tanto pelas propriedades que construíram novos sistemas de produção quanto nas que permaneceram nos sistemas tradicionais e à espera da aposentadoria. A diferença principal está no fato que, nas primeiras, existe, ou tem-se a expectativa de existir um sucessor que continuará na atividade. Já nas segundas, inexistem sucessores. Muitas dessas propriedades têm sido vendidas após a aposentadoria de seus proprietários, sendo geralmente anexadas a outras propriedades vizinhas, com seus antigos donos indo residir em vilas e cidades próximas, no próprio município ou região.
- (ii) continua especialização dos que entraram na integração à agroindústria, sendo que, nesta trajetória, cada vez mais, o controle do processo produtivo foi sendo dominado pelo setor agroindustrial. Concomitantemente ao crescimento da integração na suinocultura à agroindústria, ocorreu aumento de sua desintegração do sistema de produção da propriedade.

Este caminho levou ao término do período caracterizado pela policultura subordinado à suinocultura, com a implantação do sistema de parceria. Para os agricultores que entraram no processo de integração à agroindústria, a formação de novos sistemas de produção nas suas propriedades foi menos traumático do que para os que foram excluídos no princípio do processo. O rompimento, nessas propriedades, não ocorreu de forma repentina e abrupta, acontecendo o desenvolvimento das novas alternativas antes do abandono da produção de suínos. A saída da produção de suínos decorreu do esgotamento da viabilidade da ampliação da mesma, representando uma espécie de opção forçada pela ampliação dos novos sistemas gerados na propriedade, geralmente em torno da produção de leite. Para os que permaneceram o que geralmente ocorreu foi também a formação de um novo sistema de produção, com outro tipo de composição, do qual a suinocultura continua sendo parte.

iii) mecanização e tecnificação da produção de grãos. Conforme visto no capítulo IV, tendo em vista as características esse processo concentrou-se nas propriedades com maior área de terra e com terras mais planas. Nesse processo, milhares de pequenas propriedades que sobreviviam precariamente na produção de grãos até os anos de 1970, foram rapidamente inviabilizadas. Essas propriedades foram anexadas por propriedades vizinhas ou principalmente, migraram para a produção de fumo, pelo menos em um primeiro momento, até achar uma nova opção de viabilização de sua reprodução, encontrada geralmente na produção de leite.

iv) desenvolvimento de um novo sistema de produção, na maioria das pequenas propriedades, articulado à produção de leite. Este sistema desenvolveu-se de forma ampla nos diferentes tipos de estratos de produtores com diferentes motivações para a entrada em tal produção. Para os excluídos da produção de suínos, esta foi uma das poucas opções de reprodução na agricultura e para os que foram integrados às agroindústria, tornando-se uma alternativa de renda, compensando a perda advinda da suinocultura, para os que permaneceram na produção de grãos tornou-se uma fonte de renda mensal.

v) desencadeamento de uma série de iniciativas entre os movimentos sociais e os órgãos públicos, buscando construir alternativas de desenvolvimento local e regional. Várias foram as iniciativas tomadas, como o Fórum Regional de Desenvolvimento Integrado – FDRI da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense – AMOSC, o Projeto DESENVOLVER, coordenado na região pela Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – APACO, entre outras centenas de iniciativas. Estas iniciativas geraram experiências exitosas na geração de alternativas de reprodução da agricultura familiar, destacando-se como

exemplos: a indústria de lácteos, Terra Viva da Cooper Oeste¹⁸; a rede de agroindústrias familiares existente na região, cuja expressão maior é a Unidade Central das Agroindústrias Familiares – UCAF; as dezenas de feiras existente em praticamente todos os municípios; as inúmeras iniciativas de produção agroecológica e orgânica; a vasta rede de Cooperativas da Agricultura Familiar, Associações e Grupos de Produção. Para além, das milhares de famílias que se viabilizaram e estão se viabilizando economicamente através dessas iniciativas, elas representam a formação de capacidade social e institucional bastante significativo na região. Ou seja, a organização social, econômica e política que estas iniciativas geraram, desdobram-se também, em fortalecimento das instituições públicas por meio de seus diferentes instrumentos como os diversos conselhos. Representam a criação de capacidades institucionais e culturais na região, sendo atributos para a coordenação e implantação de processos de desenvolvimento local endógenos, conforme as idéias defendidas por Barquero (2001) e Boisier (1996).

¹⁸ Cooperativa dos assentados da reforma agrária.

VI AGROINDÚSTRIA E AGRICULTURA FAMILIAR: TRÊS DÉCADAS DE MUDANÇAS COM REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este capítulo tem como objetivo propor uma aproximação entre a ruptura provocada pela consolidação do sistema de integração da suinocultura à agroindústria com a trajetória de desenvolvimento econômico e social da região Oeste Catarinense.

Estrutura-se em cinco seções, que em seu conjunto aborda os desdobramentos das mudanças produtivas do sistema agroindustrial e da agricultura familiar sobre o desenvolvimento regional. A primeira seção trata do processo migratório desencadeado pela crise provocado nos sistemas de produção da agricultura familiar; a segunda analisa, comparativamente ao Estado de Santa Catarina, o movimento econômico regional; a terceira seção aborda as principais políticas públicas com impacto na região; por fim, na quinta seção, apresenta-se a evolução, durante a década de 1990, dos principais indicadores sociais.

O processo de crise da agricultura familiar, desencadeada pela integração da suinocultura à agroindústria, e a intensa concentração e centralização agroindustrial, foram elementos centrais no intenso processo migratório que assolou toda a região Oeste Catarinense. Este processo de migração levou a uma drástica diminuição da população rural, em grande número dos pequenos municípios e provocou uma rápida diminuição do movimento econômico destas localidades, tendo como consequência a diminuição de oportunidades para a permanência da população, o que intensificou ainda mais a migração, desencadeando uma onda de causação circular negativa, ao estilo de Myrdal (1957).

O movimento econômico¹⁹ da região, quando analisado comparativamente ao desempenho da economia catarinense, sofreu uma queda significativa. Esta queda foi provocada pela diminuição do crescimento econômico regional, advinda da perda de dinamismo, ligada à desestruturação do sistema de produção agrícola familiar.

As políticas públicas, principalmente, a previdência social, o PRONAF, a universalização do acesso a educação e as iniciativas tomadas pelos poderes públicos locais amenizaram o impacto negativo da reestruturação produtiva desencadeada a partir das estratégias das grandes agroindústrias.

¹⁹ O movimento econômico dos municípios catarinenses é calculado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, sendo a referência para a transferência do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Conforme veremos a seguir os indicadores sociais da região tiveram melhora significativa a partir da década de 1990, tanto em valores absolutos como em relação à média estadual. Em situação aparentemente contraditória com os dados do desempenho econômico da região, esses indicadores podem ser minimamente justificados pelos seus valores baixos até a década de 1970. Contribuiu também para estes resultados o intenso processo de urbanização ocorrido nesse período, que possibilitou a melhora do acesso a bens e serviços. Acrescenta-se que a perda de população, relativamente ao total do estado, acaba afetando positivamente a base de cálculo destes indicadores.

6.1 O PROCESSO MIGRATÓRIO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

A região Oeste Catarinense viveu um intenso processo de perda de população, relativamente às demais regiões do Estado, a partir da década de 1980. Os dados da tabela 29 mostram a evolução da população em nível nacional, estadual, da região Oeste Catarinense e das cinco microrregiões que a compõem.

Tabela 29: População Total: Brasil, Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões

	1980	1991	1996	2000	2007
Brasil	121.150.573	145.657.806	157.070.163	168.450.492	183.987.291
Santa Catarina	3.628.292	4.504.103	4.875.244	5.319.120	5.866.252
Oeste Catarinense	931.230	1.038.146	1.077.901	1.105.019	1.152.766
S. Miguel d'Oeste	181.003	184.616	178.819	169.934	171.716
Chapecó	300.565	336.810	352.726	358.855	385.043
Xanxerê	117.769	127.499d	137.104	139.620	145.691
Joaçaba	215.746	259.712	281.180	300.812	310.347
Concórdia	116.147	129.509	128.072	135.798	139.969

Fonte: Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e, Contagem da População 1996, 1997– IBGE. Elaborado Pelo Autor.

Já a tabela 30 exhibe a participação da população do Estado em relação ao país e a da região em relação ao Estado. Confirma-se o decrescimento da população da região quando comparada ao Estado. Houve de fato, uma perda de 6,01 pontos percentuais de 1980 a 2007. Tendo a perda maior ocorrido na microrregião de São Miguel do Oeste, que passou de 4,99% da população residente estadual, em 1980, para 2,93% em 2007, perda de 2,06 pontos

percentuais. Na microrregião de Joaçaba, a perda foi menos significativa, passando de 5,95%, em 1980, para 5,29% em 2007, um declínio de 0,34 pontos percentuais. Ressalta-se que ao longo desses 27 anos a microrregião de São Miguel do Oeste teve diminuição absoluta de população, da ordem de 9.287 pessoas residentes.

Tabela Nº 30: Participação Relativa da População do Estado de Santa Catarina na População Nacional e da População da Região Oeste em Relação na População Estadual – %

	1980	1991	1996	2000	2007
Participação de SC na população Brasileira	2,99	3,09	3,10	3,16	3,19
Participação da região Oeste na população de SC	25,67	23,05	22,11	20,77	19,65
Participação da microrregião de São Miguel do Oeste na população de SC	4,99	4,10	3,67	3,19	2,93
Participação da microrregião de Chapecó na população de SC	8,28	7,48	7,24	6,75	6,56
Participação da microrregião de Xanxerê na população de SC	3,25	2,83	2,81	2,62	2,48
Participação da microrregião de Joaçaba na população de SC	5,95	5,77	5,77	5,66	5,29
Participação da microrregião de Concórdia na população de SC	3,20	2,88	2,63	2,55	2,39

Fonte: Censo Demográfico 1980,1991, 2000 e, Contagem da População 1996, 1997 -IBGE, Elaborado Pelo Autor.

A tabela 31 mostra que as taxas de crescimento anuais da população total da região Oeste Catarinense ficaram abaixo da metade das taxas de crescimento da população estadual ao longo do período. Na microrregião de São Miguel do Oeste, durante toda a década de 1990 estas taxas foram negativas, e nos demais períodos, praticamente nulas.

Nestas duas tabelas, sobre o desempenho da população da região Oeste Catarinense, no período de 1980 a 2007, é possível perceber diferentes dinâmicas de comportamento sobre o crescimento populacional dentro da própria região. A microrregião de São Miguel do Oeste foi a que teve as menores taxas de crescimento em todo o período, sendo a única com decréscimo da população absoluta ao longo dos 27 anos analisados.

A microrregião de Concórdia também apresentou um período de decréscimo a população absoluta na primeira metade da década de 1990, recuperando-se no final da mesma década. As microrregiões de Chapecó e Xanxerê apresentaram taxas idênticas ao longo de todo o período, mas com variações diferenciadas entre os distintos levantamentos. Já a microrregião de Joaçaba revelou um comportamento totalmente distinto, apresentando taxas de crescimento

muito próximas da média nacional, com diferença significativa apenas no período de 2000 a 2007.

Tabela 31: Taxa de Crescimento Anual da População - Brasil, Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões

	1980 a 1991	1991 a 1996	1996 a 2000	2000 a 2007	1980 a 2007
Brasil	1,69	1,52	1,76	1,27	1,22
Santa Catarina	1,99	1,60	2,20	1,41	1,43
Oeste Catarinense – SC	0,99	0,75	0,62	0,61	0,64
São Miguel do Oeste – SC	0,18	-0,64	-1,27	0,15	(0,23)
Chapecó – SC	1,04	0,93	0,43	1,01	0,66
Xanxerê – SC	0,72	1,46	0,46	0,61	0,63
Joaçaba – SC	1,70	1,60	1,70	0,45	1,24
Concórdia – SC	0,99	-0,22	1,48	0,43	0,58

Fonte: Censo Demográfico 1980,1991, 2000 e, Contagem da População 1996, 1997 -IBGE, Elaborado Pelo Autor.

Quando analisados os dados da tabela 32, que apresenta as taxas de crescimento anuais, nos períodos, para a população urbana percebe-se que a diminuição relativa da população da região não ocorreu na população urbana. Pelo contrário, esta cresceu a taxas maiores que ao nível estadual e nacional, com exceção da microrregião de São Miguel do Oeste. Isso reflete o fato que o movimento de urbanização foi intenso em todo o período. As maiores taxas se referem as microrregiões de Concórdia e Chapecó, sendo a primeira, a sede da Sadia e da Seara, a segunda, apresentando-se como espaço de instalação de três das grandes agroindústrias da região.

A tabela 33 traz as taxas médias de crescimento da população rural no período de 1980 a 2000, fechando o quadro demonstrativo de migração da população rural para os centros urbanos da região e para fora dela. Mostra-se ter sido mais forte o êxodo rural nas microrregiões de Chapecó e Concórdia, seguidas pela microrregião de São Miguel do Oeste. As microrregiões de Xanxerê e Joaçaba se aproximaram mais das médias estaduais, tendo apresentado taxas menores que as demais microrregiões, mesmo assim, superiores à média estadual.

Tabela 32: Taxas Anuais de Crescimento da População Urbana - Brasil, Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões

	1980 a 1991	1991 a 1996	1996 a 2000	1980 a 2000
Brasil	2,72	2,24	2,71	2,60
Santa Catarina	3,62	2,28	4,14	3,38
Oeste Catarinense - SC	4,08	2,78	3,57	3,65
São Miguel do Oeste - SC	2,34	2,55	2,10	2,35
Chapecó – SC	4,35	3,43	3,43	3,94
Xanxerê – SC	4,08	2,87	3,13	3,59
Joaçaba – SC	4,00	2,50	3,74	3,57
Concórdia – SC	6,00	1,77	5,73	4,87

Fonte: Censo Demográfico 1980,1991, 2000 e, Contagem da População 1996, 1997 -IBGE, Elaborado Pelo Autor.

Os dados da tabela 33 mostram que a dinâmica de saída da população rural foi mais intensa no início do período. Durante a década de 1980, foi intensa nas microrregiões onde estão instaladas as principais agroindústrias da região - Chapecó, Concórdia, Joaçaba e Xanxerê - posteriormente se intensificando na microrregião de São Miguel do Oeste. Esta diferença de período, também indica uma diferença de destino: as migrações nas primeiras quatro regiões tiveram como característica central a saída para as cidades polos da região e as novas fronteiras agrícolas, nas regiões Centro Oeste e Norte do país. Já os fluxos da microrregião de São Miguel do Oeste se destinaram, em grande parte, para grandes metrópoles de fora da região.

Tabela 33: Taxas de Crescimento da População Rural - Brasil, Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões

	1980a 1991	1991 a 1996	1996 a 2000	1980 a 2000
Brasil	(0,88)	(0,87)	(1,91)	(1,08)
Santa Catarina	(1,01)	(0,13)	(3,71)	(1,34)
Oeste Catarinense	(1,34)	(1,54)	(3,60)	(1,84)
São Miguel do Oeste	(0,82)	(2,60)	(3,91)	(1,89)
Chapecó	(1,40)	(1,94)	(4,08)	(2,08)
Xanxerê	(1,77)	(0,10)	(3,12)	(1,63)
Joaçaba	(1,44)	(0,20)	(3,18)	(1,48)
Concórdia	(1,52)	(1,89)	(3,04)	(1,92)

Fonte: Censo Demográfico 1980,1991, 2000 e, Contagem da População 1996, 1997 -IBGE, Elaborado Pelo Autor.

A participação relativa da população rural da região em relação à população rural do Estado também decresceu ao longo dessas três décadas, sendo o decréscimo semelhante nas diversas microrregiões, o que é indicado na tabela 34. Mesmo assim, esta ainda é a região com maior percentual de população vivendo na área rural no Estado de Santa Catarina.

Tabela 34: Participação Relativa da População Rural do Oeste Catarinense em Relação o Estado de Santa Catarina e do Estado em Relação ao País - %.

	<i>1980</i>	<i>1991</i>	<i>1996</i>	<i>2000</i>
Participação da população rural de SC em relação a população rural do país	3,77	3,71	3,85	3,58
Participação da população rural do Oeste Catarinense em relação a população rural de SC	40,09	38,63	35,98	36,14
Participação da população rural da microrregião de São Miguel do Oeste em relação a população rural de SC	8,82	9,00	7,94	7,88
Participação da população rural da microrregião de Chapecó em relação a população rural de SC	13,13	12,57	11,47	11,29
Participação da população rural da microrregião de Xanxerê em relação a população rural de SC	5,14	4,71	4,72	4,84
Participação da população rural da microrregião de Joaçaba em relação a população rural de SC	7,15	6,81	6,79	6,94
Participação da população rural da microrregião de Concórdia em relação a população rural de SC	5,86	5,53	5,06	5,20

Fonte: Censo Demográfico 1980,1991, 2000 e, Contagem da População 1996, 1997 -IBGE, Elaborado Pelo Autor.

O trabalho de Mattei e Alves (2006) mostra a continuidade deste processo de saída da população da região Oeste Catarinense durante a década de 2000. Os dados apresentados na tabela 35 corroboram com os resultados apontados neste trabalho e com continuidade da dinâmica migratória demonstrada anteriormente em nível da região, embora com uma intensidade menor. Os resultados por microrregiões apresentam uma mudança da dinâmica entre o final da década de 1990 e a primeira metade da década de 2000. A microrregião de São Miguel do Oeste continua perdendo população, só que num ritmo bem menor, e a microrregião de Chapecó inverteu o processo, passando de um saldo negativo de mais de dez mil por ano para um saldo positivo. A microrregião de Xanxerê continua com o mesmo ritmo, e nas microrregiões de Concórdia e Joaçaba os saldos se inverteram, passando de positivo para negativo, com uma intensidade bastante forte na microrregião de Joaçaba. Este resultado da microrregião de Joaçaba inverte a trajetória histórica de duas décadas apresentada anteriormente por esta microrregião.

Tabela 35: População Total, Saldo Natural e Saldo Migratório: Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões (1996, 2000 e 2007)

	Pop. Total 1996	Pop. Total 2000	S. 1996 2000	Saldo Nat.	Saldo Migr.	Pop. Total 2007	S. 2000 /2007	Saldo Nat.	Saldo Migr.
Região Oeste Catarinense	1.077.901	1.105.019	27.118	46.920	-19.802	1.152.766	47.747	69.530	-21.783
Microrregião São Miguel do Oeste	178.819	169.934	-8.885	5.633	-14.518	171.716	1.782	8.450	-6.668
Microrregião Chapecó	352.726	358.855	6.129	16.156	-10.027	385.043	26.188	22.620	3.568
Microrregião Xanxerê	137.104	139.620	2.516	7.222	-4.706	145.691	6.071	10.394	-4.323
Microrregião Joaçaba	281.180	300.812	19.632	13.573	6.059	310.347	9.535	21.376	-11.841
Microrregião Concórdia	128.072	135.798	7.726	4.336	3.390	139.969	4.171	6.690	-2.519

Fonte: Dados IBGE e DATASUS, Elaborado Pelo Autor.

A partir dos dados apresentados nas diversas tabelas anteriores é possível apontar para as seguintes conclusões:

(a) o movimento migratório na região ocorreu, principalmente, na área rural e nos pequenos municípios. Este fato pode ser confirmado pelos dados da diminuição da população rural absoluta em toda a região e da população total na maioria dos pequenos municípios. A saída de população da área rural teve primeiramente como destino as cidades polos da região e, posteriormente, outros grandes centros urbanos. Isto explica o fato de a maioria das microrregiões com altas taxas de diminuição da população rural não terem perdas absolutas de população, conforme ocorreu nas microrregiões de Chapecó e Concórdia. Durante as décadas de 1970 e 1980 ocorreram processos migratórios também para novas fronteiras agrícolas, principalmente, o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Pará. Esse processo migratório consolidou-se em uma intensa dinâmica de diminuição da população relativa e de urbanização regional. Seja da população que reside em vilas e pequenas cidades ou em centros maiores, como Chapecó, Concórdia, Xanxerê, São Miguel do Oeste e Joaçaba.

(b) as dinâmicas migratórias foram diferentes entre as microrregiões. Estas diferenças estão diretamente relacionadas às capacidades e às dinâmicas econômicas capazes de gerar oportunidades de trabalho nos polos microrregionais. As regiões nas quais se desenvolveram às agroindústrias que geraram oportunidades de trabalho, e a partir delas desencadearam dinâmicas econômicas mais amplas (como foi o caso da cidade de Chapecó), não tiveram perdas de população em nível absoluto. Já nas microrregiões em que estas dinâmicas foram mais fracas, o processo de esvaziamento populacional foi mais intenso, sendo exemplo o que ocorreu na microrregião de São Miguel do Oeste.

(c) a concentração nos centros urbanos ocorreu nos polos regionais e, também, nas sedes dos municípios. O conjunto dos municípios da região teve sua população rural diminuída em números absolutos ao longo do período, com exceção dos municípios de Presidente Castelo Branco, Pinheiro Preto e Vargeão, que tiveram pequeno crescimento populacional rural. Quanto à população urbana, o comportamento foi o inverso, com apenas 4 municípios perdendo população em termos absolutos de 1980 a 2000. Anchieta, Cordilheira Alta, Ouro Verde e Marema tendo sido os municípios em que a população residente em áreas urbanas decresceu nesse período.

*

* *

Este movimento populacional na região Oeste Catarinense é reflexo do fechamento da fronteira agrícola e das mudanças que estavam em curso nos sistemas produtivos da

agricultura familiar. Mudanças imprimidas pelas agroindústrias, primeiramente em um contexto de modernização da agricultura e, posteriormente, de globalização econômica.

6.2 O MOVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO OESTE CATARINENSE

O movimento econômico da região Oeste Catarinense diminuiu relativamente à média estadual, no período de 1993 a 2005, de acordo com a metodologia e os dados divulgados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina. O gráfico da figura 21 mostra que esta queda ocorreu de forma acentuada durante todo o período analisado. Passou de 18,97% em 1995 para 9,73% em 2005. Uma redução de 9,24 pontos percentuais.

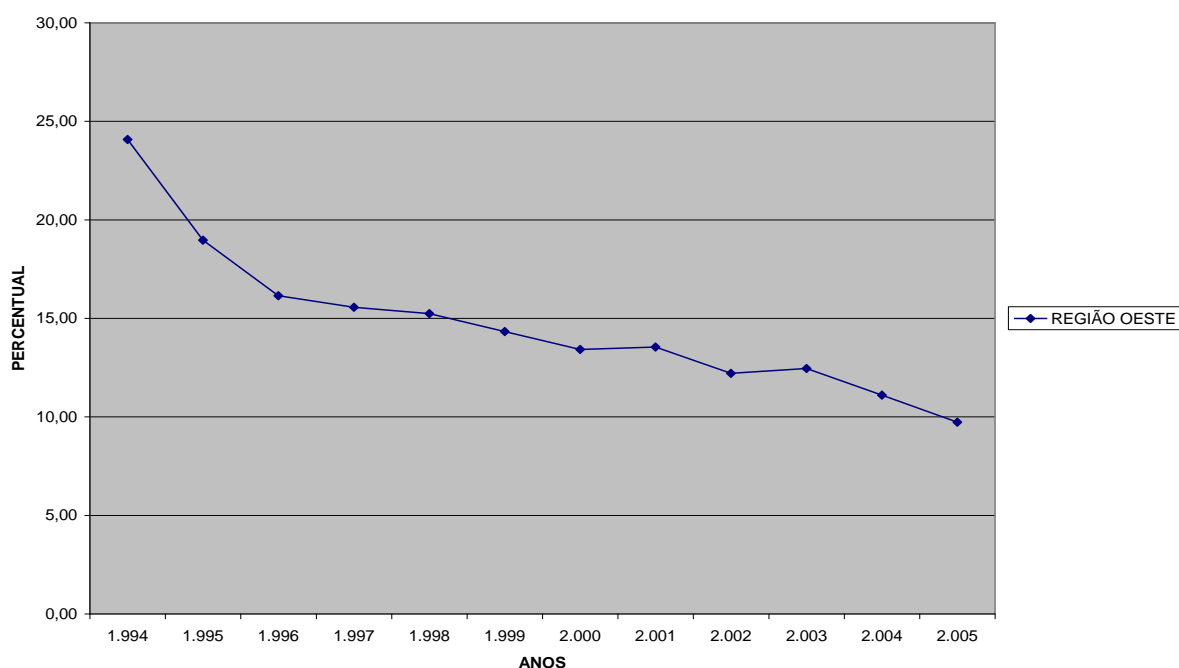


Figura 21: Variação Relativa do Movimento Econômico do Oeste Catarinense em Relação ao Estado de Santa Catarina

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina – Elaborado Pelo Autor

Já em valores absolutos, o movimento econômico da região Oeste mais que dobrou no período de 1999 a 2004, conforme ilustrado pelo gráfico da figura 22. Este crescimento passou a ser significativo a partir de 1999, sendo que, anteriormente, os valores apresentavam um comportamento estável. Este crescimento deve-se muito mais ao movimento econômico geral do Estado de Santa Catarina que cresceu neste período, pois os dados da participação

relativa no total estadual continuam no mesmo ritmo de queda, conforme pode ser visto no gráfico 21.

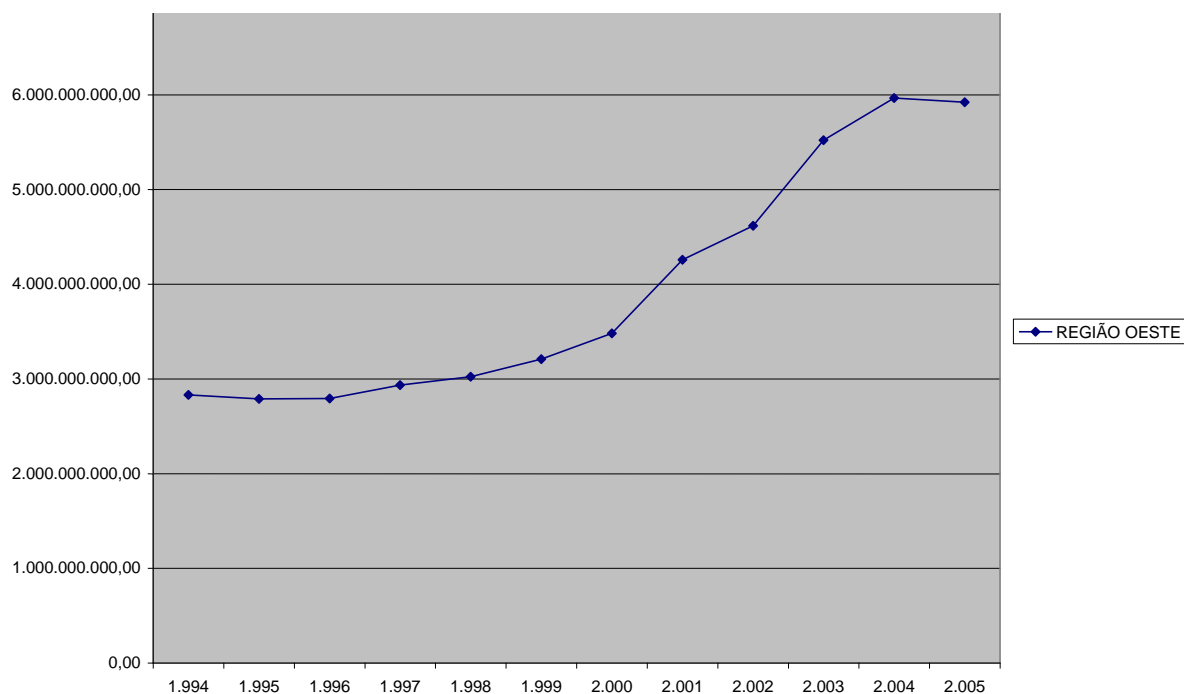


Figura 22: Movimento Econômico do Oeste Catarinense em Reais de 2004, Deflacionado Pelo IPCA.
Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina – Elaborado Pelo Autor

A queda da participação no movimento econômico estadual ocorreu de modo praticamente homogêneo em toda a região. Os dados da tabela 36, sobre a participação das 8 Associações Regionais dos Municípios da Região Oeste Catarinense apontam nesta direção. A exceção, com uma variação menor que a média, foi a região da Associação dos Municípios do Noroeste. Tratando-se esta região de apenas sete municípios dos 117 existentes na região, não pode considerar-se como relevante esta variação pouco abaixo da média.

Tabela 36: Participação Relativa no Movimento Econômico Estadual dos Municípios do Oeste Catarinense em Nível de Associações dos Municípios

ANO	AMOSC	AMARP	AMMOC	AMAUC	AMEOSC	AMAI	AMERIOS	AMN	REGIÃO OESTE
1.994	4,93	4,64	3,26	4,07	2,07	3,34	1,28	0,48	24,07
1.995	4,21	3,54	2,38	3,49	1,62	2,38	0,99	0,35	18,97
1.996	3,43	3,02	2,06	2,98	1,43	2,05	0,79	0,37	16,14
1.997	3,02	3,11	2,17	2,80	1,39	2,03	0,65	0,39	15,56
1.998	3,13	3,03	2,16	2,69	1,21	1,86	0,78	0,38	15,24
1.999	2,71	3,21	2,21	2,38	1,11	1,57	0,78	0,37	14,33
2.000	2,54	2,84	1,97	2,29	1,07	1,67	0,71	0,34	13,42
2.001	2,41	2,52	2,12	2,76	1,08	1,70	0,63	0,32	13,54
2.002	2,11	2,26	1,80	2,64	1,03	1,43	0,62	0,31	12,21
2.003	2,17	2,25	1,78	2,71	1,14	1,38	0,68	0,34	12,45
2.004	1,98	2,00	1,59	2,19	1,00	1,42	0,61	0,30	11,10
2.005	1,80	1,74	1,37	1,85	0,89	1,28	0,52	0,28	9,73
	-63,48	-62,47	-58,03	-54,57	-57,12	-61,78	-59,15	-41,07	-59,58

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina – Elaborado Pelo Autor

Esta queda do movimento econômico regional relativamente ao Estado de Santa Catarina refletiu-se na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS nos municípios da região Oeste Catarinense. Isso pode ser visto no gráfico da figura 23. No período de 1995 a 2005 ocorreu uma queda de participação de 12,51% em 1995 para 5,69% no ano de 2005, uma queda de 6,82 pontos percentuais.

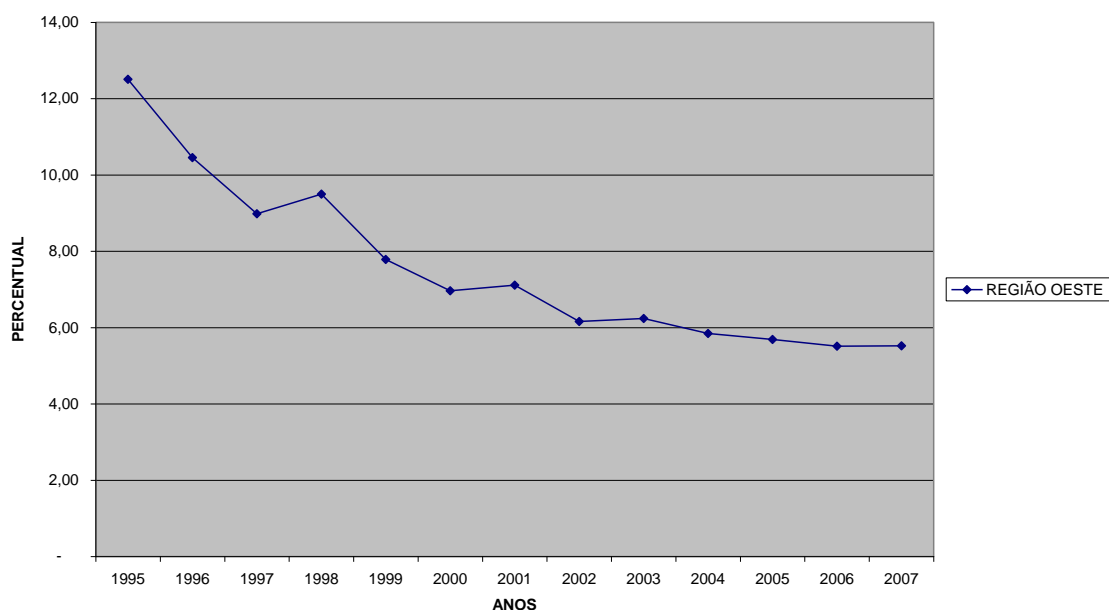


Figura 23: Participação Relativa da Região no Total do Repasse de ICMS no Período de 1995 a 2007.
Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina – Elaborado Pelo Autor

Pode-se deduzir das informações, ilustradas pelo gráfico acima, que ocorreu uma alteração na composição do movimento econômico regional. Corroboram com esta possibilidade os dados do aumento, neste período, da importância da previdência social e do crédito rural, principalmente do PRONAF, que injetaram bilhões de reais na economia regional, com isso aquecendo a economia local com a ampliação do consumo e da produção. Estes dados serão abordados na próxima seção.

Também contribuiu para a diminuição do ritmo de queda da participação no ICMS dos municípios da região, o aumento da importância na economia regional do setor público. Com as normas de distribuição dos recursos do ICMS e de outros impostos como o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, para os municípios, com critérios que vão além, da participação direta na arrecadação, fizeram das prefeituras, na maioria dos municípios, um dos setores mais importantes da economia local.

O repasse do ICMS para os municípios no Estado de Santa Catarina é realizado de acordo com índice calculado pela Secretaria da Fazenda, que leva em conta o movimento

econômico do município nos últimos dois anos. Esta é a fórmula de apuração, o índice considera a distribuição de 15% dos valores de forma igualitária entre os 297 municípios catarinenses, sendo outros 85% distribuído de acordo com o movimento econômico apurado. O gráfico da figura 24 apresenta o comportamento da soma dos índices de repasse do ICMS aos municípios.

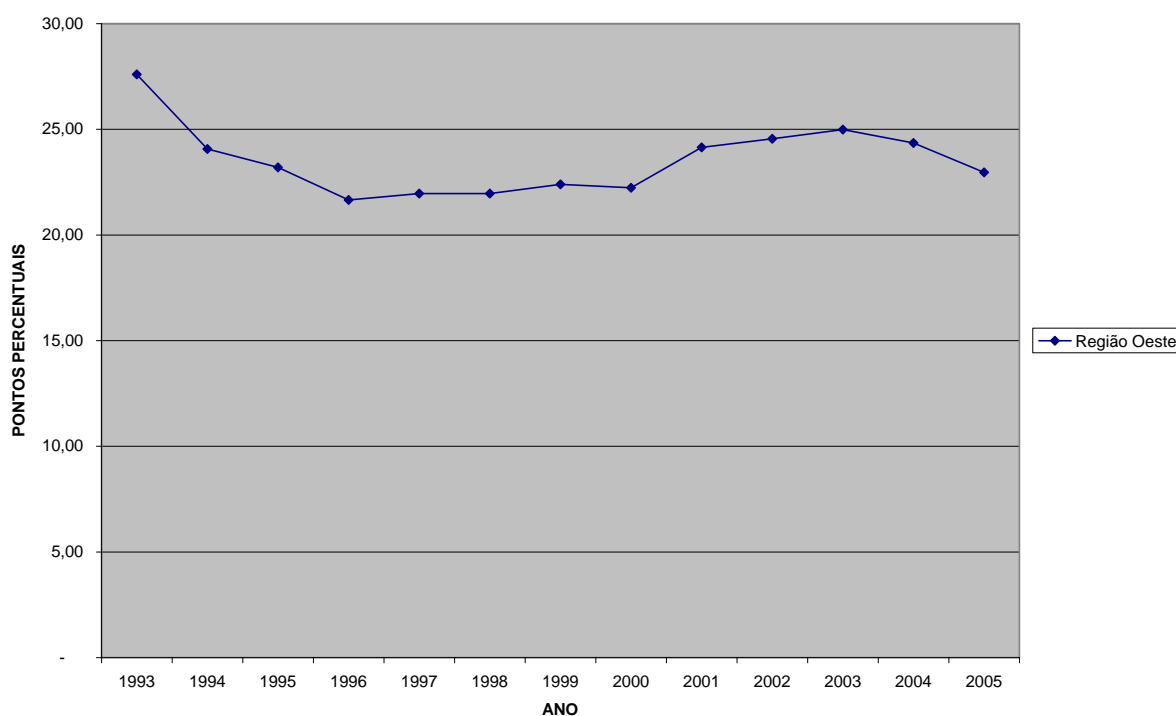


Figura 24: Soma dos Índices de Participação no Repasse do ICMS Para os Municípios, dos Municípios da Região Oeste Catarinense.

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina – Elaborado Pelo Autor

6.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em seguida serão analisadas as políticas públicas que tiveram, ao longo deste período, papel determinante para compensar os impactos da diminuição da atividade econômica regional. Resultados da constituição de 1988, em sua maioria, fruto da democratização do país, as políticas públicas, representam uma força agindo em sentido contrário ao movimento de concentração promovida pelo mercado. Desta forma, as mesmas contribuíram para suavizar o impacto de reestruturação da produção na região Oeste Catarinense.

6.3.1 Previdência Social

A importância da previdência social cresceu de forma significativa na região. Muitos municípios têm na previdência um dos principais responsáveis pelo seu movimento econômico. Para esta importância, adquirida pela previdência social na economia regional, teve papel determinante, a aposentadoria especial da agricultura familiar.

Até a constituição de 1988, a aposentadoria no meio rural era exclusiva para os homens, aos 65 anos de idade, e pagava o valor de 50% do salário mínimo por mês. A constituição de 1988 expandiu o valor para um salário mínimo e estendeu o direito para os homens com 60 anos e para as mulheres com 55 anos de idade. A lei também garantiu, posteriormente, o direito de pensão para homens e mulheres quando da perda do companheiro(a) e o salário maternidade para as mulheres agricultoras.

Foi durante a década de 1990 que essa política se consolidou, tornando-se uma das principais fontes de renda nos pequenos municípios, e representando um mecanismo de distribuição de renda. Os dados de 2000 a 2005, apresentados na tabela 37 mostram este crescimento da distribuição de renda realizada pela seguridade social. Percebe-se que, para o Estado de Santa Catarina, o aumento da arrecadação é praticamente igual ao dos dispêndios da previdência com o pagamento de benefícios. Agora, para a região Oeste, esta diferença é significativa: de um aumento de 168,45% na arrecadação, no mesmo período, o valor pago com os benefícios teve um crescimento de 273,06%.

Tabela 37: Crescimento do Número de Benefícios, da Arrecadação e dos Pagamentos do INSS (2001 – 2005): Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões - %

	BENEFICIO S	ARRECADAÇÃO O	PAGAMENTO S
Microrregião Concórdia	46,11	121,04	246,96
Microrregião Chapecó	60,65	302,48	299,33
Microrregião Joaçaba	59,18	65,64	245,59
Microrregião São Miguel Do Oeste	59,27	268,79	309,92
Microrregião Xanxerê	49,83	249,64	274,74
Região Oeste	56,78	168,45	273,06
Estado de Santa Catarina	47,61	223,46	221,55

Fonte: INSS. Elaboração do Autor

Os dados referentes às cinco microrregiões do Oeste Catarinense mostram que em nível regional, embora com menos intensidade, ocorreu o mesmo processo. Regiões com concentração da produção têm um valor arrecadado maior do que o montante de benefícios recebidos. Já a região com produção mais agrícola tem um valor menor de arrecadação e um volume maior pago em benefícios.

A tabela 38 relaciona os valores recebidos em benefícios na região Oeste Catarinense e no Estado de Santa Catarina com os dados do movimento econômico entre os anos de 2001 e 2005. Embora os pagamentos realizados pelo INSS não sejam considerados no cálculo do movimento econômico, os mesmos dinamizam as economias locais através do aumento da renda da população, com isso, indiretamente influenciando no movimento econômico. É possível perceber pela tabela 38, que a Previdência tem um percentual de participação maior no movimento econômico no conjunto do Estado Catarinense do que na região Oeste. Mas o crescimento na participação vem ocorrendo a taxas maiores na região Oeste. Crescimento de 10,93% entre 2001 e 2005 na região Oeste Catarinense e de apenas 1,50%, no mesmo período em âmbito estadual. O mesmo ocorre com o número de benefícios, que tem crescido a uma taxa maior na região Oeste que no âmbito geral do Estado de Santa Catarina.

TABELA 38: Pagamentos do INSS, Como Percentual do Movimento Econômico - Santa Catarina e Região Oeste

	2001	2005	CRESCIMENTO %
Região Oeste	5,80	6,43	10,93
Estado De SC	8,61	8,73	1,50

Fonte: INSS e Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Elaboração do autor

Entre as propriedades das 13 famílias entrevistadas na pesquisa de campo que embasou este trabalho, 70% tinham pelo menos um aposentado na família. Dos valores totais de renda, conforme respondido pelo conjunto dos entrevistados, a Previdência é responsável por 10,23%. Já na renda das 9 famílias com aposentados, a previdência representa 16,09% da renda. Isso foi mostrado na tabela 29 no capítulo anterior.

6.3.2 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

O PRONAF, constituído pelo governo federal no ano de 1996, é fruto da reivindicação de um forte movimento das organizações ligadas à agricultura familiar. Sendo expressão maior da visibilidade conquistada pela agricultura familiar na década de 1990, conforme visto na terceira seção do capítulo dois. A diferenciação das políticas públicas, principalmente em relação ao crédito agrícola, entre a agricultura familiar e a agricultura empresarial, foi por muitos anos a, principal, reivindicação das organizações da agricultura familiar.

O PRONAF tornou-se rapidamente um programa importantíssimo para a agricultura familiar da região Oeste Catarinense. Os dados sobre números de contratos apresentados na tabela 39 mostram que, ao longo da década de 2000 o número de financiamentos na região Oeste nunca foi menor que 51 mil contratos por ano, tendo alcançado mais de 76 mil contratos em 2004.

Relativamente ao Estado de Santa Catarina, o percentual de contratos realizados no âmbito do PRONAF tem ficado entre 51,23% e, 59,48%, conforme pode ser visto na tabela 40. Esta liderança da região Oeste no número de contratos em relação às demais regiões do Estado evidencia a importância do programa, bem como o alto grau organizativo e institucional atingido na região em torno do desenvolvimento da agricultura familiar.

A região Oeste Catarinense teve um montante liberado de R\$ 111,13 milhões em 2000, alcançando R\$ 289,54 milhões no ano de 2007, em valores de 2000. Estes dados, apresentados na tabela 41, mostram taxas de crescimento muito semelhantes entre as diferentes microrregiões. Relativamente ao Estado de Santa Catarina, a região Oeste tem tido um pequeno aumento no valor total de recursos liberados.

Conforme pode ser visto na tabela 42, as microrregiões de Chapecó e Concórdia tiveram redução de participação nos valores, a microrregião de Xanxerê permaneceu estável, e as microrregiões de Joaçaba e São Miguel do Oeste ocorre crescimento significativo dos montantes liberados.

Tabela 39: Número de Contratos em Milhares – Brasil, Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Microrregião Concórdia	10,24	10,23	8,19	9,68	11,88	9,87	8,35	9,11	8,14
Microrregião Chapecó	26,06	23,92	19,24	22,22	27,59	23,54	19,70	21,10	15,91
Microrregião Joaçaba	6,20	6,44	5,08	7,56	10,65	8,57	9,02	9,97	8,27
Microrregião São Miguel do oeste	17,68	17,38	15,91	15,19	18,30	18,64	16,10	17,20	13,33
Microrregião Xanxerê	5,91	5,76	5,04	6,32	7,98	6,73	7,01	7,22	5,91
Região Oeste	66,10	63,73	53,47	60,97	76,40	67,35	60,18	64,60	51,57
Estado de Santa Catarina	126,41	124,41	95,03	102,50	139,55	120,10	111,55	127,96	100,59
Brasil	969,73	910,47	953,25	1.138,11	1.611,46	1.671,18	1.858,05	1.719,18	1.315,98

Fonte: MDA – Elaboração do Autor

Tabela 40: Participação Relativa da Região Oeste em Relação ao Estado no Número de Contratos e do Estado em Relação ao Brasil

	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008
Microrregião Concórdia	8,10	8,22	8,62	9,45	8,51	8,22	7,49	7,12	8,09
Microrregião Chapecó	20,61	19,23	20,25	21,68	19,77	19,60	17,66	16,49	15,82
Microrregião Joaçaba	4,91	5,18	5,35	7,38	7,63	7,14	8,09	7,79	8,22
Microrregião São Miguel do oeste	13,99	13,97	16,74	14,82	13,11	15,52	14,43	13,44	13,25
Microrregião Xanxerê	4,67	4,63	5,31	6,16	5,72	5,61	6,28	5,64	5,88
Região Oeste	52,28	51,23	56,26	59,48	54,74	56,07	53,95	50,48	51,26
Estado de Santa Catarina	13,04	13,66	9,97	9,01	8,66	7,19	6,00	7,44	7,64

Fonte: MDA – Elaboração do Autor

Tabela 41: Montante de Recursos Liberados do PRONAF Entre os Anos de 2000 e 2008 em Valores do Ano de 2000 – Brasil, Santa Catarina, Região Oeste e Suas Cinco Microrregiões (Milhões de Reais)

MONTANTE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
CONCÓRDIA	18,05	20,34	17,65	20,97	31,06	29,90	32,42	39,37	35,22
CHAPECÓ	37,43	42,70	44,90	60,73	82,77	74,53	75,52	94,41	68,60
JOAÇABA	16,53	18,42	18,10	29,80	45,17	36,99	44,20	56,26	49,90
SÃO MIGUEL DO OESTE	26,30	33,18	37,98	43,68	53,39	54,81	57,77	72,78	61,90
XANXERÊ	12,82	13,31	12,65	19,24	24,31	22,52	24,47	26,72	26,88
REGIÃO OESTE	111,13	127,95	131,29	174,43	236,70	218,74	234,38	289,54	242,50
SC	242,36	280,27	238,80	312,35	469,32	430,12	470,95	591,33	506,77
BRASIL	2.188,64	1.999,95	1.984,84	2.874,67	4.043,32	4.252,41	5.215,68	5.729,71	4.906,18

Fonte: MDA – Elaboração do Autor

Tabela 42: Participação Relativa da Região Oeste em Relação ao Estado do Montante de Recursos Liberados do PRONAF e do Estado em Relação ao Brasil.

MONTANTE	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006	2.007	2.008
Microrregião Concórdia	7,45	7,26	7,39	6,71	6,62	6,95	6,88	6,66	6,95
Microrregião Chapecó	15,45	15,24	18,80	19,44	17,64	17,33	16,04	15,97	13,54
Microrregião Joaçaba	6,82	6,57	7,58	9,54	9,62	8,60	9,38	9,51	9,85
Microrregião São Miguel do Oeste	10,85	11,84	15,91	13,98	11,38	12,74	12,27	12,31	12,22
Microrregião Xanxerê	5,29	4,75	5,30	6,16	5,18	5,24	5,20	4,52	5,30
Região Oeste	45,85	45,65	54,98	55,84	50,43	50,86	49,77	48,97	47,85
Estado de Santa Catarina	11,07	14,01	12,03	10,87	11,61	10,11	9,03	10,32	10,33

Fonte: MDA – Elaboração do Autor

Os valores médios dos contratos têm aumentado ao longo dos anos. Conforme pode ser visto no gráfico da figura 25 os valores médios dos contratos do PRONAF, expressos em reais de 2000, mais que dobraram.

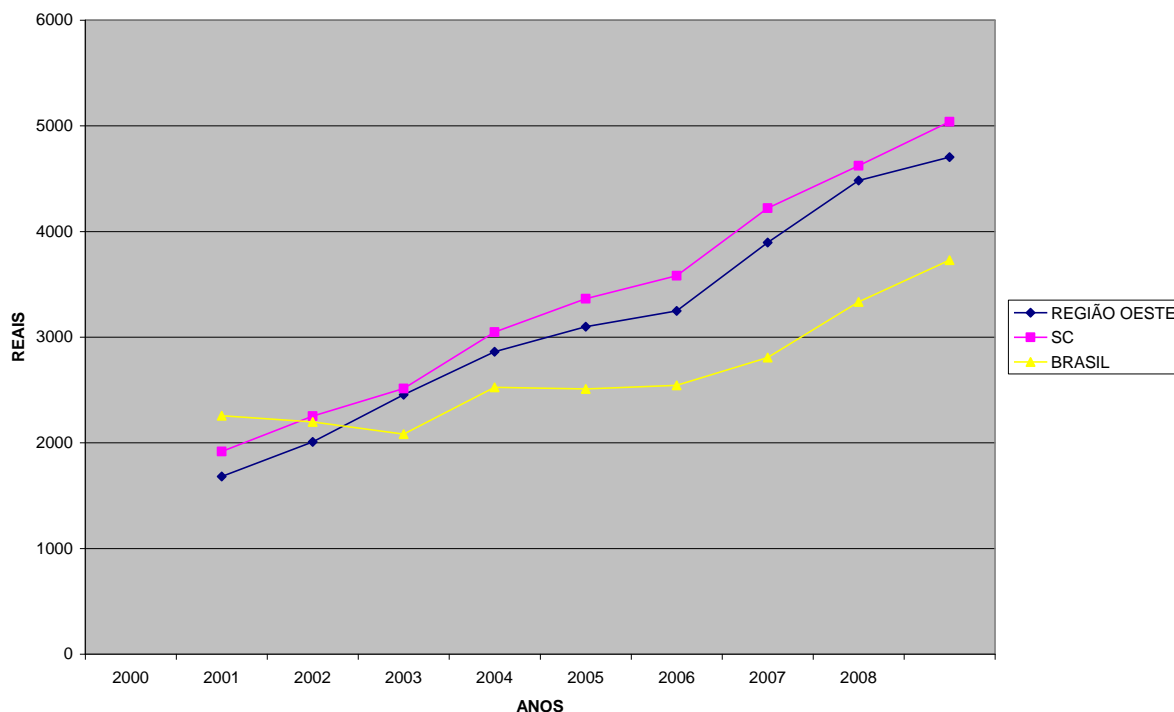


Figura 25: Valores Médios dos Contratos do PRONAF em Reais do Ano 2000. Deflacionados Pelo IPCA
Fonte: MDA. Elaborado Pelo Autor.

A região Oeste apresenta um crescimento no montante de recursos liberado muito semelhante ao do Estado de Santa Catarina. O comportamento dos valores médios por contrato em nível de Brasil é que tem se diferenciado, com um crescimento maior nos valores médios dos contratos realizados no Estado de Santa Catarina. Embora, em nível nacional os valores médios também tenham crescido, só que a taxas menores do que os apresentados pelo Estado catarinense. Três fatores principais têm contribuído para o aumento dos valores médios dos contratos de crédito do PRONAF:

- (a) inclusão no enquadramento como beneficiários do programa de agricultores com níveis mais altos de renda, que anteriormente não faziam parte do público que tinha acesso ao crédito pelo programa;
- (b) aumento dos tetos a serem financiados por produtor, nos diferentes enquadramentos;
- (c) crescimento dos valores disponíveis para crédito de investimento, sendo, geralmente, os valores nestes contratos bem superiores aos dos contratos de custeio de lavoura ou agropecuário.

O PRONAF foi, na região Oeste, o principal financiador do desenvolvimento da produção de leite na agricultura familiar. Quando se relaciona o montante de recursos liberados do PRONAF com o total do movimento econômico regional e estadual, percebe-se pela tabela 43 um crescimento de 29,90% do ano de 2001 a 2005, passando de uma representação de 1,81% para 2,36% do valor total do movimento econômico regional.

Tabela 43: Percentual dos Recursos Liberados do PRONAF, Comparados ao Total do Movimento Econômico - Santa Catarina e Região Oeste

	2001	2005	CRESCIMENTO %
Região Oeste	1,81	2,36	29,90
Estado De SC	0,96	1,06	10,88

Fonte: MDA e Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina – Elaboração do Autor

6.3.4 As políticas públicas municipais

O poder público municipal tem apresentado uma série de iniciativas no sentido de desenvolver as potencialidades da agricultura familiar, tentando retomar o dinamismo do setor econômico mais importante da maioria dos pequenos municípios. As principais iniciativas de políticas nestes termos, identificadas na pesquisa, através das entrevistas realizadas com representantes dos poderes públicos municipais e com agricultores, foram:

- a) o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, com as seguintes ações principais: organização da inseminação, visando a melhoria genética do rebanho; incentivo ao melhoramento das pastagens e a novas práticas de manejo do rebanho; cursos de capacitação; programas de incentivo e produção de silagem; organização de feiras para a promoção e divulgação do potencial produtivo dos municípios.
- b) o incentivo às agroindústrias familiares e feiras livres como instrumento de geração de renda e criação de mercado para os produtos da agricultura familiar. As prefeituras têm organizado o espaço para as feiras, viabilizando a infraestrutura básica para a instalação das agroindústrias familiares e, muitas vezes, contribuindo com a captação de recursos e com a assessoria dos empreendimentos;
- c) o apoio à organização associativa dos agricultores, tanto em grupos, associações ou cooperativas. Estas ações são geralmente concebidas e articuladas em conjunto com

sindicatos, ONG's e outras formas de organização da agricultura familiar nos municípios;

- d) a realização de serviços diversos junto às propriedades, com um vasto leque de atividades, de acordo com a realidade de cada município. Distribuição de esterco de suínos; abertura de reservatório de água e distribuição nos períodos de estiagem; programas de açudagem; assistência técnica e veterinária, entre outras.

As políticas públicas para a agricultura, desenvolvidas pelas prefeituras, embora o pouco recurso disponível (menos de 5% do orçamento municipal) tem uma importância bastante grande para a agricultura familiar. Nos depoimentos obtidos junto aos agricultores e representantes de sindicatos e dos órgãos públicos, observou-se unanimidade sobre: (i) o papel desenvolvido pelas prefeituras no desenvolvimento da produção de leite; (ii) a escassez de recursos no orçamento municipal para a agricultura; (iii) o papel articulador dos municípios, principalmente, através do setor das prefeituras, ligadas a agricultura e do Conselho de Desenvolvimento Rural, na implementação das políticas públicas federais (PRONAF, Agroindústria, ATER, Habitação Rural, Crédito Fundiário entre outras) e estaduais (Programa troca-troca de sementes e calcário, Micro-Bacias, etc).

O principal limite das políticas de desenvolvimento rural por parte dos municípios está na baixa capacidade técnica e institucional existentes nos pequenos municípios. O espaço regional, que poderia desempenhar este papel, não dispõe nem de recurso e nem de institucionalidade para tanto. As associações dos municípios têm sido espaços de articulação e representação política, mas, geralmente, sem força para a implementação de projetos mais ousados de desenvolvimento local. As Secretárias Regionais implantadas pelo governo do Estado em 2003, que deveriam cumprir este papel, não passam de espaços de articulação política dos partidos governistas, com equipes nomeadas que podem mudar a cada eleição, sem criar, portanto, corpos técnicos capazes de desenvolver projetos de médio e longo prazo.

*

* *

A queda no movimento econômico regional, reflexo das transformações na produção suinícola, foi em parte compensado pelas políticas públicas e pela ação do poder público municipal.

Para além das políticas analisadas nesta seção, tiveram também importância para a agricultura familiar na região as seguintes políticas:

- a) Reforma Agrária, que com a implantação de dezenas de assentamentos possibilitou a permanência na atividade de milhares de agricultores;

- b) Crédito Fundiário, que possibilitou a transferência de propriedades sem sucessores para outros agricultores, desta forma evitando uma maior concentração de terras;
- c) Habitação Rural, que recentemente vem contribuindo com a melhoria das condições de moradia, tendo impacto direto na auto-estima de seus moradores.

6.4 OS INDICADORES SOCIAIS

São apresentados a seguir diversos dados sobre as variáveis, renda per capita, IDH, Educação e índice de GINI, na década de 1990, com o objetivo de buscar completar o quadro sobre o desenvolvimento da região Oeste Catarinense nas últimas 3 décadas.

6.4.1 Renda

A renda tem sofrido variações importantes na região. Uma primeira variação se refere à origem da renda das famílias. Houve uma queda do percentual vindo do trabalho, entre o ano de 1991 e o ano de 2000 na ordem de 13,56%. Neste mesmo período, ocorreu um crescimento de 111% na participação da renda oriunda das transferências governamentais. Quando relacionado ao crescimento da participação da ordem de 50,28% ao nível estadual, aquele comportamento indica uma mudança significativa na formação da renda regional.

Os dados da tabela 44 mostram a mudança, descrita acima, na composição da renda regional durante a década de 1990. Apesar de variações existentes entre as cinco microrregiões, todas apresentam a mesma tendência: diminuição da renda do trabalho e aumento da participação das transferências governamentais.

A renda per capita regional média cresceu 69,85% do ano de 1991 a 2000, de forma superior à média do Estado, que cresceu no mesmo período 50,14%. A tabela 45 mostra que, em todas as microrregiões, o crescimento da renda esteve acima da média estadual. No âmbito da região Oeste, as microrregiões de Concórdia e Joaçaba tiveram crescimento inferior à média regional.

Tabela 44: Renda das Famílias: Participação das Parcelas Com Origem no Trabalho e das Transferências Governamentais

Estado	% Rend. do Trab., 1991	% Rend. do Trab., 2000	VAR %	% Transf. Gov., 1991	Rend. do Trab., 2000	VAR %
Microrregião Concórdia	83,69	76,18	-8,96	6,46	14,09	118,20
Microrregião Chapecó	86,27	72,41	-16,06	5,74	13,21	129,92
Microrregião Joaçaba	85,61	72,21	-15,65	7,67	14,14	84,27
Microrregião SMO	86,03	77,12	-10,35	6,36	14,68	130,93
Microrregião Xanxerê	83,69	69,68	-16,73	6,29	12,79	103,27
Região Oeste	85,06	73,52	-13,56	6,50	13,78	111,86
Estado SC	84,97	73,03	-14,05	9,68	14,55	50,28

Fonte: ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNUD. Elaborado Pelo Autor. Região Oeste e Microrregiões Valores Médios dos Municípios.

Apesar deste crescimento superior ao longo dos anos de 1990, a média da renda per capita da região Oeste Catarinense é inferior à renda per capita estadual. Representando apenas 70% da renda per capita da média estadual.

O mapa da figura 26 mostra a renda per capita dos municípios do Estado de Santa Catarina no ano de 2000, percebe-se uma grande variação entre os municípios da região Oeste e a renda dessa região com conjunto do Estado. Pode-se observar que as maiores rendas per capitas da região concentram-se em torno das cidades de Chapecó, Concórdia, Joaçaba e Videira, localizações dos principais frigoríficos instalados na região. Além destas cidades, encontram-se rendas mais elevadas nas cidades de Xanxerê e São Lourenço do Oeste, cidades polos de regiões com grandes extensões de terra utilizadas na produção de grãos. Na sequência destes polos, citados acima, vêm as demais cidades com atividades industriais médias, geralmente com plantas das grandes agroindústrias instaladas. Destaca-se que as piores rendas per capitas estão localizadas nos pequenos municípios e nas regiões essencialmente agrícolas.

Tabela 45: Renda Per Capita: Média dos Municípios da Região em Reais

	Renda per Capita, 1991	Renda per Capita, 2000	VAR %
Microrregião Concórdia	175,77	277,71	57,99
Microrregião Chapecó	123,59	232,89	88,44
Microrregião Joaçaba	176,45	272,26	54,30
Microrregião SMO	115,51	205,21	77,67
Microrregião Xanxerê	129,80	236,76	82,40
Região Oeste	144,22	244,97	69,85
Estado de SC	232,27	348,72	50,14

Fonte: ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNDUD. Elaborado Pelo Autor. Região Oeste e Microrregiões. Valores Médios dos Municípios.

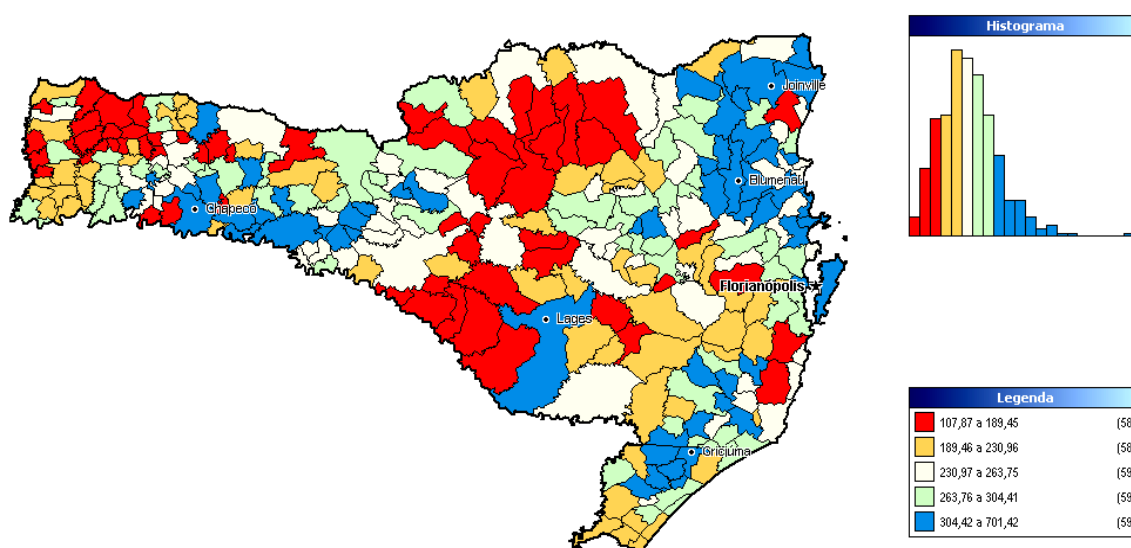


Figura 26: Mapa da Renda Per Capita Média dos Municípios do Estado de Santa Catarina – ano de 2000

Fonte: ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNDUD.

6.4.2 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O índice de desenvolvimento humano também teve na região Oeste Catarinense um crescimento, na década de 1990, maior que o crescimento estadual. Apesar desse desempenho, os IDH's da região Oeste e das cinco microrregiões que a compõem, estão abaixo do IDH estadual, que é de 0,822. Conforme pode ser visto na tabela 35, as

microrregiões de Joaçaba e Concórdia têm os melhores IDH's da região, 0,803 e 0,802, respectivamente. As microrregiões de Chapecó e São Miguel do Oeste possuem IDH's muito próximos à média regional de 0,79. O pior IDH da região encontra-se na microrregião de Xanxerê: 0,773.

Tabela 46: IDH Municipal – Região Oeste, Microrregiões e Estado de Santa Catarina

Estado	IDH-M, 1991	IDH-M, 2000	Variação %
Microrregião Concórdia	0,723	0,802	10,914
Microrregião Chapecó	0,688	0,786	14,223
Microrregião Joaçaba	0,720	0,803	11,534
Microrregião SMO	0,700	0,784	12,115
Microrregião Xanxerê	0,679	0,773	13,908
Região Oeste	0,702	0,790	12,509
Estado SC	0,748	0,822	9,893

Fonte: ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNDUD. Elaborado Pelo Autor. Região Oeste e Microrregiões. Valores Médios dos Municípios.

Observando-se os dados da tabela 47, que apresenta as taxas de variações IDHM, IDHM - Educação, IDHM – Longevidade e IDHM – Renda percebe-se que nos quatro tópicos a região Oeste Catarinense apresenta médias de crescimento superior a média estadual. Apenas no IDHM – Longevidade a variação da região foi inferior a média estadual. As microrregiões de Chapecó e Joaçaba apresentam melhor desempenho nos anos 90 em relação ao Estado em todos os seis itens analisados.

Tabela 47: Variação dos IDH's Municipal Anos 1991 – 2000, Microrregiões, Região Oeste e Estado de Santa Catarina - %

	IDH-M	IDH-M- Educação	IDH-M- Longevidade	IDH-M- Renda
Microrregião Concórdia	10,91	13,04	7,13	12,84
Microrregião Chapecó	14,22	16,63	8,17	18,92
Microrregião Joaçaba	11,53	15,13	7,76	11,60
Microrregião SMO	12,11	12,57	7,57	17,62
Microrregião Xanxerê	13,91	18,05	6,95	17,68
Região Oeste	12,51	15,02	7,52	15,59
Estado SC	9,89	12,13	7,70	9,97

Fonte: ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNDUD. Elaborado Pelo Autor.

O mapa da figura 27 ilustra o IDHM do ano de 2000 para os municípios Catarinenses. Podem-se confirmar os dados apresentados nas duas tabelas anteriores. É possível identificar que os melhores índices encontram-se na região próxima, ao Rio Uruguai, divisa com o Estado do Rio Grande do Sul. É nessa região que está instalada a maioria dos frigoríficos; também é nessa região que se encontra a maior parte do mercado de trabalho regional.

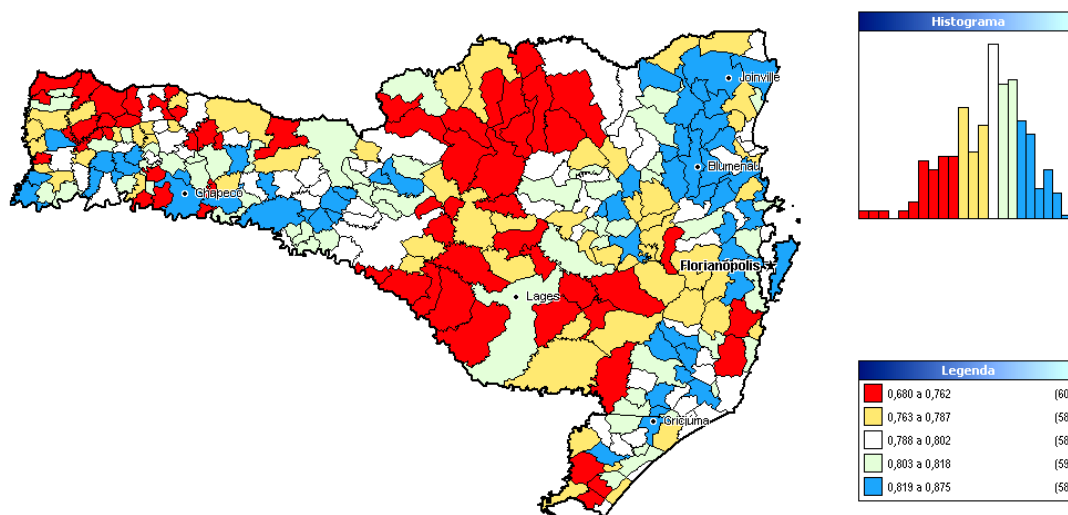


Figura 27: Mapa do IDH Municipal Ano de 2000 – SC
Fonte: ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNDUD.

6.4.3 Concentração de renda

A concentração de renda da região Oeste Catarinense é menor que a existente no Estado de Santa Catarina. Durante a década de 1990, a concentração de renda na região aumentou em 1,40%, com o índice de GINI passando de 0,539 em 1990 para 0,547 em 2000. Este resultado, embora ruim, foi melhor que o do Estado de Santa Catarina que teve um aumento no índice na ordem de 2,56%. Conforme visto anteriormente, na tabela 45, a renda per capita da região Oeste é bem inferior a estadual, combinado com o valor baixo do índice de GINI, observa-se um quadro de maior equilíbrio relacionado a um quadro de maior pobreza.

De acordo com os dados da tabela 48 duas microrregiões tiveram a concentração de renda diminuída durante a década de 1990, Concórdia e São Miguel do Oeste. As microrregiões de Xanxerê e Chapecó tiveram um aumento significativo da concentração de

renda. A microrregião de Xanxerê é onde a renda está mais concentrada no Oeste Catarinense, sendo o Índice de GINI maior que o do Estado de Santa Catarina, uma diferença que se ampliou ainda mais na década de 1990.

Tabela 48: Índice de GINI – Microrregiões, Região Oeste e Estado de Santa Catarina

	Índice de GINI, 1991	Índice de GINI, 2000	var %
Microrregião Concórdia	0,540	0,525	-2,72
Microrregião Chapecó	0,531	0,550	3,57
Microrregião Joaçaba	0,521	0,529	1,49
Microrregião SMO	0,544	0,535	-1,66
Microrregião Xanxerê	0,558	0,593	6,22
Região Oeste	0,539	0,547	1,40
Estado de SC	0,546	0,56	2,56

Fonte: ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNDUD. Elaborado Pelo Autor. Região Oeste e Microrregiões. Valores Médios dos Municípios.

O mapa da figura 28 ilustra o Índice de GINI dos municípios Catarinenses no ano de 2000. Mesmo sendo o Índice de GINI da região Oeste, menor do que a média do Estado de Santa Catarina observa-se no mapa, que os municípios com maior concentração de renda, localizam-se, em sua maioria, na região Oeste. Os municípios do Oeste Catarinense com maior concentração de renda concentram-se, principalmente, ao norte, na divisa com o Estado do Paraná, localização da produção de grãos na região. O município de Chapecó e seu entorno também apresentam alta concentração de renda.

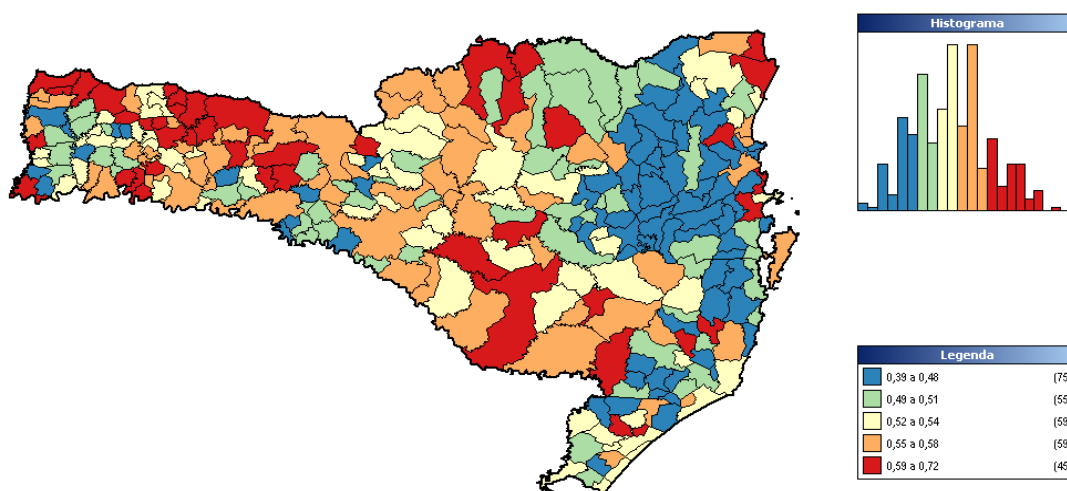


Figura 28: Mapa do índice de GINI Municipal Ano 2000 - SC
Fonte: ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNDUD.

Os dados, referentes à concentração de renda, reforçam a leitura da realidade regional realizada neste trabalho, de que o processo de integração da suinocultura, combinado com a modernização tecnológica da agropecuária, desestruturou os sistemas de produção da agricultura familiar, gerando a concentração da produção. Este processo provocou na maioria dos municípios aumento da concentração de renda. A única microrregião do Oeste Catarinense que teve uma melhora do índice de GINI na década de 1990 foi a de Concórdia, nesta microrregião o efeito da concentração da suinocultura teve efeito contrário, pois a mesma se beneficiou, pelo fato de estarem nelas instaladas a maior parte do parque agroindustrial da região. Como visto no capítulo 5, a reestruturação promovida pelas agroindústrias na produção de suínos, privilegiou os produtores próximos aos frigoríficos, com isso a exclusão nessa microrregião foi bem menor. Observa-se aqui o que Hirschman (1961) chamou de desequilíbrios provocados pelo desenvolvimento, provocando a concentração em volta dos seus pontos originais.

6.4.4 Educação

A melhora no IDHM Educação regional, apresentado na tabela 47 mostra uma evolução significativa deste índice durante a década de 1990. Os dados da taxa bruta da frequência à escola, apresentados na tabela 49 corroboram com a melhora no IDHM Educação na última década. As taxas de frequência a escola na região Oeste Catarinense, que em 1991, eram inferiores a média estadual, em 2000, praticamente, igualaram-se à média estadual. Sendo que em duas microrregiões, Chapecó e Joaçaba, as taxas foram superiores à média estadual.

O crescimento do ensino superior na região também foi significativo no período, com ampliação da rede de universidades comunitárias, particulares e públicas. O aumento da oferta de vagas no ensino superior veio acompanhado pela necessidade da população regional, que passou a demandar o ensino de nível superior. Esse grau de consciência coletiva desdobrou-se também em movimento pela implantação de Universidades Públicas na região.

Neste processo, primeiro houve a implantação de três campi da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC nas cidades de Chapecó, Palmitos e Pinhalzinho. No ano de 2009, está sendo criada a Universidade Federal Fronteira Sul – UFFS, que terá abrangência na Mesorregião MERCOSUL, com cinco campi, sendo a sede na cidade de Chapecó.

Tabela 49: Taxa Bruta de Frequência à Escola, Microrregiões, Região Oeste e Estado de Santa Catarina

	Taxa bruta de frequência à escola, 1991	Taxa bruta de frequência à escola, 2000	Var
Microrregião Concórdia	58,270	84,181	44,468
Microrregião Chapecó	54,893	85,171	55,157
Microrregião Joaçaba	58,432	85,247	45,891
Microrregião SMO	59,987	82,416	37,389
Microrregião Xanxerê	51,501	81,396	58,047
Região Oeste	56,617	83,682	47,805
Estado de SC	62,166	84,364	35,708

Fonte: ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil, PNDUD. Elaborado Pelo Autor. Região Oeste e Microrregiões. Valores Médios dos Municípios.

*

* *

Viu-se ao longo deste capítulo como as alterações na organização da produção suinícola afetaram o desenvolvimento econômico e social da região. A desestruturação do sistema de policultura subordinado a suinocultura desarticulou o dinamismo econômico da agricultura familiar afetando por meio do mesmo o conjunto da economia regional, principalmente ao longo da década de 1990.

Os dados da queda relativa do movimento econômico regional mostram esta realidade vivida pela região Oeste Catarinense nas últimas décadas. O melhor desempenho relativamente ao Estado de Santa Catarina dos indicadores sociais durante a década de 1990 são frutos dos avanços das políticas públicas, como aposentadoria e crédito agrícola, e até mesmo de outros fatores como a migração e a urbanização, mais do que do crescimento econômico da região.

VII CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Esta dissertação teve como objetivo geral estudar a relação, estabelecida historicamente, entre o capital agroindustrial e a agricultura familiar, identificando como esta relação repercutiu no desenvolvimento econômico da região Oeste Catarinense. Buscou ao longo de seu desenvolvimento explorar como se articularam os processos de crescimento e reestruturação do capital agroindustrial suinícola, por um lado, com os de produção e reprodução da agricultura familiar, por outro lado. Buscou também identificar os desdobramentos destas transformações sobre o desenvolvimento da região Oeste Catarinense.

Ao longo deste trabalho descrevem-se como as relações sociais entre agricultura familiar e agroindústria de carnes, na região Oeste Catarinense, sofreram grandes mudanças nas últimas décadas, com milhares de agricultores abandonando a produção de suínos e a busca de alternativas de produção. Essas transformações tiveram impactos sobre a vida do conjunto da sociedade regional.

Para orientar este caminho percorrido nesta dissertação, trabalhou-se buscando testar as hipóteses que afirmavam que: a) a integração dos produtores de suínos às agroindústrias, com as transformações que se desencadearam das mesmas, de concentração da produção e exclusão de milhares de famílias, provocaram a desarticulação e, consequentemente, a reestruturação dos sistemas de produção e reprodução da agricultura familiar regional; b) a diminuição do dinamismo econômico da agricultura familiar, provocado pela desestruturação de seu sistema produtivo predominante, desencadeou um processo de transformações na estrutura produtiva regional, com diferentes impactos (negativos e positivos) ao longo de duas décadas no desenvolvimento econômico e social da região.

Em relação à primeira hipótese observa-se ao longo desta dissertação, que de fato, a integração dos produtores de suínos às agroindústrias e as transformações dela decorrente, provocaram a desarticulação do sistema de produção e reprodução da agricultura familiar. Desencadeou-se deste processo uma profunda crise na agricultura familiar da região com a perda de seu dinamismo econômico, por um lado. Por outro lado, fez com que a agricultura familiar fosse a busca de alternativas para a sua reprodução, desencadeando dois movimentos distintos: (i) construção de novos sistemas de produção, ancorados em outros produtos de valor comercial em substituição aos suínos e; (ii) migração para os centros urbanos

Em relação à afirmação feita pela segunda hipótese sobre a diminuição do dinamismo econômico da agricultura familiar e os reflexos negativos no desenvolvimento

social e econômico observa-se a perda de capilaridade e renda na agricultura familiar, deixando de ser dinamizadora da economia local dos municípios e micro regiões mais distantes. Este processo levou a recessão destes territórios em determinados períodos. Então ocorre o aumento da concentração da população e da dinâmica econômica nas cidades polos, sendo que em determinados períodos, processos de depressão de toda a economia regional foram percebidos. Observou-se também, que a perda da capacidade dinamizadora da agricultura familiar, não foi compensada pelo ganho na dinâmica da agroindústria e nem pelo processo de diversificação que estava em curso, refletindo-se em esvaziamento econômico e populacional da região relativamente às demais regiões do Estado.

Chegou-se a conclusão de que estas hipóteses norteadoras da pesquisa estão de acordo com o processo histórico ocorrido na região Oeste Catarinense. Resumem-se a seguir os elementos principais contidos neste trabalho, elementos que constituem a base desta conclusão.

A perda de dinamismo da agricultura familiar, provocado pela desarticulação do sistema de produção com a integração dos produtores de suínos às agroindústrias e com as transformações que se desencadearam desta integração, é fruto de uma longa trajetória de mudanças técnicas, econômicas e organizacionais ocorridas nas últimas três décadas. A seguir são apresentadas em cinco etapas as características técnicas e suas transformações ao longo desta trajetória.

Num primeiro momento, o suíno, criação de subsistência dos colonizadores da região Oeste Catarinense, tornou-se, a partir da década de 1940, o principal produto comercial nos sistemas de produção das propriedades, sendo à base do desenvolvimento do complexo agroindustrial da região. As características de produção nos seus primórdios estavam baseadas nas formas familiares de subsistência. Portanto, era uma produção artesanal, com diversidade de tratos culturais de acordo com a capacidade de produção de insumos para alimentação para os animais existentes nas propriedades. Neste sentido, o conjunto de produtos utilizados era amplo: abóbora, milho, mandioca, entre outros. Tinham, também, importância as sobras alimentares das pessoas da família que servia no trato dos animais. A criação era solta e a venda dos animais era de mais de um ano, realizada pelos comerciantes locais, que representavam os frigoríficos. Outra característica forte era a oferta nos períodos de safras, possibilitada pela colheita dos principais produtos utilizados na engorda dos animais. Enfim, a propriedade envolvia animais de boa produção de banha, sendo este juntamente com a fabricação do salame os produtos nobres. Este momento pode ser caracterizado como de predominância da atividade para subsistência.

Num segundo momento, com as mudanças tecnológicas de produção introduzidas pelo processo de modernização da agricultura e pelas novas exigências dos consumidores, a suinocultura passa por uma mudança no tipo de finalidade de sua produção. A banha deixa de ser o produto principal, cedendo espaço aos óleos vegetais, passando a carne, com a fabricação de seus diversos derivados, a ser o principal produto. Isto provocou uma série de alterações na produção de suínos:

- a) necessidade e incentivo à incorporação de novas raças de suínos;
- b) com as novas raças de tipo carne, altera-se o sistema de produção, abandonando as criações soltas em benefício do sistema fechado, levando à necessidade de instalações de pocilgas, ou na linguagem regional, chiqueiros;
- c) alterações no trato, com a incorporação da soja e determinados complementos alimentares.

Alguns produtos, como a abóbora, deixam cada vez mais de ser insumo na produção de suínos. A estratégia das empresas para a implantação destas alterações ocorre a partir da diferenciação de preços. Ao longo de muitos anos foram praticado três preços diferentes: um preço menor para o porco tipo banha, um preço intermediário para o da raça Duroc e o maior preço para as raças brancas. Essa diferenciação obedecia à situação da demanda por suínos no mercado. Em época de sobra de produto a diferenciação aumentava, fez com que a queda de preço fosse menor para os produtores das raças tipo carne. Já nos períodos de escassez essa diferença era diminuída. Desta forma, as empresas promoveram a alteração do tipo de suínos produzidos, contando para isso da colaboração da estrutura de extensão rural e pesquisa do estado, principalmente por meio da ACARESC. Este momento, compreendido, sobretudo pelas décadas de 1970 e 1980, pode ser caracterizado como da diferenciação entre os produtores.

Num terceiro momento, implantam-se o sistema de integração dos produtores às agroindústrias. O sistema consistia na formalização das relações entre as partes, recebendo o agricultor assistência técnica, ração e remédios a serem pagos quando da entrega dos suínos e comprometendo-se com a entrega de toda a produção à empresa integradora. O sistema de produção era o de “ciclo completo”, e os contratos, de compra e venda. Este processo de integração veio acompanhado de um intenso ganho de escala e de produtividade. O ganho de escala de produção ocorreu pela exigência das empresas, de que para se integrar era preciso ter uma produção mínima, que no início, era de três matrizes; este número foi crescendo até o mínimo de 12 matizes por integrado. Os ganhos de produtividade ocorreram através da melhora na genética dos rebanhos, melhoras no manejo e instalações, evolução na base alimentar dos animais. Conforme visto nos capítulos III, IV e V, este processo foi responsável

por forte concentração e grande exclusão de agricultores da suinocultura. Este momento, entre as décadas de 1970 e 1980, pode ser caracterizado como de mudança organizacional com a consolidação do sistema de integração com a concentração e centralização da produção de suínos.

Num quarto momento ocorre a implantação da produção no sistema de parceria. Sendo o contrato de comodato, neste sistema o agricultor é dono das instalações e entra com a mão-de-obra e os gastos de energia e água, sendo de sua responsabilidade, também, as licenças ambientais. As empresas fornecem os animais, medicamentos e a ração, remunerando o agricultor de acordo com a produtividade na entrega dos animais. Nesse sistema existem três tipos de produtores: os produtores de leitões, os produtores da fase de crescimento dos animais e os terminadores. Tal sistema, com o fornecimento da ração pela empresa, acabou trazendo as seguintes consequências para a agricultura familiar: (i) desvinculação da suinocultura das demais atividades da propriedade; (ii) perda da capacidade de negociação por parte dos agricultores; (iii) transferência da gestão de custos para as empresas. Este momento compreendido do final da década de 1990 e pelos anos 2000, é caracterizado pelo processo de internalização da produção de suínos as agroindústrias.

Como quinto e último momento, recentemente as empresas vem incentivando a implantação de projetos tendo o tratamento dos dejetos em composteiras, com isto provocando uma nova onda de exclusão e concentração da produção de suínos. Nesta nova fase, ainda não está claro o rumo que a produção deve tomar. Aparentemente, se a tecnologia das composteiras funcionar e os projetos de fato se implantarem, e as empresas completarem a internalização da produção, haverá uma exclusão de grande parte dos suinocultores atuais e diminuirá em muito a participação dos agricultores familiares na produção suinícola. Grande parte dos novos produtores de suínos, possivelmente, serão empresários que possuem uma capacidade de garantir o investimento de um milhão de reais, quantia necessária na implantação dos novos projetos. Esta parece ser a característica principal deste novo momento, iniciado no ano de 2008, a gestão empresarial da suinocultura.

Nestes cinco momentos da suinocultura, descritos acima, percebe-se a trajetória de uma produção que marcou o desenvolvimento da agricultura familiar e da região Oeste Catarinense. Uma trajetória que teve no seu início um produto de subsistência que passou por uma fase de melhoramento através de um processo de diferenciação. Exibiu um movimento intenso de concentração a partir da integração e culmina com a internalização da produção à agroindústria no sistema de parceria. Este último movimento ao que indica, deve-se completar com a diminuição da importância da agricultura familiar na produção de suínos, e da

suinocultura nos sistemas de produção da agricultura familiar regional. Com isso a produção de suínos passa cada vez mais a ser uma atividade empresarial: um sistema de terceirização da produção da matéria prima das agroindústrias, nos moldes observados recentemente na indústria no mundo todo.

A continuidade da exclusão de agricultores da produção de suínos conduziu à perda do dinamismo econômico da agricultura familiar da região. Conforme visto no capítulo V, esta perda de dinamismo está diretamente ligada à desestruturação do sistema de policultura subordinado à suinocultura. Com esta desestruturação, milhares de propriedades são inviabilizadas e seus integrantes partem em busca de saídas para a sua reprodução. Veja-se como ocorreu este processo em dois movimentos distintos: (i) construção de novos sistemas de produção, ancorados em outros produtos de valor comercial em substituição aos suínos e (ii) migração para os centros urbanos.

Observou-se no capítulo VI como foi intenso o processo migratório ocorrido na região, levando a uma diminuição relativa da população regional em relação à população estadual, ao longo das últimas décadas. Indicou-se também como em determinados períodos e regiões ocorreram processos de perda de população absoluta, ou seja, crescimento negativo. Uma marca deste processo também foi a concentração e urbanização da população regional, que passou em sua maioria a viver nos centros urbanos da região. Esse processo migratório, em relação à agricultura familiar veio de dois movimentos diferentes: (a) desistência da atividade agrícola da família, ocorrendo a transferência do patrimônio; (b) estratégia de expulsão, migrando a maioria dos membros da família, no intuito de viabilizar economicamente a propriedade, que não necessitava mais a quantidade de mão-de-obra disponível. Estes dois movimentos produziram um processo de aumento médio das áreas das propriedades, com a conseqüente diminuição do número total de propriedades. Diminuíram também a população residente no meio rural e provocaram o envelhecimento da mesma, com a saída dos mais jovens, no processo descrito acima.

Nos capítulos IV e V frisou-se que a agricultura familiar buscou alternativas de reestruturação de seus sistemas de produção, frente à expulsão que milhares de famílias sofriam na suinocultura. Neste movimento, diferentes estratégias foram se constituindo, conformando-se o quadro atual de predominância do sistema articulado à produção de leite. O fumo cumpriu papel determinante na transição, por suas características de necessidade de muita mão-de-obra em pequena área de terra, tornando-se uma espécie de “tábua de salvação” para milhares de propriedades. Assim, o cultivo do fumo exerceu uma função de “ponte” do sistema de policultura subordinado à suinocultura para o sistema articulado à produção de

leite. A busca de alternativas de renda e reprodução das unidades familiares construiu diversas experiências, algumas com sucesso e outras limitadas e localizadas. Para além dos dois produtos predominantes nesta busca, leite e fumo, destacam-se as iniciativas de organização produtiva através de cooperação agrícola: cooperativas, associações e grupos de produção diversos. Outro conjunto de iniciativas encontra-se na produção orgânica e ecológica, ocupando principalmente “nichos” de mercado. É importante destacar também que neste processo uma série de novos produtos foi incorporada ou ganhou importância em muitas propriedades. Produtos complementares na formação dos sistemas produtivos contribuíram para uma maior diversidade da produção da agricultura familiar atual, diminuindo sua dependência em relação a um único produto.

Como resultado deste processo de expulsão de população da área rural, e de construção de alternativas de reestruturação dos sistemas de produção das propriedades familiares, o sistema predominante atualmente é o articulado à produção de leite. Utiliza-se o terno articulado, ao invés de subordinado, conforme foi utilizado para a suinocultura, por entender-se que o que ocorre atualmente é mais caracterizado pela articulação de diferentes combinações de produções com a produção de leite, do que uma subordinação hierárquica desta produção, como ocorria com a suinocultura.

A comparação entre os dois sistemas é inevitável e está presente nos debates sobre o futuro da produção do leite na região. Entre os agricultores e suas organizações, o temor de que venha ocorrer com o leite o mesmo que aconteceu com a suinocultura, representa um “fantasma” sempre presente. Os movimentos das empresas, principalmente dos grandes grupos agroalimentares, como a Aurora e Perdigão (agora BF), entrando na industrialização, dão sinal de que estão realizando ações que projetam a integração e internalização da produção. A questão que fica é: ocorrerá com o leite o mesmo que se observou na suinocultura? No sentido de uma resposta afirmativa, somam-se os movimentos dos grandes grupos, entrando na industrialização do leite com projetos concebidos em grandes produções e com alta produtividade; a constante especialização; as proposições de integração de algumas cooperativas; e a diferenciação de preços por quantidade produzida. No sentido de uma resposta negativa, encontram-se a organização dos agricultores em cooperativas e grupos de comercialização; as “consciências” das diversas instituições públicas e sociais sobre a importância da agricultura familiar e do prejuízo causado pelos rumos tomado pela organização da produção suinícola na região. Devem-se considerar também as diferenças de natureza produtiva existentes entre os dois produtos. Um sistema de parceria na produção de leite, na forma que está se consolidando na suinocultura, quebraria o sistema de produção a

base de pasto. Com esta mudança, o novo sistema seria capaz de garantir a competitividade do sistema atual, e os diferenciais de produto, ambientais e sociais da produção presentemente realizada? Este é um debate em aberto, e as forças sociais, econômicas e políticas da região determinarão as opções e o futuro deste sistema. Poderá se confirmar ou não, o que se afirma de forma corrente na região: “este filme eu já vi”.

O desenvolvimento da região Oeste Catarinense, conforme visto ao longo deste trabalho tem uma relação direta com a agricultura familiar e com os processos relacionados a ela, como as diferentes alterações técnicas e organizacionais na sua produção. O movimento causado pela implantação e desenvolvimento dos frigoríficos na região tornou este desenvolvimento no principal elemento dinamizador da economia regional e um dos pilares da economia catarinense. Os movimentos descritos ao longo desta dissertação, de diminuição no número de agricultores na produção de suínos e de concentração da produção em determinadas regiões, não significam diminuição de importância econômica da agroindústria para a região. Os dados de emprego da RAIS para os anos de 1998 e 2008 mostram que, 10 anos depois, o percentual de participação da indústria da alimentação e bebidas na região havia passado de 16,31% para 18,31% dos empregos registrados. O que se buscou nesse trabalho é perceber o movimento causado pelas transformações nas relações entre a agricultura familiar e as agroindústrias suinícolas.

As transformações provocadas pela integração e internalização da produção de suínos às agroindústrias provocaram uma crise profunda nos sistemas de produção da agricultura familiar da região, quebrando o dinamismo econômico desta e a sua capacidade de dinamizar as economias locais. Esta mudança afetou negativamente o desenvolvimento econômico regional. Por um lado, deixou de funcionar a “engrenagem” que possibilitava na articulação da agricultura familiar com a agroindústria dinamizar a economia regional, principalmente, dos pequenos municípios da região. Por outro lado, a continuidade da ampliação da produção de suínos e aves gerou uma demanda de ocupação nos frigoríficos e nas empresas prestadoras de serviços aos mesmos, dinamizando as economias das cidades polos regionais. Este movimento das forças produtivas regionais produziu o deslocamento da população descrito na primeira parte do capítulo VI, reordenando a geografia populacional da região. A diminuição relativa, econômica e populacional da região, em relação ao Estado de Santa Catarina, está ancorada principalmente na diferença entre a perda do dinamismo da agricultura familiar e a ampliação do dinamismo das agroindústrias: pelos resultados econômicos e pelos dados populacionais, pode-se considerar que, essa diferença é negativa. Portanto, o processo de

reestruturação da produção de suínos exhibe em seu resultado um impacto negativo no conjunto da economia regional.

O processo recente de retomada do dinamismo da agricultura familiar através dos sistemas de produção articulado ao leite tem contribuído por sua capilaridade, com a dinamização da economia dos pequenos municípios e das regiões mais afastadas dos polos regionais. Esta retomada é fruto do processo histórico e também de um conjunto de políticas públicas que incentivaram e contribuíram para a criação de condições para que este desenvolvimento ocorresse. Mas, conforme pôde ser visto, este dinamismo enfrenta uma série de problemas para continuar existindo no futuro próximo, destacando-se entre eles, os rumos que seguirá a produção de leite e a sucessão das propriedades familiares, muitas delas sem sucessores, com a aposentadoria e a velhice dos atuais proprietários.

Assim, a economia da região Oeste Catarinense não se assenta atualmente em apenas um setor, mas ainda é altamente dependente da indústria frigorífica. Existe a formação de um *cluster* em torno da indústria frigorífica e de alimentos na região, cujo desenvolvimento tem contribuído para a dinamização da economia regional. Para além deste setor, a economia regional é mais diversificada atualmente, o que a torna um pouco menos vulnerável, embora seja ainda altamente dependente das agroindústrias.

Conforme visto no capítulo VI, apesar da crise na economia regional vivida com maior intensidade na década de 1990, tal década também foi, contraditoriamente, marcada por uma melhora, relativamente ao Estado de Santa Catarina, de quase todos os indicadores sociais. De acordo com os dados apresentados naquele capítulo, pode-se afirmar que, em grande parte, essa melhora se apresenta apoiada na ampliação das políticas públicas ligadas, principalmente a previdência social, o PRONAF e a universalização do acesso a educação e saúde. Note-se que o PRONAF e a previdência social têm atuado como instrumentos de distribuição de renda dentro da região e transferência de renda para a região Oeste Catarinense. Como estas políticas públicas têm foco, principalmente no rural, representando à região Oeste a maior participação relativa ao rural no Estado, o impacto positivo destas políticas acabou por produzir a diferença mencionada acima.

O desenvolvimento regional é dinamizado também pela capilaridade de sua estrutura produtiva e por suas capacidades institucionais. Neste sentido, a região Oeste Catarinense tem desenvolvido e acumulado em seu seio, ao longo das últimas décadas em experiências e instituições que podem levar uma maior articulação em prol do desenvolvimento regional. Movimentos sociais, organizações não governamentais, cooperativas e associações das mais diversas matrizes, organismos públicos de participação social, fundos públicos de

desenvolvimento regional e municipal são alguns exemplos dessa capacidade existente na região. O desenvolvimento deste conjunto institucional se junta à rede de universidades e instituições de ensino superior com atuação na região, futuramente a ser reforçado pela implantação da UFFS.

Assim, o desenvolvimento que a região apresentará no futuro liga-se a capacidade de articulação que estas forças terão em torno de projetos comuns, e as políticas que forem implantadas de forma a proteger a diversidade econômica regional e os setores que garantem capilaridade ao desenvolvimento das regiões mais distantes e dos pequenos municípios. Nesta perspectiva, a agricultura familiar continua sendo um setor estratégico para o desenvolvimento regional, assim como, devido à sua história e cultura continua a ser uma reserva grande de possibilidades de novas iniciativas que promovam o desenvolvimento regional no futuro.

O caminho do desenvolvimento da região no longo prazo está no fortalecimento e construção de novas redes econômicas, com base na agricultura familiar, nas micro e pequenas empresas e cooperativas, com adequada exploração dos potenciais econômicos e culturais existentes na região. O complexo agroindustrial instalado na região, se por um lado representa uma oportunidade devido a geração de empregos e à produção existente, por outro lado também representa uma ameaça, vinculada à possibilidade de desestruturação dos sistemas da agricultura familiar, pelo seu afastamento da produção de aves e suínos e, possivelmente, pela concentração da produção de leite.

Enfim, apresentam-se três sugestões de linhas de pesquisa, inspirados no que foi possível observar e refletir durante a elaboração deste trabalho. Como no início do ano de 2010 iniciam-se os trabalhos da UFFS, opta-se por, para além de indicar possíveis temas sugerir linhas de pesquisa, tendo como horizonte o desenvolvimento regional. A primeira sugestão é a construção de uma linha de pesquisa voltada ao estudo da história do desenvolvimento econômico do Oeste Catarinense, nas cinco microrregiões, com suas diferentes particularidades, contribuindo para a articulação das ações dos atores sociais e das políticas públicas, no sentido de potencializar o desenvolvimento regional. A segunda linha de pesquisa envolveria o estudo do capital institucional da região, construído principalmente nas últimas três décadas. Em terceiro lugar, entende-se que uma linha de pesquisa interdisciplinar, entre as áreas de economia, agronomia, sociologia, meio ambiente e administração, sobre o tema da agricultura familiar. Esta linha de pesquisa teria como objetivo buscar identificar potenciais e limites da agricultura familiar, e trabalhar com vista à construção de projetos de desenvolvimento, em articulação com a comunidade regional, podendo desenhar novos rumos

e agregar novas capacidades ao desenvolvimento regional. Estas três sugestões, principalmente a última, inspiram-se nas idéias defendidas por Boisier (1996) em que o principal papel das instituições públicas e privadas locais está na articulação de processos de elaboração de projetos de desenvolvimento regional capaz de promover a inserção da região no desenvolvimento nacional.

VIII REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e o uso do solo**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, abr-jun 1997. v.11, nº 2, p. 73 – 78.

_____. “De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar”. **In: Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da Embrapa**. Petrolina: anais seminário, 1997. p. 17-27.

_____. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. São Paulo: Revista Economia Aplicada, abr-jun 2000, nº 2, vol. IV, p. 379-397.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: UNICAMP/AMPOCS, 1992.

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados do biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais**. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos. Acesso em 18 de outubro de 2008.

ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L. e TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **In: Agricultura em São Paulo** – São Paulo: Revista de Economia Agrícola, 2003, v. 50, nº 1.

ALBA, R. S. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: ARGOS, 2002.

AMARAL, T. P. **Formação econômica do Estado de Santa Catarina: uma abordagem institucionalista**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, T. B. **Por uma política nacional de desenvolvimento regional**. Recife: Revista Econômica do Nordeste - REN, Banco do Nordeste, abr-jun, 1999, Vol.30 n.2.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AURORA. **Histórico**. Disponível em: <http://www.auroraalimentos.com.br/w2007/br/aurora.php>. Acesso em 23 de julho de 2009.

BADALOTTI, R. M. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste catarinense: o papel da Apaco (Associação dos pequenos agricultores do Oeste catarinense) e demais agentes sociais**. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina 2003. Tese Doutorado.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BAVARESCO, P.R. **Os ciclos econômicos do Extremoeste Catarinense: modernização, progresso e empobrecimento** – Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2003. Dissertação Mestrado.

BAUMANN, R. Uma visão econômica da globalização. **In: BAUMANN, R. O Brasil e a economia global.** Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996.

BECATTINI G. O Distrito Marshalliano. In: BENKO G. e LIPIETZ A. **As regiões Ganadoras: Os Novos Paradigmas da Geografia Econômica.** Oeiras: Celta Editora, 1994.

BELATTO, D. **Os Camponeses Integrados.** Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1985. Dissertação de Mestrado.

BELIK, W. Reestruturação industrial e estratégia dos grupos agro-alimentares no Brasil. **In Anais da SOBER.** Curitiba: XXXIII Congresso, 1995.

BELIK, W.; SANTOS, R. R. **Os investimentos das multinacionais alimentares face a um espaço econômico ampliado.** 1997. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo172.htm>. Acesso em 26 de abril de 2009.

BELLANI, E. M. **Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. Dissertação Mestrado.

BENAVIDES, Z.A.C. **Quinoa: a tradição frente aos desafios dos novos mercados de qualidade.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005. Tese Doutorado.

BOFF, L. **A águia a galinha: uma metáfora da condição humana.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997

BOISIER, S. .Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **In: Planejamento e Políticas Públicas** - n. 13. Brasília: IPEA, 1996.

BORGES, C. **A Filière Suinícola em Santa Catarina.** Florianópolis: Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993. Dissertação Mestrado.

BRANDÃO, C. A. Teoria, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **In: Revista Paranaense de Desenvolvimento.** n. 107, p. 57-76. Curitiba: 2004.

BUNGE. **Histórico.** Disponível em: <http://www.bunge.com.br/quemsomos/historico.asp>. Acesso em 22 de Julho de 2009.

CAMPOS, I. **Os colonos do Rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústria no Oeste catarinense.** Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1987. Dissertação Mestrado

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930 -1970.** São Paulo: Global, 1985.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira.** 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CASA CÍVIL. **Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em 15 de janeiro de 2008.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. M. **Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico.** 1998. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/redesist/P1/texto/NT21.PDF>. Acesso em 24 de Julho de 2008.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M.M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, julho de 2003.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **In. Economia e Sociedade.** Campinas: Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, n.1, ago. 1992

COLETTI, T. **Organização da produção na agricultura familiar:** análise das proposições do sindicalismo rural cutista no Sul do Brasil. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Monografia de Graduação

COMERLATTO, L. M. **Processos locais e dinâmicas mundiais:** estudo sobre a indústria de móveis de São Bento do Sul (SC) na perspectiva das cadeias globais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Dissertação de Mestrado

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (orga.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

_____. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária.** São Paulo: Estud. av. vol.15, nº 43, Set-Dez. 2001.

_____. Tensões externas e internas sobre os preços dos alimentos: fatores explicativos. **In: Abastecimento e Segurança Alimentar.** O Crescimento da Agricultura e a Produção de Alimentos no Brasil. Brasília: CONAB, dezembro de 2008, p. 23-32.

DELGADO, N.G. **Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/131>. Acesso em 20 de julho de 2009.

DESER. **Convenção quadro para controle do tabaco.** Disponível em: www.deser.org.br. Acesso em 22 de dezembro de 2007.

DINIZ, C. C. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil.** Texto para discussão n. 159. Belo Horizonte:UFMG, 2001.

ESPINDOLA, C.J. **As agroindústrias no Brasil:** (o caso Sadia). Chapecó: Grifos,1999.

EPAGRI/SC. **A escolha da trajetória da produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste catarinense.** (org) Testa, V.; Mello, M.A.; Ferrari. D.L.; Silvestro. M.L.; Dorigon. C.; Florianópolis: EPAGRI, 2003.

FAO/INCRA (1994). **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Relatório final do Projeto UTF/BRA/036. Novembro de 1994

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FECAM. **Associações dos municípios catarinenses.** Disponível em: www.fecam.org.br. Acesso em 15 de janeiro de 2008.

FERRARI, D. L. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina.** Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 2003. Dissertação de Mestrado

FLEXOR, G. **Desenvolvimento regional e trajetória das convenções no Oeste Catarinense.** 2002. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2002. Tese Doutorado.

FONTANA, A. **História de minha vida.** Petrópolis: VOZES, 1980.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 30ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

FURTADO, C. **O capitalismo global.** 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GARCIA, R. **As economias externas como fonte de vantagens competitivas dos produtores em aglomerações de empresas.** Porto Alegre: Ensaios FEE, 2006, v. 27, n. 2, p. 301-324.

GASQUES, J. G. CONCEIÇÃO J. C. P. R. Financiamento da agricultura: experiências e propostas. **In: Transformações da agricultura e políticas públicas.** Brasília, DF: IPEA, 2001. p. 97-155.

GASQUES, J.G.; & VILLA VERDE, C.M. **Novas fontes de recursos, propostas e experiência de financiamento rural.** IPEA, Texto para Discussão nº 392, Dez/96.

GILLI, J.P.; PERRAT, J. La dynamique institutinnelle des territoires: enre gouvernance locale et régulation globale. **Cahiers du GRES**, Bourdeaux: IFRéDE; Toulouse: LEREPS, n.5, 2003.

GOLDIN, I; RESENDE, G.C. **A agricultura, brasileira na década de 80:** crescimento numa economia em crise. Rio de Janeiro, IPEA, 1993

GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina.** 2ª ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

GREEN, R.H.; SANTOS, R. R. Economia de red y reestructuracion del setor agroalimentario. **In: Revista de estudios agro-sociales**, nº 162, Madri: 1992.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI C. **PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar**. Brasília/DF: NEAD/MDA, dez., 2004.

GUIMARÃES NETO, L. **Dinâmica Regional no Brasil**. Brasília: DIPRU/IPEA, versão preliminar, fevereiro de 1997.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HEINSFELD, A. **A questão de palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe**. Joaçaba: UNOESC, 1996.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HUMPHREY, J. & SCHMITZ, H. **Trust and inter-firm relations in developing and transition economics**. IDS-Univ. of Sussex, UK, 1998.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 01 de março de 2009.

KAGEYAMA, A. & BERGAMASCO, S. M. P. (1990). “A estrutura da produção no campo em 1980”. In: **Revista Perspectivas**. São Paulo: v. 12, pp.55-72, 1990

LAMARCHE, H. (coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

LEITE, S. **Inserção internacional e financiamento da agricultura brasileira (1980-1996)**. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. (Tese de Doutorado).

LE MOS, C. “**Notas preliminares do Projeto Arranjos Locais e Capacidade Inovativa em Contexto Crescentemente Globalizado**”. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, mimeo, 1997.

LINS, H. N. A região de aprendizagem como temática e ângulo de observação. In: **Nova economia**. Belo Horizonte: 2007, n. 17, p. 127-162.

_____. *Clusters* industriais, competitividade e desenvolvimento regional: da experiência à necessidade de promoção. In: **Estudos Econômicos**. São Paulo: abr-jul 2000, v. 30, n.2.

_____. Globalização e integração econômica: impactos sócio-espaciais. In: VIGEVANI, T.; LORENZETI, J. (Orgs). **Globalização e integração regional: atitudes e impactos sociais**. São Paulo : LTr, 1998.

_____. **Promoção do desenvolvimento em escala territorial: uma abordagem com ênfase na experiência catarinense**. In: Texto para Discussão. n. 6, Florianópolis, UFSC/CNM, 2003. Disponível em: <http://www.cse.ufsc.br/~gecon/>. Acesso em 02 de maio de 2009.

_____. Sistemas Agroalimentares Localizados: possível “chave de leitura” sobre a maricultura em Santa Catarina. **In: Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília v.44, n. 2, p. 313-330, abr-jun, 2006

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1920.

MATTEI, L. ; ALVES, P. A.. Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos. **In: XV Encontro nacional de estudos populacionais**. Caxambu: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006.

MDA. **Evolução histórica do PRONAF**. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em 22 de julho de 2009.

MEDEIROS, L. S. de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical, Im: **São Paulo em Perspectiva** – São Paulo: Revista da Fundação Seade, Abril/Junho 1997, Volume 11 n° 2.

MELLO, M. A. **A trajetória da produção e transformação da produção do leite no Oeste Catarinense e a busca de vias alternativas**, Florianópolis: UFSC, 1998. Tese de Mestrado.

MELO, F. B. H. Liberalização Comercial e Agricultura Familiar no Brasil. In: ActionAid Brasil (org.). **Comércio Internacional, Segurança Alimentar e a Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Grafitto - Gráfica e Editora, 2001, v. , p. 7-44.

_____. **Os Efeitos Negativos da Política Cambial sobre a Agricultura Brasileira**. São Paulo: Revista de Economia Aplicada, 1999, v. 3, n. Especial, p. 35-46.

MESORREGIÃO FRONTEIRA DO MERCOSUL. **Apresentação da Mesorregião Fronteira do Mercosul**. Disponível em: www.mesograndefronteiradomercosul.blogspot.com. Acesso em 15 de janeiro de 2008.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

MIOR, L.C. **Agricultores familiares, Agroindústrias e Redes de Desenvolvimento Rural**. Chapecó: Argos, 2005, 338 p.

_____. **Empresas Agroalimentares, Produção Agrícola Familiar e Competitividade no Complexo Carnes de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1992. Dissertação de Mestrado.

NAVARO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. São Paulo: Estudos Avançados, Sept./Dec. 2001, vol.15 n°.43. São Paulo:

OLIVEIRA, E. A. A. Q. Economia dos *clusters* industrial e desenvolvimento. **In: Revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional**. Taubaté: Universidade de Taubaté, set-dez 2007, n. 3, pg. 247-259.

OLIVEIRA, F. de. “A metamorfose da arribação : fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. **In: Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: CEBRAP, 1990, n.27p. 67-92

_____. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001

PAULILO, Maria Ignez. **Produtor e agroindústria: Consensos e dissensos**. Florianópolis, Ed. Da UFSC. Secretaria de Estado da cultura e do Esporte, 1990.

PERDIGÃO. **Histórico**. Disponível em: <http://www.perdigao.com.br/empresasperdigao/cronologia.cfm>. Acesso em 22 de julho de 2009.

POLI, Jaci. **Caboclo: pioneirismo e marginalização**. Chapecó: FUNDESTE, 1991.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1966.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 2001.

PORTER, M. **Clusters and the new economics competition**. 1998. Disponível em: http://home.furb.br/wilhelm/COMPETIV/Porter_Cluster2.doc. Acesso em 25 janeiro de 2009.

SADIA. **Histórico**. Disponível em: <http://sadia.com.br>. Acesso em 22 de Julho de 2009.

SANTOS, F.; CROCCO, M.; LEMOS, M. B. **Arranjos e sistemas produtivos locais em “espaços industriais” periféricos: estudo comparativo de dois casos brasileiros**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHMITZ, H. – Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **In: Ensaios FEE**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1997, v 18, no 2, p. 201-234,.

SEARA. **História**. Disponível em: http://www.seara.com.br/empresa_historia.htm. Acesso em 22 de julho de 2009.

SILVA, L. A. C. da. **A função de produção da agropecuária brasileira: diferenças regionais e evolução no período 1975- 1985**.— Piracicaba, SP: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP, 1996. Tese Doutorado.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**. São Paulo: Contexto, 1998

_____. **Uma utopia militante**. Petrópolis/RJ: Contexto, 1998

SOUZA, M F. Vianna de. **Os rendeiros da soja**. Campinas: IFCHAJNICAMP, 1992. (Dissertação de mestrado).

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: Le paysan Polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.

TESTA, V.M.; NADAL, R. de; MIOR, L.C.; BALDICERRA, I.T. CORTINA, N. **O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense: (Proposta para discussão)**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed - Campinas: Editora Autores Associados. 2003.

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: USP/HUCITEC, 1991.

WANDERLEY, Maria de N. B. **O ‘lugar’ dos rurais: o meio rural no Brasil moderno**. *Anais*. Natal: 1997 SOBER.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. IN TEDESCO, J. C. (org) *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. Passo Fundo:EDUPF, 1999.

WERLANG, A. **A colonização do Oeste Catarinense**. Chapecó/SC: Argos, 2002.

WILKINSON, J. **A agricultura familiar face ao novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina**. Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/289.rtf> . Acesso em 20 de dezembro de 2008.

_____. Perfis emergentes no setor agroalimentar. In: **Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa/** organizado por Renato Sérgio Maluf e Jonh Wilkinson; Raúl Green...(et al) – Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999. Pg: 27 – 43.

_____. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ, abril, 2002, nº 18, pg. 147-174.

WOLOSZYN, N. **Em busca da terra: colonização e exploração da madeira no Oeste Catarinense**. Disponível: www.pesquisa.uncnet.br/pdf/historia. Acesso em 01 de março de 2009.

ZUNIGA, M. R; SORIA, R. **La articulacion de las diferentes etapas del sistema agroalimentario europeo: evolucion y perspectivas**. Madri: Revista de Estudios Agro-Sociales, 1991, nº 157.

ANEXOS

ANEXO A – LISTA DOS 117 MUNICÍPIOS DA REGIÃO OESTE CATARINENSE

Abelardo Luz	Ipuacu	Salto Veloso
Água Doce	Ipumirim	Santa Helena
Águas de Chapecó	Iraceminha	Santa Terezinha do Progresso
Águas Frias	Irani	Santiago do Sul
Alto Bela Vista	Irati	São Bernardino
Anchieta	Itá	São Carlos
Arabutã	Itapiranga	São Domingos
Arroio Trinta	Jaborá	São João do Oeste
Arvoredo	Jardinópolis	São José do Cedro
Bandeirante	Joaçaba	São Lourenço do Oeste
Barra Bonita	Jupia	São Miguel da Boa Vista
Belmonte	Lacerdópolis	São Miguel do Oeste
Bom Jesus	Lajeado Grande	Saudades
Bom Jesus do Oeste	Lebon Régis	Seara
Caçador	Lindóia do Sul	Serra Alta
Caibi	Luzerna	Sul Brasil
Calmon	Macieira	Tangará
Campo Erê	Maravilha	Tigrinhos
Capinzal	Marema	Treze Tílias
Catanduvas	Matos Costa	Tunápolis
Caxambu do Sul	Modelo	União do Oeste
Chapecó	Mondai	Vargeão
Concórdia	Nova Erechim	Vargem Bonita
Cordilheira Alta	Nova Itaberaba	Videira
Coronel Freitas	Novo Horizonte	Xanxerê
Coronel Martins	Ouro	Xavantina
Cunha Porã	Ouro Verde	Xaxim
Cunhataí	Paial	
Deanso	Palma Sola	
Dionísio Cerqueira	Palmitos	
Entre Rios	Paraíso	
Ervail Velho	Passos Maia	
Faxinal dos Guedes	Peritiba	
Flor do Sertão	Pinhalzinho	
Formosa do Sul	Pinheiro Preto	
Fraiburgo	Piratuba	
Galvão	Planalto Alegre	
Guaraciaba	Ponte Serrada	
Guarujá do Sul	Presidente Castello Branco	
Guatambú	Princesa	
Herval d'Oeste	Quilombo	
Ibiam	Rio das Antas	
Ibicaré	Riqueza	
Iomerê	Romelândia	
Ipira	Saltinho	
Iporã do Oeste		

ANEXO B – QUESTIONÁRIO / ROTEIRO PARA ENTREVISTA NAS UNIDADES PRODUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

QUESTÃO CHAVE:

COMO AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE SUINOS AFETOU A PRODUÇÃO, A VIDA E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR?

1) SISTEMA DE PRODUÇÃO

1.1. RESIDENTES

- a) Família: () 1 Família () 2 Família () 3 ou mais Família _____
 b) Pessoas: () 2 Pessoas () 3 Pessoas () 4 Pessoas () 5 ou mais Pessoas _____
 c) Força de Trabalho: () 1 Pessoa () 2 Pessoas () 3 Pessoas () 4 ou mais Pessoas _____

1.2. TERRA

- a) Área: () Até 10 ha () 11 a 20 ha () 21 a 30 ha () 31 a 50 ha () + de 50 ha
 b) Quando teve acesso a terra? _____
 () anos 1970, ou antes; () anos 1980; () anos 1990; () anos 2000;
 c) Como adquiriu a terra?
 () Herança; () Recursos próprios () R.A () CF () Outros: _____
 d) História da Família com a aquisição da Terra _____

1.3. INFRAESTRUTURA

1.3.1. Residência:

- a) Quantidade: _____ b) M² _____ c) Ano construção _____
 d) Tipo: () Madeira () Alvenaria () Mista
 e) Origem recursos construção: _____

1.3.2. Chiqueiros:

- a) Quantidade: _____ b) M² _____ c) Ano construção _____
 d) Tipo: () Madeira () Alvenaria () Mista
 e) Origem recursos construção: _____

1.3.3. Aviários

- a) Quantidade: _____ b) M² _____ c) Ano construção _____
 d) Origem recursos construção: _____

1.3.4. Galpão de Fumo

- a) Quantidade: _____ b) M² _____ c) Ano construção _____
 d) Origem recursos construção: _____

1.3.5. Estábulo

- a) Quantidade: _____ b) M² _____ c) Ano construção _____
 d) Tipo: () Madeira () Alvenaria () Mista
 e) Origem recursos construção: _____

1.3.6. Paiol

- a) Quantidade: _____ b) M² _____ c) Ano construção _____
 d) Tipo: () Madeira () Alvenaria () Mista
 e) Origem recursos construção: _____

1.3.7. Pastagens permanentes:

- a) Área _____ b) ano construção: _____
 c) Estado: () Ótimo () Bom () Regular () Ruim
 d) Origem recursos construção: _____

1.3.8. Máquinas (Listar, especificando os tipos, marca, capacidade e recursos)

MAQUINAS	ESPECIFICAÇÕES	POTÊNCIA CAPACIDADE	RECURSOS	OUTROS

1.3.9 Outros: Quais?

1.4. PRODUÇÃO

1.4.1 Produção Comercial

1.4.1.1 SUINOS

- a) Quando começou a produzir? _____
- b) Por que entrou nesta produção? _____
- c) Quais as transformações (mudanças) que ocorrerão ao longo do tempo na mesma?
- d) Que influências estas transformações(mudanças) tiveram na renda e na vida da família?
- e) Quanto à renda:
- * Quando produz? _____
- * Quais os insumos utilizados? _____
- * Quais são os custos de produção? _____
- * Como providencia os insumos? _____
- * Que mão-de-obra utiliza? _____
- * Com quem comercializa? _____
- * Quem determina o preço? _____
- * Qual o resultado (lucro) desta atividade? _____
-

1.4.1.2 AVES

- a) Quando começou a produzir? _____
- b) Por que entrou nesta produção? _____
- c) Quais as transformações (mudanças) que ocorrerão ao longo do tempo na mesma?
- d) Que influências estas transformações(mudanças) tiveram na renda e na vida da família?
- e) Quanto à renda:
- * Quando produz? _____
- * Quais os insumos utilizados? _____
- * Quais são os custos de produção? _____
- * Como providencia os insumos? _____
- * Que mão-de-obra utiliza? _____
- * Com quem comercializa? _____
- * Quem determina o preço? _____
- * Qual o resultado (lucro) desta atividade? _____

1.4.1.3 LEITE

- a) Quando começou a produzir? _____
- b) Por que entrou nesta produção? _____
- c) Quais as transformações (mudanças) que ocorrerão ao longo do tempo na mesma?
- d) Que influências estas transformações(mudanças) tiveram na renda e na vida da família?
- e) Quanto a renda:
- * Quando produz? _____
- * Quais os insumos utilizados? _____
- * Quais são os custos de produção? _____

- * Como providencia os insumos? _____
- * Que mão-de-obra utiliza? _____
- * Com quem comercializa? _____
- * Quem determina o preço? _____
- * Qual o resultado (lucro) desta atividade? _____

1.4.1.4 FUMO

- a) Quando começou a produzir? _____
- b) Por que entrou nesta produção? _____
- c) Quais as transformações (mudanças) que ocorrerão ao longo do tempo na mesma?
- d) Que influências estas transformações(mudanças) tiveram na renda e na vida da família?
- e) Quanto a renda:
 - * Quando produz? _____
 - * Quais os insumos utilizados? _____
 - * Quais são os custos de produção? _____
 - * Como providencia os insumos? _____
 - * Que mão-de-obra utiliza? _____
 - * Com quem comercializa? _____
 - * Quem determina o preço? _____
 - * Qual o resultado (lucro) desta atividade? _____

1.4.1.5 MILHO

- a) Quando começou a produzir? _____
- b) Por que entrou nesta produção? _____
- c) Quais as transformações (mudanças) que ocorrerão ao longo do tempo na mesma?
- d) Que influências estas transformações(mudanças) tiveram na renda e na vida da família?
- e) Quanto a renda:
 - * Quando produz? _____
 - * Quais os insumos utilizados? _____
 - * Quais são os custos de produção? _____
 - * Como providencia os insumos? _____
 - * Que mão-de-obra utiliza? _____
 - * Com quem comercializa? _____
 - * Quem determina o preço? _____
 - * Qual o resultado (lucro) desta atividade? _____

1.4.1.6 FEIJÃO

- a) Quando começou a produzir? _____
- b) Por que entrou nesta produção? _____
- c) Quais as transformações (mudanças) que ocorrerão ao longo do tempo na mesma?
- d) Que influências estas transformações(mudanças) tiveram na renda e na vida da família?
- e) Quanto a renda:
 - * Quando produz? _____
 - * Quais os insumos utilizados? _____
 - * Quais são os custos de produção? _____
 - * Como providencia os insumos? _____
 - * Que mão-de-obra utiliza? _____
 - * Com quem comercializa? _____
 - * Quem determina o preço? _____
 - * Qual o resultado (lucro) desta atividade? _____

1.1.7 SOJA

- a) Quando começou a produzir? _____
- b) Por que entrou nesta produção? _____
- c) Quais as transformações (mudanças) que ocorrerão ao longo do tempo na mesma? _____
- d) Que influências estas transformações(mudanças) tiveram na renda e na vida da família? _____
- e) Quanto a renda:
- * Quando produz? _____
 - * Quais os insumos utilizados? _____
 - * Quais são os custos de produção? _____
 - * Como providencia os insumos? _____
 - * Que mão-de-obra utiliza? _____
 - * Com quem comercializa? _____
 - * Quem determina o preço? _____
 - * Qual o resultado (lucro) desta atividade? _____

1.4.1.8 OUTRO _____

- a) Quando começou a produzir? _____
- b) Por que entrou nesta produção? _____
- c) Quais as transformações (mudanças) que ocorrerão ao longo do tempo na mesma? _____
- d) Que influências estas transformações(mudanças) tiveram na renda e na vida da família? _____
- e) Quanto a renda:
- * Quando produz? _____
 - * Quais os insumos utilizados? _____
 - * Quais são os custos de produção? _____
 - * Como providencia os insumos? _____
 - * Que mão-de-obra utiliza? _____
 - * Com quem comercializa? _____
 - * Quem determina o preço? _____
 - * Qual o resultado (lucro) desta atividade? _____

1.4.1.9 Produções Comerciais que foram abandonadas

PRODUTO	PERÍODO QUE PRODUZIO	POR QUE DEIXOU DE PRODUZIR E IMPACTOS DESTA MUDANÇA

1.4.2 Produção auto consumo

1.4.2.1 Produção Animal

Produção	Origem	Quem Produz	Valor Econômico

1.4.2.2 Produção Lavoura

Produção	Origem	Quem Produz	Valor Econômico

1.4.2.3 Produção Horta

Produção	Origem	Quem Produz	Valor Econômico

1.4.2.4 Produção de Frutas

Produção	Origem	Quem Produz	Valor Econômico

1.4.2.5 Produtos Processados

Produção	Origem	Quem Produz	Valor Econômico

1.4.2.6 Produção de auto consumo que foram abandonadas

PRODUTO	PERÍODO QUE PRODUZIO	POR QUE DEIXOU DE PRODUZIR E IMPACTOS DESTA MUDANÇA

1.4.2.7 Produção de meios de produção

Produção	Origem	Quem Produz	Valor Econômico

1.5. RENDA

- a) Renda total: _____
- b) Renda agrícola: _____
- c) Renda Aposentadoria: _____
- d) Outras rendas não agrícolas: _____
- e) Avaliação em moeda da produção de auto-consumo: _____

1.6 TRANSFORMAÇÕES

- a) Se é ex suinocultor: Como ocorreu a passagem da produção de suínos para a outras culturas, como principal fonte de renda?
- b) Como as mudanças ocorridas na organização da produção de suínos, a partir da década de 1980, afetaram a produção da propriedade?
- c) Como estas mudanças na produção da propriedade afetaram a vida da família?
- d) O que melhorou?
- e) O que piorou?

2. RELAÇÃO

2.1 Sendo Integrado:

- a) Quando tornou-se um integrado? _____
- b) Como é a relação com as agroindústrias?
- c) Tem contrato com a Agroindústria? Se sim, conhece o mesmo?
- d) Lê e conhece os documentos antes de assinar?
- e) Recebe assistência técnica? Como é esta assistência?
- f) Quais as regras que são seguidas?
- g) Como são fixados os preços?
- h) Quais as vantagens de ser um integrado?
- i) Se fosse hoje ter o recurso investido na produção integrada, você investiria nesta produção e na integração?

2.2 Se associado à cooperativa

- a) Quando se associou a cooperativa? _____
- b) Como é a relação com cooperativa?
- c) Recebe assistência técnica? Como é esta assistência?
- d) Quais as vantagens de ser associado à cooperativa?

2.3 Mercado

- a) Como é feita a compra dos insumos?
- b) Como é feita a venda da produção?

2.3 Sindicato e associação

- a) É associado a sindicato ou associação? () Sim () Não
- b) Se não. Por quê?

Se sim:

- c) Qual _____

- d) Como é a sua participação no sindicato ou associação?

- e) Quais as vantagens de ser associado ao sindicato?

2.4 Comunidade e outras organizações comunitárias

- a) As quais destas organizações comunitárias a família, ou membros da mesma, fazem parte:

- () Comunidade Religiosa; () Grupo de Idosos; () Clube esportivo;
- () Grupo de Jovens; () Clube de Mães; () Grupo de Mulheres;
- () Clube Comunitário () Outros: _____

- b) Como é a participação nestas organizações?

- c) Que importância elas tem para a vida da família?

- d) Que organizações ou atividades comunitárias você gostaria que tivessem na comunidade?

2.5 Poder Público

- a) Quais os serviços prestados pela prefeitura que a sua família tem acesso?
- b) Como é sua relação com a prefeitura?
- c) Como você avalia a qualidade dos serviços prestados?
- d) A sua relação com a prefeitura é direta, ou intermediada por vereador? Por quê?
- e) Quais as melhoras que poderiam ser realizados?
- f) Em sua opinião as atividades desenvolvidas pela prefeitura contribuem para o desenvolvimento do município? Por quê?

3 TECNOLOGIAS

- 3.1 O que foi mudando no jeito de fazer agricultura ao longo dos anos?
- 3.2 Que técnicas novas foram incorporadas na propriedade?
- 3.3 Que novas máquinas e equipamentos foram adquiridas ao longo dos anos?
- 3.4 Como as novas tecnologias mudaram a vida na propriedade?
- 3.5 Como as novas tecnologias foram trazidas para a comunidade e para a propriedade?

4 MACROECONOMICAS

- 4.1 Que lembranças vocês tem da década de 1980, anos de inflação alta, que mudanças ocorreram na propriedade?
- 4.2 Como foram enfrentadas estas transformações?
- 4.3 Quais são as lembranças da década de 1990, da abertura econômica do governo Collor de Mello, e do plano real e do FHC, como ficou a vida na agricultura?
- 4.4 O que mudou na agricultura nos últimos anos?
- 4.5 Você já sentiu alguma mudança em razão da crise mundial da economia?
- 4.6 Como tem sido o financiamento das atividades nestes diferentes períodos?

Década 1980 _____

Década 1990 _____

Década 2000 _____

5. PERSPECTIVA

- 5.1 Como você vê o futuro da propriedade?
- 5.2 Quais são os projetos futuros da propriedade?
- 5.3 Quem será o sucessor da propriedade?

ANEXO C - QUESTIONÁRIO / ROTEIRO PARA ENTREVISTA NAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS

QUESTÃO CHAVE:

COMO O PROCESSO DE CRESCIMENTO E AS MUDANÇAS REALIZADAS PELA EMPRESA, AFETARAM A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO?

1. SISTEMA DE PRODUÇÃO

1.1 Histórico da organização

- a) Quando a organização iniciou seus trabalhos? _____
- b) Quais os objetivos da organização em seu início? _____
- c) Quais foram os principais fatores que favoreceram o desenvolvimento da organização? _____

1.2. Infra-estrutura

- a) Descrever a estrutura física e organizativa da empresa _____
- b) Como mudanças que a empresa realizou afetaram a agricultura familiar e o desenvolvimento regional? _____
- c) Como mudanças do sistema produtivo da agricultura familiar afetaram a organização da empresa? _____

1.3. Produção e serviços

- a) Descrever os produtos ou serviços desenvolvidos pela empresa _____

2. RELAÇÃO

2.1 Como a organização vê a viabilidade da agricultura familiar? _____

2.2 Com que agricultores a organização trabalha? _____

2.3 Como foi e é estabelecida a relação da organização com a agricultura familiar? _____

2.4 Qual é a relação estabelecida pela organização com os poderes públicos?

Local _____

Estadual _____

Federal _____

2.5 Através de que canais são realizados a relação com os poderes públicos? _____

2.6 Como é a relação com os Sindicatos e Federações? _____

2.7 Como a organização contribuiu com o desenvolvimento da região? _____

2.8 Que contribuições a organização pode dar ao desenvolvimento regional? _____

2.9 Qual sua opinião sobre o sistema de integração? _____

3. TECNOLOGIAS

3.1 Quais as grandes mudanças tecnológicas ocorreram no período de trabalho da organização?

Sementes _____

Preparação do solo: _____

Manejo dos animais: _____

Reprodução dos animais: _____

3.2 Como a organização tratou estas transformações? _____

3.3 Como a organização trabalha o desenvolvimento e a incorporação de novas tecnologias pelos agricultores? _____

3.4 Quais os limites tecnológicos que a organização enfrentou no passado? _____

3.5 Como superou estes limites? _____

3.6 Quais os grandes desafios tecnológicos para a organização atualmente? _____

4. MACROECONÔMICO

4.1 Quais as transformações que a crise, da década de 1980, provocou na organização? _____

4.2 Como foram trabalhadas estas transformações na gestão da organização? _____

4.3 Como a organização enfrentou o processo de abertura econômica, reestruturação produtiva e a estabilização econômica na década de 1990? _____

4.4 Como a organização tem aproveitado o crescimento econômico recente? _____

4.5 Quais as consequências da crise mundial sobre a organização e o setor? _____

4.6 Como tem sido o financiamento das atividades nestes diferentes períodos?

Década 1980 _____

Década 1990 _____

Década 2000 _____

5. PERSPECTIVA

5.1 Como você vê o futuro da economia do país? _____

5.2 E o futuro da organização? _____

5.3 Quais são os projetos futuros da organização? _____

5.4 Como estes projetos se articulam com a agricultura familiar? _____

5.5 Como estes projetos se articulam com o desenvolvimento regional? _____

ANEXO D - QUESTIONÁRIO / ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO

QUESTÃO CHAVE:

COMO AS ENTIDADES REPRESENTATIVAS, FORMULAM E NEGOCIAM OS INTERESSES DA AGRICULTURA FAMILIAR FRENTE AS ESTRATÉGIAS DAS AGROINDÚSTRIAS ?

1. SISTEMA DE PRODUÇÃO

1.1 Histórico

- a) Quando a organização iniciou seus trabalhos?
- b) Quais os objetivos da organização em seu início?
- c) Quais as mudanças que ocorreram ao longo dos anos?
- d) Quais foram os principais fatores que favoreceram o desenvolvimento da organização?

1.2. Infra-estrutura

- a) Descrever a estrutura física e organizativa da organização
- b) Como as mudanças do sistema produtivo da agricultura familiar afetaram a organização da entidade?
- c) Como a entidade negociou com as mudanças com as empresas? Quais os espaços de negociação?

2.3. Serviços

- a) Descrever os serviços desenvolvidos pela organização

2. RELAÇÃO

- 2.1 Qual a visão da entidade sobre a viabilidade da agricultura familiar?
- 2.2 Com que agricultores a entidade trabalha prioritariamente?
- 2.3 Como foi e é estabelecida a relação com a agricultura familiar?
- 2.4 Qual é a relação estabelecida pela organização com os poderes públicos?

Local _____

Estadual _____

Federal _____

- 2.5 Através de que canais são realizados a relação com os poderes públicos?
- 2.6 Como é a relação com as organizações econômicas?
- 2.7 Existe diferença na relação com as empresas e cooperativas? Se sim: Quais?
- 2.8 Como é a relação com os sindicatos, federações e outras organizações de representação da agricultura familiar?
- 2.9 Qual sua opinião sobre o sistema de integração?
- 2.10 Como as políticas desenvolvidas pela entidade contribuem com o desenvolvimento regional?
- 2.11 Que contribuições a organização ou sua experiência pode dar ao desenvolvimento regional?

3. TECNOLOGIAS

- 3.1 Quais as grandes mudanças tecnológicas ocorreram no período de atuação da organização?
- 3.2 Como a organização tratou estas transformações?
- 3.3 Como foi tratado e é tratado o desenvolvimento e a incorporação de novas tecnologias pelos agricultores?
- 3.4 Quais os grandes desafios tecnológicos para a agricultura familiar atualmente?
- 3.5 Como a entidade tem buscado negociar os temas que envolve o tema das novas tecnologias?

4. MACROECONÔMICO

4.1 Quais as transformações que a crise, da década de 1980, provocou nas políticas para a agricultura familiar?

4.2 Como a entidade tratou destas transformações junto aos agricultores?

4.3 Como a organização tratou o processo de abertura econômica, reestruturação produtiva e a estabilização econômica na década de 1990?

4.4 Como a organização tem tratado, as políticas para a agricultura familiar na fase de crescimento econômico recente?

4.5 Quais as conseqüências da crise mundial sobre a organização e o setor rural?

4.6 Como tem sido o financiamento das atividades nestes diferentes períodos?

Década 1980 _____

Década 1990 _____

Década 2000 _____

5. PERSPECTIVA

5.1 Como você vê o futuro da economia do país?

5.2 E o futuro da organização?

5.3 Quais são os projetos futuros da organização?

5.4 Como estes projetos se articulam com a agricultura familiar?

5.5 Como estes projetos se articulam com o desenvolvimento regional?

ANEXO E : QUESTIONÁRIO / ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM LIDERANÇAS POLÍTICAS

QUESTÃO CHAVE:

**QUAIS AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELOS ORGÃOS PÚBLICOS FRENTE AS
MUDANÇAS PROVOCADAS PELAS ESTRATÉGIAS DAS AGROINDÚSTRIAS?**

1. SISTEMA DE PRODUÇÃO

1.1. Histórico

- a) Quando e como iniciou-se sua experiência na administração pública?
- b) Quais os seus objetivos no início do trabalho?
- c) Quais foram os principais fatores que favoreceram o desenvolvimento da realização do trabalho?
- d) Que alterações foram ocorrendo ao longo dos anos de trabalho?
- e) Como a evasão da população dos pequenos municípios e do meio rural, afetou o desenvolvimento do município?
- f) Que projetos de lei ou programas foram implementados?

1.2. Infra-estrutura

- a) Descrever a estrutura física e organizativa contou para a realização do trabalho
- b) Como mudanças da organização agroindustrial afetaram a organização do trabalho agrícola dos municípios?

1.3. Serviços

- a) Descrever os serviços desenvolvidos para a agricultura familiar pela prefeitura em que atuou

2. RELAÇÃO

- 2.1 Como você vê a viabilidade da agricultura familiar?
- 2.2 Com que agricultores você trabalha prioritariamente?
- 2.3 Como foi e é estabelecida a relação com a agricultura familiar?
- 2.4 Através de que canais são realizados a relação com os poderes públicos estaduais e federais?
- 2.5 Como é a relação com as organizações econômicas da agricultura familiar?
- 2.6 Como é a relação com as agroindústrias?
- 2.7 Como é a relação com os sindicatos, federações e outras organizações de representação da agricultura familiar?
- 2.8 Qual sua opinião sobre o sistema de integração?
- 2.9 Como as políticas desenvolvidas contribuíram para o desenvolvimento local?
- 2.10 Como as políticas desenvolvidas contribuíram com o desenvolvimento regional?
- 2.11 Que contribuições sua experiência pode dar ao desenvolvimento regional?

3. TECNOLOGIAS

- 3.1 Quais as grandes mudanças tecnológicas ocorreram no período de seu trabalho, na agricultura familiar e na agroindústria?
- 3.2 Como você se portou frente estas transformações?
- 3.3 Como foi tratado e é tratado o desenvolvimento e a incorporação de novas tecnologias pelos agricultores?

3.4 Na sua opinião quais os limites tecnológicos enfrentados pela agricultura familiar e agroindústria no passado?

3.5 Como foram superados estes limites?

3.6 Quais os grandes desafios tecnológicos para a agricultura familiar atualmente?

4. MACROECONÔMICO

4.1 Quais as transformações que a crise da década de 1980 provocou nas políticas públicas municipais?

4.2 Como foram trabalhadas estas transformação na gestão pública municipal?

4.3 Como que ações os municípios adotaram para se adequar ao processo de abertura econômica, reestruturação produtiva e a estabilização econômica na década de 1990?

4.4 Como a gestão pública municipal tem aproveitado o crescimento econômico recente?

4.5 Quais as consequências da crise mundial sobre os municípios e o setor rural?

4.6 Como tem sido o financiamento das atividades e do setor público municipal nestes diferentes períodos?

Década 1980 _____

Década 1990 _____

Década 2000 _____

5. PERSPECTIVA

5.1 Como você vê o futuro da economia do país?

5.2 E o futuro do município?

5.3 Quais são os projetos futuros do município?

5.4 Como estes projetos se articulam com a agricultura familiar?

5.5 Como estes projetos se articulam com o desenvolvimento regional?